




VOL. V

orgs.

Everton Nery Carneiro

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Luis Távora Furtado Ribeiro



Apontamentos
de
Pesquisa:
A PANDEMIA
COVID-19

Teologia, Ciência e
Arte em Conversas



BRAZIL PUBLISHING





BRAZIL PUBLISHING

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Professor Doutor Rodrigo Horochovski	(UFPR – Brasil)
Professora Doutora Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Professora Doutora Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Professora Doutora Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Professora Doutora Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Professor Doutor José Antonio González Lavaut	(UH – Cuba)
Professor Doutor José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Professora Doutora Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Professor Doutor Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Professor Doutor Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ – Portugal)



Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio	(UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior	(Faje – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro	(PUC/PR – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada	(Ages – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	(Ufba – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini	(UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira	(UFPR – Geografia)
Professora Doutora Mar Lucy Alves Paraíso	(UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato	(UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco	(PUC/GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros	(UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies	(UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos	(UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa	(Imed – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Fernando Saraiva	(UFF – História)
Professora Doutora Maristela Walker	(UTFPR – Educação)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado	(Ufcsa – Antropologia Social)
Professor Doutor Francisco José Figueiredo Coelho	(UFRJ – Ensino de Biociências e Saúde)
Professora Doutora Maria de Lourdes Silva	(UERJ – História)
Professora Ivonete Barreto de Amorim	(Uneb – Educação, Formação de Professor e Família)
Professor César Costa Vitorino	(Uneb – Educação/Linguística)
Professor Marcelo Máximo Purificação	(Uneb – Educação, Religião, Matemática e Tecnologia)
Professora Elisângela Maura Catarino	(Unifimes – Educação/Religião)
Professora Sandra Célia Coelho G. da Silva	(Uneb – Sociologia, Gênero, Religião, Saúde, Família e Internacionalização)

Prof. Dr. Everton Nery Carneiro
Prof.^a Dr.^a Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
Prof. Dr. Luis Távora Furtado Ribeiro
organizadores

Apontamentos de Pesquisa:
a Pandemia Covid - 19: Teologia,
Ciência e Arte em Conversas

Vol. V.



BRAZIL PUBLISHING



© Brazil Publishing Autores e Editores
Associados

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores
Científicos

Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar,
Sala 75
Botucatu, SP - 18603-550
+55 (14) 3815-5095

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Sandra Heck

Editor Superintendente: Valdemir Paiva

Editor Coordenador: Everson Ciriaco

Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva

Arte da Capa: Paula Zettel

Revisão de Texto: Os autores

DOI: 10.31012/978-65-5861-033-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

A644 Apontamentos de pesquisa: a pandemia COVID-19-
teologia, ciência e arte em conversas Vol. V/ organização de Everton Nery
Carneiro, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, Luis Távora Furtado
Ribeiro - Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
[recurso eletrônico]

ISBN 978-65-5861-033-5

1. Pandemia Covid-19. 2. Pandemia Covid-19 - Aspectos religiosos.
3. Pandemias - Educação. 4. Saúde pública. I. Carneiro, Everton Nery
(org.). II. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da (org.). III. Ribeiro, Luis
Távora Furtado Ribeiro (org.).

CDD 614 (22.ed)

CDU 614



[1ª edição – Ano 2020]

www.aeditora.com.br

UMA APRESENTAÇÃO

Filósofo, escritor, biógrafo de Flaubert, que apresentou ‘O Idiota da Família’, o teatrólogo Jean-Paul Sartre (1905 – 1980) ficou famoso e conhecido pelos seus longos e preciosos prefácios, verdadeiras peças literárias e filosóficas escritas em algumas centenas de páginas. Virou obra clássica sua apresentação do livro fundamental sobre as lutas anti coloniais: “Os Condenados da Terra” de Frantz Fanon (1925 – 1961) de 1963, que seria publicada em livro no Brasil com cerca de 400 páginas. Garanto que vamos poupar o leitor na apresentação dessa coletânea de centenas de laudas, um excesso raramente necessário, permitido a expoentes da cultura como Sartre e Fanon. Assim, mais concisos, falamos da importância e da urgente necessidade da publicação dessa obra coletiva organizada entre as salas ou locais pessoais de estudo dos que a propuseram: Everton Nery Carneiro (UNEB), Luís Távora Furtado Ribeiro (UFC) e Sandra Célia Coelho (UNEB), pela ordem alfabética. Nós a compilamos, desde nossos modestos gabinetes domiciliares de trabalho, confinados que estamos nessa quarentena em virtude de uma pavorosa pandemia, no ano de 2020 em crise sanitária, social e econômica, nesse país desgovernado.

Na apresentação dessa coletânea vale refletir sobre o digno e ancestral hábito de escrever, que nos move desde que se inventou a escrita, e em seu mais recente objetivo de realizar e divulgar pesquisas acadêmicas para desvendar a complexidade do mundo real buscando compreender, pelo menos nos aproximarmos de suas inatingíveis múltiplas determinações. Esforço hercúleo e prazeroso que não pode ser realizado por um só nem por poucos, sendo necessários muitos, inúmeros de nós para realizar-lhe.

Neste sentido, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS), que está inserido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), trazendo diante da especificidade institucional que é a multicampia, uma característica interdepartamental, possui pesquisadores de diversos *Campi* e diálogos com outras Instituições

de Ensino Superior Nacional e Internacional. Historicizando um pouco a trajetória do GEPERCS, apontamos que o mesmo foi criado e certificado pelo CNPQ em 2011, formado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, no que coaduna com sua concepção multi/interdisciplinar. O Grupo é composto por 8 doutores, 03 doutores colaboradores estrangeiros, 03 técnicos e os demais estudantes de graduação e pós-graduação. Estando ancorado ao Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB), do Departamento de Educação – Campus XI – Serrinha. Tendo como objetivo principal pesquisar a religiosidade das diferentes sociedades e culturas na perspectiva das ciências humanas, sociais e da saúde, situando a religião como um dos principais sistemas simbólicos, priorizando a análise da relação entre as diferentes categorias sociais marginalizadas e o fenômeno religioso. Além disso, as discussões de caráter multi/interdisciplinar e estudos do grupo enfatizam a inter-relação com a saúde, gênero, educação e cultura nos diversos contextos sociais.

Os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores do grupo perpassam por quatro linhas específicas de pesquisa: 1) Religião e saúde, 2) Gênero, religião, educação, saúde e os novos contextos de aprendizagem, 3) Religião, cultura, educação, sociedade e novas formas de subjetivação e organização comunitária e 4) Gênero, Saúde Sexual/Reprodutiva e Populações vulneráveis. O Grupo trafega por ações pontuais de socialização e difusão do conhecimento produzido, através de pesquisas nos seguintes âmbitos: proposição e participação em Congressos Nacionais e Internacionais da área e áreas afins dentro e fora do país, através de apresentações de comunicações, proposições de Grupo de Trabalho e a Realização de um colóquio Bidual sobre Diversidade Religiosa no Brasil Contemporâneo; evento esse pautado como uma proposição já materializada do GEPERCS, que é o Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB), reiterando que estamos na terceira edição da supracitada atividade. As pautas de internacionalização, são ancoradas através do diálogo, proposição de pesquisa e publicações em conjuntas com as seguintes IES estrangei-

ras: Universidade de Habana, Universidade da Guyane, Universidade Lusófona e Universidade Católica de Lisboa. Na quinta edição da Coletânea Apontamentos de Pesquisas ora apresentada pautamos uma análise das multiplicidades e conexões dos campos dos saberes sobre o contexto mundial vivenciado pela Pandemia do COVID -19.

Nesse livro que divulga e aproxima tão diferentes objetos de estudos e tão diversos métodos de investigação, congregando em suas semelhanças e diferenças uma gente muito boa em suas importantes e indispensáveis áreas de conhecimento e lugares geográficos (seja como afeto, como ético, como epistemológico, como étnico-racial). Muitos nem se conhecem pessoalmente, mas nos congregamos aqui na defesa da ideia comum que nos mobiliza e anima, de que o conhecimento é uma produção e aproximação coletiva com sua origem enraizada no contexto histórico e social. É nesse capitalismo que cresce a cada dia concentrando cada vez mais as riquezas, excluindo e violentando as maiorias entre trabalhadores negros e mulheres, devastando os recursos da natureza e comunidades indígenas, sistema sempre contraditório e violento movido por uma crise permanente.

A ideia original do livro e a diretriz mais forte em sua organização deve-se a duas pessoas muito queridas, atuantes e engajadas numa práxis libertadora. Inicialmente a incansável e culta pesquisa e escrita do professor Everton Nery Carneiro, geógrafo, filósofo, teólogo, poeta e livre pensador, intelectual, estudioso de Nietzsche, que vem sempre nos lembrando do conceito aberto da “vontade de poder” que fundamenta em Aristóteles (384 – 322 a. C.) em sua crença que nossa humanidade é uma possibilidade que se realiza, numa “vontade de potência”, que nos impele a perseguir novos destinos em “mares nunca dantes navegados”. Nesses tempos de quarentena, Everton Nery liderou inúmeras, diversas e variadas apresentações de frutuoso debates virtuais, que mais um anglicismo atual denomina de “lives”. Mesmo que muitos não saibamos o que esse nome significa, Dr. Everton Nery coordenou esses encontros onde importantes debatedores se dedicaram a revelar temas como o racismo e a resistência da cultura negra, a religiosidade e o candomblé, a opressão e o poder das mulheres, a fala

e a liberdade de escolha de opções de vida e sexualidade, passando pelo direito a terra e a cultura dos índios, a luta dos trabalhadores, não omitindo a profissionalização, formação e direitos sociais de docentes, junto às questões relativas ao sofrimento. Sempre num movimento que parte da Bahia e compartilha militância e conhecimento com o Brasil e o mundo.

Conheci mais de perto o professor Everton Nery Carneiro quando fui o supervisor de seu pós-doutorado, que o escritor baiano realizou em meu grupo de pesquisa GPFOHPE, que estuda sobre formação de Professores, História e Política Educacional - na Faculdade de Educação, Faced, da Universidade Federal do Ceará, UFC, entre 2018 e 2019. Daí, surgiriam os novos projetos dentre eles a realização dessa coletânea que ora apresentamos como Dossiê número 2 de 2020 da revista Caderno Teológico de Pesquisa intitulado: Apontamentos de Pesquisa: A Pandemia Covid – 19: Teologia, Ciência e Arte em Conversas. Para realizá-lo, contamos com a valorosa e inestimável participação e a liderança da professora Sandra Célia Coelho da UNEB.

Esta amada professora e suas inestimáveis e importantes pesquisas na área da romaria nos brinda com um conceito muito singular, que é o de vida peregrina. A vida das andanças, da docência, da pesquisadora, dessa que vai aonde o povo está. A Dr^a Sandra Célia busca dar voz àqueles sem voz e sem vez. Uma pesquisadora peregrina ou uma peregrina pesquisadora? Entendemos que as duas dimensões, sem distinções! A Sandra Cientista Social, a Sandra Doutora, a Sandra pós doutora, a Sandra, uma das articuladoras e atualmente coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Uneb em Serrinha, nos concede uma honraria, de participarmos juntos nessa coletânea. Para além disso, uma convivência recheada de charme e carisma. Suas lutas em torno e no interior das ciências são pertencentes às dimensões do ordinário e também do extraordinário. A primeira é essa dimensão que se repete regularmente, ou se faz presente a todo instante. A Dr^a Sandra pesquisa essas regularidades, mas vai além, ao abordar o extraordinário, essa dimensão do não regular, daquilo fora do estabelecido. Essa é a pesquisadora Sandra, alguém

entre a quietude e a inquietude, e nisso nos inquieta, impulsionando-nos a continuar perguntando, pesquisando, escrevendo divulgando, enfim amando, numa relação não ingênua com o que está construído, propondo sempre e inevitavelmente uma (des)construção.

Já o professor Luís Távora é cearense e tem 60 anos de idade, quase 40 destes dedicados à docência. Escritor, ensaísta e atualmente entusiasta da literatura de cordel, é cientista social de formação, o que lhe dá sensibilidade para um olhar apurado sobre a educação através de múltiplos aspectos.

Dotado de simplicidade e gentileza ímpares, tratando sempre a todos com muito carinho e atenção, é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, onde formou muitos professores que atuam em vários lugares do país. Essa experiência é um dos pilares para a construção de nossa coletânea.

Reunimos nessa coleta 22 artigos de dezenas de pesquisadores e os organizamos por temas em três partes. Os temas variados são amplos e gerais o suficiente para nos dar um panorama da importância da pesquisa social em nossas universidades. Os artigos falam sobre recém-nascidos e da infância sobre seu desejado bem-estar e literatura infantil, sobre a saúde, a assistência social e diversos cuidados hospitalares. Abordam ainda temas filosóficos e a religiosidade popular e o pentecostalismo em tempos de crise, com interesse pela vida da juventude nas residências universitárias e bibliotecas, da resistência de negros e mulheres, além e senhoras na prática de educação física. Não omitindo temas sociais na crise sanitária como a fadiga de profissionais da saúde, do sofrimento e coragem de pacientes de hemodiálise, e sobre as populações de rua e relatos de vida de “profissionais do sexo”.

Com ensaios pertinentes de análise dessa crise sanitária e social, a coletânea traz artigos que tratam do neoliberalismo, reformas, trabalhista e da previdência social pública, do elitizado projeto educação para todos e da crítica necessária às diretrizes educacionais do Banco Mundial, novo ministério internacional da educação; revelando políticas elaboradas sobre a ótica anti-social do capital financeiro. Revelam e denunciam uma vez mais o fascismo, o racismo histórico e o conformismo religioso.

Os artigos ainda nos convidam para a cultura nos trazendo estudos sobre a escola, biblioteca, literatura e cinema. Tudo isso em contribuições coletivas que vão das cidades praianas de Fortaleza no Ceará a Valença na Bahia. Numa viagem acadêmica fantástica que se desloca do interior baiano nas cidades de Catolé e Brumado até as Ilhas de Cabo Verde no além mar. Para revelar aonde podem nos levar o conhecimento e a pesquisa, em tempos de obscurantismo e da destruição do meio ambiente, da cultura e do nosso frágil tecido social.

O poeta Francesco Petrarca (1304 - 1374) em torno de 1350 adaptava uma expressão ancestral da língua latina em dois versos fundadores da língua italiana: “Navegar é preciso, viver não é preciso.” Eram tempos sombrios da epidemia denominada de Peste Negra que se espalhou pelo mundo aproximadamente entre 1347 e 1353 que o escritor viveu quando se aproximava dos cinquenta anos de idade. Longe de serem versos de resignação, eles tratavam de que devemos sair em gesto livre em busca de novos lugares, quem sabe, onde resida a verdadeira vida, longe das doenças e epidemias, da violência e do abandono social. O texto era uma adaptação e uma oposição. Adaptação de um ditado antigo, se contrapondo ao sentido que lhe dera Pompeu (106 a. C – 48 a. C.) antigo general e cônsul romano.

O militar falava de uma falsa necessidade. Ele dizia a seus comandados que era necessário navegar, que viver não era necessário. E viver para o militarismo, para guerrear contra inimigos reais ou criados, presentes ou imaginários. Pompeu exortava os homens para a guerra. Na realidade, para as conquistas do império romano. Petrarca nos sugere outro caminho: a busca de um novo mundo onde reinasse saúde, bem estar (expressão atual), fartura e paz. Navegar cada vez para mais longe, nunca para guerrear, mas para encontrar novas formas de viver, sem epidemias ou sem guerras, se distanciando da morte, certamente com mais poesia e literatura.

É esse dilema que vivenciamos agora. Transitamos entre o militarismo de guerras imaginárias, da destruição de direitos sociais em conformismos e anestesia política ou religiosa. Nós nos insurgimos ao revés de esforços de fraternidade e elevação humana através do conhecimento, da ciência e da cultura. Nossos pesquisadores e autores

desses ensaios escolheram a melhor parte, congregados na poesia de Petrarca em tempos semelhantes de exclusão social e pavorosa pandemia. Por que pesquisar – e escrever – é preciso.

Em tempo, o bravo e vitorioso general político Pompeu foi traído por seus colegas políticos generais aos cinquenta e oito anos, cerca de cinquenta anos antes do nascimento de Jesus. Sua memória foi reduzida, quase que apagada em favor de Júlio César, também traído e assassinado quatro anos depois, em 44 a. C.

E podemos resumi-lo em versos da Literatura Popular do Cordel: poesia rimada e metrificada, vendida em folhetos baratos expostos em cordas nas feiras livres, com suas capas e ilustrações em xilogravura: “Escrevemos esse Livro/ Da Bahia ao Ceará./ De Brumado ao Cabo Verde/ Vai a onde o amor está./ Com cientistas, escritores,/ De estudantes ou doutores/ Cantem lá que eu canto cá.”

Ou lembrando e reafirmando ainda: “Traz crítica e esperança/ Do racismo de hoje em dia./ Fé e religiosidade,/ Da política sem guia./ Busca saúde e cultura/ Bem viver, a alma pura:/ Vem lhe fazer companhia.”

Com as bênçãos da ciência, dos poetas e da literatura italiana ou popular do Nordeste, contra o fascismo, apresentamos a Coletânea *Apontamentos de Pesquisa: A Pandemia Covid – 19: Teologia, Ciência e Arte em Conversas*. E lhes convidamos ao prazer da leitura. Por que navegar é preciso. E viver: também é preciso.

Fortaleza e Valença, julho de 2020.

Everton Nery Carneiro (GEPERCS/ MPIES/UNEB)

Luís Távora Furtado Ribeiro (UFC)

Sandra Célia Coelho (GEPERCS/ MPIES/UNEB)

PREFÁCIO

Religião, Civilização e Pandemia Para uma hermenêutica do pânico pandémico

*[Apolo] Desceu dos cumes do Olimpo, de coração irado,
trazendo aos ombros o arco e a aljava toda fechada;
à medida que ele avançava, as flechas retiniam
no ombro do deus enfurecido. E ele seguia, semelhante à noite.
Sentou-se longe das naus, e lançou uma flecha;
do arco de prata saiu um silvo terrível.
Atacou primeiro as mulas e os cães velozes,
depois atirou aos próprios homens com o seu dardo pontiagudo;
e as piras dos cadáveres ardiam sem cessar.
Durante nove dias, os dardos divinos correram o exército.*

Homero, Ilíada, Canto I, vv. 44-53

1. A Pandemia como fenómeno mental, para “Toda a Espécie”

Com o decretar de quarentenas e de medidas de condicionamento à vida nos espaços públicos um pouco por todo o mundo, vimos pela primeira vez alguns espaços emblemáticos sem qualquer pessoa: Praça de S. Pedro, Catedral de S. Marcos, etc, etc, etc.... espaços que apenas concebemos com muita gente, foram-nos apresentados nus de pessoas, durante meses.

Se até há pouco tempo o bulício de tanta gente se mostrava quase ensurdecedor, impossibilitando uma boa fruição desses espaços, hoje somos brutalmente “ofendidos” na forma como concebemos o espaço público através da anulação da inevitabilidade do Ser Humano estar lá – afinal, o espaço existe sem mim, sem o meu semelhante. O *horror vacui*, a natural repulsa que a natureza tem ao vazio, parece ofender um olhar habituado a ter o pulular de gentes como sinónimo de vida.

O conceito de pandemia é o mais democrático que podemos imaginar. “Todo o Povo” (παν + δῆμος) é, literalmente, todo o universo de possibilidades em que nenhum grupo ou ninguém poderá afirmar estar de fora. Mais uma vez, uma epidemia tem também o horror ao vazio.

Tal como nas bíblicas Pragas do Egipto, a sexta, “sarna, que arrebentava em úlceras nos homens e no gado” (Êxodo 9:10,11), a pandemia relatada por Homero no canto I da *Ilíada*, tem de ser fruto de uma ira divina. É tal a subversão da ordem natural que apenas essa é a justificação plausível.

Na *Ilíada*, o deus Apolo é mesmo retratado de forma quase cobarde a atacar com as flechas. A guerra tinha uma ética. A morte com honra implicava a luta corpo a corpo, o olhar nos olhos. Apolo “*sentou-se longe das naus, e lançou uma flecha*”, cobardemente. É o que é uma pandemia; causando o caos e uma ordem fora da ordem natural.

Estas duas descrições de pandemias, que são das mais antigas que temos, ambas da primeira metade do I milénio a.C., mostram a arbitrariedade e a forma cobarde na escolha daqueles que afeta. Não é uma pandemia porque afeta todos, mas porque pode afetar todos, sem distinção. Todo um povo está a sua mercê.

Mais perto de nós, a Peste Negra, que só seria erradicada da Europa no século XIX, criaria uma verdadeira mitologia traumática que ficaria marcada nos imaginários, trauma retomado e avivado com as epidemias e pandemias dos séculos XIX e XX, especialmente com a chamada Gripe Espanhola (1918).

Hoje, o vislumbre por paisagens normalmente pejudadas de humano, mostra-nos o deserto da higiene social para controlar a proliferação do contágio. Vemos, mesmo, as religiões a pedirem aos seus crentes que se abstenham de partes importantes da vida religiosa: Católicos mudam hábitos da comunhão e deixam de fazer o “Abraço da Paz”; Protestantes recomendam a “Ceia do Senhor” com luvas; Muçulmanos anulam a oração em congregação à sexta-feira, são alguns dos exemplos.

Parece que tudo nos conduz para um medo fortíssimo, cimentado em milhares de anos de pandemias, em que o texto bíblico e

Homero são apenas dois exemplos documentados. Trauma consolidado nas estruturas de pensamento, entramos em modo pânico.

As reações são o resultado do momento e dos factos em jogo, mas são também os medos testados no ADN de uma estrutura evolutiva que é uma espécie. Sim, a forma como reagimos a uma pandemia tem ecos na “memória” da espécie e na forma como estes fenómenos são um perigo acima da vida de cada um de nós. Uma *Pandemia* não é uma doença para “Todo o Povo”, mas para “Toda uma Espécie”.

2. Matrix: “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra”

A célebre frase do Génesis bíblico, “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (Génesis 1, 28) ganhou hoje mais atualidade que nunca. Possivelmente, esta é a frase mais anti ecológica que podemos encontrar num Texto Sagrado. Ela foi a base de toda uma postura cultural que nos retirou dos ecossistemas e nos criou o convencimento de estarmos acima, fora deles. A noção de domínio é aqui plena e forte.

Sáímos do equilíbrio dos ecossistemas, dominando-os, alterando-os, usando a Terra como simples fonte de matéria-prima e de energia, e hoje somos postos em causa com um dos mais pequenos instrumentos que os equilíbrios naturais criaram, um vírus.

É sempre provocador regressar a uma frase que nos coloca em confronto com os vírus. Recordo a cena que no primeiro filme da trilogia *Matrix* marca a recuperação, o regresso à ação de Morfeus. Nessa situação em que o herói está quase a sucumbir, o Agente Smith interroga-o. Incapaz de dele tirar alguma informação, ataca com uma afirmação demolidora, comparando o ser humano, a espécie biológica, que Morfeus defende de forma irredutível, a um vírus:

“Vocês vão para uma área e multiplicam-se e multiplicam-se, até que todos os recursos naturais sejam consumidos. A única forma de sobreviverem é indo para uma outra área. Há um outro organismo neste planeta que segue o mesmo padrão. Você sabe qual é? Um vírus. Os

seres humanos são uma doença, um cancro neste planeta. Vocês são uma praga.”

É, de facto, curiosa a forma de vida desta espécie que se auto proclamou, não apenas de *Sapiens*, mas de *Sapiens Sapiens*. Depois da revolução agrícola ter votado muitas das terras férteis para a desertificação por exploração até ao limite, depois da revolução industrial ter levado a uma corrida louca às matérias-primas, tendo desenvolvido formas de colonialismo de que hoje ainda somos herdeiros nos traumas e nos conflitos que temos, estes “duplamente sábios” (*Sapiens Sapiens*) encontram-se ao espelho de um vírus que age exatamente da mesma forma: esgota os recursos e vai para outro lugar fazer o mesmo.

Quanto mais não seja, esta pandemia já nos obrigou a algumas reflexões e a algumas constatações relativas ao trabalho e às deslocações: afinal, é possível ser produtivo e criativo com outro estilo de vida, trabalhando mais em casa, por exemplo – infelizmente, apenas alguns de nós o podem fazer.

No *day after* a esta pandemia, conseguiremos criar uma nova relação com o nosso planeta, ou vamos, arrogantemente, mostrar ao mundo dos vírus, e restante natureza, quem manda, retomando a frase do Génesis bíblico?...

3. Pré-modernidade e religião

Ao longo da pandemia, o universo das religiões foi muitas vezes notícia. Sigamos duas tipologias de reação: por um lado, as formas quase hilariantes que alguns sacerdotes e pastores usam para fugir ao confinamento e dar o apoio possível aos seus fiéis; e, por outro, o lado quase subversivo de algumas igrejas que recusam as ordens de recolher, que continuam a reunir as suas imensas assembleias e afirmam que tudo está nas mãos de Deus, que é um castigo, e que apenas Ele libertará. Este segundo é, realmente, um problema.

É o longo caminho para se sair do confinamento, a longa espera pelos números reveladores da eficácia das medidas de contenção. Alguns países já saram do confinamento, depois de terem conseguido fazer quase desaparecer a transmissão do vírus. Um grupo de países vai retomando as atividades, fruto dos bons resultados de meses de confinamento, mas outro decidiu manter aberta a economia antes de ter a pandemia controlada. São dois universos mentais totalmente antagônicos. Num, foi a ciência que esteve na base das decisões; noutro, foi o senso comum e a subalternização do conhecimento especializado.

Mas o drama que continuaremos a ver nesses países é muito grande. Abrir a sociedade, por razões económicas, antes de controlada a pandemia, apenas irá criar mais morte e medo. Os números nestes países são avassaladores e nada parece modificar as políticas.

São como que dois universos que já antes se pressentiam e que hoje nos surgem claramente distintos. Estas duas formas de viver a pandemia são imagem da forma como se encara a realidade: um lado com realismo e pragmatismo, recorrendo a especialistas, o outro, com idealismo ingénuo, esperando que uma providência atue e proteja, tentando controlar os fluxos informativos e demonizando quem não concorda com essa visão.

Este quadro só é possível, seja de um lado, ou do outro, com base no mesmo elemento: um ensino generalizado e assente no método científico. A diferença é que, de um lado do Atlântico, com as diferenças inevitáveis entre países e culturas, esse sistema tornou-se regra e, hoje, toda a população compreendeu o que, e porque o fazer. Do outro, não; não apenas o ensino não é generalizado, como em parte significativa não é assente na valorização da ciência, mas sim da fé mais obscurantista e pré-moderna.

4. As respostas espirituais das religiões

Mas a questão pode ser ainda outra. Não que uma postura acientífica não seja importante de questionar e de equacionar. Mas é importante tentar perceber como está a reagir a este momento único

o quadro religioso que não nega nem demoniza a modernidade, as tradições com uma maior e já pacificada relação com o pacote civilizacional da modernidade.

E neste largo grupo, maioritário e, nesta fase pandémica, mais silencioso, não se trata apenas de a prática religiosa se adaptar a uma realidade de confinamento em que as pessoas não podem, ou não devem, ir à igreja. Numa resposta estrita, as experiências desta natureza já se fazem há dezenas de anos, que o digam os tele-evangelistas dos EUA que o fazem com um sucesso imenso, ou que o digam as imensas missas e orações que nos últimos meses passaram a ser transmitidas pelo Facebook.

A questão hoje reside no que a religião pode dar em termos de questionamentos profundos e existenciais. O que as religiões podem oferecer de espiritualidade num quadro onde os desafios da sanidade são tremendos. O que, de sentido falando, a religião pode dar neste momento conturbado.

Durante muitos séculos, a resposta foi quase sempre essa: o castigo. O que de mal acontecia transversalmente a uma sociedade, fosse uma pandemia ou uma guerra, era fruto do abandono ou do castigo de Deus.

Hoje, com uma sociedade tendencialmente laicizada, com indivíduos mais cultos, mais exigentes para com as instituições religiosas, muitos, até, mais autónomos em termos espirituais, qual o papel das religiões? Estão a cumprir a sua função de apoiar os desfavorecidos, os mais frágeis? Ou estão também de quarentena no que de discurso de valores diz respeito?

Este é um momento único de possibilidades. De um lado, vemos as tradições que se agarram ao pré-moderno a fazer o mesmo jogo de sempre, a demonizar e a dizer que é castigo. Por outro, vemos as instituições tradicionais um pouco sem saber como fazer, e o que fazer, neste momento de exceção. Impossibilitadas de usar as mesmas armas dos movimentos e igrejas que negam as evidências científicas, as tradições mais antigas e enraizadas buscam um lugar numa espiritualidade que não se pode efetivar na comunidade como tem sido

norma nos últimos séculos: a reunião em assembleia física, a essência da vida religiosa dos monoteísmos, está fora de questão.

Sim, o desafio é imenso nesta fase de confinamento. A religiosidade e a espiritualidade têm de ser, hoje, solitárias, sozinhas, quase em abandono. Transformados em eremitas citadinos, não temos ferramentas espirituais que possamos usar nestes dias de interditos imensos.

O que se aguarda das grandes tradições religiosas são essas ferramentas que, sem nos dizer que a culpa é nossa, nos ajudem a reencontrar: *Re-encontrar, Re-ligare, Re-lere*.

É essa a função da religião nos dias de confinamento. Fazer-nos “re”- tomar o que sempre fora nosso, mas que hoje se encontra ausente.

5. Regresso ao Sagrado

Nunca são demais as palavras para reconhecer o esforço feito pelas confissões religiosas, começando pelas demograficamente mais importantes, passando por tantas outras que de imediato sobrepuseram o acatar das diretivas de proteção dos cidadãos, a uma leitura que lhes seria muito fácil e cativaria muita gente, de antagonismo face ao mundo, demonizando-o e lendo na pandemia um castigo divino. A maturidade cidadã demonstrada em grande parte do mundo foi um exemplo digno de louvor.

O regressar ao espaço sagrado, aos templos, realizando o culto e participando nos ritos, é uma dimensão essencial na cosmovisão de muitos nossos concidadãos. Esta dimensão sagrada do quotidiano é a essência da “prática” religiosa, da afirmação da pertença através do estar e do ser parte oficiante do culto. Contrariamente ao que se diz, “ir à missa” não é simplesmente “estar” no local onde um Padre oficia a dita missa; não, “ir à missa” é participar do ritual sagrado e ser, em grande medida, também oficiante ao estar em assembleia com os restantes “irmãos”.

E esta dimensão de participação religiosa, que alimenta espiritualmente o crente é, de facto, fundamental numa sociedade que tem uma herança de largos milhares de anos de vivência ritualizada da espiritualidade. E falo, naturalmente, na ritualidade que tem o cristianismo católico, mas também o evangélico, a reunião em congregação islâmica, o *shabbat* judaico ou até a reunião em loja dos maçons, entre tantas outras.

Só com um trabalho de respeito para com a Liberdade Religiosa, mas também de respeito para com a integridade e a saúde de cada um, será positivo e de futuro. Seria de uma dramaticidade tremenda a necessidade de uma futura segundo confinamento devido a uma indevida gestão deste processo.

Paulo Mendes Pinto
(Coord. da área de Ciência das
Religiões da Un. Lusófona, Lisboa, Portugal)

SUMÁRIO

PARTE 01

FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO 22

1. LITERATURA INFANTIL EM TEMPOS DA PANDEMIA COVID-19: CIENTISTAS DO MUNDO, DESCUBRAM LOGO A CURA 23
2. A AÇÃO DO CORONAVÍRUS A PARTIR DA VONTADE-DE-PODER NIETZSCHIANO 44
3. SENHORAS EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DA PANDEMIA COVID 19: ENTRECruzando OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ORIENTAÇÃO DA PEDAGOGIA 63
4. MARTIN HEIDEGGER E MARTIN BUBER: REFLEXÕES FENOMENOLÓGICAS ACERCA DA ALTERIDADE 80
5. EMBATES ENFRENTADOS POR RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS MEIO A PANDEMIA DO COVID-19 97
6. A IGREJA CATÓLICA E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS 117
7. LITERATURA MÍTICA E A EPISTEME RACIAL: A VIDA E A JUSTIÇA NA RACIONALIDADE ÉTICO-CIVILIZATÓRIA DO ESTADO 136
8. ADVERSIDADE, RESIGNAÇÃO E ESPIRITUALIDADE: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES EM TEMPOS DE COVID-19 .. 156
9. LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA 175

PARTE 02

CULTURA, POLÍTICA E SAÚDE 188

- 10 RELIGIOSIDADE DE PACIENTES EM HEMODIALISE: PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE 189
11. O CUIDADO EM SAÚDE E COVID-19: CUIDADOS PALIATIVOS, ESPIRITUALIDADE/RELIGIOSIDADE E FADIGA POR COMPAIXÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE 202
12. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA COVID-19: O APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NA CIDADE DE SALVADOR-BA . 214
13. O DESTAPAR DO VÉU: ABORDAGEM AOS EFEITOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DOS SURTOS EPIDÉMICOS E UM CASO RELIGIOSO 233
14. PENSAR A SAÚDE E A DOENÇA. EPIDEMIAS NA DINÂMICA DAS SOCIEDADES 250
15. MEDIDAS PREVENTIVAS PARA COVID-19 EM RECÉM-NASCIDOS 272

16. NEOLIBERALISMO E A CATÁSTROFE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA.	285
17. O DISTANCIAMENTO SOCIAL EM ÉPOCAS DE PANDEMIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL.....	303

PARTE 03

AFINIDADES E REVERBERAÇÕES	319
18. O PAPEL DA MEDIAÇÃO NAS ESCOLAS CABO VERDIANAS.....	320
19. DISCURSOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO ACERCA DA SUA QUALIDADE DE VIDA: ASPECTOS POSITIVOS DO COTIDIANO.....	337
20. A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA ANÁLISE ONTO-CRÍTICA.....	348
21. INTRODUÇÃO DO QUE TALVEZ SEJA UMA LOUVAÇÃO A JORGE AMADO, OU TALVEZ SEJA UM ABC. DE AMADO, DA BAHIA E DO CINEMA. DE BAIANA PARA BAIANO	373
22. A CRISE DO CORONAVÍRUS: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO CONTEXTO FEMININO	392
POSFÁCIO	408
SOBRE OS AUTORES.....	412

PARTE 01

FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

1. LITERATURA INFANTIL EM TEMPOS DA PANDEMIA COVID-19: CIENTISTAS DO MUNDO, DESCUBRAM LOGO A CURA

César Costa Vitorino

Constância Maria Borges de Souza

Verbena Mourão Lopes

RESUMO

No presente artigo foi realizada a apreciação de dois paradidáticos que discutem a pandemia do coronavírus no mundo. O objetivo se consistiu em verificar a contribuição da literatura infantil no desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos leitores. Os informantes são estudantes do ensino fundamental I e II, que após leitura das obras responderam a um questionário. O subsídio teórico está fundamentado nas discussões de Coelho, Bettelheim, Capra, Comte, Laguna, Moraes, Quental e Zittel, que dialogam sobre a temática. A indicação da leitura inicialmente foi para discentes do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), matriculadas na disciplina Literatura e Educação, semestre 2020.1. Após a leitura, as estudantes indicaram que alunos de escolas particulares ou públicas, filhos de familiares e amigos, que estão em casa devido ao isolamento social exigido como medida de precaução para preservação de vidas, fizessem a leitura e avaliassem as histórias. Constatou-se que as histórias envolveram os leitores a ponto de indicarem para colegas, amigos e familiares. Utilizou-se a pesquisa de cunho etnográfico, que se preocupa com o significado que têm as ações e os possíveis eventos para as pessoas ou para os grupos estudados. Considera-se que as temáticas emergentes nos paradidáticos servem para fazer advertências do contexto social.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Educação. Pesquisa etnográfica.

Introdução

Neste artigo, pretende-se mostrar o resultado de uma pesquisa com alunos do Ensino Fundamental (EF) I e II (2º ao 8º ano) que fizeram as leituras dos livros *Corona, vírus* e *O escudo protetor contra o rei vírus: um conto para explicar às crianças o que está acontecendo*. O

objetivo do trabalho consiste em verificar a contribuição da literatura infantil no desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças e de pré-adolescentes. Esses livros informam sobre uma realidade local e global que está trazendo pânico às pessoas.

Laguna (2015) ratifica que a leitura de paradidáticos pode despertar nas crianças e nos adolescentes o prazer de ler. É fato que o ato de ler instrui, possibilita divertimento, faz também o leitor sonhar com justiça, amor e paz. A indicação da leitura dos livros (online) *Corona, vírus* (2020), história de Maria de Jesus Sousa (Juca)¹, ilustração de Maria Guerreiro, com 24 páginas ilustradas e de *O escudo protetor contra o rei vírus: um conto para explicar às crianças o que está acontecendo* (2020), autoria de Guadalupe del Canto, psicóloga perinatal e especialista em desafios reprodutivos, com 19 páginas ilustradas, publicado por @saludmentalperinatal, para acadêmicas do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC)², matriculadas na disciplina Literatura e Educação, semestre 2020.1, surgiu da necessidade/opportunidade de socializar uma obra recente que trata da COVID-19, doença que vem se proliferando de forma rápida por todos os continentes. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), essa doença requer isolamento social como medida de precaução. Para um olhar plural dos dados apresentados, além do olhar pedagógico, tem-se ponderações dos outros autores: um olhar do campo de Letras/Linguística e do campo das Artes.

Fugindo um pouco do comumente apresentado nos paradidáticos, no lugar do encantamento e da magia, apresentam-se cuidados que devemos ter com a higiene pessoal e nos ambientes que interagimos. Portanto, após as leituras das obras pelas discentes, solicitamos

1 Adaptação da história de "Agripino, o vírus da Gripe A" (livro digital das mesmas autoras, editado em 2009 pela DGIDC).

2 Participaram deste trabalho as alunas do Curso de Pedagogia da FVC, semestre 2020.1/disciplina Literatura e Educação: Agnes Bispo Borges, Aline Santos da Silva, Arlidis Santos Silva Batista, Ednalva Correia de Oliveira, Helena Jesus Lima, Isabel Sonia Gomes Pinto, Jeiza de Santana Melo, Joice Ellen Conceição Gonçalves, Laiane Rozeno dos Santos, Marcelly Alves Gonçalves, Maria Lúcia Rodrigues Santana Alves, Michele Pinheiro Brito, Sandra Regina Santos Matos e Verônica Curcino dos Anjos Santos.

que elas enviassem para crianças e adolescentes que pudessem ler através do computador, celular, *tablet* e, depois da leitura, responder algumas perguntas de múltipla escolha e questões abertas relacionadas às possíveis medidas de precaução e para quem indicaria a leitura. Os dados foram tabulados e em outra seção faremos o detalhamento e comentários das respostas.

Base teórica

O suporte teórico deste estudo está alicerçado nas reflexões de Coelho (2014), grande contribuidora para o entendimento do papel/função da Literatura. A escritora, influenciada pelas leituras de Capra (1983) e também pelas contribuições do filósofo francês Auguste Comte e do poeta e escritor português Antero de Quental, apresenta-nos lúcidas ponderações para nos fazer (re)pensar na possibilidade de socialização pela Literatura em tempos de confinamento social, embora a produção seja do ano de 2014, pensamos, então, que a autora teve visão futurista para os dias atuais. Por outro lado, tecemos considerações do professor Zittel (2019), da Universidade de Stuttgart, na Alemanha, particularmente no artigo “Conversas com Dioniso. Jogos lúdicos de Nietzsche”.

Pode-se admitir que, por força do pensamento pós-moderno: a da afirmação da natureza complexa/caótica deste nosso tempo-de-mutação, apresentado por Capra (1983), e a da urgência de interrogações sobre esse tempo/mundo em que estamos imersos, em tempo de pandemia de coronavírus, é oportuno abrir caminho para uma nova compreensão do lugar que, nós, seres humanos, devemos ocupar. Nesse sentido, carece refletirmos um pouco sobre o ponto de mutação.

O “ponto de mutação” (1983), autoria do escritor austríaco Capra, PhD em Física Quântica, possui um enredo simples, no filme, perpassado por diálogos ocorridos principalmente por três personagens, a saber: Sônia (Liv Ullmann), uma cientista-física desiludida com os rumos tomados pela ciência; Jack (Sam Waterston), um político bem sucedido, porém, após perder as eleições para presidente dos Estados

Unidos da América, sente-se esgotado, confuso em relação aos rumos de sua carreira e solicita socorro e Thomas (John Heard), poeta, que teve que abandonar a cidade de Nova York por não aguentar mais o modo de vida mercantilizado, refugiando-se no velho mundo para recuperar-se da decepção profissional e de um casamento fracassado. A cena se passa em um castelo medieval, localizado no vilarejo de La Mont Saint Michel, no litoral noroeste da França, próximo ao Canal da Mancha. Localiza-se histórica e geograficamente numa construção medieval na fronteira entre a Normandia e a Bretanha.

Para lembrar, diríamos que “O Ponto de Mutação” procura encontrar algo novo, de romper com as “coisas” velhas e ir em busca de novos ideais, rompendo com velhos paradigmas. No aprendizado escolar, na educação básica, especificamente em Biologia, por exemplo, há, quase sempre, fragmentação de conteúdos durante nosso aprendizado. Em síntese, diríamos que o estudo das estruturas que compõem o corpo humano é, via de regra, fragmentado, porque primeiramente estudam-se as células, depois os tecidos, os órgãos e, ao final, os sistemas. Pensando nisso, a conclusão é a seguinte: este modelo fragmentado, ainda imposto à sociedade, poderá proporcionar pouca compreensão do mundo e tudo com o qual está relacionado. Na verdade, Capra (*op. cit.*), no Ponto de Mutação, cujo nome foi extraído de um hexagrama do I Ching, compara o pensamento cartesiano, reducionista, para o método científico desenvolvido nos últimos séculos, e o paradigma emergente do século XX, quer dizer, holista ou sistêmico (que considera o todo como indissociável, de modo que o estudo das partes não possibilita conhecer o funcionamento do organismo), daí um possível questionamento: *como a medicina, em curto prazo, poderá encontrar cura para COVID 19 que está dizimando vidas em várias partes do mundo?*

Na literatura infantil e infanto-juvenil, entre vozes e olhares, há, portanto, concordância que:

[...] neste limiar do século XXI, estamos vivendo no ‘olho do furacão’, entre um Sistema herdado (o da

Civilização Ocidental Progressista/Cristã, cujos valores de base já se deterioraram) e uma nova Cultura em processo (cuja verdadeira natureza ainda é ignorada) (COELHO, 2014, p. 329).

Coelho (2014), fazendo breves considerações, ratifica que: a) numa abordagem da história, o nosso tempo-de-mutação teve início com a publicação do livro darwiniano, especificamente a obra **A Origem das espécies**; b) a palavra da Ciência, somada ao materialismo da Filosofia Positivista, idealizada pelo filósofo francês Auguste Comte, abala a pedra-base da Civilização Cristã: a verdade bíblica da existência do Deus Criador do Universo e do Homem; c) o Mundo Pensante, levando-se em consideração a relação imbrincada entre Ciências/Artes/Literatura/Religiões, tem como principal incumbência descobrir novas bases para a compreensão/explicação do fenômeno Vida/Natureza/Homem/Deus. Para a pesquisadora, o “homem cristão, tendo perdido sua origem sagrada e alma imortal, se viu reduzido à simples matéria” (COELHO, 2014, p. 330). A partir dessas considerações, podemos concordar que, enquanto para uns, de “alma” o homem virou “lama”, para outros, contrariamente, o homem era descoberto, como sendo aquele que é “possuidor da Ideia”, quer dizer, a grande força criadora, transformadora, conforme o poeta e escritor português Antero de Quental. Já Nietzsche, por sua vez, considera que a transformação seria outra: das ruínas deixadas pela “Morte de Deus”, surgiria o Super-Homem e sua Vontade de Poder.

Zittel (2019), professor da Universidade de Stuttgart, na Alemanha, no artigo “Conversas com Dioniso. Jogos lúdicos de Nietzsche”, descreve a estrutura enigmática desses diálogos e propõe um modelo interpretativo para os textos labirínticos de Nietzsche. O docente confirma que: 1) Nietzsche apodera-se de uma das clássicas formas de apresentação da filosofia: os diálogos; 2) Nietzsche escreveu uma quantidade expressiva de diálogos, muitos deles ocultos nos fragmentos póstumos; 3) Os pequenos diálogos cênicos (considerados estranhos), na forma de esboço (Entwürfe), possuem de dois a três participantes; 4) Nos textos, falam Dioniso, Ariadne e um eu-textual, raramente Teseu é mencionado, mas

nunca toma a palavra; 5) Por fim, faz-se necessário observar detalhadamente se os jogos de palavras de Nietzsche, seus versos, frases, textos (individualmente ou em seu conjunto), apresentam ocultas estruturas enigmáticas. Conclui-se, entretanto, que, embora abram-se caminhos de entrada para o labirinto do pensamento de Nietzsche, saídas não existem.

Em busca de saídas, ou seja, de soluções, a humanidade vem se reinventando e encontrando novos caminhos no mundo virtual, que coloca tudo muito próximo, interagindo com todos em tempo real, principalmente com as crianças. É oportuno lembrar que

A popularização dos dispositivos móveis e seu manuseio desde muito cedo por crianças provocaram um incremento do comércio digital de bens simbólicos voltados para a infância, sendo um alerta para a necessidade de desenvolver uma crítica especializada e estudos sobre os processos de mediação existentes e desejáveis nesse novo contexto (MORAES, 2019, p. 69).

Metodologia: coleta e discussão dos dados

Foram indicadas as leituras dos livros *online* **Corona, vírus** (2020) e **O escudo protetor contra o rei vírus: um conto para explicar às crianças o que está acontecendo** (2020), para as acadêmicas do Curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), como atividade da disciplina Literatura e Educação, semestre 2020.³ e recomendou-se também a socialização desses livros e ficha de avaliação de leitura de paradidático para filhos de familiares e amigos das graduandas.

O livro **Corona, o vírus**, história de Maria Jesus Sousa (2020), ilustração de Maria Guerreiro, numa forma resumida pode assim ser apresentado: Logo no início afirma-se que é uma história de um vírus muito pequenino e ninguém consegue vê-lo a olho nu. O Coronavírus é chamado assim porque, ao ser observado através do microscópio, parece uma coroa. Apareceu em dezembro de 2019 na China. Todas as

³ A disciplina é ministrada pelo Prof. César Vitorino.

mídias sociais (televisão, rádio, jornais e internet) falam dele. Esse vírus, ao se reproduzir, pode contagiar muitas pessoas. Alguns sintomas da doença são: dificuldade em respirar, cansaço, tosse e temperatura alta (febre). Se esses sintomas piorarem, pode evoluir para uma pneumonia e a pessoa deverá ir em busca de auxílio de um médico, podendo até ficar internado em hospital para receber cuidados, se for necessário. A autora explica que há, no momento, preocupação de governantes de todos os países, Ministério da Saúde, médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e da população em geral, para combater essa pandemia. Os cientistas de muitos países têm trabalhado muito para descobrir como é que o Coronavírus infecta as pessoas e as fazem ficar doentes com Covid-19. Sabe-se até o momento que o Coronavírus também se transmite através do contato com superfícies ou objetos infetados. Solicita-se, então, que as pessoas fiquem em casa, lavem constantemente as mãos e ao saírem às ruas (quando for necessário) usem máscaras como medidas de precaução (SOUSA, 2020).

Após a leitura, os alunos que receberam as histórias por WhatsApp ou por e-mail, como já explicado anteriormente, responderam um questionário mostrando o entendimento do texto e também dando opiniões sobre o que era discutido.

André (2005), na obra **Etnografia da prática escolar**, se propõe a fazer análise das possibilidades e dos limites da metodologia de estudo de caso etnográfico para uma investigação sistemática das situações do cotidiano escolar. Nesse momento, nos referimos a uma proposta combinada com as acadêmicas do curso de Pedagogia da FVC em tempo de confinamento social, planejada pelo docente da disciplina **Literatura e Educação** para ser socializada pelas discentes com familiares e filhos/as de amigos/as. Reforçamos que:

[...] a concepção idealista-subjetivista ou fenomenológica de conhecimento que dá origem à abordagem qualitativa de pesquisa, na qual também estão presentes as ideias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da etnografia, todas elas derivadas da fenomenologia (ANDRÉ, 2005, p.15).

A preocupação da pesquisa de cunho etnográfico é com o significado que têm as ações e os possíveis eventos para as pessoas ou para os grupos estudados. A fenomenologia, comprometida com os aspectos subjetivos do comportamento humano, considera que é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais que ocorrem diariamente. Portanto, de acordo com os fenomenólogos, a realidade é “socialmente construída” (BERGER E LUCKMANN, 1985). Confirma-se, assim, a necessidade de compreensão da fenomenologia para essa pesquisa com livros socializados online.

Nós, docentes, sempre devemos ter a preocupação com o processo educativo. Para essa atividade, não foi possível a permanência do pesquisador em campo, ou seja, contato corpo a corpo (devido ao confinamento social obrigatório no momento), mas fizemos uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a entrevista e a análise de documentos.

Seleção dos Informantes

Os informantes foram selecionados pelas alunas do Curso de Pedagogia e pelo docente que ministra a disciplina Literatura e Educação para fazerem as leituras dos livros que abordam sobre o Coronavírus e responderem um questionário⁴. Com o preenchimento de uma ficha de compreensão do livro, foram colhidos dados dos sujeitos pesquisados, além do entendimento que estes tiveram do paradidático.

4 FICHA DE AVALIAÇÃO DE LEITURA DE PARADIDÁTICO.

FICHA DE AVALIAÇÃO DE LEITURA DE PARADIDÁTICO

Nome:

Idade:

Série que frequenta em 2020:

Sexo:

Religião:

Estuda em Escola: () Pública () Particular

Cidade em que reside: Salvador / Bairro:

Nome da história lida:

Autor da história:

Data em que leu a história:

Questionário

1. Você considera a história:
 - a) engraçada
 - b) triste
 - c) com um pouco de humor
 - d) sem nenhum humor
 - e) apresenta informação de uma triste realidade mundial.

2. A história trouxe para você informações novas?
 - a) sim
 - b) não

3. Aprendeu algo importante lendo a história?
 - a) sim
 - b) não

4. Você recomendaria a leitura da história para outra pessoa?
 - a) sim
 - b) não

5. Em caso afirmativo, por que indicaria a leitura da história?
Quem seria a pessoa?

6. Quais precauções, ou seja, cuidados devem ter uma pessoa para não adquirir o Coronavírus?

Dados dos pesquisados

Foram pesquisados 24 alunos, com idades de sete a treze anos, sendo 14 meninas e 10 meninos; 22 estudantes leram **Corona, o vírus**, de Maria Jesus Sousa (Juca). **O escudo protetor contra o rei vírus** teve 2 leitores⁵.

Os alunos se distribuíram do segundo ao oitavo ano, com maior número (seis) para o quarto ano do Ensino Fundamental I e cinco para o oitavo ano do Fundamental II.⁶ Oito alunos se declararam católicos e 6 não marcaram a religião seguida. Não estabeleceram diferença entre religião cristã, cristianismo, protestante e evangélico, nem houve qualquer posicionamento religioso nas respostas dadas. A maioria frequenta escola particular (14 alunos) e 10 alunos (escola pública). Os pesquisados são quase todos da RMS – Região Metropolitana de Salvador, com destaque para Salvador que conta com 19 pesquisados, distribuídos por diversos bairros periféricos. Foram 14 meninas e 10 meninos, de 7 a 13 anos e 1 sem indicação da idade. As leituras foram efetuadas entre as datas 23 a 26 de março do corrente ano, quando a pandemia⁷ se alastrava pelo mundo, tornando-se o assunto mais discutido pela mídia. Essa informação já tem força para o leitor de ambos os livros entender que é muito grave o que está acontecendo.

Os dados seguintes se referem às localidades onde os informantes residem que têm como ponto de identidade a RMS⁸, com a liderança de Salvador, capital e região influenciadora.

5 Todos os livros abordavam a mesma temática: Coronavírus.

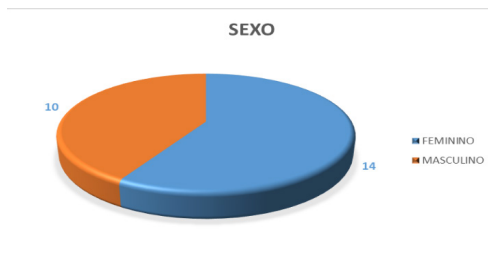
6 Dois alunos não indicaram o ano que estavam cursando.

7 No dicionário online, encontramos: "substantivo feminino. Epidemia que se dissemina por toda uma região. Doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente e acaba por atingir uma região inteira, um país, continente etc." (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pandemia/>).

8 Região Metropolitana de Salvador.

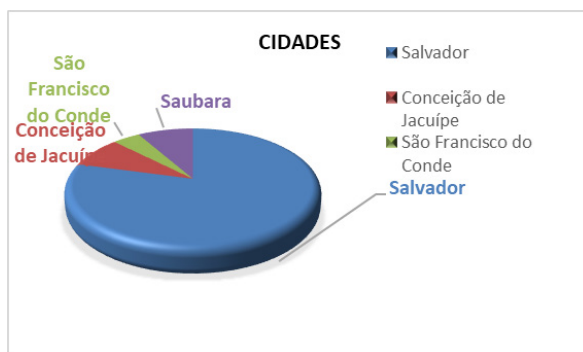
Sexo do pesquisado

FEMININO	MASCULINO
14	10

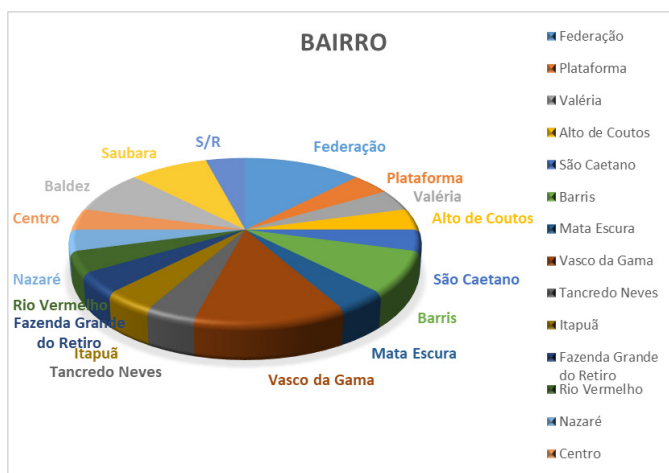


Cidade em que reside

CIDADES	
Salvador	19
Conceição de Jacuípe	2
São Francisco do Conde	1
Saubara	2



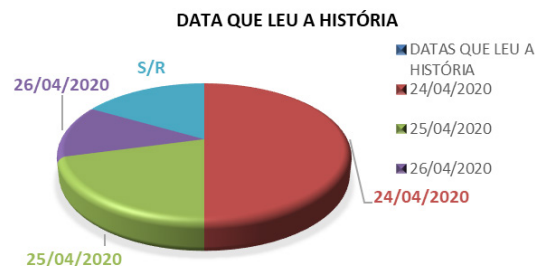
Bairro⁹



⁹ Os bairros da cidade de Salvador-BA onde os estudantes moram são periféricos e retratam o nível sócio econômico de suas famílias. Há informantes também de outros municípios baianos, a saber: Conceição de Jacuípe, São Francisco do Conde e Saubara.

Data em que foi feita a leitura

DATA QUE LEU A HISTÓRIA	
24/03/2020	12
25/03/2020	5
26/03/2020	3
S/R	4



A quantidade de alunos que leu o livro no primeiro dia parece indicar a curiosidade em ler a história, após a indicação das estudantes do curso de Pedagogia, futuras professoras.

O questionário aplicado foi assim respondido:

Questões

1. Você considera que a história é: os 24 entrevistados responderam em unanimidade que a história apresenta informação de uma triste realidade mundial.
2. A história trouxe para você informações novas?

A leitura lhes acrescentou mais conhecimento do que as notícias veiculadas pelos meios de comunicação, como se pode observar no gráfico seguinte, em que 22 alunos disseram sim e só uma se pronunciou com não e 1 não respondeu. Talvez uma dúvida em relação ao respondente que disse que a leitura não trouxe informação nova: o que ele/a já sabia se a abordagem sobre coronavírus ganhou destaque nesse momento no cenário baiano? Por se tratar de uma questão fechada, não saberemos por que a informação não é nova.

SIM	22
NÃO	1
S/R	1



3. Você aprendeu algo importante lendo a história? Os 24 entrevistados responderam em unanimidade que sim, evidenciando o mesmo ambiente social do alunado, apesar de residirem em bairros diversificados, mas que retratavam o mesmo nível sociocultural das famílias desses alunos.
4. Você recomendaria a leitura da história para outra pessoa: os 24 entrevistados responderam em unanimidade que sim.
5. Em caso afirmativo, por que indicaria a leitura da história? Quem seria a pessoa?

As respostas (com algumas correções gramaticais para facilitar o entendimento do leitor) estão dispostas no quadro seguinte e, de modo geral, estão sempre se referindo a parentes, amigos, colegas e conhecidos para se protegerem do vírus ameaçador. A realidade é muito presente em suas vidas. Esta história funcionaria como um alerta para toda a comunidade deles.

PESQUISADO(A)	RESPOSTAS
ALUNO 1	Porque o conteúdo é legal, e outras pessoas precisam saber: meus colegas, pais e vizinhos.
ALUNO 2	Para as pessoas se conscientizarem, para meus pais, minha irmã, tias, primos, vizinha, amigos etc.
ALUNO 3	Porque o conteúdo é legal, e outras pessoas precisam saber: meus colegas, pais e vizinhos.
ALUNO 4	Porque a história tem informações importantes sobre os cuidados que se deve ter para não se contaminar com o coronavírus. Indicaria a história para minha prima Amanda.
ALUNO 5	Meus colegas da escola.
ALUNO 6	s/r

PESQUISADO(A)	RESPOSTAS
ALUNO 7	Porque tem muitas pessoas sem noção que se arriscam achando que é só uma mentira, as pessoas em geral.
ALUNO 8	Para as pessoas ficarem informadas, para meus colegas e minha família.
ALUNO 9	Porque fala sobre um vírus muito perigoso e ensina a lavar bem as mãos, que é muito importante para evitar doenças, meus irmãos.
ALUNO 10	Porque a história é muito importante. meu amigo. Quem seria a pessoa? Porque as crianças têm que entender o que acontece no mundo.
ALUNO 11	Para lembrar as pessoas dessas informações muito importantes. Seria Renato, meu amigo da capoeira e outras pessoas.
ALUNO 12	Indicaria, para que as pessoas ficassem bem informadas, como o contágio do coronavírus pode acontecer e como é perigoso. Informaria para meus colegas, familiares e vizinhos.
ALUNO 13	Para informar a pessoa sobre a covid-19, assim ela poderia se proteger e saberia como se prevenir de pegar a doença, aos meus amigos e parentes
ALUNO 14	Para alertar mais as pessoas. Seria Jackson, meu amigo da escola.
ALUNO 15	Porque, além de estimular a leitura, tem personagens da vida cotidiana, muito colorido e uma história informativa. Quem seria a pessoa? Para crianças da educação infantil e do ensino fundamental.
ALUNO 16	Porque é uma doença que se não tiver cuidado a pessoa morre. Indicaria para os colegas da escola também.
ALUNO 17	Porque as crianças têm que entender a situação do mundo.
ALUNO 18	Indicaria pra ficar por dentro de todas as informações sobre o coronavírus e mandaria para minha família e amigos.
ALUNO 19	Eu indicaria para que as pessoas não ficassem doentes e para ajudar elas. Eu indicaria para Pedro e Ricardo, meus amigos do karatê.
ALUNO 20	Para se informar sobre o coronavírus.
ALUNO 21	Para as pessoas se cuidarem. Meu primo.
ALUNO 22	Porque eu gostei, é legal. Meus coleguinhas.
ALUNO 23	Para as pessoas aprenderem mais sobre o vírus e como se cuidar. Para meus amigos e familiares.
ALUNO 24	Eu indicaria a história para as pessoas ficarem ciente sobre o coronavírus. Eu indicaria para minha família.

Nas respostas, a indicação da (s) leitura (s) do (s) livro (s) seria para familiares, amigos e vizinhos. É notória a necessidade de socializar sobre a pandemia do coronavírus. Os informantes quase em sua totalidade indicariam para colegas e amigos. É um assunto novo, pouco comentado nas escolas, exceto para aqueles que têm aulas remotas,

geralmente os que frequentam escolas particulares. Só pela provável indicação da leitura é suficiente para saber que o leitor gostou ainda que seja um pouco.

6. Quais precauções, ou seja, cuidados deve ter uma pessoa para não adquirir o coronavírus?

As respostas seguem as orientações apresentadas nos telejornais e outros meios de comunicação, sempre seguidas dos amigos, família e demais parentes. Destaque para a limpeza das mãos e o isolamento social (ficando em casa), orientações dadas no livro.

PESQUISADO(A)	RESPOSTAS
ALUNO 1	Lavar sempre as mãos, não tocar em objetos e depois colocar a mão na boca, nariz e olho. Quando tossir/espurrar não colocar a mão na boca, proteger com o braço, ou usar lenço, também usar álcool em gel para matar as bactérias.
ALUNO 2	Lavar as mãos por 20 segundos com sabão usar álcool gel.
ALUNO 3	Lavar sempre as mãos, não tocar em objetos e depois colocar a mão na boca, nariz e olho. Quando tossir/espurrar não pôr a mão na boca, proteger com o braço, ou usar lenço, também usar álcool em gel para matar as bactérias.
ALUNO 4	Usar máscara, lavar sempre as mãos, usar álcool em gel, não ficar em lugares com muitas pessoas, não dar beijo e abraços até o coronavírus ir embora.
ALUNO 5	Lavar as mãos sempre, espurrar no braço, usar máscara e usar lenço.
ALUNO 6	Quando tossir ou espurrar, usar papel, descartar no lixo ou pôr o cotovelo para proteger e lavar bem as mãos.
ALUNO 7	Quando espurrar ou tossir, colocar o nariz e a boca no antebraço, não colocar a mão na boca, nariz e olhos, em casos de suspeita não ficar próximo de idosos, ficar isolado, lavar constantemente as mãos.
ALUNO 8	Evitar lugares com muitas pessoas, lavar as mãos e usar álcool em gel, não ter contato físico.
ALUNO 9	Ficar em casa, beber bastante água, lavar as mãos com frequência, usar álcool em gel, ao tossir ou espurrar colocar o antebraço na frente do nariz ou da boca, e não falar muito perto de uma pessoa, não colocar a mão na boca, no nariz, ou nos olhos.
ALUNO 10	Temos que lavar as mãos com água e sabão, tem quando tossir usar os cotovelos, e utilizar álcool em gel.

PESQUISADO(A)	RESPOSTAS
ALUNO 11	Lavar as mãos com água e sabão ou álcool em gel, usar máscara, mas as pessoas não estão obedecendo a quarentena, estão saindo de casa. Usar luvas e pedir comida delivery.
ALUNO 12	Não ficar em locais como muita gente, lavar muito bem as mãos, usar álcool em gel, seguir as recomendações do Ministério da Saúde e ficar em casa em período de isolamento.
ALUNO 13	A pessoa não pode sair de casa, e sempre estar lavando as mãos, mas se for caso de urgência, e a pessoa sair, não deve sair cumprimentando os outros na rua, nem mesmo com o cotovelo. Sempre tentar ficar mais de 2 metros de distância de todos, não por falta de educação, mas sim por causa de segurança também. Só os que devem fazer o uso das máscaras, são os que estão com a doença, mais o correto é ficar em casa e lavar as mãos, e principalmente, se tocar em lugares quem várias pessoas utilizaram, fazendo todos os cuidados orientados pelos médicos o vírus não irá crescer e nós poderemos voltar a nossa rotina.
ALUNO 14	Lavar as mãos com água e sabão ou álcool em gel, usar máscara, e quando espirrar ou tossir, colocar o nariz e a boca no braço, para não pegar em quem tiver perto os pingos do espirro.
ALUNO 15	Ficar em casa na quarentena, lavar as mãos com água e sabão, usar álcool gel, se vacinar contra gripe, usar máscara ao sair de casa se precisar.
ALUNO 16	Lavar bem as mãos, espirrar longe das pessoas, se proteger com cotovelo ao espirrar, sempre usar álcool gel, sem abraçar as pessoas e beijar.
ALUNO 17	Temos que lavar as mãos com água e sabão, tem que usar máscara, e utilizar álcool em gel.
ALUNO 18	Lavagem das mãos, evitar levar as mãos a boca, olhos e nariz, evitar mexer onde muitas pessoas mexem e colocar as mãos ao tossir ou espirrar.
ALUNO 19	Lavar as mãos quando chegar em casa da rua, tirar os sapatos antes de entrar em casa, e quando espirrar lavar aos mãos, e se pegar em qualquer outro local, também lavar sempre as mãos.
ALUNO 20	Lavar as mãos, não abraçar, não beijar, não dar aperto de mão, ficar em casa.
ALUNO 21	Lavar as mãos, manter distância das pessoas, usar álcool gel, quando for espirrar e tossir coloca o antebraço, não colocar a mão na boca, no rosto e nos olhos.
ALUNO 22	Lavar as mãos. Não ir para a rua.
ALUNO 23	Lavar bem as mãos, se proteger com cotovelo ao espirrar, sempre usar álcool gel, não abraçar e nem beijar as pessoas, manter distância e se for preciso ficar em casa sem sair um por alguns dias.
ALUNO 24	Lavar as mãos sempre que chegar da rua, não chegar perto de pessoas com os sintomas do coronavírus, quando tossir ou espirrar colocar a mão na frente e usar máscara.

Todos os informantes demonstram estar conscientes das precauções, ou seja, lavar as mãos com sabão usar máscaras, usar álcool em gel, evitar abraçar, beijar ou se aproximar das pessoas, ao tossir ou espirrar colocar a mão na frente. Os hábitos de higiene são sempre discutidos nas escolas, nos currículos escolares. São hábitos simples e corriqueiros que podem evitar doenças, contaminação por bactérias. Todos os informantes, como se pode comprovar, responderam. O informante 13 apresenta uma longa e detalhada explicação.

Há passagens nos livros que traduzem situações vividas pelos estudantes, geralmente de famílias de baixa renda que se identificam com as situações apresentadas.

Observe: “[...] **depois de mexermos em sítios** onde muitas pessoas mexem, pois esses são os preferidos dos vírus e bactérias! E evitar ao máximo levar as mãos à boca, olhos ou nariz” (SOUSA, 2020, p. 17).

No livro de Sousa (2020), há uma ilustração de uma criança (menina) segurando a maçaneta da porta, colocando uma mão na maçaneta e a outra na boca e o suposto vírus circulando. Deduz-se, pelo auxílio da imagem, que **sítios** equivalem a lugares onde todos mexem. É uma escrita empregando a modalidade lusitana. É também uma pista que não é um livro de autoria brasileira.

Há também passagens em se tenta brincar para atenuar a gravidade do assunto discutido: “Não é uma máscara de Carnaval, é uma máscara de proteção, mas pode ser igualmente divertido!” (SOUSA, 2020, p. 22).

Ocorre que diante da gravidade do problema o Prefeito da cidade de Salvador - BA, local de procedência da maioria dos informantes, criou um decreto-lei que determina o uso de máscara de proteção respiratória, obrigatório para as pessoas pegarem ônibus, entrar nos supermercados, entrar nos bancos, ir aos hospitais (locais autorizados no momento a funcionar).

Faz-se também convite ao leitor, esperando-se dele uma atitude: “Se todos tivermos estes cuidados, será mais difícil apanharmos o

Corona Vírus. Agora que já sabem, não se esqueçam, protejam-se bem. Os vírus não são boa companhia para ninguém!” (SOUSA, 2020, p.23)

Cada página é ilustrada e tem poucas informações, com aproximadamente 3 a 4 linhas. Concordamos com Barros e Azevedo (2019, p. 77) que “As realidades sociais em que vivemos hoje tornam esses temas emergentes, requerendo que eles sejam tratados com a seriedade e a dignidade necessárias à sua compreensão e à consequente compreensão da realidade. [...]”. A literatura infantil, nessa obra, mantém a beleza no colorido, mas a mensagem é seca, direta, real, informativa, carregada de boas intenções para serem socializadas, ou seja, cuidados, precauções para com a saúde de todas as pessoas independente da classe social.

Precisamos compreender esse olhar da literatura infantil, que deixa de ser leve, engraçada e trata de um assunto de preocupação mundial. Como dito em algumas páginas dos livros, muita gente está se empenhando diuturnamente para amenizar o quadro terrível de mortes de idosos, jovens e crianças, como num conto de terror. Poucas leituras de clássicos, até mesmo numa visão da psicanálise dos contos de fadas, de Bruno Bettelheim (2002), pode nos provocar tanto medo. Bettelheim apresenta como os contos de fadas podem intervir nos processos evolutivos da criança, auxiliando-a na compreensão do que está acontecendo consigo mesma, e ainda, resolvendo de forma mais saudável seus conflitos internos. Ele, através de algumas histórias infantis mais conhecidas, a exemplo de Chapeuzinho Vermelho, demonstra como um conflito psíquico pode trazer encantamento nos contos de fadas.

No livro **O escudo protetor contra o rei vírus**: um conto para explicar às crianças o que está acontecendo¹⁰, é indicado para crianças menores (4 a 6 anos), para entender o que está acontecendo no mundo. As crianças que leram essa obra perceberam, possivelmente, uma intenção lúdica de levar a informação. Inicia-se a história: “Havia uma vez um rei muito fedorento chamado vírus, que vivia escondido em qualquer lugar do mundo” (p. 2)¹¹.

10 Autoria de Guadalupe del Canto, psicóloga perinatal e especialista em desafios reprodutivos.

11 O livro tem 19 páginas ilustradas e foi publicado por @saludmentalperinatal.

A seguir, mostraremos algumas páginas da obra.



Disponível em: <http://www.cnsngpatos.com.br/projetos-cnsngpatos/detalhes/140/>.

Acesso em: 21 abr. 2020.

Podemos perceber, nas ilustrações, as ordens indicadas para o combate ao vírus COVID-19. Sendo assim, o escudo protetor ativado, em síntese, solicita que: **1=** lavar bem as mãos; **2=** usar álcool em gel nas mãos; **3=** cumprimentar as pessoas de longe; **4=** espirar colocando o cotovelo na frente da boca. Nessa leitura algumas crianças do ensino fundamental I solicitaram de outras crianças ou de pessoas adultas explicação para um questionamento como: “*Como é um rei muito fedorento chamado vírus?*”. Percebe-se, nessa indagação, a não associação de um rei ser fedorento, possivelmente devido ao fato de nas histórias infantis o rei sempre trazer na cabeça uma coroa e talvez o aspecto de riqueza não possibilite pensar em rei fedorento. Se a atividade não tivesse sido solicitada em momento de isolamento social poderia provocar outras dúvidas do (s) livro (s) e talvez uma acalorada discussão envolvendo magia e realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos que participaram da pesquisa estão bastante envolvidos com a situação da pandemia e cientes do que deve ser feito, só não há certeza de que eles conseguirão influenciar as pessoas citadas por eles, já que, na prática, estamos observando a desobediência social de vários grupos da sociedade, inclusive de pessoas que têm mais conhecimento, mas que têm outros interesses. Observamos, no entanto, que o papel da escola está sendo cumprido através da Educação, da

Leitura e da Literatura, o que deve ser feito por toda a sociedade e por todos os educadores, cada um na sua competência, desenvolvendo a solidariedade e amor ao próximo. Há socialização dessas obras atuais através de sites, inclusive com dinâmicas criativas para o processo de contação das histórias. Algumas escolas têm recomendado as leituras e sugerido atividades, mas algumas atividades, dado ao seu caráter “gramaticista”, pode tirar o prazer da leitura. Literatura é, por excelência, encantamento, deleite.

As temáticas emergentes nos paradidáticos servem para algumas advertências do contexto social, ou seja, na vida há também separações, conflitos, guerras, pandemias e mortes. Mesmo não sendo muito comum nas obras infantis, é necessário, às vezes, falar de coisas reais, doloridas, traumáticas, que possam testar a capacidade de o ser humano ser solidário. Como se diz: “Conhece-se os amigos nas dificuldades”. Em tempo de pandemia vale a pena ser solidário. A esperança está nos cientistas, numa luta sem vaidade, em descobrirem imediatamente a cura.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 2005.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1983.
- COELHO, N. N. Cultura e arte em tempo-de-mutação apocalipse ou gênese? In: COELHO, N. N.; CUNHA, M. Z. da; BASEIO, M. A. F. (orgs.). **Tecendo literatura: entre vozes e olhares**. São Paulo: FFLCH-USP, 2014.p.329- 334.
- BARROS, L. M.; AZEVEDO, F. Literatura infantil e temas difíceis: mediação e recepção. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 105, p. 77-92, maio/ago. 2019.
- BERGER, P., & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes,1985.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DEL CANTO, Guadalupe. **O escudo protetor contra o rei vírus: um conto para explicar às crianças o que está acontecendo**, 2020. Disponível em: www.cnsngpatos.com.br/projetos-cnsngpatos/detalhes/140/. Acesso em: 21 abr.2020.
- GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

LAGUNA, A. G. J. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno leitor. In: **Revista Acadêmica**, 2015. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augustoguzzo/article/viewFile/81/95>. Acesso em 28 mar.2020.

MORAES, G.L.de. Os recursos sonoros na literatura infantil digital: um breve estudo sobre a presença da voz nos aplicativos. In: **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.37, n.75, p.67-80, 2019.

SOUSA, M. J. S. **Corona**, o vírus. Disponível em: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/livro-coronavirus-explicado-as-criancas.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ZITTEL, C. **Conversas com Dioniso**. Jogos lúdicos de Nietzsche. In: Estudos Nietzsche, Espírito Santo, v. 10, n. 2, p. 119-149, jul./dez., 2019.

https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-32357-2020-salvador-ba_393377.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

2. A AÇÃO DO CORONAVÍRUS A PARTIR DA VONTADE-DE-PODER NIETZSCHIANO

Ana Karine Nery Carneiro
Emerson Nery Carneiro
Everton Nery Carneiro

RESUMO

É preciso compreender o que é um vírus e principalmente sua ação. Assim, trabalhamos o referencial nietzschiano, que intenta a construção de uma base teórica para fundamentar sua hermenêutica/perspectiva sobre a vida, sendo esta na vida. Seguiremos aqui com a biologia, visando fundamentar a concepção de vontade-de-poder. Na primeira parte, desenvolvemos a compreensão de que caos e cosmo são indispensáveis na constituição orgânica e inorgânica, entendendo que o mundo é um caos eterno e qualquer projeção de padrão, ordem ou objetivo é um mero antropomorfismo. Assim, entendemos que a luta, o *polemos*, está estabelecido e tudo isso pode ocorrer antes mesmo do corpo apresentar quaisquer sinais de enfermidades. Na segunda parte, retomamos o conceito de “eterno retorno”, degustando o aforismo 341. Por último movimento do texto, apresentamos o para não concluir, que a guisa de um final de artigo produz pontos elucidativos, aqui um ao qual destacamos: A vontade-de-poder trabalha uma hermenêutica ao constituir o mundo como uma relação entre campos de força instáveis e em constante conflito e autoconfiguração. **Palavras-chave:** Vontade-de-poder; Vírus; Hermenêutica.

Introdução

Iniciamos esse texto citando três tipos de conhecimento – o científico, o artístico e o filosófico – entendendo que essas formas de produção de conhecimento – e este “é antes de tudo uma criação com vistas a dominar a natureza e não uma descoberta desinteressada” - e expressões do pensar são diferentes maneiras de revelar o mundo, o ser humano e a cultura da sua época, sem perder de vista que estas dimensões se encontram em constante movimento. Nossa perspecti-

va está envolvida em um tipo de compreensão de que esses tipos ou expressões do conhecimento não estão em oposição ou contradição, assim pensamos junto à Nietzsche ao “ver a ciência com a óptica do artista, mas a arte, com a vida.” (NIETZSCHE, 2004, p.04). Faz-se necessário abordar aqui, que não se trata de interpretar Nietzsche ou usar seu pensamento, mas sim colocar o mesmo a serviço de um desvendar a realidade, pois o “Nietzsche poeta não é uma coisa diferente de Nietzsche filósofo” e, acrescentamos, tampouco do Nietzsche cientista.

Ao seguir esse caminho intuímos que o já citado filósofo, no que se refere ao seu questionamento sobre a racionalidade, ele não faz diferenciação entre a racionalidade da filosofia clássica e a racionalidade da ciência moderna. Acentua-se a essa compreensão que ambas possuem uma dimensão de arte e esta com a vida.

A razão, seja ela, a primeira citada ou a segunda, ao se depararem com o mundo imperfeito, pode lançar-se para além desse mundo, inclusive para corrigir o mesmo. Entre os diversos conceitos nietzschianos trabalhamos aqui nesse texto com a “vontade-de-poder” e eterno retorno do mesmo. A opção aqui é traduzir a expressão “*Wille zur Macht*” por “vontade de poder” e não por “vontade de potência” (tradução muito usada no Brasil, por forte influência francesa) por duas razões: 1ª – o termo utilizado por Nietzsche literalmente é poder (*Macht*); 2ª para potência, em alemão existem duas palavras que são “*potenz*” e “*leitung*”; 3ª Nietzsche usa, substituindo a palavra “*macht*” (poder) por “*herrschaft*” ou “*beherrschung*” (domínio ou dominação). O problema está em: ao fazer a opção de traduzir “*macht*” como domínio, como fazer a tradução que envolve domínio ou dominação, no caso “*herrschaft*” ou “*beherrschung*”?

Nietzsche foi inicialmente um profundo crítico da ciência, exaltando a arte, para depois exaltar a ciência, sendo esta produzida com arte. Este Nietzsche cientista buscou construir uma base teórica para fundamentar sua hermenêutica sobre a vida, compreendida como uma constante luta de forças. Assim, seguiremos aqui com a biologia, sendo esta crucial para pensar o fenômeno essencial, visando funda-

mentar a concepção de vontade-de-poder, compreendendo vida não como conservação, mas como firme disposição a ser mais, a expandir o poder, a domar o alheio e submeter o outro. Nesta seara é preciso compreender o que é um vírus e principalmente seus objetivos.

Inicialmente o vírus não é vida e o seu principal objetivo é não ter qualquer objetivo. Dito isso, ao ingressar no organismo, o vírus começa e iniciar seu processo de descarregar sua força energética e sem qualquer controle funcional ou mesmo objetivo específico orgânico. Seu descontrole potencial leva a sua própria destruição caso alcance a destruição plena de toda organização celular existente e que ele possa escravizar e controlar. Seu fim, sem controle, é a destruição da vida e de sua própria existência orgânica a que possa infectar. Vattimo assim se refere à estética fisiológica nietzschiana:

[...] es importante para la elaboración de una imagen de la existencia em el mundo pensado como voluntad de poder, o seo como carente de fundamentos, estructuras estables, esencias, garantias de cualquier tipo. Es preciso recordar constantemente que el apelar a la fuerza, a la salud etc., responde, em Nietzsche, sólo a la exigência de hallar critérios de valoración capaces de distinguir el valor de las interpretaciones (que son las únicas que constituen el mundo) sin referirse a estructuras esenciales, a elementos últimos de índole necesariamente metafísica. (VATTIMO, 2001, p.160)

Vattimo afirma que o tripé formado por “valor”, “vida” e “vontade-de-poder” não poderiam consistir em estruturas estáveis, como também não são alocadas somente a ética. Desta forma, ao se buscar conhecer o mundo e a verdade, a relação entre valor, vida e vontade-de-poder é asséptico, ao qual deve-se acrescera esse tripé a existência. Nesta perspectiva – percebendo a mesma como necessária, pois ela é “a condição fundamental de toda a vida” -, entendemos que o mundo, tal como o conhecemos é um fruto de como organizamos o mesmo e, assim a vida vai se construindo pela via da oposição das vontades de poder que se asseveram a partir de diferentes perspectivas.

No que tange a luta pela existência, Nietzsche diz que “Ela ocorre, mas como exceção; o aspecto geral da vida não é a carência, a fome, mas ao contrário abundância, até mesmo o absurdo do desperdício.” Neste sentido, a luta pela existência não ocorre em torno da sobrevivência, mas da vontade-de-poder, e esta ao efetivar-se tanto no mundo orgânico como inorgânico torna-se um procedimento que não cessa, em que uma complexidade de forças (re)arrumam por um dado tempo, em permanente luta de ampliação de seu próprio domínio.

Ao aqui estarmos se faz necessário afirmar que em Nietzsche a vontade-de-poder é uma hermenêutica (interpretação, explicação e compreensão) mais ampla que a seleção natural de Charles Darwin, ou seja, tem-se o aumento indiscriminado de poder. É importante destacar o caráter epígono da ciência, que chega depois, pois não é um dado primário, como se fosse um fenômeno em si, sendo que “todo o antes é um depois e todo depois um antes, e qualquer instante é um início.” (KURY, 2003, p.44)

Nessa epigonicidade da ciência, em Nietzsche o conceito de vontade-de-poder busca elementos na biologia e do eterno retorno na física. Entendemos a partir de Nietzsche, que a vontade-de-poder, seja no mundo orgânico ou inorgânico, provoca e ocorre um deflagar uma luta entre todos os envolvidos. A luta é *polemos* e para que ocorra é necessário antagonistas e, dado a sua inevitabilidade, não pode aludir a destruição total dos beligerantes. Faz-se necessário definir vida em Nietzsche e, para ele é “vontade-de-poder”. O orgânico entra em deterioração e acaba subsumindo no inorgânico, ou seja, em Nietzsche inexistente traço de distinção essencial. Assim entendendo, o orgânico e o inorgânico participam do mesmo princípio, pois em ambos a vontade-de-poder é um acontecer. Pensando dessa maneira, não se faz muito sentido a diferenciação entre essas duas dimensões. Sendo o orgânico e inorgânico submetidos ao mesmo princípio, ou seja, à vontade-de-poder, temos um jogo de forças em constante luta de opostos, um *polemos*!

Esse *polemos*, ou essa força, não é provida de qualquer intencionalidade ou finalidade, assim:

A passagem do mundo inorgânico ao mundo orgânico consiste em ir das percepções exata dos calores, das forças e das relações de potência às percepções incertas, indeterminadas – porque uma pluralidade de seres em luta entre si (os protoplasmas) se opõe ao mundo exterior. (NIETZSCHE apud MARTON, 2011, p.122)

O *polemos*, a luta constante entre opostos, as forças em permanente combate são um traço essencial tanto no mundo orgânico como também no inorgânico, em que essas duas dimensões se constituem como forças em interação. Esta força não tem possibilidade de não ser exercida. Não pesar desse jeito significa a existência de intencionalidade, que não é o caso em pauta e, ainda mais, um posicionamento antropomórfico, que também não é o que se vigora na perspectiva da vontade-de-poder e “toda força motora é vontade-de-poder, que não existe fora dela nenhuma força física, dinâmica ou psíquica.” Neste sentido, entendemos que a vontade-de-poder é intrínseco à força e esta ao apetecer vir-a-ser-mais-forte, topa em outras que a ela resistem sendo inevitável o combate, o *polemos*, a luta por mais poder. Nesta compreensão dizemos que tudo que existe, seja na dimensão orgânica ou inorgânica, é constituído por forças que operam e lutam entre si de maneira ininterrupta, onde efetivamente, nada é fixo, existindo tão “somente a torrente incessante do vir-a-ser e perecer.”

O poder do biológico

O Vírus encontra a primeira célula a ser dominada. Ao acontecer isso, a célula é (re)programada para reproduzir réplica virais. Neste ponto tem início o processo exponencial de infecção de novas células. As primeiras células dominadas, agora infectadas pela ação virotica chegam no sistema respiratório, os pulmões (JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO, 2016). Precisamos desenvolver a compreensão de que caos e cosmo são indispensáveis na constituição orgânica e inorgânica, entendendo que o mundo é um caos perene e qualquer perspectiva de modelo, resolução ou objetivo é apenas antropomorfismo. (YOUNG, 2014, p.575)

Cronologicamente, antes de chegar aos pulmões, a estrutura viral já havia, muito provavelmente dominado, ou seja, infectando as hemácias do sangue. Já nos pulmões, a dominação/infecção das hemácias é potencializada. Temos aqui o primeiro problema severo, pois o sistema imunológico ordena um ataque para combater o invasor do pulmão: o vírus (YANBAI, Li; LILI, Wang, et al, 2020). Mas este ataque compromete a superfície de troca gasosa, diminuindo a região superficial de contato em razão do excesso de mecanismos de defesa para combater simultaneamente o vírus e a infecção. Enquanto isso, mais e mais hemácias são dominadas e destruídas.

Neste jeito de compreender, chega-se ao segundo grande problema: no interior das hemácias existe a hemoglobina e, esta tem como uma de suas principais funções o transporte do oxigênio para os mais diversos tecidos do corpo. A hemoglobina é afetada indiretamente pelo vírus, destruindo a estrutura que protege o íon ferro, que o impede de ser solto no organismo, liberando-o. O íon ferro é o responsável pela afinidade com o oxigênio, e sem ele não há combinação da hemoglobina com o oxigênio e nem mesmo com o CO₂ quando do retorno dos tecidos para os pulmões (JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, 2016). O íon ferro é considerado um invasor para o organismo humano na sua forma livre e quando fica livre da hemoglobina ele estaria livre e solto no pulmão. O organismo humano entende o íon ferro como um novo invasor e aciona mais mecanismos de defesa a nível pulmonar para neutralizar mais este invasor e inunda mais uma vez os pulmões com novos defensores comprometendo ainda mais as superfícies de contato pulmonar e diminuindo ainda mais as áreas de troca gasosa.

Aqui podemos discutir um pouco sobre aumento da imunidade e suas complicações! Mas não vamos discutir isso por aqui. Mas vale pensar sobre isso, entendendo que o pensar é uma necessidade, enquanto o opinar é uma recreação das ideias, mas esta pode ter consequências inimagináveis. Para Wischke,(2014) no “Léxico de Nietzsche”, o filósofo alemão trabalha o pensar considerando “aquilo que tenciona fundamentar a partir do horizonte do respectivo uso da linguagem, mas sem estar consciente dessa dependência e dessa perspectivid-

de.” (NIEMEYER, 2014, p.440). Nesse sentido a questão que salta aos olhos é: até que ponto algo é real?

Ao tocar sobre esse real, nos damos conta de um vírus, no nosso caso, o coronavírus. Enquanto isso ocorre, a quantidade de hemoglobina sadia no sangue vai paulatinamente diminuindo, comprometendo a troca gasosa a nível dos alvéolos pulmonares. Com a diminuição da hemoglobina no sangue, diminui também o processo de respiração intracelular nos tecidos por deficiência de oxigênio na quantidade adequada.

Além disso, o processo de remoção de CO₂ pela hemoglobina ao nível dos tecidos é igualmente comprometida. Numa situação normal 7% do CO₂ dos tecidos é removido pelo plasma, 23% pela hemoglobina e 70% na forma de íons bicarbonatos (JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO, 2016). Com a deficiência de remoção de CO₂ pela hemoglobina, esta vai se acumulando de forma inadequada nos tecidos e no sangue, provocando uma diminuição do Ph do sangue.

O Ph do sangue deve ser controlado numa função de controle ácido-base. O sangue deve apresentar um Ph em torno de 7,4 e de 7,35. Mas este parâmetro tem dificuldades de ser mantido em razão da deficiência de O₂ no sangue e aumento de concentração de CO₂, que diminui o Ph do sistema sanguíneo (ARISTIZÁBAL-SALAZAR, RAÚL E.; CALVO-TORRES, 2015).

Percebemos aqui a presença de mais um problema, que precisamos entender conceitualmente: Quando praticamos atividades físicas intensas acima dos limites de cada indivíduo, um dos resultados é a liberação de ácido láctico¹², o que diminui o Ph de forma provisória. Essa diminuição do Ph do sangue é um sinal de alerta para que o organismo libere mais oxigênio para os músculos, que se supõe estariam exauridos pela alta demanda energética.

12 O ácido láctico é o produto final da metabolização anaeróbica da glicose nos tecidos. Na eventualidade da carência de oxigênio, o ácido láctico é produzido como o ciclo anaeróbio é utilizado para a produção de energia. O lactato sai das células e é transportado para o fígado, onde é oxidado de volta à glicose. Seu excesso representa aumento do metabolismo anaeróbio devido à hipoperfusão tecidual. Com um débito persistente de oxigênio tem-se a acidose láctica (ABCMED, 2016.).

Continuando nessa linha, com a diminuição do Ph do sangue, o organismo começa a entender que precisa liberar mais oxigênio para os tecidos musculares de forma contínua pois o Ph do sangue não consegue voltar ao normal pelo desequilíbrio ácido-base que estaria em curso. O organismo pode começar a entender que a diminuição do Ph do sangue ocorre via liberação do ácido láctico que diminui o Ph em condição de estresse muscular, entretanto, isso é uma aparência, não sendo real. Mas mesmo assim, o oxigênio pode ser ofertado potencialmente aos tecidos musculares, que supostamente não estariam necessitando desta dose extra.

Sendo assim, pela liberação de O₂ no tecido muscular, aliado a falta de hemoglobina para transporte de O₂ e CO₂, os órgãos vitais do organismo tais como, fígado, rins (que pode provocar acidose metabólica)¹³, coração, intestino, sistema nervoso, iniciam um processo de desestabilização pela deficiência cada vez maior de O₂ e pela concentração de CO₂ em suas estruturas. Esses fatores podem contribuir com a acidose láctica¹⁴.

Entendemos que a luta, o *polemos* está estabelecido e, tudo isso pode ocorrer antes mesmo do corpo apresentar sinais de enfermidades respiratórias. Os órgãos desse corpo podem ser seriamente comprometidos antes mesmo dos primeiros problemas respiratórios graves. Todo esse processo de degradação pode ser potencializado para portadores das seguintes enfermidades: doenças respiratórias, doenças cardíacas, anemias, diabetes e doenças hepáticas.

13 Há dois tipos de acidose: respiratória e metabólica. A acidose respiratória ocorre quando o gás carbônico (CO₂) acumula-se no corpo em virtude de alguma patologia pulmonar. Já a acidose metabólica começa nos rins, em vez de nos pulmões. Ela ocorre quando esses órgãos não podem eliminar o ácido de maneira eficiente ou quando eles eliminam um excesso de base. Existem três principais formas de acidose metabólica: (1) acidose diabética em pessoas com diabetes mal controlado; (2) acidose hiperclorêmica, devido a uma perda de bicarbonato de sódio; (3) acidose láctica, devido a um excesso de ácido láctico no corpo (ABCMED, 2016).

14 A acidose láctica ocorre quando as células do corpo não têm oxigênio em nível suficiente para seu uso e então produzem o ácido láctico a partir de hidratos de carbono, o qual se acumula no sangue, causando acidose. Algumas condições médicas são fatores de risco para a acidose láctica: distúrbios renais e pulmonares, doenças do fígado ou do coração, diabetes, câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida, certas doenças genéticas e o uso de alguns medicamentos (ABCMED, 2016).

Vamos abortar aqui, deixando de lado os comentários sobre as doenças cardíacas e respiratórias que podem comprometer ainda mais os infectados pelo COVID-19, indo direto aos portadores de doenças hepáticas: o fígado é o segundo maior órgão do corpo humano depois da pele. Ele exerce mais de 200 funções no corpo humano, sendo as principais o auxílio na digestão de alimentos, produção de bile (substância que atua na digestão de gorduras), a síntese de colesterol e a metabolização dos elementos nocivos de alguns alimentos, como bebidas alcoólicas, café e gorduras.

Estando o fígado já comprometido previamente pelo seu mal funcionamento, a deficiência de oxigênio para ele coloca em risco acentuado o corpo humano, pois a metabolização da gordura é comprometida e a síntese de colesterol também é comprometida, por exemplo. Esse desequilíbrio pode prejudicar de sobremaneira o organismo humano de forma integral, podendo causar sucumbências e falências orgânicas pelo acúmulo acentuado de elementos tóxicos no organismo pois os mesmos não estariam sendo metabolizados na proporção adequada para a manutenção da vida. Sendo assim, poderia ser observado uma espécie de intoxicação orgânica interna, principalmente pela acidose láctica.

Ainda, há um outro tema a ser abordado na relação entre infecção no organismo e o fígado. No sangue, ainda é possível verificar a presença de uma proteína chamada albumina. Ela tem funções no transporte de metais, lipídeos e bilirrubina, bem como papel na imunidade (ABCMED, 2016). Existem evidências e estudos que apontam que há uma correlação negativa entre a concentração de albumina e globulinas. Desta forma, haveria um incremento nas globulinas devido a estados infecciosos, o que inibiria a síntese de albumina no fígado como mecanismo compensatório para manter constante o nível proteico total e, portanto, a pressão osmótica sanguínea. Por outra parte, numa disfunção hepática, o nível de albumina cai e o de globulinas aumenta. Podemos perceber um desastre em curso dentro de um indivíduo. Algumas enfermidades podem surgir, tais como: escarlatina, artrite reumatoide juvenil e síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica associada à COVID-19 (ABCMED, 2016).

Já a anemia, é uma enfermidade que tem como sua característica marcante a diminuição de hemoglobina sadia no sangue, atribuída principalmente pela deficiência de ferro no organismo. Sendo assim, a depender do grau avançado da anemia, a deficiência de O₂ no organismo para garantir a respiração intracelular poderia ser ainda mais incrementada, e antes mesmo de uma aceleração acentuada de uma enfermidade respiratória nos pulmões, por conta do COVID-19, poderia ocorrer uma falência antecipada de qualquer outro órgão vital do corpo humano, sendo o corpo uma prisão e a terra um lugar de exílio (NIETZSCHE apud YOUNG, 2014).

Temos a diabetes como uma enfermidade de grande relevância para a potencialização dos efeitos do COVID-19. Segundo a sociedade Brasileira de diabetes, hoje, no Brasil, há mais de 13 milhões de pessoas vivendo com diabetes, o que representa 6,9% da população. E esse número está crescendo, podendo ser muito maior. Em alguns casos, o diagnóstico demora, favorecendo o aparecimento de complicações. Pode ser que você ou alguém próximo tenha diabetes. Nossos péssimos hábitos alimentares potencializam muito o surgimento dessa enfermidade sem dar qualquer sinal de advertência. Esta é uma doença silenciosa. Fortes evidências sugerem que os pacientes com anemia têm um aumento da mortalidade no acidente vascular cerebral (NEWS.MED.BR, 2016).

Entretanto um dos problemas a ser destacado sobre esta enfermidade é que ela apresenta como um de seus efeitos a deficiência da circulação do sangue no organismo humano. Assim, com o COVID-19 já influenciando o processo integral de respiração, a deficiência de circulação sanguínea, onde estão as hemoglobinas responsáveis por transportar o O₂, compromete ainda mais a necessária presença de oxigênio nos tecidos e que o CO₂ seja removido. Tudo está intimamente ligado em laços de interação e de luta constante, permanente, num jogo de forças, atendendo à vontade-de-poder. Importante notar que existe uma sucessão de acontecimentos e esta sucessão “constitui-se pela contraposição de uma multiplicidade de forças.”

Por fim, muitas pesquisas recentes vêm destacando que uma das consequências da infecção do COVID-19 é a coagulação interna do sangue¹⁵. Via de regra a coagulação sanguínea é um processo biológico de extrema importância quando do surgimento de paredes danificadas de vasos sanguíneos. Durante o processo, chamado de coagulação, a parede do vaso sanguíneo que foi rompido é coberta por um coágulo de fibrina visando parar o sangramento e ajudar a reparar o tecido danificado. Neste sentido, a coagulação sanguínea faz parte do processo natural do corpo de cicatrização. No entanto, este processo pode ser potencializado no interior do sangue, provocando coágulos internos, em decorrência de algumas condições de saúde específicas, tais como: arteriosclerose e aterosclerose; arritmia cardíaca; insuficiência cardíaca; obesidade; doença arterial periférica; sessão prolongada ou repouso (por exemplo para aqueles que estejam em UTI entubados); embolia pulmonar; tabagismo, dentro outros.

Esses coágulos potencialmente produzidos podem agarrar-se firmemente a um vaso sanguíneo, obstruindo-os parcial ou totalmente. Isso prejudica o fluxo normal de sangue e de oxigênio. Mais uma vez o transporte do oxigênio pode ser corrompido podendo causar sérias complicações de saúde, como: Embolia pulmonar, quando um êmbolo fixa-se a uma artéria do pulmão; Trombose, que é a obstrução de um ou mais vasos sanguíneos; Acidente vascular cerebral (AVC), quando um coágulo de sangue fixa-se a um vaso do cérebro; Isquemia, que é a falta de suprimento sanguíneo e oxigênio para um tecido devido à obstrução causada por um coágulo.

15 A **coagulação** sanguínea se dá por uma sequência de eventos químicos e plaquetários (plaquetas são fragmentos celulares oriundos de células chamadas megacariócitos, as quais são originadas na medula óssea) que resultam na formação de um coágulo de fibrina que faz a hemostasia (cessação do sangramento) e ajudam a parar o sangramento e a reparar o tecido danificado. Os componentes da **coagulação** incluem as plaquetas, os vasos sanguíneos e as proteínas da **coagulação do sangue**, entre outras coisas. A **coagulação** se dá pela ativação dos chamados fatores de **coagulação**, numerados por algarismos romanos, de I a XII, a qual se faz por duas vias: A qual se faz por duas vias: uma intrínseca, que ocorre no interior dos vasos sanguíneos quando o **sangue** entra em contato com regiões da parede do vaso com alguma lesão, e outra extrínseca, quando o **sangue** extravasa dos vasos para os tecidos conjuntivos, no que se usa chamar "cascata da **coagulação**" (ABCMED, 2016).

O poder deicidal

Referenciados pôr o que se pode denominar de uma esperança, um desejo, e em outro sentido uma saída, uma busca e até mesmo uma transgressão, Nietzsche criou o conceito do eterno retorno. É um conceito tragicamente construído, lançado em “A Gaia Ciência”, no aforismo 341 e explicitado em “Assim falou Zaratustra”.

Ao todo a expressão “eterno retorno” aparece em quatro momentos em “Assim falou Zaratustra”, sendo que além de uma característica anunciativa, possui uma característica pedagógica, que é ensinar o eterno retorno: “sabemos o que ensinas: que todas as coisas eternamente retornam, e nós mesmos com elas, e que eternas vezes já estivemos aqui, juntamente com todos as coisas” (NIETZSCHE, 2011, p.211). No entanto essa possibilidade apresenta uma aporia, pois: “se tudo retorna tal como é, não posso saber e por isso também não posso ensinar que tal coisa retorna. A doutrina suprime-se a si própria como doutrina – se ela é verdadeira, então não se pode doutriná-la” (STEGMAIER, 2013, p.171). Apesar da aporia, não se pode doutriná-la, mas no estabelecimento da relação entre aluno e professor pode-se entender que: “Retribuímos mal a um professor, se continuamos apenas alunos.” Como ser o que se é, é sempre uma eterna superação de si mesmo, nunca se chega ao que se é, pois este “é” é um processo, é um eterno retorno, sendo sempre um desejo de refazer o que já foi feito ao viver, como se tivesse de viver tudo de novo. Degustemos as palavras de Nietzsche no aforismo 341 de “A Gaia Ciência”:

E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: “Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do

existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!” – Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? Ou você já experimentou um instante imenso, no qual lhe responderia: “Você é um deus e jamais ouvi coisa tão divina!”. Se esse pensamento tomasse conta de você, tal como você é, ele o transformaria e o esmagaria talvez; a questão em tudo e em cada coisa, “Você quer isso mais uma vez e por incontáveis vezes?”, pesaria sobre os seus atos como o maior dos pesos! Ou o quanto você teria de estar bem consigo mesmo e com a vida, para não desejar nada além dessa última, eterna confirmação e chancela.

A proposta nesse momento é visitar esse aforismo em três perspectivas: científica, filosófica, ética.

Sob a perspectiva científica, pode-se pensar esse aforisma num viés cosmológico. Deste modo, ele aponta para a inexistência de um caráter teleológico para o universo, ou seja, o universo não tem fim, é um eterno processo de expansão e contração, como inclusive aborda alguns físicos contemporâneos.

Pelo viés ético, intuímos que por um número infinito de vezes tudo se repete e isto proporciona um sempre inacabamento. Tudo que acontece na vida do ser humano estaria sempre se repetindo. Ao ter consciência dessa eterna repetição, cada um ser humano tem a possibilidade de escolher fazer algo de diferente, escolhendo, pois, algo que, já que vai se repetir eternamente, seja uma repetição que lhe traga sempre felicidade. Em lugar de se ter um círculo vicioso, o que se tem é um círculo virtuoso, pois a cada momento de vida pode acontecer uma modelagem sob o ponto de vista estético, que revela o eterno retorno, pois “o homem no curso da sua história não cessou de se construir a si mesmo, ou seja, de si construir numa séria infinita e múltipla de subjetividades diferentes que nunca alcançam um final.”

Olhando para a perspectiva filosófica, nos reportamos ao viés da existência, pois o círculo em si mesmo não diz nada. Entretanto, de forma paradoxal e transgressora ele carrega eternamente uma mensagem. Qual é essa mensagem? O sentido da existência é de ser exis-

tência, que é “um modo de ser de algum modo delimitado e definido.” Ainda nessa seara, no caso da filosofia, Nietzsche expressa no eterno retorno o viés de que ao desejarmos algo, esse algo que acontece e que é fruto do nosso desejo, vai estar retornando sem parar. Nesse sempre retornar estamos cativos de um destino. Eis o *amor fati*, o amor ao destino:

Amar o destino não exige que se tenha uma atitude resignada diante dela ou a ele submissa. Tampouco permite que nele se façam recortes ou se procedam a exclusões. Ao contrário! Assentir sem restrições a todo acontecer, admitir sem reservas tudo o que ocorre, anuir a cada instante tal como ele é, é aceitar de modo absoluto e irrestrito tudo que advém “sem desconto, exceção ou seleção”; é afirmar avida no que ela tem de mais alegre e exuberante, mas também de mais terrível e doloroso. (MARTON, 2000, p.66)

Sem resignações, submissões, exclusões ou restrições. O que é importante é viver a vida em tudo que ela possibilitar, desde a exuberância alegre até a dor terrível. Viver tragicamente é a possibilidade que se deve assumir, pois “a vida será sempre injusta com o indivíduo a quem só resta a desoneradora comunhão com o processo da vida como um todo” (SAFRANSKI, 2011, p, 91-92). Um Deus exuberante e abundante onde Nietzsche descobre o eterno retorno e revela a todo instante no texto:

Tudo vem, tudo retorna; rola eternamente a roda do ser. Tudo morre, tudo volta a florescer, corre eternamente o ano do ser. Tudo se rompe, tudo é novamente ajeitado; eternamente constrói-se a mesma casa do ser. Tudo se despede, tudo volta a se saudar; eternamente fiel a si mesmo permanece o anel do ser. Em cada instante começa o ser; em redor de todo Aqui rola a esfera Ali. O centro está em toda parte. Curva é a trilha da eternidade (NIETZSCHE, 2011, p.208-209).

Todos os seres humanos estão no anel do ser. Não há como se furtar do movimento, que é curvo. Todos pertencemos à tragédia,

tudo retorna sempre tragicamente, e segundo Young “a palavra de Nietzsche para expressar ‘retorno’, *‘Wiederkunft’*, possui certa aura religiosa. Os cristãos referem-se ao *‘Wiederkunft’ de Cristo*, a ‘segunda vinda’.” Para além disso “desde a eternidade [Cristo] nasce, sempre nasce” (apud WESTHELLE, 2008, p.43). O Cristo é o Messias. O sempre esperado e desejado. Aquele que se espera que venha e continue sempre a vir, retornando eternamente. Isto significa um amor a vida, que sendo sagrada, divina, não se deseja que venha a desaparecer. Sendo isso verdade, o eterno retorno assegura a sua vigência. E ainda mais, garante a continuidade da vida em um mundo transitório que está sempre retornando. Deus morreu, está morto e será morto! “A morte de deus (na cruz de Jesus) foi uma morte no passado, é agora e será no futuro” (WESTHELLE, 2008, p.44). Seja a morte na cruz de Jesus, seja a morte de Deus como uma constatação de Nietzsche, estamos diante de um deicídio. Nietzsche busca superar a surpreendente morte de Deus, pelo não menos surpreendente eterno retorno. O caminho trilhado por ele é imenso e no final de “Crepúsculo dos ídolos” afirma:

Com isso toco novamente no ponto do qual uma vez parti – O Nascimento da tragédia foi minha primeira tresvaloração de todos os valores: com isso estou de volta ao terreno em que medra meu querer, meu saber – eu, o último discípulo do filósofo Dionísio – eu, mestre do eterno retorno... (NIETZSCHE, 2006, p.107)

Note-se que ele não diz ser discípulo do deus Dionísio, mas sim do filósofo Dionísio, de quem ele aprendeu e se tornou mestre do eterno retorno. Para Nietzsche o filósofo “é necessariamente homem de amanhã e de depois de amanhã, esteve sempre e sempre teve de estar em oposição ao seu hoje.” De Dionísio ele constrói o conceito de dionisíaco, de trágico, que acompanha e se mescla ao longo de sua obra. O dionisíaco inclui sem dúvida o conceito de *Übermensch* e do eterno retorno. O deus Dionísio é um deus estranho, como é estranho também o conceito de dionisíaco. É um conceito de um indivíduo, com grandes dificuldades de ser compreendido, inclusive por ser um deus

que viveu e morreu várias vezes. Cristo possui essas características bem similares. Ficamos com a impressão e expressão: “o mundo visto por Nietzsche é a figura da repetição.” (ONFRAY, 2014, p.39) pois “o que aconteceu antes vai acontecer outra vez. O que foi feito antes será feito novamente. Não há nada de novo neste mundo” (Eclesiastes 1.9).

Para não concluir

Ao se buscar trabalhar em particular com esses conceitos nietzschianos precisamos logo de chofre trazer a máxima de que “viver, para Nietzsche, é inventar.” Fazemos uma distinção entre inventar e criar. Este último insinua um ato de produzir o novo no momento mesmo da criação cuja expressão acontece na conhecida *creatio ex nihilo*. Já inventar tem vínculo com o encontrar e o descobrir, e supõe a existência de elementos prévios que precisam ser rearrumados. Algo funciona aproximadamente na construção que faz Gounelle: “O que sou nasce das redes de relações que tecem a minha existência” (GOUNELLE, 2011, p.81). Como são interessantes os filósofos! Eles se situam diante do mundo fenomênico, tal qual diante de um livro pronto. Tendo feito a leitura, se colocam a interpretar corretamente o livro, para assim tirar conclusões sobre o autor que o escreveu.

A vontade de poder trabalha uma hermenêutica ao constituir o mundo como uma relação entre campos de força instáveis e em constante conflito e autoconfiguração. A este conceito nietzschiano, junta-se aqui o de eterno retorno e assim temos que:

Iniciando sua argumentação, Scarlett Marton cita um fragmento do ano de 1885, no qual se evidenciaria a correlação entre os dois conceitos, o de vontade de poder e do eterno retorno, posto que o mundo, segundo o filósofo, seria “um mar de forças” que se transforma eternamente, retorna eternamente. O vínculo entre ambas seria feito, como se evidencia naquela passagem, pela teoria das forças, que é tomada nesse contexto por seu caráter polêmico. Pela contraposição que representa em relação a algumas teorias conhecidas da época, em es-

pecial à ideia de entropia e à segunda lei da termodinâmica. Nesse sentido, é ressaltada a ideia do filósofo de que as forças seriam finitas e se correlacionariam entre si num tempo infinito, configurando um universo que não se ampliaria e nem atingiria uma finalidade, pois, se houvesse essa finalidade, com o tempo infinito e as combinações finitas entre as forças, ela já teria sido atingida (PASCHOAL, 2018).

Pensar neste apontamento significa entender que o campo de forças é composto de particularidades aguerridas, não existindo, assim, uma distribuição com estabilidade de forças, nem conformações distintas: o ato de cada particularidade faz invariavelmente estourar as distribuições existentes. Inexistem simetrias ou proporções: o campo é, em sua totalidade, extravagante. Existem apenas forças, peregrinas de poder, lutando pela superioridade. Cada força é, em princípio, um centro impulsivo buscando uma composição problemática: dominar as outras, incorporá-las, desenvolver às expensas delas, acrescentando, assim, o campo típico de dominação, tal é o impulso de cada particularidade em conflito.

Olhar para esse campo de força, ao qual se compõe ininterruptamente, em expressão de relações de forças, requer a observação exclusiva da interpretação. Aquela composta pela mirada insubordinada às ideias valorativas sobre a existência, as quais se fundamentam na concepção de que todo conhecimento está, por um lado, condicionado por alguém que conhece e, por outro lado, por aquilo que ele conhece. Destarte, é preciso a imersão em ‘águas mais profundas’ para compreender que o conhecimento é sim condicionado, pois, se depende aqui, de uma maneira não conhecida, o que revela só ser possível a sua visada, com a abstração da sua incomensurabilidade.

A falta de medida ou captação da expressão exata, posto que frente à esse incomensurável temos que nos reconhecer como parte de um todo, ao qual nunca tomamos, reverbera “a verdadeira essência das coisas”, uma vez que (...)” a coisa em si nos é desconhecida” (YOUNG, 2014, p.104).

Ao margear essas considerações, destacamos que o pretendido fora alcançado em desvelamentos reflexivos, que se apresentam por meio de um conhecimento perspectivado. Vale retomar que “tudo o que existe é um olhar em perspectiva, um conhecimento em perspectiva” (NIETZSCHE apud YOUNG, 2014, p.584).

Sob essa ótica, esse conhecimento fora produzido neste trabalho, de modo dialógico, singrando por mares pouco navegados. O percurso construtivo apresentado, em nosso entendimento, cotejou pontos essenciais à abordagem do fenômeno COVID-19 e suas interfaces - construídas em suas múltiplas possibilidades interpretativas - e, como objetivamos, bordejamos por meio de pontuações deicidas, o anúncio do mundo de repetições, o qual o maior aprendizado se encontra na força do renascimento da vida, como uma constante que não possui enodamento com a sacralização do poder criado, mas antes criador, em sua inexorabilidade divina.

Para não concluir e, sim, perspectivar novas e sempre maiores aproximações dialógicas orientadas pelo desejo de saber, nesta seara de produção de conhecimento, por concepções discursivas sobre a vida e a vontade-de-poder, firmamos em aberto o texto para novas e, tão logo, próximas incursões, haja visto que são esses os movimentos, tal qual a do vírus, que são prenes da verdade disruptiva da promessa conciliatória entre o biológico e o civilizatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCMED, 2016. **Acidose láctica - características, causas, diagnóstico e tratamento.** Disponível em: <<https://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/1275478/acidose-lactica-caracteristicas-causas-diagnostico-e-tratamento.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ARISTIZÁBAL-SALAZAR, Raúl E., CALVO-TORRES, Felipe. Revista Colombiana de Anestesiología, **Equilíbrio ácido-base: a melhor abordagem clínica.** Volume 43, Issue 3, julho - setembro de 2015, páginas 219-224
- GOUNELLE, André. **Deus inventado e inventor.** GIRARD, René; GOUNELLE, André; HOUZIAUX, Alain (Orgs.). René Girard: Deus uma invenção? Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. Realizações Editora. São Paulo, 2011.
- JUNQUEIRA, L.C., CARNEIRO José. **Biologia Celular e Molecular.** Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2016, p.327 a 328

- KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia grega e romana**. 7ª Edição, 2003.
- MARTON, Scarlett. Da biologia à física: vontade de potência e eterno retorno do mesmo. Nietzsche e as ciências da natureza. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de [et al.] Nietzsche e as ciências. Rio de Janeiro: 7letras, 2011
- MARTON, Scarlett. **Extravagâncias: Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche**. São Paulo: Discurso e Unijuí, 2000.
- NEWS.MED.BR, 2016. **Qual o impacto dos níveis de hemoglobina e da anemia sobre a mortalidade no AVC agudo?** Disponível em: <<https://www.news.med.br/p/medical-journal/1274503/qual-o-impacto-dos-niveis-de-hemoglobina-e-da-anemia-sobre-a-mortalidade-no-avc-agudo.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- NIEMEYER, Christian (Org.). **Léxico de Nietzsche**. São Paulo. Edições Loyola, 2014.
- NIETZSCHE apud YOUNG, Julian. **Friederich Nietzsche: uma biografia filosófica**. Tradução Marisa Mota. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- NIETZSCHE, Friederich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução, notas e prefácio Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NIETZSCHE, Friederich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução, notas e prefácio Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.208-209.
- NIETZSCHE, Friederich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com martelo**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A origem da tragédia**. Tradução Joaquim de Faria. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- ONFRAY, Michel. **A sabedoria trágica: sobre o bom uso de Nietzsche**. Tradução Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- PASCHOAL, Antonio Edmilson. **O mundo como medida: o papel conferido por Scarlett Marton à cosmologia na interpretação da filosofia de Friedrich Nietzsche**. Cad. Nietzsche vol.39 no.2 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2316-82422018v3902aep> > Acessado em 21 de julho de 2020
- SAFRANSKI, Rudiger. **Nietzsche, biografia de uma tragédia**. Tradução de Lya Lett Luft. São Paulo. Geração editorial, 2011.p.91-92.
- STEGMAIER, Werner. **As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche: coletânea de artigos**. Organização de Jorge Luiz Viesenteiner e André Luis Muniz Garcia. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2013.
- VATTIMO, Gianni. **Introducción a Nietzsche**. Barcelona: Península, 2001.
- WESTHELLE, Vítor. **O Deus escandaloso: o uso e o abuso da cruz**. Tradução de Geraldo Korndorfer. São Leopoldo: Sinodal/EST; 2008.
- YANBAI Li, LILI Wang, et al. **Influenza virus glycoprotein-reactive human monoclonal antibodies**. journal homepage. Disponível em < www.elsevier.com/locate/micinf >. Acessado em 20 de julho de 2020.

3. SENHORAS EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DA PANDEMIA COVID 19: ENTRECruzando OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ORIENTAÇÃO DA PEDAGOGIA

Angelo Márcio Correia da **CONCEIÇÃO** (IECIS)

Fabiana Santos **CÉU** (IECIS)

Márcia Lidiane Rodrigues **SANTANA** (NGEALC/UNEB)

RESUMO

Neste artigo discute-se o engajamento e parceria de dois educadores físicos e uma pedagoga no Projeto Social do Instituto de Esporte, Cidadania e Inclusão Social (IECIS), no bairro São Gonçalo, cidade de Salvador-BA. Tendo como objetivos refletir como as orientações *online* para dança e ginástica podem ser benéficas às pessoas da terceira idade residentes em comunidades periféricas em tempos da pandemia do COVID-19; proporcionar atividades físicas *online* em diferentes modalidades, com abordagem recreativa, visando a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional das participantes. Justifica-se que a meta é proporcionar esporte com caráter educacional e de lazer, voltado para o desenvolvimento integral das participantes; os docentes que assumem um grupo de idosos para orientar atividades físicas têm conhecimento da realidade dessas pessoas e sugerem atividades levando em conta processos históricos e sociais. Como aporte teórico, apresenta-se reflexões de um filósofo francês e de dois educadores físicos sobre a pandemia do coronavírus para demonstrar a importância da sequência didática no trabalho do educador físico, pois os dispositivos metodológicos preparam e colocam em condições de utilizar a capacidade de acolhimento e compreensão a respeito do acontecimento enquanto evento estruturante de realidades, considerando que as orientações das atividades físicas *online* contribuem para o resgate da dignidade perdida e impactam consideravelmente na redução dos problemas como solidão, baixa autoestima e/ou depressão das senhoras que encontram-se em isolamento social.

Palavras-chave: IECIS. Educação Física. COVID-19. Sequência Didática. Idosas.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado da reflexão de dois Educadores Físicos engajados num Programa Social que atende a uma comunidade periférica e de uma Pedagoga que voluntariamente auxilia no planejamento das atividades desenvolvidas por eles, em um momento que diuturnamente fala-se da necessidade de isolamento social devido a uma Pandemia e a propagação massiva do coronavírus no Brasil e no mundo.

A dança e a ginástica nos círculos de convivência social com a terceira idade intencionam fazer valer verdadeiramente a cidadania e inclusão social na comunidade de São Gonçalo do Retiro, na cidade de Salvador-BA, através da parceria do Instituto de Esporte, Cidadania e Inclusão Social (IECIS), bairro São Gonçalo.

Com a pandemia do coronavírus, as senhoras foram orientadas a **“FICAR EM CASA”** para evitar contrair COVID 19. Elas, na verdade, acataram a determinação dos governantes municipal e estadual, mas sugeriram que podiam/deviam ser orientadas para dar continuidade em atividades *online*, já que mesmo em isolamento social podiam ver as orientações no celular ou na tela do computador.

Nessa situação de insegurança, medo e de despreparo do governo federal para lidar com este imprevisto, e o fato de não saber quase nada sobre o tal vírus que assola nossa população, se faz necessário manter uma comunicação cada vez mais humanizada.

Assim sendo, com orientações pedagógicas, se viu a necessidade de desenvolver atividades que, além de manter o corpo ativo, pudessem também eliminar a ansiedade causada pela impossibilidade de sair de casa e/ou aglomerar-se com familiares e amigos.

Nesse momento pensamos na seguinte indagação: *De que forma a orientação online para a dança e a ginástica podem ser benéficas às pessoas da terceira idade residentes em comunidades periféricas em tempos da pandemia COVID-19?*

Pensamos como objetivo geral proporcionar atividades físicas *online* em diferentes modalidades, com abordagem recreativa, visando à melhoria da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional

das participantes. E como objetivos específicos: a) propor atividades físicas adaptadas às reais necessidades de pessoas da terceira idade, favorecendo a melhoria da auto-estima, do equilíbrio da destreza motora, levando-as a ter mais confiança nas suas potencialidades; b) coletar os relatos dos benefícios percebidos pelas participantes das atividades esportivas da terceira idade, após terem iniciado um programa de atividades físicas com orientação *online*; c) planejar atividades a partir da orientação de sequência didática.

A prática de atividade física, com destaque especial às pessoas da terceira idade, é muito importante para a manutenção da saúde e prevenção de algumas doenças crônicas na vida dos idosos, porque contribui para a superação das limitações advindas com o envelhecimento, melhorando a capacidade funcional, independência pessoal e promovendo a socialização.

A vida de cada pessoa é um processo contínuo que, passa por fases, dentre elas a velhice, ou 3ª idade. Esta fase requer atenção tanto da própria idosa (utilizamos no feminino porque todas as participantes são do sexo feminino) quanto das pessoas que estão ao seu redor, pois o ritmo, movimentos e raciocínio ficam lentos devido às alterações fisiológicas sofridas pelo organismo, ou seja, a capacidade funcional dos órgãos e sistemas atenua ao passar dos anos.

Além disso, na idade avançada há uma maior tendência em adquirir ou desenvolver doenças, tais como: hipertensão, diabetes, mau colesterol, obesidade, doenças articulares e doenças cardiovasculares. Diante dessas constatações, as pessoas com idade principalmente acima de 60 anos, consideradas idosas conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente estão buscando uma nova forma de passar por essa etapa, deixando de lado o equívoco da inutilidade e incapacidade, para garantir uma velhice saudável e prazerosa.

É preciso manter o otimismo acima de qualquer coisa, não se deixar abater pela gravidade da situação atual que coloca as senhoras atuantes nas atividades físicas como alvos em potencial devido à idade que se tem. O otimismo é essencial neste momento, pois

[...] como a esperança, significa uma forte expectativa de que, em geral, tudo vai dar certo na vida, apesar dos reveses e frustrações. Do ponto de vista da inteligência emocional, o otimismo é uma atitude que protege as pessoas da apatia, desesperança ou depressão diante das dificuldades. E como acontece com a esperança, sua prima-irmã, o otimismo proporciona dividendos à vida (contanto, claro, que seja um otimismo realista; o otimismo demasiado ingênuo pode ser desastroso) (GOLEMAN, 2011, p.124).

Somos gratos às senhoras da terceira idade por participarem diariamente das atividades em prol de uma vida saudável. A nossa meta é proporcionar esporte com caráter educacional e de lazer, voltado para o desenvolvimento integral das beneficiárias, atribuindo significado às práticas desenvolvidas com criticidade, criatividade e por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas.

Esta participação tem sido muito significativa para o grupo e para quem as acompanha, pois, diante destes encontros, vimos surgir oportunidades de descobertas do potencial que cada uma tem, do reencontro consigo mesma e com as demais e, sobretudo, da importância de se valorizar enquanto cidadãs ativas que podem e devem participar de todos os eventos e acontecimentos.

Assim sendo, vamos debater a seguir como a atividade física para as pessoas idosas tem uma função não só educativa, mas essencial para cada uma delas e faremos isso a partir das ideias de Safons e Pereira.

Atividade física para idosos: as ideias de Safons e Pereira (2007)

É fato que toda ação de um professor eficaz exige que ele planeje, organize e se mantenha um passo à frente. Começaremos a nossa reflexão contextualizando a prática pedagógica de quem trabalha com atividade física para idosos dentro das dimensões históricas e sociais.

Docentes que assumem um grupo de idosos para orientar atividades físicas precisam saber que seu trabalho está inserido em uma

realidade com fortes componentes históricos e sociais. A procedência, em se tratando da nossa realidade, são mulheres, brasileiras, baianas. Algumas frequentadoras (todas do sexo feminino) são pouco escolarizadas e tornaram-se parte do grupo de idosas do Projeto de inclusão social de atividades físicas comunitárias.

No que diz respeito ao aspecto social é preciso lembrar que enquanto o Brasil buscava seu desenvolvimento do ponto de vista global, individualmente também as pessoas buscavam crescimento. Essa geração, hoje idosa, trabalhou/trabalha¹⁶; as idosas que participam das atividades corporais no Projeto, na maioria, fizeram/fazem¹⁷ merendas nas escolas, lavaram/lavam chãos de escolas, lavaram/lavam chãos de hospitais, venderam/vendem AVON, NATURA, foram/são educadoras, foram/são auxiliares de enfermagem, foram/são empregadas domésticas, foram/são cuidadoras de idosos, venderam/vendem em feiras, são donas de casa, são mães, são avós, fazem/doam máscaras para proteção do COVID-19. Hoje querem cuidar do corpo e da mente. Constatamos que:

Este corpo aos sessenta anos espoliado, cansado, frágil e com um repertório pequeno de movimentos só faz bem os movimentos relacionados ao trabalho). Muitas vezes este corpo apresenta-se com doenças associadas ao sedentarismo (obesidade, hipertensão, cardiopatias, colesterol alto, diabetes tipo II, reumatismos e, normalmente, com dores no corpo, muita dor (na coluna, nas pernas, nos braços, na cabeça...). Isso sem contar outras dores, tais como a da solidão, do abandono, da pobreza, da falta de atendimento especializado, do desrespeito a direitos básicos ou da violência onipresente (SAFONS; PEREIRA (2007, p. 9).

16 Todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (QUIJANO, 2005, p.118).

17 Utilizamos os verbos no passado ou no presente porque as frequentadoras das atividades corporais ou estão aposentadas ou ainda estão no mercado de trabalho.

O educador físico, que assume um grupo de idosos para orientar na prática de exercícios físicos, precisa ter compreensão dessas realidades ao propor as atividades, pois não basta um exercício com o ato mecânico de mover um braço ou uma perna, mas ter claro que cada movimento é uma possibilidade de resgate da infância, redescoberta da corporeidade, liberação de afetos, superação de dores, permissão para o prazer de viver. Portanto, no planejamento, deve-se deixar bem definidas as etapas de sua elaboração, analisando os aspectos políticos, social, filosóficos e técnicos de um planejamento, daí pensar: QUEM faz O QUÊ e POR QUE, PARA QUEM e COMO, determinando ainda procedimentos de AVALIAÇÃO para acompanhar o processo.

É importante entender que “as pessoas planejam suas ações desde as mais simples até as mais complexas, na tentativa de transformar e melhorar suas vidas ou as das pessoas que as rodeiam” (CASTRO; TUCUNDUVA; ARNS, 2008, p. 51). O planejamento tem várias etapas e cada uma tem sua importância para se alcançar o objetivo final. As etapas de um planejamento são: objetivos, conteúdos, metodologia e, por fim, a avaliação. É orientado que cada docente faça o planejamento das aulas em período anterior às aulas a serem dadas, que são fundamentais para o êxito das aulas e resultados satisfatórios para tal.

O respeito, a cidadania e a verdadeira inclusão possibilitam a construção/planejamento de uma rotina de prática de atividade física na terceira idade em prol de benefícios na qualidade de vida, trazendo vigor e energia, contribuindo para a diminuição do risco de doenças ou condições crônico-degenerativas associadas aos baixos níveis de atividade física. Ter saúde é viver com boa disposição física e mental. Os educadores físicos, via de regra, devem ter o compromisso de auxiliar na prática de exercícios em prol da saúde-corpo-mente.

Na próxima seção apresentamos reflexões de um filósofo francês e de dois educadores físicos sobre a pandemia coronavírus.

Confinamento devido a epidemia do covid-19: os argumentos de Badiou, Fernandes e Bruce

De acordo com Badiou (2020), filósofo, dramaturgo e novelista francês nascido no Marrocos, militante maoísta, defensor do comunismo e dos trabalhadores estrangeiros em situação irregular na França, o verdadeiro nome da pandemia que preocupa a humanidade conhecida e amplamente divulgada com o nome do coronavírus/COVID 19 é SARS-2, quer dizer, “Síndrome Respiratória Aguda Grave – 2. Para ele, “a única crítica séria que hoje pode ser dirigida às autoridades em termos de previsão, é não terem financiado, depois da SARS-1, a investigação que teria disponibilizado ao mundo da medicina verdadeiros instrumentos de ação contra a SARS-2” (BADIOU, 2020, p. 36).

Com frequência, então, vê-se (ou sabe-se) que as pessoas se valem de misticismo, fabulação, oração, profecia e maldição que eram hábitos utilizados na Idade Média quando a peste varreu a terra. Por fim, acredita-se ser necessário “mostrar publicamente e sem medo que as chamadas ‘redes sociais’ demonstraram mais uma vez que são, acima de tudo – para além do seu papel na engorda dos bolsos dos bilionários – um lugar de propagação da paralisia mental dos fanfarrões, dos rumores descontrolados, da descoberta de ‘novidades’ antediluvianas, ou mesmo do obscurantismo fascista” (BADIOU, 2020, p. 42). Na nossa sensibilidade, enquanto leitores críticos e atentos, somos de opinião favorável que as ponderações parcialmente socializadas por Badiou (*op. cit.*) devem ser analisadas palavra por palavra.

É oportuno saber que:

Em época de recolhimento domiciliar, estar ativo é primordial para a saúde física, mental e emocional. Principalmente quando se trata dos idosos, que merecem maior cuidado por estarem entre os acometidos mais gravemente pelo coronavírus. Mesmo diante de todos os aspectos negativos quanto à doença, essa acaba sendo uma oportunidade para se cuidar melhor. **Educadores físicos** ensinam como os mais velhos podem se exercitar dentro de casa, com indicações para

que a prática de atividades não ultrapasse os limites do corpo de cada um, sem risco de acometer a coluna ou prejudicar a mobilidade, por exemplo. Nada de ficar o dia todo deitado, em frente à televisão. A hora é de se mexer (GONTIJO, 2020, p1).

Fernandes (2020), bacharel e licenciado em Educação Física, pós-graduado em Aspectos Biodinâmicos do Movimento Humano, enfatiza que, com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), muito os educadores físicos têm a fazer para minimizar as possibilidades de contágio da doença e seus fatores agravantes, e, para isto, a atividade física pode auxiliar neste processo.

Algumas atividades físicas para a população idosa devem “garantir” o aumento da imunidade, como, por exemplo, exercícios com pesos, desde que respeitando o conceito de adequação de carga, também podem melhorar a imunidade. Em termos de tipos de exercícios a serem indicados, o que deve ser levado em consideração é a intensidade e a duração da realização destes exercícios, porque deve ter uma intensidade moderada e uma duração que não seja muito prolongada e, para isso, há a necessidade de um acompanhamento e um direcionamento feito por um educador físico para a prescrição de exercícios.

Bruce (2020, p.1) ratifica que os **principais benefícios da atividade física para idosos** são:

1. Previne e ajuda no combate de doenças como hipertensão, derrames, varizes, obesidade, diabetes, osteoporose, câncer, ansiedade, depressão, problemas no coração e pulmões;
2. Melhora da força muscular, diminuindo o risco de quedas e facilita os movimentos dos braços, pernas e tronco;
3. Reduz o uso de remédios porque melhora a sensação de bem-estar, reduzindo as dores;
4. Aumenta apetite;
5. Favorece o fortalecimento do sistema imunológico;
6. Melhora o condicionamento físico geral;

7. Diminui o isolamento social porque aumenta a proximidade com outras pessoas;
8. Aumenta a autoestima, a confiança e aceitação da imagem que o idoso possui de si mesmo, trazendo mais bem-estar geral.

No tocante aos benefícios da atividade física para o público idoso, é preciso atentar para o fato de que trabalhos físicos com intensidades elevadas, em que o praticante realize exercícios muito prolongados, podem fazer o efeito contrário, contribuindo para a diminuição da imunidade do organismo e facilitando a incidência de doenças por vírus e bactérias por conta do enfraquecimento do sistema imunológico. O educador físico mediando as atividades deve ser cauteloso na indicação do que deve ser feito e das repetições de exercícios (quando recomendado).

São apresentados na próxima seção argumentos sobre a importância da sequência didática no trabalho do educador físico.

Sequências didáticas em atividades físicas como prática de ensino-aprendizagem

As sequências didáticas (SD), conjuntos de atividades ligadas entre si, são planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa, e devem ser organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem, elas envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação.

A visão pedagógica de um dos autores (ZABALA, 1998) especifica que uma classificação articulada das atividades a serem desenvolvidas seria o elemento diferenciativo das metodologias e que um dos primeiros aspectos característicos de um método seria, de certa forma, o tipo de ordem na qual se propõe as atividades elaboradas.

O autor em questão destaca ainda que o parcelamento de tais práticas educativas, trazem em si um certo grau de artificialidade, que são explicadas através das dificuldades em encontrar para elas um sistema de interpretação que seja adequado que, em síntese, deveria permitir o estudo conjunto das variáveis emergentes nos processos educativos.

Partindo dessa compreensão, pode-se perceber como a SD considera a grande importância das intenções educacionais na demarcação dos conteúdos de aprendizagem e de todas as atividades que são propostas no decorrer do encontro realizado.

Uma SD é um roteiro elaborado pelo docente, que proporciona uma escolha ou organização de atividades que explorem o domínio do conhecimento. É coerente dizer, portanto, que:

Tendo em vista a sequência didática como sendo um método de perspectiva processual, podemos dizer que as atividades devem ser realizadas de maneira a trazer um *feedback* para o professor, e a relação entre professor e o aluno é fundamental nesse processo, pois determina se o que está sendo proposto está de acordo com as necessidades dos alunos. Se isso não acontece, alguns conteúdos podem passar a não fazer sentido para os alunos, e os objetivos propostos podem não ser atingidos com sucesso (ZABALA, 1998, p. 21).

Alguns desses critérios usados para analisar as SD nos fazem perceber que os conteúdos aprendidos podem agir de forma explícita nas intenções educacionais, envolvendo os conteúdos em três categorias, a saber: *atitudinais*, *conceituais* e *procedimentais*. Os **conteúdos conceituais** dizem respeito à construção ativa de capacidades intelectuais para operar símbolos, imagens, ideias e representações que permitam organizar as realidades. **Os conteúdos procedimentais** são aqueles que fazem com que os discentes construam instrumentos para analisar, por si mesmos, os resultados que obtêm e os processos que colocam em ação para atingir as metas que se propõem, e **os conteúdos atitudinais**, por sua vez, referem-se à formação de atitudes e valores em relação à informação recebida, visando a intervenção do discente em sua realidade (ZABALA, 1998).

Certo é que a pessoa que exerce o papel de educar e/ou liderar através das atividades realizadas possui determinadas funções nas relações de interatividades, como, por exemplo, o planejamento, que permite, de certa forma, uma adaptação das necessidades de quem é

educado ou liderado. É preciso levar em conta todas as contribuições feitas pelas alunas no início, durante e ao término de cada atividade feita.

Diante dessas reflexões e das dificuldades do distanciamento social no qual estamos vivendo, aumenta-se ainda mais a necessidade de encontrar formas de auxiliar as senhoras no processo de execução das atividades propostas, e que estas possam encontrar algum sentido no que estão fazendo, mesmo se estão distantes e “isoladas”.

É preciso transmitir muita confiança, comunicando sempre qual é o objetivo de cada exercício, possibilitando a elas perceberem o que cada processo significa e o que se espera delas. Devido à idade média do grupo, se faz necessário estabelecer metas que elas possam alcançar e, sempre que possível, fortalecer as relações através das motivações positivas e de instrumentos que sejam adaptados para a realidade em que se encontram.

Para que as SD tenham êxito, é preciso estabelecer um ambiente acolhedor, incentivar e fortalecer as relações pessoas que valorizem e alimentem a autoestima de todas, promovendo sempre que possível um diálogo franco e acessível com o/a educador/a.

Em atividades de Educação Física para terceira idade existe uma gama de conteúdos e as mais distintas metodologias que podem ser usadas para a aquisição dos conhecimentos que aqueles conteúdos propõem. Um desses métodos é sequenciar/padronizar os conteúdos, mesmo que de forma aleatória.

Araújo (2013) refere-se à SD ao modo de organização de atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais. Ou seja, a forma aleatória que se nota em Educação Física escolar vai de encontro com a real SD.

Devemos atentar para o fato de que a SD foi criada com o intuito de facilitar a compreensão sobre gêneros textuais orais e escritos para que os aprendizes pudessem dominar a comunicação. Recentemente, essa abordagem inerente aos componentes curriculares Língua Portuguesa e Letramento tem despertado interesse de outras áreas para adotar este método e tentar implantar no dia-a-dia

outros componentes curriculares. Sendo assim, utilizar-se-á SD na Educação Física.

As pessoas que estão fazendo atividades físicas *online* precisam ter um autoconceito de si mesma para passar por esta situação sem ter tantos “arranhões” e sem desanimar. Guardar a esperança diante de tantas notícias desoladoras se torna algo quase que primordial. Destarte concordamos que

O autoconceito é a ideia que cada indivíduo tem de si próprio. Esta ideia (percepções, sentimentos e avaliações) das próprias características e capacidades diz respeito às dimensões básicas que definem a pessoa, como por exemplo, as habilidades, as feições, os traços emocionais e afetivos (SALOM, MORENO E BLÁZQUEZ, 2015. p. 43).

Com esta ação educativa, buscamos, de certa forma, privilegiá-las dentro de uma sociedade que cultua a juventude e negligencia as pessoas idosas, e, assim, durante as atividades que desenvolvemos, constantemente se produz e reproduz a interação e os valores, com os quais possam desenvolver habilidades cada vez mais dinâmicas. Desta maneira, são sintonizadas com o mundo em evolução, sem perder a oportunidade de aprender cada vez mais sobre as capacidades individuais e coletivas.

A seguir apresentamos o modelo de SD construído coletivamente pelos Educadores Físicos e pela Pedagogia.

Tabela 1 - Modelo de Sequência Didática (adaptação de Robson José de Moura Silva, 2019)

1ª ETAPA – Apresentação da Situação		
Será apresentada às senhoras a temática “EXERCÍCIOS FÍSICOS EM TEMPO DE ISOLAMENTO SOCIAL” e sua importância para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e um estilo de vida que preze pela saúde e qualidade de vida.		
2ª ETAPA – Sequência Didática		
Módulos	Conteúdos	Metodologia e ferramentas
	Exercícios físicos – Avaliação Formativa.	Livre debate com questões norteadoras.
I	Exercícios físicos – Como e por que ocorre?	Apresentação de vídeos.
II	Exercícios físicos na 3ª idade – Fundamentação Teórica acerca da Temática	Discussão sobre os vídeos com a exposição dos dados da OMS; redefinição do termo Exercícios físicos na 3ª idade; encaminhamento do seminário.
III	Exercícios físicos na 3ª idade – Seminário.	Cada grupo apresentará e será expectador das pesquisas definidas no módulo II.
3ª ETAPA – Produção Final		
O encerramento da SD acontecerá através de um teste avaliativo oral com questões que servirão de base para quantificar o aprendizado obtido durante a realização desta SD.		

METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Método e compreensão do acontecimento

Compreendemos que “se abre ao acontecimento e vive no seu âmago experiências acontecimentais” (MACEDO, 2016, p. 91). Sendo assim, os dispositivos metodológicos nos preparam e nos colocam em condições de utilizar a capacidade de acolhimento e compreensão a respeito do acontecimento enquanto evento estruturante de realidades. Lévi-Strauss, fundador da antropologia estruturalista, nos seus ensinamentos, insistia que a qualidade da pesquisa passa pela compreensão do pesquisador das ciências antropológicas.

Para Macedo (2012), a pesquisa, numa perspectiva acontecimental, precisa esclarecer como concebe o acontecimento, as inspirações epistemológicas e metodológicas, como aborda a escuta sensível como possibilidade de compreensão do acontecimento. Vale a pena ressaltar que nesse artigo utilizamos entrevista e narrativa acontecimental.

Na verdade, colocamo-nos à disposição em compreender, escutando sensivelmente as senhoras que fizeram atividades físicas com

orientação *online*. A narração, compromissada com o tema, constrói a sua própria lógica, caminho e sentido. A partir da capacidade de descritibilidade das pessoas tem-se a compreensão do acontecimento.

O instrumento para coleta de dados foi uma entrevista com roteiro previamente elaborado pelos autores, composto por dados do perfil sociodemográfico na primeira parte, como: sexo, idade, estado civil, cor, formação acadêmica, atividade profissional. Na segunda parte, dados referentes ao **objetivo do estudo**, como: e o que acha das orientações das atividades realizadas online em parceria com o IECIS, através da SD. A atividade física, através das diferentes adaptações, torna-se uma grande aliada da saúde, prevenindo e até podendo fazer parte do tratamento de diversas doenças.

A SD, organizada pelos instrutores de Educação Física com orientação da Pedagoga, teve a duração de aproximadamente 15h e participaram 10 pessoas, do sexo feminino, idade entre 55 a 76 anos, moradoras da cidade de Salvador- Ba. Os bairros das informantes são: Cajazeiras, São Gonçalo, Pau da Lima, Nazaré, Nordeste de Amaralina, Centenário, Pernambués e Beiru (Tancredo Neves).

As informantes

As senhoras que participaram das atividades de Educação Física online, nos meses de março, abril e maio / 2020, retrato de mulheres trabalhadoras do Brasil, desabafaram nos pequenos vídeos que enviaram: *“É fim do mundo, castigo da teimosia do povo, por isso tem muita gente morrendo” (SIC)*¹⁸ *“Não aguento mais ficar nessa casa quente, ligo o ventilador e faço meus exercício” (SIC)*; *“Ainda bem que você passou exercício para fazer, tá seno bom isso” (SIC)*; *“Tenho fé em DEUS que isso vai passar logo e vô fazer exercício aí e te dar um abraço” (SIC)*, dentre outros trechos de falas. Algumas solicitaram ajuda de familiares (quando possível) para cronometrar o tempo de cada exercí-

18 **Sic** é um advérbio latino que em português significa “assim”, “desse modo”, “desta forma” “exatamente assim” e “assim mesmo”. A palavra “**sic**” é escrita entre parênteses, após uma palavra ou frase, de terceiros, quando estas apresentam a escrita da época, ou que aparentem estranheza, mas foi dessa forma que o autor escreveu.

cio, assim como para fazer filmagens através do celular. Através dos vídeos percebemos que usam roupas e calçados apropriados para atividades físicas.

Mesmo não tendo finalizado a iniciativa das aulas *online* acreditamos que as atividades que foram e são realizadas vêm ajudando as senhoras a manterem seus hábitos de vida saudáveis, visto que as mesmas já praticavam atividades físicas antes da quarentena.

Conforme as falas/desabafos das participantes, é destacado que as mesmas estão realizando as atividades e estão gostando da prática, que além de seus benefícios citados, fortalece o sistema imunológico, que se afetado pode facilitar o desenvolvimento/aquisição de doenças.

CONCLUSÃO

As participantes do Projeto estão esperando ansiosamente para retornar às suas vidas cotidianas para que possam voltar às aulas coletivas presenciais e assim “matar” a saudade dos professores e colegas (do falar, abraçar, sendo que muitas veem a aula como seu momento de lazer, às vezes o único).

Nós, professores, nos deparamos com uma nova perspectiva a organização de aulas, ou seja, aulas remotas, que com o fim da quarentena podem virar tendência, visto que não é necessário muito para alcançar os objetivos esperados com a atividade física. Consideramos que é de suma importância a orientação de um profissional de educação física para a prescrição do treino conforme os objetivos, as necessidades e o desenvolvimento do cursista.

As idosas muitas vezes são excluídas do seio de suas famílias e comunidades quando se aposentam, interrompendo assim suas atividades profissionais e quando diminuem ou deixam de executarem as atividades domésticas realizadas tanto tempo por elas.

Quando chegam a determinada idade, passam a ser consideradas, muitas vezes, pelos seus familiares e amigos como pessoas improdutivas e não gratas, e, em alguns casos, chegam a ser apontadas

como pesos/fardo para a sociedade em questão. Na maioria das vezes, estas idosas chegam ao Projeto desinteressadas e/ou deprimidas, trazendo consigo a culpa por ser “velha” ou “inútil”, por ter perdido a posição que tinham dentro dos ambientes que frequentavam. Desta forma, o Projeto contribui para que elas possam se sentir valorizadas, reconhecidas e estimadas, através das contribuições das experiências que trazem.

A reinserção dessas idosas no meio social, por meio das danças e peças de teatro que realizam, democratizando continuamente o acesso nos espaços culturais, sem exigir de nenhuma delas um diploma, fazendo com que surja uma combinação belíssima entre vivência e sabedoria popular.

Estes fatores contribuem no que chamamos de resgate da dignidade perdida, e impacta consideravelmente na redução dos problemas já relatados como solidão, baixa autoestima e/ou depressão etc.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. L. **O que é (e como faz) sequência didática?** *Revista Entrepalavras*, Fortaleza - ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul, 2013.

BRUCE, C. **8 benefícios da atividade física para os idosos.** Disponível em: <https://www.tuasaude.com/atividade-fisica-para-idosos/>. Acesso em: 13 mai.2020.

CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C. C.; ARNS, E. M. Importância do Planejamento das Aulas para Organização do Trabalho do Professor em sua Prática Docente. **ATHENA, Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

BADIOU, A. Sobre a situação epidêmica. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes.** Terra sem Amos: Brasil, 2020.p.35 - 42.

FERNANDES, L. H. **A Atividade Física e os cuidados contra o Coronavírus.** Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/blogs/corpo-em-movimento/18-03-2020/a-atividade-fisica-e-os-cuidados-contra-o-coronavirus.html> . Acesso em: 12 mai. 2020.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GONTIJO, J. **Coronavírus e atividade física:** idosos devem se movimentar mesmo em isolamento doméstico. Disponível em:https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/04/05/interna_bem_viver,1135454/coronavirus-e-atividade-fisica-idosos-devem-se-movimentar-mesmo-em-is.shtml . Acesso em: 12 mai.2020.

MACEDO, R. S. **A pesquisa e o acontecimento:** compreender situações, experiências e saberes acontecimentais. Salvador:EDUFBA,2016.

----- **A etnopesquisa implicada:** pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005, p.118. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 11 mai.2020.

SALOM, E.; MORENO, J. M.; BLÁZQUEZ, M. **Desenvolvimento da conduta pró-social por meio da educação emocional em adolescentes**. Tradução Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SAFONS, M. P.; PEREIRA, M. M. **Princípios Metodológicos da Atividade Física para Idosos**. Brasília: CREF/DF- FEF/UnB/GEPAFI, 2007.

SILVA, R. J. M. **A importância da sequência didática (SD) em educação física escolar:** relato de abordagem da temática "obesidade" no ensino médio. 27/05/2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-fisica-escolar>. Acesso em: 14 mai.2020.

ZABALA, A. As sequências didáticas e as sequências de conteúdo. In:----- **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 19

4. MARTIN HEIDEGGER E MARTIN BUBER: REFLEXÕES FENOMENOLÓGICAS ACERCA DA ALTERIDADE

Rafael Ribeiro de Almeida
Rodrigo Dias

Resumo:

O tema central do presente artigo circunscreve-se como uma tentativa de abordar a questão da Alteridade a partir da História da Filosofia contemporânea, mais especificamente desde a Fenomenologia. Neste sentido, pretende-se comparar e confrontar as fenomenologias de Martin Heidegger (1889-1976) e de Martin Buber (1878 - 1965), com o objetivo de explicitar o que ambos os autores entendem por Alteridade. Por um lado, a fenomenologia heideggeriana, de *Ser e tempo* (1927), desentranha uma perspectiva individualista no tocante à existência autêntica (portanto, incompatível com a alteridade), isso de tal forma que, para existir em seu modo de ser autêntico, o ser-á precisa, segundo Heidegger, encontrar a si mesmo e poder-ser sempre a partir de si mesmo. Por outro lado, a fenomenologia, a partir de Martin Buber, de *Eu e Tu* (1923), nos traz à tona um conceito de existência sempre implicado, de modo essencial, em relação com o Outro. Diálogo, relação, alteridade: eis os termos-chave que atravessam toda a discussão desta pesquisa no tocante ao pensamento buberiano.

Palavras-chave: Alteridade. Fenomenologia. Buber e Heidegger.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

De um modo geral, sabemos que o surto do coronavírus representa uma fatalidade à nossa saúde. Quanto mais se alastra, mais o vírus efetiva a sua ameaça de calamidade ao bem-estar e à integridade de todos nós, brasileiros e brasileiras. Sob um ponto de vista social, também podemos imaginar, sem muito esforço, a catástrofe que a pandemia pode – e provavelmente fará – aparecer em nossa sociedade brasileira, desde pequenos municípios litorâneos até as principais

metrópoles do País. Desemprego e desigualdade, por exemplo, são dois – de vários – possíveis problemas sociais decorrentes da disseminação desse vírus.

Entretanto, podemos colocar aqui em reflexão outras complicações relacionadas ao novo coronavírus, para além de questões sociais e de saúde pública. A Filosofia, nesse caso, pode – e deve – auxiliar-nos como estímulo à presente meditação. Em sendo assim, indaga-se: de um ponto de vista estritamente *existencial*, o que o surto do coronavírus representa? O que a pandemia desse vírus contém de eminentemente trágico, num sentido *existencial*? Levando em conta o atual espriamento do coronavírus, teremos transformações no tocante à nossa perspectiva, de brasileiras e brasileiras, acerca do paradigma que temos de “existência”? Nesse sentido, o presente texto tem por objetivo trazer à tona uma questão existencial que, devido ao atual contexto, ganha grande notoriedade: a questão do *outro*, ou melhor, da *alteridade*.

Os programas de televisão, as capas de jornal, as publicações no facebook, os tuítes de redes sociais, enfim, vários são os canais que, devido à pandemia, atestam a necessidade inflexível do isolamento, da quarentena, da segregação, da separação, e – por que não? – da solidão. Ora, que lição a partir daí podemos extrair *durante*, mas também *depois*, da disseminação de tal vírus? A experiência do isolamento abala o nosso cotidiano de modo a nos encaminhar para um verdadeiro individualismo, ou, pelo contrário, nos desestabiliza a tal ponto de começarmos a refletir sobre um modo de vida que contemple mais o *outro*? Movidos pela esperança de um futuro diferente, algumas questões existenciais, em vista do que foi explanado até aqui, mostram-se, por assim dizer, imprescindíveis, tais como: a alteridade, o direito do outro, a vivência e a experiência com o outro. Não obstante, depois de posta a apresentação desse problema, pretendemos fundamentalmente chamar a atenção para o tema que perpassa e percorre toda a reflexão desenvolvida em nosso artigo, qual seja: (a presença ou a ausência da) alteridade em nossa existência. A partir do raciocínio filosófico, mais precisamente de caráter fenomenológico, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade – hoje, muito mais urgente do que antes – de nos importarmos com o Outro.

Em sendo assim, o texto desenvolvido se propõe a comparar as fenomenologias de Martin Heidegger (1889-1976) e de Martin Buber (1878 - 1965) a fim de, a partir dessa comparação, contrapor a perspectiva de ambos com relação à alteridade. Enquanto o alemão Heidegger, em sua fenomenologia, concentrar-se mais centralmente num aspecto *individualista* (posteriormente, evidenciaremos o sentido de tal termo), por outro lado, o fenomenólogo da religião, Martin Buber, traz à tona em sua filosofia a necessidade imprescindível de nos colocarmos em relação com o Outro. Ou seja: ao passo que a fenomenologia heideggeriana incorre num caráter individualista “*em Ser e tempo continua predominando o traço individualista*” (SAFRANSKI, 2000, p. 212. Grifo nosso), a fenomenologia buberiana, por outro lado, contribui positivamente para uma discussão que contempla, necessariamente, o outro. Para tanto, sob a perspectiva metodológica, o presente texto se propõe a examinar o insigne tratado de *Ser e Tempo*, publicado em 1927, e a obra de maior envergadura filosófica de Buber, a saber, o *Eu e Tu*, publicado em 1923. Assim, pretendemos comparar e confrontar dois autores da mesma corrente filosófica – a Fenomenologia –, pertencentes ao mesmo contexto histórico – década de 20, do século passado – que apresentam, porém, pontos divergentes com relação à questão existencial da alteridade; de um lado, Heidegger considera que autêntica é a existência do ser-aí em que ele permanece, predominantemente, sozinho, de outro lado, contudo, a autenticidade é, em termos buberianos, uma expressão de sentido aproximado da alteridade.

Parte I

Com efeito, Heidegger, em *Ser e tempo*, procurou distinguir os dois modos fundamentais de ser-no-mundo: autenticidade [*Eigentlichkeit*] e inautenticidade [*Uneigentlichkeit*]. Desde então, faz-se necessário trazer à tona uma questão de derradeira importância no que concerne à autenticidade do ser-aí, a saber: a preponderância do aspecto individualista¹⁹.

19 Desde já, urge aqui uma observação imprescindível: com o termo “individual”, e

Na propriedade [autenticidade] heideggeriana com efeito não se trata primeiramente do agir bom e eticamente correto, mas da abertura de chances para grandes momentos, trata-se do aumento de intensidade do *Dasein*; mas na medida em que também se trata do ético, as reflexões de Heidegger sobre *Ser e tempo* se podem formular numa frase: *faz o que queres, mas decide por ti mesmo e não deixes que ninguém te roube a decisão e com isso a responsabilidade* (SAFRANSKI, 2000, p. 208. Grifo nosso).

Segundo se vê, o excerto supradito de Safranski expõe uma questão considerada por ele mesmo como a mais incisiva no tocante à definição heideggeriana de autenticidade, a saber: nas questões decisivas da existência, as decisões a mercê de serem configuradas como autênticas são aquelas em que o ser-aí permanece sozinho. Nem um agente, nem qualquer coletivo – ou coisas do gênero – pode levar o ente existente às decisões no que diz respeito ao seu poder-ser próprio. Com isso, nossa intenção consiste em destacar como Heidegger tende a aproximar a autenticidade – propiciada pela angústia – de um caráter restritamente individual, em consonância, inclusive, com comentadores que também pensam nesse sentido: “em *Ser e tempo* continua predominando o traço individualista” (SAFRANSKI, 2000, p. 212).

Para existir em seu modo de ser autêntico, o ser-aí precisa encontrar a si mesmo e poder-ser a partir de si mesmo. Antes de tudo, porém, é preciso que ele venha a reconhecer que há um “si-mesmo” a ser recuperado – a fim de evidenciar esse aspecto, traz-se à liça, pois, o “lugar” da consciência [*Gewissen*] do ser-aí na analítica existencial de *Ser e tempo*. A voz da consciência convoca – de modo individualis-

suas variáveis “individualista” e “individualidade”, o presente texto não visa um sentido existenciário, isto é, não visa um aspecto ôntico, tais como individualismo ético, político, econômico, religioso etc. Antes, porém, traz-se à tona a expressão “individual”, enquanto característica da existência autêntica, conforme veremos em termos heideggerianos, com o propósito de nos referirmos a um âmbito ontológico. Ou seja, valemo-nos da palavra “individual” e suas variantes em consonância com a mesma linha argumentativa de Michael Inwood: “É o *Dasein* um indivíduo isolado, egotista? Ontologicamente sim, onticamente não” (INWOOD, 2002, p.30). Quer dizer, o autor nos chama atenção no que diz respeito ao isolamento metafísico do ser-aí.

ta – o *Dasein* para que resgate seu si-mesmo. Para tanto, formula-se, primeiramente, um questionamento: como que o ser-no-mundo, uma vez envolto na sua própria constituição ontológica de fugir de si mesmo, pode existir de um outro modo no qual ele se coloca diante de si mesmo a partir do seu próprio ser? Isto é, como o *Dasein* concretamente jogado e perdido nos “outros” pode, de fato, conquistar seu si-mesmo? Com efeito, são justamente estas indagações que a noção de consciência, em *Ser e tempo*, visa abarcar. A voz da consciência convoca o único ente cuja essência coincide com a existência a deixar de se perder na inautenticidade, para poder-ser a partir da sua autenticidade. Sendo assim, cabe-nos explicitar o caráter individualista dessa “recuperação” de si-mesmo propiciada pela consciência.

Não obstante, “a análise mais profunda da consciência a desentranha como clamor [Ruf]” (HEIDEGGER, 2005, p. 54). O apelo da consciência *proclama* o ser-aí para o seu poder-ser-si-mesmo autêntico. Mas, o que no apelo da consciência constitui o “objeto” aclamado? Segundo Heidegger, o ser-aí sozinho, em sua própria individualidade. E para que perspectiva se aclama, se apela? Para o poder-ser-si-mesmo autêntico. Vê-se, então, a condição ontológica pela qual a apelação veemente do clamor é responsável: uma condição em que o ser-aí, sozinho, coloca-se diante de si mesmo a partir do seu próprio ser. Indo além, faz-se ainda necessário questionar Heidegger: quem clama? Quem apela? Quem suplica? A essa indagação se responde com a mesma precisão da questão de quem é proclamado no apelo, isto é: o ser-aí sozinho, em sua própria individualidade. Na consciência, o *Dasein* clama por si mesmo. “O clamor provém de mim e, no entanto, por sobre mim” (HEIDEGGER, 2005, p. 61). Deste modo, nota-se a prevalência de um caráter individualista em que se encontra implicado o apelo da consciência: o apelo (o clamor) nasce em “mim”, provindo de “mim” e por sobre “mim”.

Não obstante, se bem que a resposta a que concluímos – é o próprio *Dasein* quem clama – não esteja errada, ela ainda permanece, porém, incompleta. Isso porque, para o autor, é o ente existente quem clama, porém, o ente existente angustiado. Portanto, quem clama? O

ser-aí, mas o ser-aí na sua estranheza, o ser-no-mundo enquanto um não-se-sentir-em-casa, em suma: “o si-mesmo singularizado na estranheza de si e lançado no nada” (HEIDEGGER, 2005, p. 63). O apelo provém da estranheza, proporcionada pela angústia, justamente porque a angústia realiza a abertura originária e primária do mundo como mundo e do ser-no-mundo como ser-no-mundo. O apelo da consciência provém do ser-aí angustiado, para Heidegger, precisamente porque a disposição da angústia retira a possibilidade do ser-aí imergir-se na decadência, em que ele permanece encoberto para si mesmo uma vez na interpretação pública do impessoal. Conclui-se, então, que o que a consciência abre é a possibilidade da autenticidade do ser-aí angustiado em sua singularidade, individualidade. A voz da voz consciência convoca o único ente cuja essência coincide com a existência a deixar de estar com (a deixar de se perder nos) outros, para poder-ser, pois, a partir de sua própria individualidade: “[consciência] Convoca o Dasein a considerar suas próprias possibilidades, mais do que o cardápio oferecido pelo impessoal, e a escolher por si mesmo o que fazer” (INWOOD, 2002, p. 23), isto é, ela traz à tona a possibilidade do ser-aí, sendo-no-mundo, poder-ser-si-mesmo, retirando, portanto, “o si-mesmo da algazarra da compreensão impessoal” (HEIDEGGER, 2005, p. 86). Isso se deve, de alguma forma, a um sentido para o qual já se procurou chamar atenção: o que no apelo da consciência constitui o “objeto” aclamado é o ser-aí sozinho, em sua própria individualidade; e além disso, nesse apelo quem é responsável por apelar é, dessa maneira, o ser-aí sozinho, em sua própria individualidade. “O clamor provém de mim e, no entanto, por sobre mim” (HEIDEGGER, 2005, p. 61). Portanto, quando Heidegger nos diz que o apelo da consciência proclama o ser-aí para sua autenticidade, isso de alguma forma é correlato à seguinte afirmação: a consciência proclama o ser-aí para que, sozinho, coloca-se diante de si mesmo a partir do seu próprio ser. “O Dasein então é próprio [autêntico] quando tem a coragem de depender de si mesmo” (SAFRANSKI, 2000, p. 207).

Com efeito, não se pode negar, é verdade, que Heidegger se ocupa sim com o tema da alteridade, ao trazer à tona a questão do

Mitsein e do *Mitdasein*. O *Dasein*, devido a sua própria constituição ontológica, é, ao mesmo tempo, *Dasein* e *Mitdasein*. “O ser-com é um constitutivo existencial do ser-no-mundo” (HEIDEGGER, 1988, p. 178). Ou seja, o ser-com [*Mitsein*] é uma estrutura existencial do ser-aí, de modo que cessar de ser-com equivale a cessar de ser-aí. Aliás, o próprio estar-só é uma possibilidade que se funda na condição ontológica do ser-com (mesmo isolado, exemplifica Heidegger, Robinson Crusoe é ser-com). “A falta e ‘ausência’ são modos do co-Dasein, apenas possíveis porque o Dasein, enquanto ser-com, permite o encontro de muitos em seu mundo” (HEIDEGGER, 1988, p. 172). Em suma, o ser-aí só “é” na medida que está-com, quer dizer, estar-com-os-outros pertence à estrutura ontológica do ser do ser-aí. “Mesmo quando cada Dasein de fato não se volta para os outros, quando acredita não precisar deles ou quando os dispensa, ele ainda é no modo de ser-com” (HEIDEGGER, 1988, p. 175). Com efeito, essa problemática descarta, inclusive, qualquer suposição que possa recair sobre o ser-aí em relação a um solipsismo, haja vista que ser-no-mundo envolve, do ponto de vista ontológico, seres-no-mundo.

Por outro lado, porém, não se pode perder de vista igualmente que Heidegger só se propõe formular a questão do outro partindo do si-mesmo do ser-aí individual. Quer dizer, o Filósofo alemão só passa a considerar o “outro” após a análise do ser-aí em sua relação consigo mesmo:

Embora eventualmente Heidegger tenha tomado o ser-com como tema, seu pensar ainda se dirigia unicamente para o ser humano como um singular: o *ser humano*, o *Dasein*; também o que se defronta com o ser humano ou aquilo dentro do que ele se encontra, é organizado como singular: o mundo, o ente, o ser (SAFRANSKI, 2000, p. 315. Grifos do autor).

Essa pertença ontológica para com os outros seres-aí – bem como outros traços da existência – pode ser encarada de maneira distinta: autêntica ou inautêntica. A autêntica se sobressai na medida

em que o seu “si-mesmo” antecede e orienta esse co-pertencimento: “Somente porque o ser-aí como tal é determinado pela mesmidade pode um eu-mesmo relacionar-se com um tu-mesmo” (HEIDEGGER, 1999, p. 313). Cabe também frisar que a questão não é que o homem, em sua relação com seu Ser, seja onticamente isolado, factualmente e concretamente sozinho, não se trata de um isolamento do ponto de vista existenciário, antes, porém, conforme versa M. Inwood, o “Dasein é em sua essência metafísica determinado por sua individualidade” (INWOOD, 2002, p. 30). E mais. Em conformidade com a argumentação do presente texto, Michael Inwood sinaliza que tal individualidade está associada, de modo específico, com o sentido autêntico do ente que nós mesmos somos: “O Dasein autêntico faz escolhas decididas com vistas no futuro, mas estas não precisam alterar o modo de vida geral de Dasein ou alguma coisa além da vida do agente individual [isto é, do Dasein individual]” (INWOOD, 2002, p. 85).

Além disso, no Brasil também é possível encontrar trabalhos em consonância com esta mesma linha argumentativa. O pesquisador Rubens Rieg, em sua dissertação de mestrado, na qual também confronta os pensamentos de Heidegger e Buber, assinala:

[...] pode até haver algumas tentativas de diálogo [na filosofia heideggeriana], mas logo são abafadas pelo monólogo e repetido ato de descobrir sempre novas categorias de seu ser. O homem de existência autêntica é aquele que é si mesmo. Por isso, esse é o homem que não pode viver realmente com o homem, mas um homem que somente pode viver de modo real no trato consigo mesmo (RIEG, 2007, p. 22).

Isto posto, corroborada a assimilação de Heidegger sobre o conceito de autenticidade e a sua aproximação com individualidade (as decisões à mercê de serem caracterizadas como autênticas são aquelas em que o ser-aí permanece, preponderantemente, sozinho), prossegue-se, diante disto, à próxima etapa de nossa pesquisa a qual visa trazer à tona a fenomenologia de Martin Buber que, diferente da de Heidegger, acaba por desentranhar, necessariamente, a existência

do homem em função de sua alteridade – na fenomenologia buberiana o ser humano é apreendido como ser relacional.

Parte II

Diálogo. Relação. Alteridade. Eis alguns dos termos-chave da filosofia de Martin Buber tal como ele a apresenta ao longo das três partes de sua obra capital, *Eu e Tu*: “As considerações de Buber sobre a existência contemplam, antes de qualquer outra coisa, o sentido relacional de existir” (CARVALHO, 2017, p. 200). Com efeito, o significado de tais termos-chave nos permite situar, de alguma forma, o objetivo fundamental da obra em questão no seguinte sentido: a relação com o outro é indispensável para a realização existencial completa de homens e mulheres. Consoante à essência da perspectiva buberiana, o ser humano, por excelência, repousa sua existência numa dimensão por assim dizer dia-logical. Vê-se, assim, portanto, como o escopo último de *Eu e Tu* considera uma vez mais o sentido de uma existência humana sempre do ponto de vista *relacional* – “Diz-se então que o homem é um ente de relação ou que a relação *lhe* é essencial ou fundamento de sua existência” (BUBER, 1977, p. 44). Neste sentido, é notório que Buber procura nos indicar: seja qual for o aspecto da vida humana – seja o aspecto filosófico seja o religioso, o político ou o existencial – há um sentido fundamental, diga-se assim, o qual centraliza e atravessa todos os aspectos da vida humana, a saber: um sentido que reside no diálogo, na relação, na alteridade.

Em sendo assim, pretende-se examinar como a filosofia relacional de Martin Buber, através de sua fenomenologia da relação, desentranha o que há de mais originário e essencial no ser humano: o vínculo relacional com o outro. Para tanto, traz-se à tona a obra mais importante do filósofo em questão, *Eu e Tu*. “O livro descreve as relações do homem no mundo, constituindo-se numa ontologia da relação, pois aborda o ser do homem pelas palavras princípio” (CARVALHO, 2017, p. 202). Visto desse modo, encontra-se em *Eu e Tu* “uma das mais cria-

tivas fenomenologias da relação produzidas pela fenomenologia existencial” (CARVALHO, 2017, p. 200).

Com efeito, na primeira parte de *Eu e Tu*, Martin Buber nos apresenta aquilo que ele chama de as “palavras-princípio”. Segundo o autor, as palavras-princípio dizem respeito, acima de tudo, à própria possibilidade dos seres humanos (inter)relacionarem-se entre si, com o mundo e, por excelência, com Deus. Em consonância a essa ideia, José Mauricio de Carvalho, em seu livro *Martin Buber – a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade*, observa: “Essas relações [EU-TU e EU-ISSO] constitutivas do Eu têm, para Buber, um sentido ontológico enquanto definidor do ser do homem” (CARVALHO, 2017, p. 204-205). Neste sentido, mais do que simples vocábulos, as palavras-princípio exprimem um modo específico de estar situado existencialmente no mundo, quer dizer, ao proferi-las os homens e as mulheres não se valem apenas de sentenças proposicionais, mas, isto sim, indicam um determinado modo de existir no mundo (desde um ato considerado por Buber como essencial, a saber, uma relação entre seres humanos, até a atitude considerada por ele como menos fundamental, a saber, um relacionamento de experiência objetivante): “As palavras-princípio não exprimem algo que pudesse existir fora delas, mas uma vez proferidas elas fundamentam uma existência” (BUBER, 1977, p. 3). Em suma: é a própria existência que está fundamentada em cada palavra-princípio – “Aquele que profere uma palavra-princípio penetra nela e aí permanece” (BUBER, 1977, p. 4) –, e, justamente por isso, uma palavra-princípio, de acordo com Buber, é uma palavra originária, fundamental, *Grundwort* em seu termo original. Eis, assim, o caráter ontológico-existencial implicado nas palavras-princípio: “São as palavras-princípio que colocam o homem na existência. Elas representam a base ontológica pela qual o homem pensa o mundo e o outro” (CARVALHO, 2017, p. 206).

Por último, faz-se necessário destacar que as palavras-princípio comportam o que há de mais originário e essencial no ser humano: a relação com o outro. As duas palavras-princípio, enquanto tais, sempre se encontram dispostas em pares: “As palavras-princípio não são vocá-

bulos isolados mas pares de vocábulos. Uma palavra-princípio é o par EU-TU. A outra é o par EU-ISSO” (BUBER, 1977, p. 3). Com efeito, isto porque é a condição existencial do homem que está em jogo e esta, para Buber, sempre está, essencialmente, em relação. No pensamento buberiano, especificamente o da obra *Eu e Tu*, a existência humana é encarada como um ser de relação. Neste caso, não se trata de uma relação (como se fosse uma propriedade) que o homem tem com outro, antes, porém, a relação diz respeito ao *Zwischen*, em português “entre”: é algo que acontece entre [*Zwischen*] o homem e o outro, ou entre o homem e o mundo, ou, finalmente, entre o homem e Deus.

A ontologia da relação será o fundamento para uma antropologia que se encaminha para uma ética do inter-humano. Diz-se então que o homem é um ente de relação ou que a relação *Ihe* é essencial ou fundamento de sua existência (BUBER, 1977, p. 44. Grifo nosso)

Posto isso, apresentado, de modo geral, o sentido buberiano da palavra-princípio, faz-se necessário então abordarmos cada uma (das duas palavras-princípio possíveis), a fim de destacarmos suas particularidades e o lugar específico de cada uma na ética buberiana.

A primeira palavra-princípio é EU-TU. Esta, para Buber, é a mais fundamental, em termos de expressar o que há de mais autêntico para o ser humano: “O TU encontra-se comigo por graça; não é através de uma procura que é encontrado. Mas endereçar-lhe a palavra-princípio é um ato de meu ser, meu ato essencial” (BUBER, 1977, p. 12). Ao longo do livro, Buber procura descrever o fenômeno da relação EU-TU com o emprego de vários termos: diálogo, dialógico, relação essencial, encontro, inter-humano, reciprocidade: “somente na relação Eu-Tu se pode falar propriamente em alteridade, porque o Tu atua em reciprocidade e simultaneidade” (CARVALHO, 2017, p. 204). Do ponto de vista ontológico, esse vínculo relacional possui prioridade sobre o EU-ISSO, no sentido de que o EU-TU diz respeito a uma relação ontológica do (encontro do) homem e o EU-ISSO, por sua vez, diz respeito a um aspecto cognoscitivo (abordagem reflexiva) do homem com o mundo –

este último, para Buber, é derivado da primeira, portanto, menos fundamental que a primeira. O TU é mais primário e, conseqüentemente, o ISSO é posterior: “o sujeito só se manifesta efetivamente como Eu na relação com o Tu” (CARVALHO, 2017, p. 207). Assim sendo, o EU-TU é condição ontológica de possibilidade para o EU-ISSO, o EU-TU é condição de possibilidade para o EU-ISSO em termos de ser a priori:

Quando se vive numa relação realiza-se, neste TU encontrado, a presença do TU inato. Fundamentando-se no a priori da relação, pode-se acolher na exclusividade este TU, considerado como um parceiro; em suma, pode-se endereçar-lhe a palavra-princípio (BUBER, 1977, p. 31).

Evidencia-se, assim, que o EU-TU está subjacente no fluxo constante do relacionamento EU-ISSO, ou, dito de modo literal “A palavra EU-TU precede a palavra EU-ISSO” (BUBER, 1977, p. 50). Tendo isso em vista, nota-se que a obra *EU e Tu* nos revela o liame mais originário e elementar do EU-TU (isto é: o homem na sua dialogicidade) como fundamento ontológico da existência humana.

Indo além, de acordo com a obra em questão, “Chamamos relação para EU-TU e relacionamento para EU-ISSO” (BUBER, 1977, p. 47). Portanto, além de ser mais fundamental (por ser mais primária), a palavra-princípio EU-TU é diferenciada por Buber como uma relação – “O EU da palavra-princípio EU-TU é diferente daquele da palavra-princípio EU-ISSO” (BUBER, 1977, p. 3). Mas, pergunta-se: por que se trata de relação? Segundo diz Buber, “O TU se apresenta ao EU como sua condição de existência, já que não há EU em si, independente; em outros termos o si-mesmo não é substância mas relação. O EU se torna EU em virtude do TU” (BUBER, 1977, p. 49). Sendo assim, nota-se que EU e TU não existem, por assim dizer, de forma independente, antes, porém, apenas na relação em função um do outro. Só se anuncia para o ser humano um EU (ele só se torna um EU), quando se relaciona com um TU, ou seja: o EU “aparece somente envolto na trama das relações, na relação com o TU” (BUBER, 1977, p. 32).

Portanto, separar de modo a isolar cada um destes elementos – EU e TU – equivale ao mesmo que os abstrair. Quer dizer, quando o autor se refere a um “EU” no seu livro em questão, não se trata de uma substância (suficiente) em si e por si, mas, ao invés, o EU a que se refere Buber é, por essência, um EU relacional. Sendo assim, a obra *Eu e Tu* não aborda um “EU” no sentido de si-mesmo egótico, mas sim o EU de relação, de sorte que não se pode falar do EU sem o outro, sem o TU. “O EU se realiza na relação com o TU; é tornando EU que digo TU. Toda vida atual é encontro” (BUBER, 1977, p. 13). E mais: uma vez que o EU está interna e intrinsecamente unido ao TU, podemos até mesmo falar, como o próprio Buber sugere, em: “EU-atuando-TU e TU-atuando-EU” (BUBER, 1977, p. 25).

Deste modo, conclui-se que se não há um EU em si mesmo, por si só, mas sim sempre em relação, é preciso enfatizar que aquilo que está no horizonte dessa relação é sempre o TU:

O TU se manifesta como aquele que simultaneamente exerce e recebe a ação, sem estar no entanto, inserido numa cadeia de causalidades, pois, na sua ação recíproca com o EU, ele é o princípio e o fim do evento da relação (BUBER, 1977, p. 34).

Ao destacar o TU como o horizonte permanente da união mais primária do ser humano – a saber, a relação EU-TU – , com isso Buber não pretende, de modo algum, objetificar o TU; quer dizer, não há, na ligação EU-TU, nenhum tipo de tematização (teórico-cognitiva): “Aquele que diz TU não tem coisa alguma por objeto. [...] Quem diz TU não possui coisa alguma, não possui nada. Ele permanece em relação” (BUBER, 1977, p. 5). E mais:

Eu não experiencio o homem a quem digo TU. Eu entro em relação com ele no santuário da palavra-princípio. Somente quando saio daí posso experienciá-lo novamente. A experiência é distanciamento do TU (BUBER, 1977, p. 10).

Assim, consoante à citação (acima), e levando em conta que para Buber o termo “experienciar” diz respeito a algo que se torna descritível, decomponível, classificável (em termos de objetificação ou mesmo tematização teórico-cognitiva), somente e tão-somente o ISSO (do relacionamento EU-ISSO, conforme veremos adiante), está à mercê de ser classificável, ordenável etc.

Eis uma verdade fundamental do mundo humano: somente o ISSO pode ser ordenado. As coisas não são classificáveis senão na medida em que, deixando de ser nosso TU, se transformam em nosso ISSO. *O TU não conhece nenhum sistema de coordenadas* (BUBER, 1977, p. 34. Grifo nosso).

A união EU-TU jamais poderá ser objetificada. Na filosofia de Buber, o TU é, por excelência, irredutível a um objeto, “se isto acontecer, e aí está o destino do homem, o TU já não é mais senão um ISSO, uma soma de qualidades, útil a um propósito realizável” (BUBER, 1977, p. 57-58). Com efeito, foi dito anteriormente que o vínculo EU-TU é o mais autêntico no tocante à existência humana; outro motivo que corrobora esta ideia, para Buber, é justamente porque esta relação não comporta, de modo algum, qualquer objetificação. Por não abarcar nenhum caráter de objetificação, na conexão EU-TU o homem não se coloca como uma coisa entre outras coisas (ou formado por outras coisas), e é diretamente isso que também leva a Buber considerar esta como a mais autêntica relação do ser humano. “A fenomenologia da relação leva o filósofo a pensar a vida autêntica como a que surge no encontro, com o outro e com o isso. [...] A relação, vivida responsabilmente, afirma o indivíduo” (CARVALHO, 2017, p. 51). E mais:

Ele [Buber] convida a ir além da vida íntima, quando se trata da autenticidade. É necessário apresentar o homem como alguém que dialoga, que se descobre e se faz nesse processo dialógico com o outro e com o mundo. O homem não vivi só, somente caminha para ser pessoa

quando se relaciona segundo a palavra princípio: Eu-Tu. Viver é relacionar-se (CARVALHO, 2017, p. 247).

Vale destacar, assim, que a alteridade mais autêntica se instaura na relação EU-TU, nota-se que é nesta concernência que, por excelência, jaz a alteridade propriamente dita: “Já não se pode deixar de dizer TU, alguma vez, ao pai, à esposa, ou ao companheiro” (BUBER, 1977, p. 38). E mais: “O TU é mais operante e acontece-lhe mais do que aquilo que o ISSO possa saber. Aí não há lugar para fraudes: aqui [no TU] se encontra o berço da verdadeira vida” (BUBER, 1977, p. 10).

Portanto, apresentadas algumas das ideias buberianas acerca da concernência mais fundamental do ser humano, reforça-se, mais uma vez, o ponto de maior diferenciação e especificidade deste modo de existência, a saber: O EU-TU está antes (é mais primário) que o EU-ISSO:

O ISSO é a crisálida, o TU a borboleta. Porém, não como se fossem sempre estados que se alternam nitidamente, mas, amiúde, são processos que se entrelaçam confusamente numa profunda dualidade (BUBER, 1977, p. 20).

Algumas considerações finais

Procurou-se, no segundo momento do presente texto, apresentar o caráter relacional da filosofia de Martin Buber, em consonância com a obra capital deste autor: *Eu e Tu*. Diálogo, relação, alteridade: eis os termos-chave buberianos que atravessaram toda a discussão desta pesquisa no tocante ao pensamento buberiano. Primeiramente, a definição que Buber confere ao conceito de palavra-princípio expressa o que há de mais fundamental no ser humano: o liame com o outro. Neste sentido, o autor indica que há dois modos fundamentais de estar (com o outro) no mundo: EU-TU e EU-ISSO, sendo o primeiro mais fundamental que o segundo.

Segundo Maurício de Carvalho (2017, p. 247), “Para compreender as teses de Buber, é preciso pensá-lo como fenomenólogo, preocupado com o sentido da existência autêntica”. Nesse sentido, Martin

Buber, através de sua fenomenologia do encontro e do diálogo, indica-nos uma existência autêntica sempre implicada, de modo essencial, em relação com o outro. Tendo isso em vista, a existência autêntica é aquela que se aproxima cada vez mais de uma (inter)relação. Numa palavra, autenticidade é, em termos buberianos, uma expressão de sentido aproximado de alteridade. Com isso, vê-se qual a principal contribuição de Buber – que “é, no grupo de fenomenólogos, o pensador, por excelência, das relações” (CARVALHO, 2017, p. 199) – no que tange à fenomenologia: não importa que aspecto da existência seja considerada, o homem, segundo a fenomenologia buberiana, sempre co-existe. Sob esse aspecto, ressalta-se, uma vez mais, a contribuição inovadora do autor: “E a novidade que ele [Buber] trouxe para a escola fenomenológica foi pensar o diálogo como expressão da consciência intencional e como lugar do Ser” (CARVALHO, 2017, p. 15). Posto nestes termos, vários são os sinônimos com os quais podemos definir, de forma precisa, a filosofia de Buber: filosofia da relação, do diálogo, filosofia do encontro, filosofia do inter-humano, da interação, e até mesmo filosofia da intersubjetividade: “O pensamento filosófico de Martin Buber examina a realidade dialogal da existência pensada fenomenologicamente, isto é, aborda a vida como relação” (CARVALHO, 2017, p. 249).

Por outro lado, nota-se o tratamento diferente da fenomenologia de Heidegger no que diz respeito à existência autêntica. Vale frisar a individualidade enquanto traço específico de seu conceito de autenticidade. Indo além, ressalta-se que autenticidade, em termos heideggerianos, não corresponde propriamente à existência enquanto tal, antes, porém, tal conceito indica um modo da existência, ou melhor: um modo de ser-no-mundo. Com efeito, é justamente esse modo autêntico de ser-no-mundo que Heidegger, conforme procurou-se destacar, aproxima de um sentido individualista, por assim dizer. Para existir em seu modo de ser autêntico, o ser-aí precisa encontrar a si mesmo e poder-ser a partir de si mesmo, e um exemplo emblemático de tal raciocínio pode ser encontrado no segundo capítulo da segunda parte de *Ser e tempo*, no qual Heidegger realiza uma exposição existencial da consciência. A voz da consciência convoca – de modo individualis-

ta, já que “O clamor provém de mim e, no entanto, por sobre mim” (HEIDEGGER, 2005, p. 61) – o ser-aí para que resgate, sozinho, seu si-mesmo. Em sendo assim, quando *Ser e tempo* assinala que o apelo da consciência convoca o ser-aí para sua autenticidade, isso de alguma forma equivale afirmar que a consciência proclama o ser-aí para que, sozinho, coloca-se diante de si mesmo a partir do seu próprio ser. “O Dasein então é próprio [autêntico] quando tem a coragem de depender de si mesmo” (SAFRANSKI, 2000, p. 207). Ademais, ainda que Heidegger não deixe de tematizar a alteridade e a sua importância na constituição ontológica do ser-aí – ao trazer à tona a questão do *Mitsein* e do *Mitdasein* –, não se pode desconsiderar, por outro lado, que ele só se propõe formular a questão do outro partindo do si-mesmo do ser-aí individual: “Embora eventualmente Heidegger tenha tomado o ser-com como tema, seu pensar ainda se dirigia unicamente para o ser humano como um singular: o ser humano, o Dasein” (SAFRANSKI, 2000, p. 315).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUBER, M. **Eu e Tu**. Trad. Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977;
- CARVALHO, M. **Martin Buber** – a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade. São Paulo: FiloCzar, 2017;
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo** – parte I. trad. Márcia de Sá Cavalcanti. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988;
- ... **Ser e Tempo** – parte II. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005;
- ... **Sobre a Essência do Fundamento** (coleção Os Pensadores). Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1999;
- INWOOD, M. **Dicionário Heidegger**. trad. Luísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002;
- RIEG, R. **A relação dialógica: a descoberta do Zwischen em Martin Buber**. 97 f. Tese (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007;
- SAFRANSKI, R. **Heidegger** – um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. Trad. Lya Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2000;

5. EMBATES ENFRENTADOS POR RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS MEIO A PANDEMIA DO COVID-19

Alex Luz da Paixão

Lousana de Jesus Santana

Everton Nery Carneiro

RESUMO

Este artigo busca discutir os embates enfrentados por residentes universitários da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no contexto pandêmico que se instaurou no início do ano de 2020. Discutir a temática se mostra importante, pois as desigualdades existentes nas relações sociais também são notadas dentro da universidade. Para entender esses contextos foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos e sites de notícias, também foram usados como fontes relatos de residentes universitários da UNEB de diversos departamentos. São abordados, neste texto, pontos relacionados à história das universidades e residências universitárias no Brasil e na Bahia, as residências universitárias da UNEB, as vulnerabilidades agravadas com a pandemia, ações (forçadas) da universidade no contexto de pandemia, ações em outras universidades e considerações finais. Abordando esses pontos, o artigo traz a ideia de que a universidade entenda as residências como um espaço vivo e palco de histórias de vida diversa, sendo necessária a preconização do diálogo entre residentes e instituição para soluções conjuntas dos problemas enfrentados com a Covid-19. Decisões democráticas no contexto da universidade constroem melhores políticas de assistência e permanência estudantil, contribuindo para melhoria do ensino aprendizado, impactando na qualidade do ensino da universidade uma vez que, a partir desse momento histórico, a universidade precisará ressignificar sua essência e modo de enxergar o ser humano.

Palavras-Chave: Residência Universitária. UNEB. Covid-19. Vulnerabilidade Democrática.

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da necessidade de discutir o papel da universidade pública na vida de estudantes em situação de vulnerabilidade

social e econômica. Entendendo não ser possível abordar na totalidade o assunto, iremos realizar alguns recortes necessários para a discussão da temática. Aqui trataremos de uma dimensão (residências universitárias) da permanência estudantil da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

As desigualdades existentes na universidade é uma problemática enfrentada pelos estudantes, em uma sociedade altamente desigual é natural que essas desigualdades sejam refletidas dentro desse ambiente. Raça, classe e gênero são categorias presentes dentro e fora da universidade e que devem ser abordados conjuntamente em ambos os espaços.

A partir das categorias citadas, poderiam ser pontuadas diversas situações, mas o que torna este artigo viável são as condições enfrentadas por um público específico da universidade, os moradores das residências universitárias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O objetivo é explicitar as diferentes realidades vividas por residentes no contexto de pandemia, em diferentes campi e regiões, através de diálogos pessoais e pesquisa bibliográfica, buscando construir caminhos para que se torne viável uma assistência estudantil eficiente capaz de fazer permanecer na universidade com condições dignas todos aqueles que dela necessitam.

Buscando dar conta do objetivo proposto, este artigo se divide nos seguintes tópicos: universidade e residências universitárias, abordando um pequeno histórico de ambas; residência universitária da UNEB, explicando sobre como funciona essa parte da permanência; vulnerabilidades agravadas com a pandemia, discutindo as vulnerabilidades que se acentuaram no cotidiano desse grupo com o Covid-19²⁰;

20 Em dezembro de 2019, diversos casos de pneumonia por causa desconhecida surgiram na cidade de Wuhan, província de Hubei, China. A partir da análise do material genético isolado do vírus, constatou-se que se trata de um novo betacoronavírus, inicialmente denominado 2019-nCoV pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mais recentemente, esse passou a ser chamado de SARS-CoV-2 (do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Corona virus 2) (1-3). A infecção pelo vírus SARS-CoV-2 causa a COVID-19 (do inglês, CoronavirusDisease 2019), cujos principais sintomas são febre, fadiga e tosse seca, podendo evoluir para dispneia ou, em casos mais graves, para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) (2,3,10).

ações (forçadas) da universidade no contexto de pandemia abordando as medidas tomadas pela universidade no contexto pandêmico e as considerações finais.

Universidade e residências universitárias no Brasil

A história da universidade no Brasil começa no Rio de Janeiro em 1931 (BOAVENTURA. 2009, p. 80). As residências universitárias, por sua vez, começam a ser historicizadas a partir do primeiro império, localizadas na cidade de Ouro Preto-MG (SENCE 2011). Na Bahia, a universidade e a primeira residência universitária são de responsabilidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo a primeira residência baiana datada de 1947 (COSTA, G.C.O; OLIVEIRA, P.).

O surgimento da universidade no Brasil e no mundo pautou, e ainda pauta, o acesso e permanência de poucos. Estes poucos são constituídos nas relações de poder e são considerados como hierarquicamente acima dos demais (homens, brancos, ricos), essa hierarquia social é sentida tanto na universidade quanto nas residências universitárias.

[...] a “exclusão social” se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras. (LOPES, 2006, p. 13)

Os fenômenos citados acima são experiências que os moradores das casas de estudantes vivenciam diariamente, uma vez que são pessoas estruturalmente desvalorizadas pela sociedade, entre outras palavras, são vistas como escória social. Infelizmente, a forma com a universidade é composta e se estrutura não contribui para mudança desse olhar.

A democratização do ensino superior no Brasil intensifica-se a partir da década de 90, principalmente com o Programa Universidade

Para Todos (PROUNI) que proporcionou o acesso ao ensino superior de estudantes que tivesse renda per capita familiar de um salário mínimo e meio. O PROUNI destinava-se à inserção de pessoas de baixa renda e professores da rede pública em vagas de instituições particulares, já o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) destinava-se à inserção deste público em universidades federais (COELHO, 2013).

A partir dessas duas ações de democratização do ensino superior houve a necessidade de medidas que possibilitassem que esse novo público permanecesse no curso e o concluísse, diante dessa demanda foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (COELHO, 2013), no ano de 2007, e no caso das universidades estaduais o PENAEST. A criação de ambas as medidas aponta para dez pontos primordiais que garantissem a permanência do estudante de baixa renda na universidade pública.

Ainda em termos de democratização da universidade no Brasil, não se pode deixar de fora o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que é:

[...] uma prova elaborada pelo Ministério da Educação para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o ensino médio. O Enem apresenta quatro provas de múltipla escolha, com 45 questões cada, e uma redação. Desde o início do Exame, o MEC o objetivava um instrumento de mudança curricular significativa no Ensino Médio (COELHO, 2013, p. 3-9)

Através do ENEM, milhares de estudantes acessam vagas em universidades públicas, particulares e cursos técnicos.

Mesmo com medidas que têm por objetivo o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade, essas medidas nem sempre dão conta de chegar de forma efetiva aos estudantes como previsto no PNAES ou no PENAEST, essa falha na efetivação de políticas de assistência estudantil representa um impacto negativo na qualidade que o acesso e a permanência devem ter.

Ao mesmo tempo que há a necessidade emergente de construir políticas de assistência que realmente assista aos estudantes em vulnerabilidades, é possível visualizar a extensão da universidade e o quão complexo é estabelecer organismos que consiga atender a realidade de todos. Ainda assim, isso é necessário e urgente.

[...] o cenário das universidades públicas brasileiras, nos últimos anos, tem passado por transformações significativas a partir da ampliação do acesso de grupos sociais e seus saberes que, historicamente, tinham pouca representatividade nesses espaços” (JESUS, 2019, p. 17).

Dado essa diversidade que constrói a universidade, pessoas de diversos lugares deixam seus locais de origem para embarcar nessa aventura em busca de conhecimento e crescimento, parte significativa sem condições financeiras, buscando a sorte na tentativa de conseguir vagas nas moradias universitárias.

Residência universitária da UNEB

A UNEB surge em 1986, já nasce *multicampi* e se espalha pelo interior do estado. A partir desse momento a UNEB se compromete com a chegada da graduação a um público que não tinha possibilidade de deslocamento do interior para a capital. Com a interiorização veio também as dificuldades, o público diverso que a UNEB passa a atender traz consigo as dificuldades relacionadas a questões econômicas e sociais presentes em seus contextos.

As residências universitárias fazem parte da assistência estudantil da UNEB, a assistência estudantil é gerida pela Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAES). Essa assistência se divide da seguinte forma: bolsa-auxílio, residência universitária, transportes/viagens/eventos, atenção biopsicossocial (PRAES²¹).

21 Pró-reitoria de assistência estudantil. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/praes/>>. Acesso em 12 de jul. 2020.

A residência universitária é uma extensão da universidade, conforme o artigo primeiro (Art. 1º)²² do Regimento Geral de Casa de Estudantes Universitários da UNEB aprovado, na resolução nº 1.366/2019 pelo CONSU. É nesse espaço que pessoas de diferentes etnias, gêneros, religiões, cidades, e por vezes países, convivem durante parte ou todo o período do curso, entendendo que, não havendo este espaço, provavelmente diversos destes estudantes não teriam a possibilidade de continuarem estudando, em outros casos, a residência universitária tem sido a única casa do estudante, seja por conflitos familiares, questões financeiras, entre tantos outros problemas.

Como já mencionado a UNEB é *multicampi* e para cada departamento há uma residência universitária para estudantes, estas casas são próprias ou alugadas pela instituição. Para tornar-se residente o estudante não deve ter domicílio no município onde vai cursar a graduação e passa por uma seleção que avalia a necessidade socioeconômica do candidato e, se comprovada a necessidade, o aluno acessa essa assistência estudantil. A seleção é operacionalizada por uma comissão departamental. Após a aprovação do estudante para a vaga na residência ele passa a residir na casa durante o curso na UNEB, desta forma a residência passa a ser o lar dos estudantes.

Partindo da informação de que as residências passam a ser o lar de milhares de estudantes universitários durante o período da graduação e entendendo que estes são oriundos de contextos diversos, trataremos no próximo tópico de uma problemática que se instaura em 2020, a pandemia de covid-19.

Diante da pandemia, na situação de isolamento social, uma das coisas que afetaram diretamente os residentes foi a exigência feita pela universidade para evacuação das casas, muitos saíram com a

22 Art. 1º. As Casas de Estudantes Universitários da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), constituídas de imóveis construídos, próprios, alugados ou cedidos, estes últimos mediante contratos de comodato firmados com outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, bem como aqueles constituídos mediante consórcios públicos, são partes integrantes da estrutura organizacional desta Universidade, supervisionadas e administradas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e pelos Departamentos onde esteja situada a referida Casa.

sensação de expulsão, o que acabou agravando ainda mais a situação de constrangimento que estes acabam encarando. Esse sentimento de não pertencimento, infelizmente, acaba agravando o adoecimento mental dos moradores, que não contam com uma base familiar estruturada, passam momentos de desespero, por conflitos e/ou necessidades básicas.

Vulnerabilidades agravadas com a pandemia

O período pandêmico causou mudanças consideráveis nas formas de estar nos espaços, o medo da contaminação ocasionou mudanças nas nossas relações e medidas para a contenção do novo vírus. Uma das medidas mais eficientes, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), para a contenção do Covid-19 é o distanciamento social, esse distanciamento consiste em se manter fisicamente distantes de outras pessoas e evitar aglomerações.

Essas medidas tiveram impactos no cotidiano das pessoas, afinal houve uma desaceleração de rotinas e principalmente gerou medo, uma grande preocupação é de como esses medos impactam na saúde mental. Ao fazermos o recorte para o público que inspira esse artigo, podemos entender que os estudantes/residentes já enfrentavam vulnerabilidades anteriores ao contexto pandêmico e sofrem agora com o agravamento dessas vulnerabilidades diante as transformações ocasionadas pela pandemia.

Um dos pontos importantes observados durante conversa com alguns residentes foi a ausência da presença paterna durante a infância e violência familiar, essas situações são comuns na história de vida de diversos residentes. A dificuldade que enfrentaram, com situações extremas de miséria, de culpa por ver a mãe como figura única a ter que se doar para a criação e manutenção da vida, tomando, portanto, neste momento de ingresso na universidade, a responsabilidade de ajudar financeiramente nas despesas de casa, na intenção de retribuir aquilo que lhe foi feito durante anos, ou mesmo, tirar da família a responsabilidade dos custos que teriam durante este ciclo no curso, seja

através do recebimento de auxílio para que estes possam se manter na universidade sem a ajuda financeira familiar, ou mesmo a disponibilização de local digno que supra todas as necessidades para que estes estudantes possam morar enquanto integralizam o curso.

Quando essas soluções não são disponibilizadas, somadas às dificuldades enfrentadas pelos estudantes, infelizmente o gatilho é disparado, tornando-os ainda mais vulneráveis, fazendo que não tenham motivação para permanecer no curso, e por vezes, falta de motivação até mesmo para continuar vivendo.

A soma dos problemas acima citados resulta na incapacidade do indivíduo em absorver os impactos psíquicos que inevitavelmente acabam causando o adoecimento mental das pessoas. Tratando-se de residentes universitários, esses problemas acabam tomando rumos inesperados.

A maneira de enfrentamento das demandas da vida universitária está diretamente relacionada a eventos de vida da infância e ao longo da vida. Estudos longitudinais que examinaram as associações entre eventos adversos de vida na infância e saúde mental relataram a existência de relação positiva para a ocorrência de transtornos de humor, ansiedade e tendência à exposição a eventos estressores durante a adolescência e início da vida adulta (FERGUSON, WOODWARD & HORWOOD *apud* OSSE, COSTA, 2011).

É certo que o adoecimento mental não é algo ligado apenas ao cotidiano dos moradores de casas de estudantes, no entanto, acaba afetando estes com mais intensidade, as vezes de forma violenta e abrupta. A união das vulnerabilidades acumuladas fora da universidade com uma realidade instável dentro dela resulta numa pressão sobre os estudantes que necessitam dessa assistência para a continuação de seu curso. Em pesquisa realizada na universidade de Brasília (UnB), Osse e Costa discutem *Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília*, apontando que:

Os pródromos identificados (ansiedade, depressão e resistência em pedir e aceitar ajuda), a história comum de ambiente familiar negativo na infância, e comportamentos de risco como o uso de álcool, aliados à compreensão do contexto em que estão inseridos, mostram que a qualidade de vida na moradia apresenta comprometimentos. Os resultados do grupo estudado indicaram limitações da moradia como ambiente saudável. Ao mesmo tempo em que a moradia estudantil propicia uma via de acesso à inserção, pela oportunidade de frequentar a universidade pública, representa também riscos e dificuldades. (OSSE, COSTA, 2011, p. 7)

Situações como estas precisam de atenção, de atendimento psicológico adequado e em tempo hábil, tornando as vivências desses residentes menos doloridas. Cabe a PRAES²³ “[...] desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção da saúde, coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental e realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial (JESUS, 2019, p. 30).

Por vezes, a universidade tem dito possuir equipe de psicólogos suficientes para atenderem às demandas dos estudantes, no entanto, algo parece estar errado. Enquanto há a garantia da existência do atendimento por parte da universidade, há também a certeza daqueles que não conseguiram atendimento e sofrem pela deficiência do sistema e, por vezes, se sentem inseguros e envergonhados em procurarem ajuda para cuidar da saúde.

É dentro da perspectiva ampliada e integral de saúde, inseparável das condições concretas e cotidianas de existência, que a promoção da saúde deve atuar e produzir estratégias e mudanças nas condições de vida, principalmente daqueles que vivenciam situações de

23 A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) é órgão de Administração Superior da Universidade, responsável pelo planejamento, gerenciamento, assessoramento, execução, acompanhamento, controle e avaliação da Política Institucional e ações relacionadas à Assistência Estudantil da Universidade em articulação com as representações estudantis, os Departamentos, outras Pró-Reitorias e demais órgãos da Universidade.

vulnerabilidade socioeconômica. A adaptação e permanência na moradia estudantil deve contribuir para o fortalecimento das condições psicossociais, indo além da vulnerabilidade financeira, com a realização de projetos e ações no campo da saúde mental, apoio pedagógico e enfrentamento das mudanças enfrentadas na vivência universitária e de residente de moradia estudantil. (JESUS, 2019, p. 57)

Soluções para tais questões podem ser construídas conjuntamente entre pró-reitora de assistência e os assistidos por políticas de assistência, essas ações conjuntas possibilitariam uma universidade ainda mais forte e inclusiva.

Com a expansão e agravamento das incidências de contaminação pelo Covid-19, o adoecimento mental dos estudantes tem se agravado, aqueles que antes se preocupavam em não perder disciplinas e conseqüentemente ter o auxílio suspenso, agora tem outra preocupação, o peso de estar em casa com suas famílias e não ter a possibilidade de contribuir financeiramente nas despesas, sentindo-se culpados por não estarem trabalhando, estagiando, realizando monitorias, meios que de alguma maneira os auxiliem financeiramente.

Há também aqueles que, por morarem em outros países, ou possuírem parentes em grupo de risco, não tiveram a possibilidade de retornarem para suas casas, e infelizmente ficam à mercê da assistência universitária. Ainda há aqueles que mesmo não se encaixando nas condições citadas acima, não tiveram condições de retornarem às casas de familiares, e mesmo assim, tiveram que deixar as residências.

Diversos residentes sentiram-se expulsos. Aqueles que não se encaixavam no grupo determinado pela universidade, como os que poderiam permanecer nas residências, tiveram apenas uma opção, sair das casas. Muitos residentes se perguntavam “para onde iriam?”, “como voltariam para casa de seus familiares?”, “como iriam lidar com os conflitos em casa haja vista que não estavam preparados para isso?”. Uma única resposta foi dada a todas essas perguntas, “a universidade não pode se responsabilizar por vocês”.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 1987, p. 20)

Inevitavelmente, a ordem de evacuação das residências parece corroborar com a ideia de uma universidade opressora. Espaço este, dedicado à libertação dos oprimidos, mas que acaba os colocando em situação de mais vulnerabilidade em nome da “preocupação” que a instituição diz ter para com este público. Esse momento foi difícil e ao mesmo tempo, útil, pois os moradores puderam refletir sobre suas ações e conhecer o espaço que ajudam a construir diariamente. Entendendo que há necessidade extrema de uma reformulação na estrutura da universidade, mudança de pensamento e atitudes, mudanças que inevitavelmente ocorrerão através de ações que estão sendo refletidas nesse momento de caos na saúde pública, que tem impactado em tantas outras áreas.

Ações (forçadas) da universidade no contexto de pandemia

Vimos anteriormente o quanto é fundamental que esses estudantes estejam assistidos dignamente, principalmente num momento como este, de insegurança e medo, que, além dos seus problemas pessoais e sociais, tem que lidar com um inimigo invisível, o Covid-19.

No dia 25 de março do corrente ano, a pró-reitoria (PRAES) divulga a seguinte nota:

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), considerando o contexto mundial de crise sanitária em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a realidade socioeconômica dos estudantes bolsistas residentes da UNEB, com base nos princípios e diretrizes que orientam as ações da Pró-Reitoria que visam garantir a permanência estudantil, bem como, fundamentada nas diretrizes norteadoras do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e no Programa Nacional de Assistência Estudantil das Instituições Estaduais (PNAEST), em atenção ao que dispõem o Decreto Estadual nº 19.528 e nº 19.529, a Resolução do CONSU nº 1406/2020 e a Comissão constituída pela Portaria UNEB Nº133/2020, de 14/03/2020, comunica a adoção dos seguintes encaminhamentos:

- Descentralização de recursos orçamentários e financeiros aos Departamentos, com objetivo de subsidiar a aquisição de passagens terrestres para retorno dos estudantes moradores das Casas dos Estudantes da UNEB aos seus municípios de origem;
- Orientações e acompanhamento permanente junto às Casas dos Estudantes da UNEB com o objetivo de preservar a saúde de todos os estudantes residentes;
- Pagamento de bolsas emergenciais a todos os estudantes vinculados ao Programa de Estudantes Graduação (PEC-G), Convênio com Ministério das Relações Exteriores e da Educação, que permaneceram nas Casas de Estudantes;
- Tramitação do processo referente às bolsas Auxílio Complementar e Permanência/abril 2020, para antecipação do pagamento.

Reiteramos que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil continua em trabalho home office, de acordo com a Resolução CONSU nº 1.406/2020, permanecendo aber-

ta ao diálogo, atenta às demandas da Universidade e, zelando pela permanência institucional dos estudantes. (OLIVEIRA, 2020).²⁴

Após o “pedido” de evacuação das residências universitárias, parte dos residentes tiveram passagens garantidas pela universidade para retornarem as suas respectivas casas de origem. No entanto outros, compraram passagens por conta própria ou ajuda de amigos e conhecidos para viabilizar a realização do traslado. Tiveram aqueles que buscaram ajuda e morada em casas de amigos por um curto prazo de tempo, com medo da probabilidade de levar o vírus para familiares durante viagem até suas cidades, assim como também houveram moradores que infelizmente não tiveram para onde ir, não restando outra opção a não ser permanecer na residência universitária. No artigo 12 parágrafo único do Regimento Geral das Casas de Estudantes da UNEB (Resolução Nº 1.366/2019, publicada no D.O.E. 26-07-2019, p. 17) diz que:

O (a) estudante que apresentar enfermidade de ordem infectocontagiosa ou psíquica deverá deixar a casa, desde que o afastamento decorra de recomendação médica, sem que haja prejuízo quanto ao uso regular da Casa de Estudantes Universitários [...].

Ou seja, a saída dos moradores e moradoras das casas somente deveria existir em caso de existência de tais enfermidades, o que felizmente não havia naquele momento. O que foi percebido ao contextualizar o diálogo dos residentes as justificativas dadas pela universidade, foi a ausência de empatia e compromisso para com aqueles que mais necessitavam. Os estudantes residentes são a universidade e em hipótese alguma devem ser depreciados, menosprezados e/ou ridicularizados por causa de sua situação social, cultural e econômica. Esta universidade que tanto se diz inclusiva precisa aprender o significado

24 OLIVEIRA, D. **UNEB comunica ações adotadas para garantia da assistência e da permanência estudantil**. Portal UNEB, 2020. Disponível em: < <https://portal.uneb.br/praes/2020/03/25/uneb-comunica-acoes-adotadas-para-garantia-da-assistencia-e-da-permanencia-estudantil/> > . Acesso em: 09 de jul. de 2020.

do termo inclusão e colocar em prática esta palavra que tanto utiliza em suas propagandas. Por isso é importante que haja:

[...] o debate sobre uma dimensão silenciada da vida universitária, que a inclusão na universidade não pode se dar apenas pela garantia do acesso, deve acontecer de forma ampliada, dando condições aos universitários residentes de permanecer, em espaços mais saudáveis e estimulando a participação/gestão coletiva. Os desafios de ser morador são muitos, diários, históricos, afetivos e políticos. Precisam ocupar espaço nos debates universitários para que se encontrem saídas, ainda que temporárias e contextuais, para promoção de cuidado (JESUS, 2019, p. 78).

Diante de tudo que está sendo exposto e em meio ao cenário vivenciado de pandemia, resta à universidade curar as fissuras existentes, buscando propor soluções para problemas que inevitavelmente ocorrem. Somente quando ela tiver a capacidade de superar suas próprias dificuldades, conjuntamente com os demais setores que compõem a universidade, poderá contribuir significativamente para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa.

Enquanto isso, cabe à instituição agir com rapidez e eficiência na condução das ações de enfrentamento ao Covid-19. É sabido que protocolos devem ser seguidos, no entanto, situações inesperadas requerem soluções rápidas, pois, numa situação de pandemia, a universidade não pode se eximir da responsabilidade de garantir a este público condições essenciais para garantia da vida.

Os estudantes assistidos por políticas de assistência estudantil que necessitam de atendimento psicológico devem ser atendidos humanamente, diminuindo o impacto negativo que sofrem diariamente por causa das circunstâncias relacionadas a fatores correlacionados a diversos problemas sociais, entre eles, a pandemia do Covid-19.

O pagamento da bolsa deve deixar de ser uma expectativa e passar a ser realmente uma realidade para aqueles que dela precisam.

Valores que aos olhos de uns são irrisórios, para outros, matam a fome e possibilita melhora na qualidade e bem-estar social.

O desespero dos residentes no início dos casos do Covid-19 na Bahia motivou a PRAES (Pró Reitoria de Assistência Estudantil) a antecipar uma das parcelas do auxílio. Infelizmente não durou por muito tempo, uma vez que, no mês seguinte, não houve o pagamento, resuscitando o medo de não ter a garantia desse auxílio como um meio a contribuir nas despesas de casa.

Infelizmente não durou por muito tempo, uma vez que, no mês seguinte, não houve o pagamento, resuscitando o medo de não ter a garantia desse auxílio como um meio a contribuir nas despesas de casa. A PRAES informou que o pagamento referente ao mês de abril (mês em que os residentes não tiveram a garantia de saque do valor) foi realizado em março, onde entende-se que, estando este período (março) no semestre acadêmico 2019.2, não caberia a universidade iniciar o pagamento neste mês, levando em consideração que o próximo semestre iniciaria apenas em abril. No entanto, os valores foram antecipados devido a necessidade que os estudantes bolsistas tinham diante do caos que tomava a sociedade com o início do isolamento social. Em comunicado oficial publicado em 25 de março de 2020 no portal UNEB (site) pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, foi informado sobre “Tramitação do processo referente as bolsas Auxílio Complementar e Permanência/abril 2020, para antecipação do pagamento”²⁵, mas não foi citado quaisquer informação sobre o não pagamento do auxílio no mês seguinte (abril). O auxílio seguinte foi pago no mês de maio, o que acabara deixando os assistidos revoltados, uma vez que a universidade não estava se mostrando preocupada com os residentes, mas com possíveis ações de embate que estes viessem a realizar. Como este público pode acreditar e contar com essa forma de assistência? Certa instabilidade nas informações e ações acabam divergindo com o real papel da assistência estudantil.

25 UNEB. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Disponível em <<https://portal.uneb.br/praes/2020/03/25/uneb-comunica-acoes-adotadas-para-garantia-da-assistencia-da-permanencia-estudantil/>> Acesso em: 03 de agosto de 2020

Deste modo, a assistência estudantil não está cumprindo com o seu papel, deixando de assistir no momento certo os que precisam. Isso reflete nas ações que anteriormente foram citadas como algo observável e passíveis de transformações.

Ações em outras universidades

Após as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, as universidades brasileiras se organizaram no sentido de buscar soluções para suas atividades em meio a esse período. Medidas foram tomadas também em relação às residências universitárias mantidas pelas universidades.

O site de notícias G1, no dia 22 de março, traz em sua manchete a seguinte informação: “moradores da residência da Ufal dizem que estão sendo brigado a deixar o local por prevenção ao Coronavírus; universidade nega”, demonstrando que essa realidade ocorre também em outras universidades.

Outro caso noticiado foi em relação à residência universitária da USP, em que a manchete era “Coronavírus: ‘fomos abandonados pela USP durante a pandemia, e não podemos nem morrer porque nossos filhos dependem de nós’”, esse é o relato de uma estudante da USP que mora em uma residência que recebe famílias. Na entrevista, a estudante de pedagogia de 31 anos relata o medo de contaminar a filha de nove anos que convive com ela no apartamento (FERNANDES. N, 2020).²⁶

Já na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi mantido o diálogo com os estudantes e esse diálogo apontou para saídas confortáveis e seguras para todos (PIRES, 2020)²⁷. As saídas encontradas

26 FERNANDES, F. **Coronavírus: ‘fomos abandonados pela USP durante a pandemia, e não podemos nem morrer porque nossos filhos dependem de nós’**. The intercept Brasil vozes. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/01/coronavirus-maes-dormitorio-universitario-usp/>. Acesso em 09 de jul. 2020

27 PIRES, A. **Distanciamento social muda rotina das Casas do Estudante Universitário**. Universidad federal do rio grande, 2020. Disponível em: <https://www.furg.br/coronavirus-noticias/distanciamento-social-muda-rotina-das-casas-do-estudante-universitario>>. Acesso em 09 de jun. 2020.

pela FURG, pró-reitora e residentes consideram que a residência universitária não é apenas uma extensão da universidade; essas medidas apontam para o fato de que a universidade entende a residência como o lar de estudantes.

A residência deve ser entendida pelas pró-reitorias como um espaço que vai além da burocracia dos papéis; as residências comportam histórias, vidas e movimento. Diante das características das residências, estas devem ser geridas pela universidade a partir dessas relações e não de números e processos frios.

Na UNEB é perceptível o esforço pessoal e coletivo que os residentes universitários estão tendo para conseguirem passar por este momento extremamente delicado e difícil. Apesar de todas as angústias, a capacidade de sensibilização de um residente para com o problema do outro torna a luta compartilhada e menos dolorosa. Essa sensibilização com os problemas coletivos fortalece os laços de humanidade que ultimamente têm se mostrado tão inflexíveis e rasos na sociedade. Diante disso, se percebe que “sentir na pele” os problemas e dificuldades tem motivado as pessoas a buscarem por melhorias para questões antes não valorizadas. Segundo Lucena (2010, p. 297)

A consciência coletiva só existe em função das crenças e dos sentimentos presentes nas consciências individuais. Porém, distingue-se destas últimas, pois evolui segundo suas próprias leis e não é apenas a expressão ou o efeito das consciências individuais. Nas sociedades dominadas pela solidariedade mecânica, a consciência coletiva abrange a maior parte das consciências individuais.

Com base na citação acima, é cabível afirmar que as relações pessoais e coletivas são importantes e indispensáveis para a manutenção do diálogo e busca constante por melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas, algo que está presente nos discursos e ações dos residentes universitários.

Diversas ações de enfrentamento ao covid-19 e suas implicações foram compartilhadas nos grupos de aplicativos dos residentes,

buscando conscientizá-los e mantê-los informados, a fim amenizar os impactos em caso de futura contaminação com o vírus nesse período de isolamento social que inevitavelmente acaba abalando a saúde em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ouvir os relatos e desabafos, compartilhar dos mesmos sentimentos dos residentes universitários diante das diversas situações dolorosas enfrentadas por estes, principalmente neste período de incertezas por causa do covid-19, é possível ver o quão é importante buscar caminhos que levem em direção a soluções dos tantos problemas citados no decorrer deste artigo.

A pandemia trouxe à tona problemas já existentes e que agora se intensificam. No caso das residências universitárias da UNEB, podemos perceber que a pró-reitoria demonstra desconhecimento quanto à realidade dos alunos/residentes e apesar de se pronunciar dizendo estar aberta a diálogos, toma decisões antes de ter esse diálogo.

A universidade precisa ter um olhar atento quanto às reproduções da estrutura social, pois deve evitar a reprodução de opressões, marginalização e exclusão de grupos historicamente excluídos do acesso e permanência de espaços de conhecimento e consequentemente de poder.

A PRAES tem um papel decisivo nessa proposta de mudança de paradigma, com a finalidade de reestruturar a assistência estudantil, tornando-a possibilidades concretas de permanência universitária, deixando de ser apenas mais uma pró-reitoria na universidade, e passando a lutar pelos ideais e competências que lhes cabem. Para isto, o Movimento de Casas de Estudantes continuará lutando por melhorias na assistência estudantil, cobrando da universidade ações que garantam o ingresso, assistência e permanência e conclusão do curso para àqueles que estiverem dispostos lutarem por educação verdadeiramente libertadora, possibilitando transformação e construção de uma sociedade capaz de respeitar o outro em toda sua amplitude.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**, 1989: atualizada com a Emenda Constitucional de n. 25. Salvador: ALBA, Empresa Gráfica da Bahia, 2018. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/fserver/imagensAlbanet:upload:Constituicao_2018_EC_251.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2020.

Boaventura, E. M. **O estado e a educação superior na Bahia, uma perspectiva histórica**. disponível em: <<http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-07.pdf>>. Acesso em 08-01 - 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/08/Diretriz-Covid19-v4-07-05.20h05m.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2020.

COELHO, A. C. **A democratização da universidade pública**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8560_7189.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2020.

FERANDES, F. **Coronavírus: ‘fomos abandonados pela USP durante a pandemia, e não podemos nem morrer porque nossos filhos dependem de nós’**. The Intercept Brasil vozes. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/01/coronavirus-maes-dormitorio-universitario-usp/>. Acesso em 09 de jul. 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <http://www.tlaxcala-int.org/upload/telechargements/150.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2020.

JESUS, Luciana Oliveira de. **Experiência de viver em moradia universitária: condições psicossociais de residentes**. UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7700462. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

LOPES, José Rogério. **“Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade**. *Psicol. Soc.* [online]. 2006, vol.18, n.2, pp.13-24. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2020.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2020.

OLIVEIRA, D. **UNEB comunica ações adotadas para garantia da assistência e da permanência estudantil**. Portal UNEB, 2020. Disponível em:< <https://portal.uneb.br/praes/2020/03/25/uneb-comunica-acoes-adotadas-para-garantia-da-assistencia-e-da-permanencia-estudantil/>> . Acesso em: 09 de jul. de 2020.

OSSE, COSTA. **Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a12v28n1.pdf>>. Acesso em: 09 de jul. 2020

PIRES, A. Distanciamento social muda rotina das Casas do Estudante Universitário. Universidade federal do rio grande, 2020. Disponível em: <<https://www.furg.br/coro>

navirus-noticias/distanciamento-social-muda-rotina-das-casas-do-estudante-universitario>. Acesso em 09 de jun. 2020.

Pró-Reitoria de Assistência Estudantil/PRAES. Disponível em: <http://www.uneb.br/praes/sobre/>. Acesso em: 08 de jul. 2020

UNEB. **Resolução nº 1.366/2019**. Disponível em: <https://portal.uneb.br/praes/wp-content/uploads/sites/59/2019/08/1366-consu-Res.-Regimento-Casas-de-Estudantes-1.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

6. A IGREJA CATÓLICA E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Damião Conceição de Souza Borges
Krzysztof Dworak

Resumo: Frente a uma situação que mexeu profundamente com a realidade do ser humano, uma vez que a problemática é mundial, a pandemia do coronavírus desestabilizou o que estava aparentemente posto, denunciou as fragilidades encobertas e expos as condições ou a falta de condições sanitárias dos países. Este artigo pretende particularmente refletir sobre o posicionamento da Igreja católica diante da problemática, que desafiou e ainda desafia a inteira humanidade, bem como suas atitudes para colaborar com os governos diante da situação calamitosa. Para tanto, irá fazer, ainda que às apalpadelas, um resgate da figura do ser humano como peça “fundamental” no todo existente, bem como sua capacidade de refazer-se diante das questões conflitantes por ele enfrentadas. Dentro desta vertente, refletir-se-á sobre a importância da família como porto seguro; um lugar de referência para o gênero humano. Igualmente irá abordar sobre a exigência de dinamicidade de todas as populações, que se viram, de repente, obrigadas a ficar em casa.

Palavras-chave: Pandemia. Ser humano. Igreja Católica. Cristianismo.

Introdução

Este capítulo sobre a *Igreja Católica e a pandemia do coronavírus* coloca-se nesta coletânea elaborada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde, numa perspectiva de atualidade e desejoso de colaborar com as reflexões do momento hodierno, no que diz respeito à pandemia do coronavírus. Igualmente, ele faz parte também como um dos desdobramentos do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da UNEB, firmado no Campus de Serrinha-BA. Deste modo, o mencionado Grupo vem cumprindo sua missão de conectar saberes numa perspectiva colaborativa.

O ser humano, como *homo sapiens* dotado de razão e de conhecimento, que o diferencia dos outros seres e o capacita para realizar feitos maravilhosos (cf. MONDIN, p. 63), em sua trajetória existencial, sempre se deparou com realidades desafiadoras, capazes de colocá-lo em verdadeiras “encruzilhadas” existenciais. No entanto, usando de diferentes mecanismos, em especial a sua capacidade de conhecimento intelectual e a sua autoconsciência reflexiva (cf. MONDIN, p. 76), este ser humano conseguiu reagir dinamicamente, dando respostas, aos desafios que encontrava na sua humana trajetória.

A humanidade sempre enfrentou problemas sérios e crises humanitárias, entre as quais, as principais sempre foram: a fome, as epidemias e as guerras (cf. HARARI, p. 11), que provocaram milhões de vítimas e que foram capazes de gerar questões de ordem social seríssimas, com implicações devastadoras em muitas nações. Apesar disto, essas crises, que surgiram a partir de algumas anormalidades que indicavam traços marcantes de irracionalidade ou desumanidade que descia “até ao nível da vida animal” (cf. FRANKL, p. 61), foram capazes de levar o ser humano a perguntar-se sobre si mesmo e suas condições existenciais.

É sabido que o fato de existir na natureza humana já lhe outorga um diferencial, uma vez que, entre os animais existentes, o ser humano se coloca como rei dos demais, capaz de comandar, dominar, defender e matar; muitas vezes sem pensar nas consequências de seus atos. Mas, segundo Harari, uma verdade é inegável: “os seres humanos procuram entender o universo pelo menos desde a Revolução Cognitiva. Nossos ancestrais dedicaram muito tempo e esforço a tentar descobrir as regras que governam o mundo natural” (HARARI, p. 261).

Deste modo, surgem as devastadoras guerras, resultantes do desejo de controle e submissão de outrem e a problemática da fome, como um desafio que envergonha a natureza humana, pois revela aquilo que lhe é mais vil, dentre outras questões, inclusive ligadas à destruição do meio ambiente. O ser humano dinamicamente vai enfrentando e lutando para “driblar” as reações da própria natureza. Este mesmo homem, dotado de capacidades, continua a enfrentar o

problema da crescente desigualdade social que gera exclusão e violência (cf. EG, 2013), da prostituição infantil, do tráfico de pessoas e de órgãos, da escravidão, do racismo, de intolerância religiosa e de terrorismo, entre outros. Mas, diante de tudo isso, destaca-se que este homem, com efeito, sempre desejará conhecer, ao menos confusamente, o significado e o objetivo da vida, de sua atividade e de sua morte, como realidade inerente ao existir humano.

Contudo, apesar dos desafios existentes, o ser humano desde os seus primórdios, tem conseguido enfrentar e vencer problemas ex-tenuantes e complexos. Deste modo, ele prova que é realmente de uma evolutividade um tanto superior aos demais seres vivos e que é capaz de vencer batalhas, inclusive as mais desafiadoras. Rahner (1989), assim, declarou que

A consciência que o homem possui de si, consciência na qual ele se coloca perante o sistema com todas as suas possibilidades particulares presentes e futuras, e, sendo assim, coloca-se perante si mesmo em uma totalidade, questiona-se e dessa maneira se ultrapassa e transcende, essa consciência e presença a si mesmo do homem não se pode explicar com a ajuda do modelo de representação de um sistema múltiplo autorregulado, como no fundo devem fazer sua própria natureza todas as antropologias setoriais.

O ser humano, de natureza pensante e, por conseguinte, produtor, desenvolve sua tomada de consciência, fazendo-se capaz de interagir com o seu entorno. Algo que é significativo nessa natureza é que ela detém uma condição impressionante de se refazer, ou seja, de ser resiliente.

Entretanto, no momento atual, essa humanidade que enfrentou e já venceu muitas dificuldades e que ainda tem outras por superar, se vê literalmente prostrada diante de um novo mal e, dessa vez, muito mais invisível e silencioso, tanto quanto letal, denominado

Coronavírus, que provoca uma doença chamada *Covid-19*²⁸ e que tem se alastrado rapidamente em todo o mundo, provocando uma pandemia²⁹, e tem matado muita gente, em condições miseráveis.

Essa doença não tem endereço, não escolhe suas vítimas pela classe social, política ou religiosa. Ela, simplesmente, acomete a todos que se aproximam dela, infectando-os e gerando complicações desafiantes a todos os setores de saúde, bem como a todos os seguimentos da sociedade.

Em face da gravidade da situação, as autoridades civis e sanitárias, mundiais e nacionais, começaram a impor os meios, entre os quais estão o confinamento em casas e o isolamento social, para que o vírus não fosse maciçamente transmitido. Tal situação faz com que os homens vão tomando consciência, cada vez mais clara, dos direitos invioláveis e universais da pessoa e vão se tornando mais vivas as aspirações de estreitar relações mais justas e mais humanas.

Implicações sociais

Ao acolher ordens governamentais, que exigiam o imediato isolamento social, as pessoas foram criando outras alternativas de relacionamentos e de convívio social. Entre elas, podem ser destacadas a convivência através das redes sociais, programação diferenciada em casa, novas formas de contatos, de convívio e de estudos, entre outros. Finalmente, as pessoas foram aprendendo, nas pequenas e grandes cidades, a fazer algo que, no meio de tanta agitação, estava meio difícil a ser realizado, isto é, a desacelerar.

Na dimensão econômica, muitos governos foram criando medidas de assistência aos mais pobres, na tentativa de superar o galopante desemprego, bem como para evitar o caos social, a miséria e

²⁸ A **COVID-19** é uma doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

²⁹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

o alastramento do mortal vírus, especialmente entre os mais pobres. Já no que toca às atividades trabalhistas, tentou-se criar e implantar medidas capazes de socorrer as empresas, garantindo minimamente a produtividade, o bem-estar das pessoas e a seguridade dos empregos. E isso como um dever moral das autoridades, uma vez que, de acordo com o Compêndio da Doutrina Social da Igreja Católica (DSIC), n. 135,

[...] a comunidade política, realidade conatural aos homens, existe para obter um fim comum, inatingível de outra forma: o crescimento em plenitude de cada um de seus membros, chamados a colaborar de modo estável para a realização do bem comum, sob o impulso da sua tensão natural para a verdade e para o bem.

Na esfera da comunicação social, os veículos de comunicação de todas as modalidades e de todo o mundo começaram a dispensar mais tempo e espaço para noticiarem sobre a disseminação mundial do COVID 19, levando às pessoas as informações, por vezes confusas, com excessos ou com realismo dos fatos, a fim de que elas pudessem salvar suas vidas, e se prevenir, individual e/ou comunitariamente.

Na mesma esteira, as famílias, não sem tenções, tiveram que se reinventar, tanto as mais pobres, como as mais abastadas, uma vez que, de repente, todos os membros estavam confinados em casa. Por causa disso, foram obrigados a criar alternativas capazes de os levar a uma aceitação de uns pelos outros.

Aqui é de relevância singular a novidade que a pandemia causou nas famílias no que diz respeito às suas dimensões sociais ou religiosas. Nota-se que, em um passado não muito distante era algo natural ver as famílias reunidas, em diversos momentos, mas depois deixou de ser valorizado de tal maneira, que agora tornou-se quase uma raridade. Contudo, não se pode esquecer o que Porreca (2010, p. 175), salienta:

A família representa o ideal mais desejado por toda pessoa, como caminho de realização humana, como possibilidade de vencer a solidão e encontrar satisfação e

utilidade pela edificação da comunidade familiar, reconhecida universalmente como horizonte onde se pode desenvolver uma existência digna e positiva.

Deste modo, é evidenciada a importância da família, que goza da proteção do Estado por ser a base da sociedade (cf. CFB, Art. 226). A família, por ser um espaço privilegiado onde é assegurado “com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (CFB, Art. 227), é também um ambiente de refúgio, de reencontro, de entendimentos e de recomenços. É exatamente no núcleo familiar que os laços são estreitados e melhorados, onde se aprende a ser gente.

Atuação da Igreja Católica perante a pandemia

Um dos ambientes propícios da propagação da pandemia são as aglomerações humanas e a transmissão social do vírus. Frente a este contexto desafiador e conflitante gerado pela pandemia, todo o tipo de aglomeração proporciona condições mais favoráveis para a propagação do vírus e representa um sério risco para a saúde, especialmente para aqueles que estão na faixa de risco. É exatamente neste pormenor que a Igreja Católica, presente em cada Igreja Particular,³⁰ sentindo-se responsável pela saúde de seus fiéis, e consequentemente da própria sociedade, tomou a decisão de suspender, por um determinado tempo, as celebrações comunitárias de missas, dos demais sacramentos, de procissões, de peregrinações e de outros atos religiosos, assim como também de outras atividades pastorais e catequéticas presenciais.

Nesta esteira, não é novidade que a Igreja Católica, como instituição mais caritativa do mundo e que possui no seu DNA³¹ a marca

³⁰ Por Igreja particular compreende, a partir do Código de Direito Canônico, Cân 368, que reflete o Concílio Vaticano II, as dioceses e demais instâncias que a elas são equiparadas.

³¹ A expressão aqui inserida é para autenticar que está patenteado na constituição da Igreja Católica o fator colaborativo e que ela não se nega a ajudar a humanidade, em

de defesa da vida, sempre se empenhou corajosamente na solução dos problemas humanos, colaborando com as autoridades civis para a resolução dos mesmos, ou suprindo, muitas vezes, as deficiências e ausências do poder civil, cuidando efetivamente dos que precisavam de mão amiga em tempos devastadores.

Em uma história já bem conhecida do cristianismo, de envolvimento com o progresso das sociedades, com a melhoria de vida nas cidades e com a vida humana em todas as suas etapas, a Igreja Católica vem colaborar eficazmente com a humanidade em momento tão crucial e devastador, uma vez que faz parte da essência do cristianismo salvaguardar a vida do ser humano como um dom precioso de Deus (cf. STARK, 2006, p. 180). Desta forma, ela empenha-se de maneiras múltiplas para favorecer ao ser humano, também neste tempo, um mínimo de serenidade e de condição para que possa salvaguardar sua vida, singular e comunitariamente.

Agora, diante desta pandemia, não seria diferente. As dioceses com suas paróquias têm buscando efetivamente dar o melhor de si, para que a humanidade supere a pandemia. Ela fez isso desde a figura iconizada do Papa Francisco, concedendo a benção *Urbi et Orbi*³², diante da Praça São Pedro desta vez completamente vazia, mas também através da atitude pastoral dos Bispos aqui no Brasil e em todo o mundo, que prudentemente optaram por suspender as celebrações comunitárias e, algumas, até por fechar os templos, para proteger os fiéis, pois,

[...] as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos

quaisquer emergências que coloque a vida humana e a criação de modo geral em risco.

32 Expressão latina que significa uma benção de máxima solenidade, concedida pelo Papa em dias muito solenes, concedida à cidade de Roma, mas extensiva a todo o mundo. Não que o momento requeira solenidade, mas para explicar que foi um grito de socorro aos céus, feito pelo Papa, em nome da humanidade, prostrada diante do vírus.

em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (*Gaudium et spes*, nº 01).

Verifica-se claramente que a Igreja assume seu lugar de serva do Senhor, que em si mesmo é vida (cf. Jo 14,6). Ela não fica alheia às dores humanas, pois o ser humano tem significado singular para os cristãos e, por isso, ela o defende com todas as forças, fazendo uma função vicarial, ou seja, age em nome do seu Senhor e Mestre.

É verdade que foi doloroso para padres, bispos, fiéis em geral e para o próprio Papa Francisco, celebrar a Semana Santa em templos quase completamente vazios. Isto porque a Semana Santa detém as cerimônias mais significativas da liturgia da Igreja que celebra durante o ano, uma vez que faz nela a memória do acontecimento que é o seu centro, isto é, da Páscoa da ressurreição. A Igreja Católica não hesitou em colaborar com as autoridades sanitárias para o bem e a segurança das pessoas e isso independente dos decretos dos poderes públicos.

Aqui retorna-se a já mencionada presença e a importância das redes sociais. Através delas foi possível aos padres transmitir as cerimônias religiosas celebradas nos templos com o número mínimo de ministros e os fiéis que estavam confinados em suas casas puderam acompanhá-las. Pelas mesmas telas foi possível testemunhar desgosto e aflição de muitos padres, que às vezes, com lágrimas nos olhos, ao presidir as cerimônias sem seus fiéis, não contiveram a emoção. Era possível perceber nestes rostos saudade, solidão, preocupação com os que estavam em risco, e profunda tristeza pela perda de um paroquiano que morreu, vitimado pela COVID-19 e que eles não puderam sepultar³³.

A pandemia mexeu profundamente também com a organização interna e externa da Igreja Católica. Todavia, ela continua sendo

³³ Sepultar aqui é realizar uma cerimônia própria na residência do falecido ou na Capela Mortuária ou até mesmo nos cemitérios, como uma última despedida e uma recomendação da pessoa a Deus.

testemunha, pela corrente apostólica que nela existe, da vida, Paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Ele é vida em si mesmo (cf. Jo 14, 6) e seu compromisso com a vida, como um dom maior sempre será mantido, ainda que, às vezes, manchado por escolhas malfeitas e erradas dos seus seguidores.

A interrupção das celebrações e das programações normais da Igreja Católica foi feita quando muitos, inclusive governantes, diziam que os templos cristãos não precisariam estar fechados, pois eles são lugares de refúgio e de consolo. É verdade que a Igreja, como disse o Papa Francisco, alguns anos atrás, é como um hospital de campanha.

Aquilo de que a Igreja mais precisa hoje é a capacidade de curar as feridas e de aquecer o coração dos fiéis, a proximidade. Vejo a Igreja como um hospital de campanha depois de uma batalha. É inútil perguntar a um ferido grave se tem o colesterol ou o açúcar altos. Devem curar-se as suas feridas. Depois podemos falar de tudo o resto. Curar as feridas, curar as feridas... E é necessário começar de baixo. (SPADARO, 2013)

Mas isso não significa, que ela pode agir irresponsavelmente, a ponto de ocasionar contaminação em massa no interior de seus templos, gerando uma espécie de suicídio coletivo.

Diante de tal situação, muitos fiéis murmuraram insatisfeitos, pois sem terem noção da real gravidade da situação ou seguindo cegamente com confusas declarações de algumas autoridades políticas e sanitárias, que defendiam a liberação do convívio social e o funcionamento de instâncias aglomerativas da sociedade, não concordavam com a igrejas fechadas, justificando que elas deveriam ser como um porto, como sempre o fez. Diante das murmurações de alguns católicos Dom José Carlos declarou:³⁴

Também é lamentável a perda do sentido da Igreja como o “Corpo Místico de Cristo”. Todos estamos interligados

34 Bispo Católico da Diocese de Divinópolis, MG. Nota emitida com o título: Resta algum juízo: pensando nas pessoas dos grupos de risco. 23 de abril de 2020.

e unidos a Ele, nossa Cabeça e Princípio. Se uns comungam, o Corpo todo se alimenta. Somos um Corpo e não simplesmente sujeitos crentes individuais, com a necessidade de cada um ter de se alimentar para alimentar, só desta forma, o Corpo inteiro. A santidade de um santifica o Corpo; o pecado de um, mancha o Corpo; a comunhão sacramental de um, alimenta o Corpo. Não é em cima desta verdade de fé que se fundamenta a teologia das indulgências pela via da comunhão espiritual entre os santos, os batizados, os da tribulação e os da glória? Ou entendemos que somos um Corpo ou teremos que alimentar cada membro, como se não houvesse um Corpo onde uns sustentam os outros!

A Igreja católica, porém, não costuma tomar atitudes precipitadas, mas pondera muito sobre suas ações, que conseqüentemente provocam ressonâncias diretas na vida de seus membros. Por isso, jamais a Igreja Católica irá recuar no cuidado com as pessoas, e isso fica claro nas diversas iniciativas que ela tem implementado mundo afora.

Aqui merece um destaque especial à faixa etária de maior presença nos templos, que são os idosos e as pessoas de grupo de risco. Seria altamente arriscado por parte da Igreja continuar a reunir os fiéis para as celebrações ou para outros atos comunitários, uma vez que tal aglomeração poderia gerar uma situação de risco para a saúde e a vida de seus filhos muito maior do que a já está instalada no Brasil e no mundo. Na verdade, seria uma contradição perante todo o esforço que ela promove em favor da vida, a exemplo da luta contra a legalização irresponsável e insana do aborto, da eutanásia ou da distansia.

Aqui podem ser levantadas algumas perguntas: Abandonou a Igreja os seus membros? Falta voz profética na Igreja, diante da pandemia? A suspensão das celebrações e o fechamento das portas dos templos provocou algo de novo nos membros da Igreja?

Ao contrário do que imaginam muitas pessoas, inclusive muitos fiéis católicos, a Igreja não recuou no atendimento às pessoas. A nova situação obrigou as paróquias a implantar ou ampliar uma frente tecnológica de significado grandioso para o atendimento virtual das

peessoas. Nota-se aqui uma enorme dinamicidade da Igreja, especialmente dos bispos e dos párocos, para se fazer próximos dos que estão sob seu pastoreio, como verdadeiros bons pastores (cf. Jo 10,10). Foi gratificante perceber a atualização de muitos padres mais idosos, que se viram obrigados a aprimorar a já existente Pastoral da Comunicação (PASCOM) nas suas paróquias, vista como um dos instrumentos da atualidade que a Igreja usa, já há um tempo, para chegar àqueles que estão distante-perto, como verdadeiros membros das comunidades.

Procurem, de comum acordo, todos os filhos da Igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas formas de apostolado, tal como o exigem as realidades e as circunstâncias do nosso tempo, adiantando-se assim às más iniciativas, especialmente naquelas regiões em que o progresso moral e religioso reclama uma maior atenção (Inter Mirifica, n.º 13).

Como fica notório, a preocupação com a comunicação não é novidade na Igreja Católica e, no momento atual, as mais diferentes maneiras de comunicar têm sido de grande utilidade, uma vez que, face ao confinamento, as pessoas têm necessidade de estabelecer vínculos ainda mais fortes com o Sagrado.

As celebrações ocorridas diariamente, ou em momentos mais significativos da vida paroquial, muitíssimas delas transmitidas pelo *Facebook* ou pelo *Instagram*, bem como pelo *YouTube*, demonstram o zelo pastoral da Igreja Católica, que antes de desejar *likes* (isso não importa para a Igreja), intenta alcançar os seus fiéis, onde quer que eles estejam. Foram muitos pedidos de orações, de missas pelos fiéis falecidos, de súplicas de orações pelos que estavam hospitalizados ou na solidão de suas casas. Enfim, a tarefa da Igreja Católica, que é de ser “A luz dos povos [...] e como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, unidade em Cristo” (LG, n.1), em vista da santificação do mundo, continuou sendo assegurada também nos tempos de pandemia.

É possível falar de *benefícios do isolamento social*?

A pandemia, apesar de sua face mais cruel, que dispensa os comentários, não é só uma desgraça, por assim dizer. Durante este tempo muitas realidades têm sido revividas forçadamente a partir da exigência do isolamento social. Nesta perspectiva, vale a pena lembrar que a Igreja Católica, de formas variadas, tem afirmado incansavelmente que o ser humano precisa redescobrir-se, reafirmar-se como um ser de relacionamentos pessoais, nucleares e fortalecidos. E este relacionamento tem seu lugar privilegiado na família, que é considerada “um dos tesouros mais importantes dos povos latino-americanos e caribenhos e é patrimônio da humanidade inteira” (DAp., n. 432).

É verdade que o conceito de família na contemporaneidade está um tanto banalizado e relativizado (cf. DGAE, 2019, n. 43), mas nota-se que é próprio do ser humano estabelecer-se como uma família, como o ambiente mais aconchegante depois dos revezes; ainda que para muitos ela não seja a família dos sonhos, mas que ela permanece quase sempre como um dos lugares privilegiados dos que transmitem a segurança.

Deste modo, família e comunidade parecem ter mais impacto na felicidade dos humanos do que dinheiro e até a saúde. A partir da prática pastoral desenvolvida junto às famílias pode ser constatado que as pessoas com famílias coesas, que vivem em comunidades unidas que lhes dão apoio, são significativamente mais felizes do que pessoas cujas famílias são disfuncionais e que nunca encontraram, tampouco, buscaram uma comunidade da qual fazem verdadeiramente parte.

Observando o elevado número de idosos isolados e solitários em seus belos e luxuosos apartamentos surge a pergunta: vale a pena se desgastar em ganhos monetários exagerados, em detrimento da construção de uma família, que em sua essência, é um porto seguro? Certamente este é um momento de pensar nisso!

Mas, a reflexão do solitarismo, vai além de ter ou não ter uma família, uma vez que existem pessoas idosas que têm famílias, por vezes numerosas, no entanto, tiveram que enfrentar este momento

angustiante sozinhas, porque foram esquecidas e abandonadas pelos parentes mais próximos. Tal situação pode ser interpretada como resultado de um egoísmo entranhado no tempo atual, que determina o *gozo*, o *prazer*, e a *felicidade* pessoais como um direito que não pode ser atenuado pelos outros, inclusive, pelos próprios familiares. Aqui abre-se uma porta para um necessário aprofundamento sobre os laços existentes entre as famílias, que muitas vezes são cortados por elementos efêmeros.

Todavia, como tudo na vida tem duas perspectivas (ou mais), ainda na esteira da reflexão sobre família, outra realidade tem sido notada, neste desafiante período, ou seja, muitas famílias passaram a fazer deste momento uma verdadeira oportunidade de recomeços. Foram retomados muitos momentos de diversão, de cuidados dos pais com filhos – coisa que estava meio fora de moda – e reaprendidos outros valores, até então esquecidos ou desvalorizados. Ainda tem sido possível notar tantas pessoas que começaram a conhecer seus vizinhos, dedicar afeto e rezar por eles. Mais uma vez, os vínculos mais estreitos foram realçados, não que estivessem cortados, mas que foram nos últimos anos esfriados, em virtude do frenesi ou da agitação, próprias desse tempo de correrias, muitas vezes atrás de coisas não tão significantes e essenciais.

A família propõe-se como espaço daquela comunhão, tão necessário em uma comunidade cada vez mais individualista, no qual fazer crescer uma autêntica comunidade de pessoas, graças ao incessante dinamismo do amor, que é a dimensão fundamental da experiência humana e que tem precisamente na família um lugar privilegiado para manifestar-se: “O amor faz com que o homem se realize através do dom sincero de si: amar significa dar e receber aquilo que não se pode comprar nem vender, mas apenas livre e reciprocamente oferecer”. (Compêndio da Doutrina Social da Igreja p. 221)

Aqui entra outro aspecto do isolamento social que foi o despertar para a autotranscendência como propriedade essencial do ser humano e como último fundamento da sua espiritualidade (cf. MONDIN,

2011, p. 259). O ser humano, em si mesmo, possui uma fenda existencial que só pode ser preenchida com a dimensão espiritual. Nesta esteira, é notório que na atualidade há uma tentativa racionalista de autoproclamação das pessoas, ao arrogarem-se independentes de Deus, ou de adquirirem um controle quase divino da sua própria existência (cf. HARARI, 2017, p. 55), ou seja, o “eu existo e me basto”. Tal postura tem resultado em um fechamento que desfavorece a uma experiência com o Divino.

O ser humano, segundo Marcel, toma consciência da sua autotranscendência especialmente nas situações-limites, na inquietação e na angústia (cf. MONDIN, 2011, p. 258). A atual situação pandêmica marcada pelo desespero, pelo sofrimento, pelas incertezas e pela mais real avaliação do supérfluo, leva a redescobrir a importância da auto-transcendência e da espiritualidade que quando vivenciadas à luz da Cruz garantem uma verdadeira intimidade e uma real comunhão com o Eterno.

Diante do momento atual, note-se que há uma hiper valorização da razão humana no limiar da história, que, por sua vez, se propõe resolver todos os problemas da humanidade, porém não consegue oferecer respostas aos grandes dilemas do ser humano, deixando claro que a dimensão espiritual é uma necessidade humana, caso contrário, a própria realidade humana não se suportaria. João Paulo II (1998, p.01) evidenciou que,

A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio (cf. *Ex* 33, 18; *Sal* 2726, 8-9; 6362, 2-3; *Jo* 14, 8; *1 Jo* 3, 2).

O ser humano o é enquanto pensante, capaz de sair de si mesmo, sobrevoar todo o mundo da experiência e de refletir sobre o que lhe circunda, bem como sobre o que está para além da sua capacidade

de compreensão, a saber, o que lhe transcende (cf. MONDIN, 2010, p. 270). Este homem, de todos os tempos e lugares, independentemente de sua forma de crer, crê. Isso é uma verdade que se encontra no âmago do ser humano; ele passou a existir assim, inclinado a uma crença.

Por este viés, nos momentos mais cruciais da humanidade, sempre se presenciou um duplo movimento, por uma lado, o de crises e de “fracassos” de fé, que não eram capazes de dar respostas satisfatórias sobre as razões da ocorrência de uma calamidade, e, por outro, o surgimento de novas formas religiosas (Cf. STARK, 2006, p. 91). É exatamente aqui que encontra-se justificativa para dizer que uma compreensão do momento atual à luz da Cruz ajuda a *suavizar* o desespero humano. Esta é uma das formas que o cristianismo oferece para a humanidade atravessar a atual pandemia devastadora, como o fez, segundo Stark, nas suas origens (cf. STARK, 2006).

É claro que não pode ser entendido Cruz na dimensão pura e simplesmente como sofrimento, mas como oportunidade de recomeço, de resignação, de reinterpretação da realidade, de oportunidade de pensar sobre as dores humanas, que não são de um grupo, mas que pertencem a toda a natureza humana.

CONCLUSÃO

Em tons de conclusão, o ser humano, que constituiu história e a tem sustentado até o momento, já passou, desde seus primórdios, à época atual, situações conflitantes, desafiadoras e complexas. No entanto, sua capacidade de refazer-se é simplesmente incrível, a ponto de poder-se dizer que a natureza humana é um emaranhado de recomeços constantes.

Dentro desta complexa realidade, sempre coube ao ser humano a tarefa de administrar a sua existência temporalmente. Isso lhe tem legado uma vasta experiência, capaz de lhe ajudar a entender os novos desafios surgidos no mundo e que, por vezes, parecem devastar, de uma vez por todas, a sua natureza, de um lado muito frágil, mas por outro, dotada de uma força extraordinária.

Dentro desta perspectiva, na mudança desta década, a segunda, deste novo século, que já está marcado por tantas questões intrigantes, o mundo se vê paralisado, praticamente, com um inimigo tão silencioso quanto letal, que mostrou sua força sorrateira e agilmente: o coronavírus.

A pandemia tem tirado a paz da maioria das pessoas em todo o planeta e provocado uma onda de recomeços. A pandemia, que já ceifou centenas de milhares de vidas, expôs a fragilidade do atual sistema de saúde na maioria dos países, que se mostrou incapaz ou insuficiente para atender e socorrer os que dele mais precisavam. Também as famílias tiveram que se confinar e as empresas pararam ou se reinventaram.

Face a esta realidade, a Igreja Católica, que prega a valorização do ser humano em todas as suas etapas, tem colaborado eficazmente para a superação da pandemia e fez isso de maneira radical, suspendendo as celebrações e atividades comunitárias, ou até fechando seus templos e orientando para que seus fiéis ficassem em casa, resguardados, ainda que para o sofrimento de muitos.

Mesmo sendo criticada por alguns, a Igreja não recuou e se manteve firme na decisão de colaborar com os governos e com os serviços de saúde, reforçando mais ainda o seu papel evangelizador que compreende também o cuidado pelas pessoas, seu patrimônio primordial, salientando mais uma vez que a vida está em primeiro lugar.

A Igreja católica *parou* temporariamente algumas de suas atividades realizadas nos templos ou lugares de culto, a exemplo de missas, orações, adorações, terços, catequeses, entre outros, mas ela não deixou de rezar nas casas, nas famílias e se reinventou para continuar dando assistência aos seus fiéis. Assim foi possível ver uma atuação valiosíssima da pastoral de comunicação (PASCOM), que nunca foi tão importante como agora.

Também famílias dinamizaram suas relações e implementaram muitas atividades, que foram capazes de diminuir as dificuldades de muitos embates que, por vezes são surgidos no convívio diário e imediato. Aqui entram alguns aspectos que merecem destaque muito valioso e que não podem ficar despercebidos, observados nas famílias, como por exemplo, pais que reaprenderam a brincar com

filhos e redescobriram o quanto é exigente a missão dos professores e de catequistas.

Por fim, vale apenas ressaltar que este momento de pandemia vai passar, assim como passaram as tantas outras crises que a humanidade já enfrentou! Mas algumas indagações devem ser feitas pelos homens e mulheres de todos os cantos e recantos: Qual a lição que poder-se-á obter desse momento? Quais elementos são realmente essenciais para a existência humana? Como sairemos desta pandemia, mais humanos, mais crentes, mais humildes, mais sensíveis, mais família, mais confiantes ou ao contrário, mais senhores de si?

Que esta página da humanidade seja virada e que todos possam recomeçar!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Brasília, 2016.

CELAM. **Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. Brasília / São Paulo: Edições CNBB / Paulus/ Paulinas, 2007.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023**. Documentos da CNBB 109. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen gentium* sobre a igreja**. In: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje**. CNBB: Brasília, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Inter Mirifica: sobre a comunicação social**. Brasília: CNBB, 2018.

FRANKL, Viktor Emil. **O Homem em busca de um sentido**. Alfragide - Portugal: Editora Lua de Papel, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus. História breve do amanhã**. Amadora - Portugal: Editora Elsinore, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 49ª Ed. Porto Alegre, Rs: L&PM, 2019.

MONDIN, Battista. **O homem quem é ele? Elementos de Antropologia Filosófica**. São Paulo: Paulus, 2011.

PAPA FRANCISCO. **Bênção "Urbi et Orbi"**. Momento extraordinário de oração em tempo de epidemia presidido pelo Papa Francisco. Adro da Basílica de São Pedro, Sexta-feira, 27 de março de 2020. In: < http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/urbi/documents/papa-francesco_20200327_urbi-et-orbi-epidemia.html>.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulus / Loyola, 2013.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Fides et Ratio**. Paulinas: São Paulo, 1998

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Tradução: CNBB, 7ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2018.

PORRECA, Wladimir. **Famílias em segunda união: questões pastorais**. 1ª Ed. São Paulo, 2010.

RAHNER, Karl. **Curso fundamental da fé: introdução ao conceito de cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1989.

SPADARO, Antonio. "Procuramos ser uma Igreja que encontra caminhos novos". Entrevista com o Papa Francisco. 2013. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523920-procuramos-ser-uma-igreja-que-encontra-caminhos-novos-entrevista-com-o-papa-francisco>.

STARK, Rodney. **O crescimento do cristianismo. Um sociólogo reconsidera a história**. São Paulo: Paulinas, 2006.

7. LITERATURA MÍTICA E A EPISTEME RACIAL: A VIDA E A JUSTIÇA NA RACIONALIDADE ÉTICO-CIVILIZATÓRIA DO ESTADO

Romilson da Silva Souza

Resumo

A humanidade está passando por uma crise frente à necessidade de isolamento social e à necessidade de manter o funcionamento da economia e a sobrevivência de sua racionalidade ético-civilizatória. A vida e a morte e sua relação com o biopoder e a necropolítica são categorias que nos forçam a repensarmos o Estado e sua estrutura lógica. Compreender a Teoria Geral do Estado e a Ciência Política na perspectiva da Teoria do Ponto de vista Étnico-racial é evidenciar as racionalidades étnico-raciais que compõem a formação ético-civilizatória que deu origem ao Estado moderno europeu e ao Estado Faraônico (Diop, 1991; Camara, 2011). O objetivo do ensaio é introduzir a racionalidade ético-civilizatória presente no Estado moderno como elemento principiológico para a formatação de um outro materialismo filosófico, na compreensão da crise humanitária. Partindo dos processos de formação histórico-cultural e da dialética presente nas relações étnico-raciais, a literatura mítica (Souza, 2020) serviu como fonte de análise do sistema de pensamento e seus arquétipos. Utilizando uma metodologia baseada na bricolagem (Kincheloe & Berry, 2007), e considerando a filosofia de Wittgenstein, o trabalho sugere a necessidade de considerarmos a ancestralidade genética e cultural na análise das relações entre poder e o Estado, a partir de uma epistemologia racial nas ciências sociais e humanas. **Palavras-chave:** Estado. Literatura Mítica. Epistemologia Racial. Racionalidade Ético-civilizatória.

Introdução

A crise sanitária e a banalidade da vida expressas na dificuldade dos governos em promover o isolamento social deixaram em evidência a racionalidade ético-civilizatória (Souza, 2020) do Estado capitalista. As características da crise humanitária são um problema de vida e mor-

te, isto é, Vida-Morte e suas representações, como arquétipo e função estruturante na elaboração simbólica da eticidade e etnicidade.

A ideia do governo do presidente Jair Bolsonaro de armar a população parece ser inspirada em Tito Lívio e Nicoleu Maquiavel, o “Rei”, e seus “Príncipes” e seus súditos, e tem em seu coração a “Arte da Guerra” (Sun Tzu) e o maquiavelismo próprio do grupo que ele e Trump representam, tendo em sua raiz genética o Mal e Mau.

Contrariando a ideia Cristã e a literatura bíblica, alguns cristãos influenciados por uma racionalidade ético-civilizatória, construída pelo sistema de pensamento euroasiático que alguns “evangélicos” parecem seguir, entende que “um povo e uma cidade livres são um povo e uma cidade armados” (Maquiavel 1469-1527). Entretanto, uma teologia foi construída distanciando-se da textualidade em que os oprimidos e opressores são relatados em toda a literatura mítica (Sousa, 2020).

A COVID-19 fez despertar e evidenciar em determinados governantes a fúria caucasiana e asiática presente na história das guerras desses povos. Acreditando em uma racionalidade bélica, conceberam um dos mais importantes tratados sobre estratégia militar para (des) governar o país e criar o estado de guerra para dar sentido à sua racionalidade. O militarismo é preparado para a guerra e só sabe viver com um inimigo, talvez, por essa razão, cristãos vivam em luta com o inimigo (Satanás).

Maquiavel desenvolveu um pensamento radicalmente pautado em uma racionalidade ético-civilizatória e criou uma cultura para a formação do Estado moderno, a partir do isolamento do fenômeno do poder e da sua relação intrínseca com o uso da força e da violência. Nessa racionalidade, são criados os meios para a conquista, a manutenção e a preservação do poder político. Sistema de pensamento na cultura oriental e ocidental, os autores citados contrastam com o pensamento Cristo (ungido) e do verdadeiro Messias, quer na cultura egípcia, quer na cultura hebraico-cristã.

O comportamento de alguns governantes frente a necessidade de preservar a vida plena de seus cidadãos e a relação com a morte

causada pela demora de promover o isolamento total e impedir o aumento da taxa de transmissão é central na crise humanitária que se instalou, uma crise que tem o seu foco na relação vida/morte.

Considerando o professor Everton Nery Carneiro (2015, p.9) as narrativas bíblicas, “fazem parte de um campo de representações e estrutura simbólica, teológico-literária e filosófico-literária, constituintes de um núcleo comum das formas de conhecimento do ser humano e do mundo”. O texto bíblico pode ser visto de diferentes pontos de vista, pois existem “forças” que se apoderam de suas representações dando a ele um sentido diferente da proposta de sua contemporaneidade (contemporaneidade dos textos originários orais) com a finalidade de manter relações de opressão e dominação biopolítica, utilizando os textos como pretextos para a criação de justificativas para manutenção de relações de dominação e subalternização.

Desta forma, não podemos negar a ficcionalidade de acontecimentos bíblicos, que mesmo sendo verdades históricas, em alguns casos, se submetem às estruturas narrativas e discursivas que tem uma funcionalidade didático-pedagógica própria da literatura mítica (Sousa, 2020).

A humanidade está passando por uma crise frente à necessidade de isolamento social e a necessidade de manter o funcionamento da economia e a sobrevivência de sua racionalidade ético-civilizatória. A vida e a morte e sua relação com o biopoder e a necropolítica são categorias em nossa contemporaneidade que nos forçam a repensarmos o Estado e sua estrutura lógica. Compreender a Teoria Geral do Estado e a Ciência Política na perspectiva da Teoria do Ponto de vista Étnico-racial é evidenciar as racionalidades étnico-raciais que compõem a formação ético-civilizatória que deram origem ao Estado moderno europeu e ao Estado Faraônico (Diop, 1991; Camara, 2011).

O objetivo do ensaio é introduzir a racionalidade ético-civilizatória presente no Estado moderno como elemento principiológico para um outro materialismo filosófico, na compreensão da crise humanitária. Partindo dos processos de formação histórico-cultural e da dialética presente nas relações étnico-raciais, a literatura mítica (Sousa,

2020) serviu como fonte de análise do sistema de pensamento e seus arquétipos.

Utilizando uma metodologia baseada na bricolagem (Kincheloe & Berry, 2007), e considerando a filosofia de Wittgenstein, o trabalho sugere a necessidade de considerarmos a ancestralidade genética e cultural na análise das relações entre poder e o Estado, a partir de uma epistemologia racial nas ciências sociais e humanas.

Epistemologia Racial: Uma introdução aos arquétipos na literatura mítica

Partimos da dialética Vida/morte, construção/destruição na ética (Dussel, 2000), que tem sua centralidade na afirmação da possibilidade de existência do outro e o papel do estado em garantir isso. Entretanto, na filosofia e dialética egípcia, dualidade e unidade são faces da mesma moeda. A deusa Maat, que representa o arquétipo da justiça, verdade, retidão, ordem e equilíbrio, era a principal protagonista no julgamento final junto com Osíris em contraposição ao Caos, a violência e injustiça representado como seu par Isfet. Contrariamente à justiça arcaica, privada e familiar, da deusa *Thémis*,

Tudo tem seu duplo; tudo tem dois extremos; semelhantes e diferentes têm o mesmo significado; os polos opostos têm uma natureza idêntica, mas graus diferentes; os extremos são faces da mesma unidade de medida. Isso significa que há dois lados para tudo. As coisas que aparecem como opostas são, na verdade, dois extremos da mesma coisa. O mesmo vale para o amor e o ódio, paz e guerra, positivo e negativo, bom e mal, sim e não, luz e escuridão, energia e matéria. A lei da Polaridade, princípio da dualidade, pode parecer muito real em sua vida, mas funciona como a noção de unidade na diversidade.

Como é presente em algumas interpretações das religiosidades de matriz africana, e em especial no candomblé, a ênfase de que não há separação entre o bem e o mal como campos opostos e irreduzíveis é importante na diferenciação. As ações não se baseiam em nenhum esquema maniqueísta, tal como ocorre na concepção judaico-cristã de

origem europeia. Na interpretação hebraico-cristã de matriz africana³⁵ entretanto, não é possível construir essa teologia, pois toda ação vem da unidade, sendo o bem e o mal o resultado em equilíbrio e desequilíbrio. Compreender isso é romper com o maniqueísmo e entender o sentido da vibração na filosofia egípcia.

A figura feminina da deusa, em contraposição aos deuses masculinos do patriarcado, parece representar o arquétipo da “grande de mãe”, em que a justiça poderia ser associada ao atributo divino de alimentar a todos de acordo com a necessidade, em contraposição aos deuses masculinos construídos nos arquétipos dos heróis e guerreiros. Os constantes festivais nos templos de Maat, onde as festividades distribuía alimentos para todos, como forma de oferenda à deusa para afugentar o caos, mantendo o equilíbrio, eram comuns. Aí talvez a origem dos dízimos, oferendas, oferta e sacrifícios ao Deus hebreu, que parece dar melhor sentido para a cultualidade na literatura mítica e para sua dualidade de representação Pai/mãe escondida na textualidade.

A lei do Gênero na filosofia egípcia diz que tudo tem o seu princípio masculino e o seu princípio feminino; o gênero se manifesta em todos os planos visíveis e invisíveis. Esta lei é evidente no pensamento egípcio em que coisas opostas podem ser encontradas não apenas em seres humanos, mas em seres divinos. Assim, também em plantas, minerais, elétrons e polos magnéticos, entre outros. Tudo e todos possuem os elementos contraditórios que sugerem um outro olhar para a dialética e para a relação entre Deus e seu inimigo, atribuído na tradição a Satanás, e depois equivocadamente ao diabo. Conhecer a lei do gênero é compreender fundamentalmente a humanidade, a representação mítica de Adão e do casamento, enfim, o significado de completude e unidade na literatura mítica.

35 Interpretação hebraico-cristã de matriz africana é a sinalização do processo de descolonialização da hermenêutica dominante da Literatura Mítica e a construção teológica que esperamos possibilitar com nosso trabalho pós-doutoral, com a epistemologia racial da teoria do ponto de vista étnico-racial.

A relação entre vida/morte na arkhé civilizatória do mito edênico no livro do Gênesis elabora didaticamente a representação da quebra da harmonia comunitária. A queda da humanidade, até a saga da raça humana em busca da redenção e retorno à integração harmônica com a totalidade da unidade, nos traz até o Cristo que vence a morte e nos leva de volta ao paraíso, representado na literatura apocalíptica.

Quando olhamos para a cosmogonia egípcia e hebraica, o monismo³⁶ dualístico, isto é, unidade na diferença, nos leva a questionar a interpretação sobre a origem da morte, como oposição à vida na narrativa mítica edênica e seus arquétipos. Assim, uma filosofia do Cristo (Ungido), como aquele que oferece Maat é a representação da fé na literatura ficcional. De volta a unidade e harmonia da constante eterna na história do Cristo, que na filosofia egípcia parece ter sido representado por Osíris, é o arquétipo daquele caminho que é capaz de garantir a paz, a verdade, a justiça, a liberdade e a vida que levará a Maat.

Assim, expressar ideias relacionadas à eternidade e à dinâmica da vida é representar e contrapor-se à noção de ruptura e quebra da harmonia que gerou a morte, logo, a desordem, o desequilíbrio, a injustiça e a raiz de todos os males na narrativa edênica. “A Ordem, a Justiça e a Retidão, tratam, por conseguinte, de princípios imutáveis, presentes desde sempre na constituição do cosmo egípcio” (CAMARA, 2011, p. 53).

A lei nos diz “Como acima, assim abaixo, como abaixo, então acima” é a representação de que: o que existe “harmonia, concordância e correspondência” entre os domínios físico, mental e espiritual, o que passou a não ocorrer após a queda foi rompida. Tudo é um o mundo visível e invisível segue a grande lei de correspondência na inscrição “Conhece-se a si mesmo e conhecerás todos os mistérios dos deuses e do universo”.

Os *Textos das Pirâmides*, fonte que também é fundamental em nossa teorização sobre a Literatura Mítica (Sousa, 2020), segundo Camara (2011) “relatam essencialmente a odisseia do faraó, no contex-

36 Em nosso trabalho utilizamos monismo como ideia de “princípio único” e da unidade/separação na compreensão vida/morte.

to do Reino Antigo, rumo à vida eterna como divindades na esfera do *post mortem*.” Para a literatura egípcia pré-dinásticas das pirâmides, o exato lugar que o representante do Estado (Faraó), como representante social máximo, ocupa no cosmo, bem como os demais deuses representados nas 42 leis de Maat que visam manter a ordem, selavam a interdependência no âmbito da existência entre os dois mundos, vida e pós vida.

Considerando Camara (2011), para garantir esse equilíbrio seria necessária a presença de um princípio (Maat) que garantiria a renovação dos ciclos de existência mediante não somente a devoção do faraó, mas, também, de todos em geral. Esse princípio de equilíbrio, justiça, verdade e ordem é a sustentação de *Maat* como um dos principais deveres do governante, que caso não seguisse, promoveria o Caos, injustiça e a violência (Isfet). Dessa forma, na filosofia egípcia pré-dinástica, a existência do Egito está condicionada à existência do Estado Faraó, já que este intermedeia a relação entre o visível e o invisível por meio da incorporação e doação de *Maat em harmonia com o universo (natureza, vivos, mortos)*. Ser governante é ser a expressão material da racionalidade ético-civilizatória de Maat.

Tomando Maat como princípio civilizador e civilizatório, a chave hermenêutica fundante e marco epistêmico na Literatura Mítica serve também como ponto de partida para uma episteme na Teoria do Ponto de Vista Étnico-racial que tomamos como referência teórico/metodológica do Ponto de Vista Étnico-racial afro-diaspórico. A maldade, impiedade e iniquidade que marcaram o Estado antigo/imperial e o Estado colonial/moderno (Mignolo, 2004) colocaram em cena o funcionamento de um projeto global de reprodução étnico-racial que tem na economia a forma de garantir vantagens e privilégios a um grupo na sociedade (Sousa, 2017).

A crise ética provocada pela incapacidade de uma outra teoria do Estado e uma outra racionalidade ético-civilizatória em que a acumulação e a atividade econômica são, para o Estado, a grande dificuldade de garantir o equilíbrio social diante da necessidade e responsabilidade do Estado de garantir o isolamento. Vem então à tona o

princípio da ética da responsabilidade pelo outro, pela vida do outro, não uma ética da culpa e da moral, mas uma ética do excesso e da responsabilidade daquele que representa a sociedade através do Estado.

Como princípios originários da “ética do desejo” (não excesso, egocentrismo, egoísmo) e da “ética da responsabilidade” (altruísmo), presente nas narrativas míticas da queda (perda da ordem e do equilíbrio) do homicídio de Caim (a irresponsabilidade com o outro), coloca-se o desafio para a mudança de uma concepção de moral na reconstrução de um projeto ético-político a partir de uma outra racionalidade ético-civilizatória. Não é o bem ou o mal, mas uma relação entre harmonia e desarmonia, entre Egoísmo e altruísmo, entre Egocentrismo e sacrifício, reduzir a ética do amor à moral da lei, ou ainda, como em nossa contemporaneidade, obrigação civil escrita e promulgada, é limitar a compreensão instrucional da Lei na literatura mítica.

A crise humanitária promovida pela centralidade econômica (crematística³⁷) pode oportunizar uma possibilidade para melhor organizar a casa, restaurar uma outra compreensão da vida (ordem) e seus desejos/excessos que levam à morte (desordem). A centralidade da Lei no Primeiro Testamento ganha novos contornos na compreensão da formação da eticidade e etnicidade. A ordem cósmica, como a ordem comunitária, parece funcionar pela lei da cooperação, o altruísmo e a responsabilidade pelo outro. A crise então é a queda do equilíbrio, quando a centralidade da humanidade passa a ser o desejo desenfreado.

Apesar de poder comer de todas as Árvores do jardim, menos uma, mesmo assim, a humanidade queria a única coisa que não podia. “Assim como o vinho é enganoso, tampouco permanece o arrogante, cuja gananciosa boca se escancara como o sepulcro e é como a morte,

37 Em Aristóteles, na filosofia política e econômica, indica duas concepções de economia: Uma como simploriamente traduzido como administração da casa e crematística. Crematística busca incessante da produção e da acumulação de riquezas por prazer. Foi mencionado nos livros *Ética a Nicômaco* e *Política*. Consiste em colocar a procura da maximização da rentabilidade financeira antes de qualquer outra coisa, em detrimento, dos seres humanos e do meio-ambiente. É da natureza da prática crematística recorrer a diversas estratégias fora do equilíbrio, como especulação financeira, degradação socioambiental e produção das desigualdades e injustiças sociais.

que não se farta: ele ajunta para si todas as nações e congrega todos os povos” (Habacuque 2:5). Deste modo, a ganância (desejo ilimitado) e a soberba (elevação sobre o outro), em especial a soberba racial (Sousa, 2020), parecem representar aspectos fundantes da racionalidade ético-civilizatória na crise.

Submetida a arquétipos civilizatórios do senhor/escravo, opressor e oprimido, uma outra leitura para a genealogia da moral em Nietzsche evidencia o sistema de pensamento das “raças nobres”³⁸ e sua lógica moral civilizatória. Nem bem nem mal, nem bom nem ruim, a moral na literatura mítica sugere equilíbrio, harmonia e justiça, paz e amor, uma justa medida. Assim, oriunda, de uma natureza pré-disposta à maldade (desordem), a iniquidade e ganância, que geram a injustiça social, o governo dos deuses estrangeiros impunham uma sub-existência, uma devoção aos seus heróis que estava em desigualdade com os seus súditos, enquanto o Deus dos hebreus habitava entre o povo (Êxodo 25:8) usando a figura do tabernáculo, do tempo, da tenda ou do coração, um “Deus Todo Poderoso” que se faz carne e habita, faz morada entre os pobres, cativos e prostitutas, um Deus que desce e representa a humildade, marca a diferença do arquétipo do herói que se eleva acima de todos.

Compreender a genealogia da racionalidade ética dos povos na antiguidade bíblica, que gerou o modelo civilizatório dominante, é compreender uma perspectiva para a ética do desejo e consequentemente a lógica da soberba racial (Sousa, 2020) presente em vários governantes, e não por acaso em seu maior símbolo de nossa contemporaneidade, Hitler. Olhar para a filosofia bíblica e enxergar os conflitos e a perversidade, entre os povos que desestabilizaram a região com as primeiras diásporas euroasiáticas para a África, caracteriza a pouca distinção do processo civilizatório no oriente e no ocidente.

A racionalidade genético-cultural ancestral entre coletores, caçadores, guerreiros e pastores nos arquétipos presentes nas representações sociais do povo hebreu, evidenciam as diferenças na eticidade

38 Termo utilizado por Nietzsche

e etnicidade representada na guerra dos deuses e suas narrativas míticas. Compreender os arquétipos dos processos e modelos civilizatórios originários é ponto nevrálgico da diferenciação dos pontos de vistas étnico-raciais e suas epistemês. Assim, a raça negra e suas mutações gênicas ao longo dos períodos, pleistoceno, paleolítico, mesolítico e neolítico (KI-ZERBO, 2010), parecem indicar as diferenciações presentes nos arquétipos das narrativas míticas no livro de Gênesis.

As diferenciações nas expressões e produtos gênicos³⁹ entre brancos e amarelos, seguindo a epigenética e a psicologia evolucionista, parecem sugerir as adaptações frente ao meio. Na literatura mítica e suas narrativas sobre as diferenças étnico-raciais estão presentes na representação de Paulo como “apostolo dos gentios” ou na saga do povo hebreu e sua unidade arquetípica, frente a desordem dos deuses, guerreiros e heróis “pagãos” e ímpios.

Pesquisas⁴⁰ que parecem identificar o DNA da Maldade e o Gene guerreiro, produzem juntamente com a produção de pesquisadores e intelectuais negros como: Cheik Anta Diop, Narcimária Luz, Florentina Souza, Maria de Lurdes Siqueira, entre outros, uma nova mirada étnico-racial (SOUSA, 2012) que produz novos elementos para a Teoria do Ponto de Vista Étnico-racial (SOUSA, 2013) e suas consequências na racionalidade ético-civilizatória dominante.

Epigenética e a Epistem Racial: Uma teoria da dupla herança

Estudos até agora têm mostrado uma correlação entre baixos níveis do gene MAO e a agressividade tanto em humanos (MAO-A)

39 O produto gênico é o material bioquímico, seja RNA ou proteína, resultado da expressão de um gene, que vimos em Sousa (2020) quando abordamos a epigenética. Algumas vezes usa-se uma medida da quantidade de produto gênico para inferir quão ativo é um gene, em especial as variantes genéticas dos genes MAO-L e o CDH13. Quantidades anormais de produto gênico podem correlacionar-se com alelos causantes de doenças, tal como a sobreactividade dos oncogenes, que podem causar também psicopatias e sóciopatias.

40 Este artigo foi publicado originalmente com o título “Ask the Brains” em *SA Mind* 22, 1, 70 (março de 2011) doi: 10.1038 / scientificamericanmind0311-70. Uma vasta referência poder ser encontrada em https://en.wikipedia.org/wiki/Monoamine_oxidase_A

como em animais, associados também a relações entre xenofilia e xenofobia. As monoamina oxidases (MAO) são enzimas envolvidas na quebra de neurotransmissores como serotonina e dopamina e, portanto, alterações nela são capazes de provocar um desequilíbrio e influenciar a formação de personalidades, sentimentos, humor e comportamento nos indivíduos. Apenas um terço das populações ocidentais possui baixos níveis do MAOA. E dois terços das populações que mais guerrearam, historicamente, possuem níveis mais baixos do gene. Isso constitui uma controvérsia para o apelido dado ao gene de “gene do guerreiro”, haja vista a forte incidência das condições ambientais e consequentemente epigenéticas no desenvolvimento dos diferentes tipos de comportamento antissocial, agressividade e perversidade, além de patologias diversas.

Diversos estudos⁴¹ descobriram diferenças na distribuição de frequência de variantes do gene *MAOA* e os *alelos 3R* entre grupos raciais: dos participantes, 36% dos homens negros, 54% dos homens chineses, 56% dos homens maori e 65% dos Homens caucasianos. MAO-A é um regulador chave para a função cerebral normal. Ele degrada os neurotransmissores de amina, como dopamina, noradrenalina e serotonina, que vão estar diretamente ligados aos aspectos epigenéticos de nossos estudos.

Considerando os estudos do campo da economia comportamental, literatura afro-brasileira, sociobiologia, epigenética, psicologia evolucionista e da mimética entre outros, a ancestralidade cultural e genética nas adaptações evolutivas parecem sugerir uma correlação entre as racionalidades ético-civilizatórias e as tendências comportamentais de nossos governantes. Importante destacar que a abordagem geral de nosso trabalho não segue um determinismo biológico ou cultural, mas concentra-se no interacionismo sistêmico e na predisposição, formada por habitus, para a compreensão da episteme racial, na construção de uma epistemologia da teoria do Ponto de Vista Étnico-racial.

41 https://en.wikipedia.org/wiki/Monoamine_oxidase_A

Um dos primeiros aspectos que consideramos foi a diferenciação que se processa com separação da raça humana de seu tronco comum africano gerando, pelo grupo que defende o tronco único, as outras espécies de homínidas. Um segundo grupo defende a teoria de vários berços, defendendo o surgimento da espécie humana nas diferentes regiões do planeta. O relevante para nosso trabalho, entretanto, é que em ambas teorias⁴² a diferenciação fenotípica nos remete ao período paleolítico e que existiu sim, uma diferenciação racial inicial, quer seja por berços variados, quer seja pela migração após separação de um berço único (M' BOKOLO, 2009). Ambos nos levam para a epigenética e as variações adaptativas no DNA da raça humana e suas implicações ético-formativas.

Optamos obviamente pela teoria do berço comum, aproximando nossos estudos da narrativa mítica edênica da textualidade bíblica, em que a raça negra, mãe das variações gênicas, tem sua saga civilizatória representada, em seu processo de humanização, pela literatura mítica e pelos seus arquétipos civilizatórios. “A adaptação a um **maio** ??? cada vez mais despojado da sua cobertura florestal e cada vez mais seco teria levado a uma longa série de mutações, tanto no plano dos caracteres anatômicos, como no plano das capacidades intelectuais” (M' BOKOLO, 2009, p.21)

A textualidade negra, como a literatura bíblica, é composta de representações e discursos/contradiscursos, complexos e ricos em significados, sentidos que produzem um novo olhar para as análises simplistas das dicotomias e maniqueísmos e da dupla herança. Assim, a literatura produzida em situação de opressão social e política, como a dos hebreus em diáspora e afro-brasileiros em seus terreiros, tende a resgatar uma memória mítica como possibilidade de reinstalar a partir de uma atmosfera litúrgica a cosmovisão na diáspora.

Deste modo, considerando Souza (2000) e Sousa (2020), as pretensões textuais de denúncia da opressão e exortação sobre a iniqüidade e soberba dos povos⁴³ gentios, na literatura bíblica, visam

42 África Negra: História e Civilizações EliKia M'Bokolo

43 Povo é o nome, concebido em nossa concepção como um conjunto de indivíduos que,

participar de uma aspiração de suplementar a racionalidade ético-civilizatória presente no pensamento euroasiático e de uma teologia forjada a partir da experiência egípcia, com a inserção de um outro ponto de vista étnico-racial, recolhido da perspectiva daqueles que acreditaram/acreditam que o discurso hegemônico é apenas *uma* visão da experiência que precisa ser suplementada pela dissonância das vozes dos filhos de Sete⁴⁴ e sua dissonância dos filhos de Caim.

Os elementos da eticidade e etnicidade (Souza, 2000), memória coletiva, linhagem, objetos sagrados, ancestralidade, tradição cultural e cultural, arquétipos e linguagem ritual são como componentes e representações nos textos, impulsionados pelas experiências e dramas vivenciados no cotidiano e na história de conflitos étnico-raciais, que em várias contemporaneidades, expressam o desejo de construir uma outra sociedade e interferir nos sistemas de determinação de valor.

A Literatura Mítica pretende assim, instalar uma outra pedagogia, munida de símbolos e histórias, que permita a construção de um outro discurso valorativo e de outros paradigmas críticos e de análise do Sistema de Pensamento de um grupo étnico. Essa literatura, torna-se sagrada, leva a reforçar o sentido de união e solidariedade, motivadas pelas dificuldades, opressão e discriminações sofridas no interior de uma sociedade injusta. Assim como os hebreus, o grupo alia-se na tentativa de desestabilizar o poder hegemônico e garantir uma racionalidade ético-civilizatória de resistência e reação à opressão.

Arquétipos do Estado: A crise e sua Racionalidade Ético-civilizatória

Estamos em uma situação de crise sistêmica, na qual o horizonte civilizatório precisa ser repensado em suas bases, frente à necessidade de voltarmos a priorizar a vida de todos, como centro da exis-

em uma dada contemporaneidade, constitui uma identidade. Sem necessariamente está ligado a um território, por vezes, as pessoas que, mesmo que constituindo-se de diferentes raças, estão vinculadas etnicamente a uma determinada identificação e pacto/contrato submetido voluntariamente à um sistema de organização social e política.

44 Irmão de Caim que substitui Abel na narrativa mítica

tência humana e seu equilíbrio. A dificuldade em manter o isolamento frente à lógica da acumulação desenfreada traz à tona, mais uma vez, a relação entre o desequilíbrio pecaminoso⁴⁵ dos excessos frente à manutenção da justiça social e a ordem solidária quebrada com o modelo de civilização onde Isfet domina.

Um Estado e especialmente uma República, que em sua constituição estabelece direitos e princípios fundamentais, assim como direitos e deveres individuais e coletivos, mas que, ao mesmo tempo, coloca a vida, a cidadania, a liberdade, a dignidade da pessoa humana nos mesmos patamares que a iniciativa e a propriedade privada, é um Estado em desordem, em (des)equilíbrio no tocante aos seus valores civilizatórios e Maat.

A noção hegemônica de república federativa traz conceitualmente palavras como: governo, soberania, nação, povo, chefe de estado, território e lei. Entretanto, na textualidade bíblica, divergindo de tradução, apesar destas palavras também serem recorrentes, o sentido da justiça e injustiça, em seus mais amplos sentidos, aparecem representar uma luta entre o Bem e o Mal, entre deuses e suas representações simbólicas. O poder como valor ético-civilizatório na mítica egípcia e na textualidade bíblica parece ser a fonte das relações de poder quebrada com os invasores no “no período intermediário e n império novo” (CAMARA, 2011, p. 29-30) e os novos governantes estrangeiros.

A narrativa mítica do livro de Jó na textualidade bíblica descreve o Leviatã como sendo uma criatura muito grande, que possui uma força descomunal, com uma pele extremamente resistente e que expelia fogo de sua boca (Jó 41:18-35). Empregada de forma alegórica, simbólica e figurada para representar a perversidade ou as forças do mal, que parece representar povos estrangeiros com seus principados e potestades (representação de governo e poder) os deuses estrangeiros eram as representações do desequilíbrio provocada pela eticidade

45 Pecado em nosso trabalho é considerado como ato de desequilíbrio e quebra da ordem e harmonia em toas as dimensões de excesso nas relações consigo, com o outro, com o mundo, logo, com a vida/morte.

e etnicidades e da desarmonia e excesso, ruptura da paz e arrogância, respectivamente.

O comportamento dos deuses opressores e guerreiros, que na textualidade representam a besta, a iniquidade e a impiedade contrastam com o Deus que é “príncipe da paz e conselheiro” parece trazer a diferença de arquétipos civilizatórios. No Primeiro e Segundo Testamento, a relação entre as representações sociais que tinham a guerra dos deuses no imaginário social do “Deus Todo Poderoso” da experiência do povo e suas memórias com as guerras (Apocalipse 13:7; Efésios 6:11-12) parecem apresentarem.

A textualidade bíblica é rica em condenação ao Egito, que parece fazer alusão a governantes estrangeiros (talvez os assírios, os filisteus ou cananeus, ou ainda hicsos, traduzido erradamente por reis pastores, e mais ainda: persas, macedônios e romanos invadiram e controlaram o Egito ao longo da Antiguidade), ou os chamados “povos do mar” em alusão à besta que surge das águas, que passaram a substituir o “Estado Faraônico”.

Assim como o Leviatã (Jó 41), representando a “besta que vem do mar”, o Beemote (Jó 40), a “besta que vive na terra”, a analogia parece representar na alegoria mítica da textualidade bíblica, povos que traziam o mesmo desafio ao modelo de “Estado divino de Maat”. Ao responder ao personagem Jó na novela bíblica (Sousa, 2020), a partir do capítulo 38, a analogia em forma de narrativa mítica parece querer evidenciar a pequenez do ser humano e sua fragilidade diante da soberania do “todo Poderoso” que governa e reina sobre o universo. A narrativa parece assim, aludir uma problemática àquela contemporaneidade, em a batalha entre os modelos de humanidade parece estar em articulação com os modelos civilizatórios e seus arquétipos de poder.

Se por um lado, a civilização em nossa contemporaneidade representa uma adaptação da noção de Maat ao Estado Social Democrático de Direito, por outro, demonstra uma distorção Platônica do que seria a República em uma outra racionalidade ético-civilizatória. Seria preciso, também, considerar a ruptura definitiva *com reducionismos de ordem econômica e de classe, na análise do pensamento*

social e redefinir o materialismo filosófico, a partir da racionalidade ético-civilizatória.

Humanidade que com o Barbarismo civilizatório euroasiático (Civilization ou Barbarism, Diop, 1991) direcionou o modelo de desenvolvimento de uma parte da raça humana. Enquanto no Estado Faraônico já havia um tipo de Contrato Social Tácito com a deusa Maat, cerca de 2000 anos a.C. (CAMARA, 2011, p.54-59), sendo que o contrato social vem surgir na Europa 1700 d.C. Em contraponto à barbárie estrangeira de povos invasores e a promessa de libertação do opressor e conquistador, dominador escravagista, o discurso profético no livro de Isaías; 2 e 3 sobre o fim dos que vivem da guerra e talvez um oráculo para o novo Estado e uma nova racionalidade. “Deus será o juiz das nações, decidirá questões entre muitos povos. Eles transformarão as suas espadas em arados e as suas lanças, em foices. Nunca mais as nações farão guerra, nem se prepararão para batalhas” (Isaias 2:4).

Na literatura bíblica, a história das alianças de Deus com a humanidade e as alianças dos homens entre si, nos remete novamente à noção da deusa Maat e seu pacto de governabilidade com o Faraó. Base para a noção dos princípios filosóficos do Estado a noção de aliança, segundo o Novo Dicionário da Bíblia, pode ser entendida como pacto, afinidade e confederação. Presente em toda a textualidade bíblica e em especial no Primeiro Testamento, e para o Segundo Testamento é representada nas relações entre o governo e seus súditos, entre o Deus dos hebreus e seu povo. Os estatutos e mandamentos darão essa indicação de fidelidade (verdade).

Considerando Camara (2011), nos mitos cosmogônicos egípcios, Maat foi gerada no primeiro movimento da criação cósmica, juntamente com seu irmão gêmeo *Shu*, o sopro vital, e só após o nascimento de ambos, uma dualidade que produz o equilíbrio entre o mundo dos deuses e dos homens pode então ser criado. Maat/*Shu* (equilíbrio, neste caso princípios masculino e feminino) era a condição de existência necessária para que o processo de criação do cosmo pudesse ter continuidade e movimento constante harmonioso. Entretanto Maat

também era representada com esposa de Thot⁴⁶(sabedoria), as atribuições a ela associadas eram fundamentais no esteio para estruturação política e social da eticidade e etnicidade. Logo, a função do temporal do faraó (governante), e por extensão da sociedade como um todo, era viabilizar a reprodução e a manutenção de uma ordem perfeita em todas as dimensões. A noção de Maat/Shu lança as bases que legitimaram o pacto de governabilidade do representante da deusa com o seu povo, isto é, da instituição, do Estado faraônico, que fornece o exemplo e as diretrizes ao comportamento da sociedade e de seus membros.

Os princípios e noções que eram associados didaticamente na literatura alegórica egípcia constituem a “medida ética” que orientou a conduta, a responsabilidade e a consciência nos âmbitos individual e coletivo. Os arquétipos serviam pedagogicamente para viabilizar a reprodução e a manutenção de uma ordem perfeita existente *a priori*, que nos lembra da narrativa mítica o Éden. A sabedoria (Thot) que anda junto com a verdade e o equilíbrio (Maat) ao serem, de alguma forma, representados no “Jardim do Éden” parece trazer o sentido da queda e quebra de contrato.

Quando olhamos para a teoria contratualista e a ideia de contrato social, na formação do Estado moderno/colonial, a ideia de Hobbes é que é o Estado, via contrato social, que garantiria a civilização moderna, deste modo, a civilização moderna estaria associada a um novo pacto, entre os colonizadores e suas sociedades. Uma aliança que, como na textualidade bíblica, deveria garantir a paz e a segurança.

Considerando Camara (2011) ao tecer essa analogia com a deusa, esses princípios que conferem coerência ao funcionamento da sociedade e do Estado, instaura a noção do princípio da vida e da ordenação (*Tefnut/Maat*). O mecanismo de funcionamento da sociedade egípcia calcava-se, portanto, na reprodução diária, do ato da criação

46 Representado como escriba este em textos como a Instrução de Amenemope são instruídos a seguir os preceitos de Maat em sua vida privada, bem como em seu trabalho. As exortações, que eram para todos, seguindo o governante, era para viver de acordo com Maat. Essas orientações eram tantas que esses tipos de textos têm sido descritos como “Literatura de Maat”.

cósmica, onde o “todo” se fragmenta, e cuja organicidade é mantida graças à *Maat* (*justiça, equilíbrio, retidão, harmonia*). A manutenção desse princípio de equilíbrio social e de conduta ética de vida em plena aliança com seu Deus é grande parte da textualidade bíblica. A literatura mítica então delega à ideia de governo e à entidade que governa o individual e coletivo a representação da divindade. Através do seu governante (representante das divindades), aos sacerdotes (responsáveis pela reprodução diária de energia cósmica vivificadora, através da ritualidade cultural) e a cada indivíduo comum, deveria caber submeter suas vidas ética diárias à retidão nascida do primeiro ato da criação e que representa a integridade, isto é, todos os atributos da unidade.

Confrontando com a racionalidade ético-civilizatória dominante do Estado, o Estado Egípcio Faraônico e sua sobrevivência filosófica na literatura bíblica instauram o que veio se estendendo até a vida do Cristo nas narrativas míticas, como o “projeto do Reino de Deus”. Podemos concluir então que a base para alçarmos o equilíbrio, através do Estado, é a mudança de sua compreensão sobre o ponto de equilíbrio, que não deve ser entre receitas e despesas, mas entre vida e morte, justiça e desigualdade social, excesso e falta, ordem e desordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre excesso e falta parece caracterizar os dois problemas diretamente relacionados com a deusa Maat/Isfet e a literatura bíblica sobre o pecado. Palavras na textualidade indicam a representação de uma linguagem didático pedagógica que sintetiza o sentido que a justiça e o equilíbrio parecem representar, em contraposição à falta de controle na satisfação de instintos e paixões.

A preocupação com os prejuízos com o isolamento deve nos ajudar a pensar sobre a relação de (des)equilíbrio entre excesso e falta dentro de uma racionalidade ético-civilizatória e seus enclaves civilizatórios. A análise da crise humanitária tem sua base na reprodução étnico-racial de poder (SOUSA, 2017) que sustenta uma racionalidade ético-civilizatória. Considerando o professor Nilo Rosa, essa racionalidade

dade é dirigida à manutenção de uma “Elite Cultural” que impede o desenvolvimento de nossa nação. Assim, a racionalidade ético-civilizatória dominante parece manter, através do racismo, uma desigualdade estrutural na produção e distribuição da riqueza, motivo da crise.

Considerando Rosa, o modelo civilizatório dominante é uma “*instituição cultural*” de base racial, e esta base é que corresponde à relação que as elites culturais têm com o Estado, garantindo a acumulação e a transferência de riquezas e a insensibilidade para com as vidas negras. O capitalismo excludente e a afirmação da população negra da contabilidade pública nacional, evidencia a “nação passiva” (Milton Santos). Assim, a crise sanitária nos chama para uma razão, um sistema ético, que é também condicionado pelo conflito entre a população ativa e a população ativa.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MIGNOLO, Walter, D. **Histórias Locais / Projetos Globais, Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

MUDIMBE, Y. **The invention of África: Gnosés, Philosophy and Order of Knowlwdge**. 1989.

SANTOS. Nilo Rosa. **Elite e Dominação Política**. Salvador: Edcraes, 2008.

SOUZA, Florentina Silva. **Afro-Descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Faculdade de Letras da UFMG, Tese doutorado 2000.

SOUSA, Romilson da Silva. O ponto de vista étnico-racial na produção do conhecimento: aspectos epistemológicos das relações étnico raciais. In: ONERLLAS, Maria de Lurdes Soares; SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. **Entres-linhas: educação, psicanálise e subjetividade**, Salvador: EDUFBA, 2013. p. 163-181.

----- **Trajatória Educacional e ambiência Acadêmica Afirmativa no Acesso de Estudantes Negros Superselecionados a Pós-graduação**. Dissertação de Mestrado - PPGEduc/UNEB - 2007

----- **Cientificidade, subjetividade e produção do conhecimento: a mirada étnico-racial de um pesquisador negro**. In: ONERLLAS, Maria de Lurdes Soares. **Psicanálise e educação: (im) passe subjetivos contemporâneos II**, Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013. P. 123-142.

----- **Produção de Conhecimento na Pós-graduação** - Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia - Tese de Dourado PPGEduC/UNEB - 2103

----- **Relações Étnico-raciais na Bíblia: Elementos para uma outra racionalidade ético-civilizatória** - capítulo do Livro - *Conhecereis a Verdade e a Verdade Vos Libertará* (ancestralidade, religiosidades, educação e identidades). Editora CRV, 2020

HOTAMISLIGIL, G. S.; BREAKFIELD, X.O. **O gene humano da monoamina oxidase A determina os níveis de atividade enzimática.** *American Journal of Human Genetics.* **49**(2): 383-92 (agosto de 1991).

"Entrez Gene: MAOA monoamina oxidase A". In: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/gene?Db=gene&Cmd=ShowDetailView&TermToSearch=4128>.

8. ADVERSIDADE, RESIGNAÇÃO E ESPIRITUALIDADE: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES EM TEMPOS DE COVID-19

João Batista Vicente do Nascimento

Resumo

O presente trabalho versa sobre a prática da espiritualidade em tempos de enfrentamento de adversidades. Tomando como base o componente multidisciplinar presente nas Ciências das Religiões, traz de forma resumida o campo de atuação de algumas dessas ciências, objetivando clarificar aos leitores as diversas possibilidades de se debater e investigar o fenômeno religioso de um modo em geral. Apresenta a distinção básica entre religião e religiosidade e de que maneira a religiosidade se aproxima da espiritualidade. Respalda em breves conceitos de espiritualidade e nos envoltórios vinculados à composição do ser, toma como ponto de partida a espiritualidade praticada pelos indivíduos. Utiliza algumas situações vivenciadas por sujeitos da região do sertão no enfrentamento da escassez de chuvas e como esses enfrentamentos podem se relacionar com o atual cenário de pandemia provocado pelo coronavírus (Covid-19). Utilizou-se uma metodologia qualitativa descritiva com uso de fontes bibliográficas e algumas analogias com teor de subjetividades por se tratar de situações categorizadas dentro do tempo presente ou mesmo do tempo imediato. Os resultados apontam para além da racionalidade que se espera em termos de resoluções práticas, o uso da espiritualidade como mecanismo de resignação em tempos adversos.

Palavras-chave: Adversidade. Sertão. Resignação e Espiritualidade. Ciências das Religiões. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O período era o segundo semestre do ano de 2012 na cidade de Caetitê, localizada no Alto Sertão do Estado da Bahia, onde após um longo período de estiagem, finalmente a chuva chegou. Do primeiro andar onde estávamos hospedados, eu e o meu colega de trabalho à época, professor Eduardo Leite, assistimos pelas janelas uma cena

aparentemente simples, mas que em muito nos chamou à atenção. Um senhor saiu à porta do seu estabelecimento comercial, e, imediatamente, pôs-se a lavar as mãos, os braços e o rosto com a água da chuva, ao que Eduardo se pronunciou: “se esse senhor não estivesse trabalhando agora, com certeza ele iria tomar um banho de chuva”.

Cerca de dois anos depois, ministrando aulas de Antropologia no Curso de Enfermagem do campus XII (Guanambi-Ba) – Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, presenciei uma outra cena inusitada. A sala de aula era no primeiro andar, quando de repente uma aluna exclamou: olha a chuva! De repente, como que num coro que obedece ao comando do maestro, toda a turma se levantou dirigindo-se até a janela, e em seguida passaram a contemplar a chuva que estava a cair naquele momento. Nessa época, a cidade de Guanambi também passava por um longo período de estiagem.

Nesse mesmo período, descobri a existência da Romaria da Terra e das Águas na cidade de Bom Jesus da Lapa, também no Estado da Bahia. A propósito, essa Romaria costuma acontecer no mês de julho com duração de três dias, sendo que a última aconteceu de 06 a 08 de julho de 2019, sob o tema “Terra, Água e Justiça: Direitos Sagrados”. Essa Romaria costuma ser organizada pela Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia, Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Irecê, Barra, Caetité, Arquidiocese de Vitória da Conquista, Santuário Bom Jesus, organizações e movimentos populares. Além de representantes religiosos, a Romaria reúne trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, movimentos sociais, bem como comerciantes envolvidos nas atividades comerciais do turismo religioso. Na cidade tem uma Gruta que serve como Igreja, onde está localizado o Santuário do Bom Jesus da Lapa, e que já foi considerada uma das maravilhas do Brasil. Todos os anos acontece a Romaria de Bom Jesus da Lapa, tida como a terceira maior do Brasil e costuma reunir fiéis de várias partes do Estado e do País.

As cidades de Caetité, Guanambi e Bom Jesus da Lapa são relativamente próximas uma da outra. Tomando Caetité⁴⁷ como referência,

47 Segundo informações obtidas através do Google Maps.

esta dista de Guanambi cerca de 39 Km, e de Bom Jesus da Lapa, por volta de 142 Km. Os territórios de identidade de Caetité e Guanambi, encontram-se inseridos no Sertão Produtivo, sendo que Bom Jesus da Lapa está no território do Velho Chico. Vale ressaltar que a cidade é contemplada pelo Rio São Francisco, que passa na mesma.

Essas narrativas representam, como o sertanejo, normalmente afeito a enfrentar as adversidades provocadas pela escassez de chuvas, lida com essa dádiva que muitos podem classificar como sendo da natureza, dos deuses, ou como preferem os adeptos dos cristianismos, uma bênção de Deus. O fato é que, o exercício da espiritualidade é um ingrediente quase que permanente junto ao homem do sertão, que pratica resignadamente a sua fé e sua esperança de que as coisas podem melhorar. Não será demais dizer, todavia, que essa mesma resignação e o exercício da espiritualidade podem ser adotados em tempos de adversidades provocadas pelo coronavírus (Covid-19).

Portanto, para o desenvolvimento desse estudo, optamos por uma metodologia qualitativa utilizando o campo e o olhar das Ciências das Religiões, particularmente, na perspectiva da espiritualidade e religiosidade em momentos de adversidades, com ênfase no atual cenário pandêmico que o mundo atravessa. Para tanto, as fontes são de ordem bibliográficas, intercalando com o atual momento cuja categoria de análise histórica podemos classificar como tempo presente ou tempo imediato.

Localizando as Ciências das Religiões

Classificada como Ciências da Religião e Teologia, no momento, a área 44 é considerada a mais nova da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Surgiu com a Portaria CAPES nº 174/2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 13 de outubro de 2016, redesignada pela Resolução nº 01, de 04 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço/CAPES – Edição Especial nº 1 – abril 2017⁴⁸. O documento, ao tratar sobre o estado da

48 Com 47 anos de existência, os Programas de Pós-graduação (PPG) da atual área Ciências da Religião e Teologia compunham, até outubro de 2016, a extinta

arte da Área (que tem como coordenador o professor Flávio Senra), afirma que a mesma desenvolve investigações que se orientam por abordagem de perfil multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar e abrange cursos de Mestrado e Doutorado nas modalidades acadêmica e profissional em Ciências da Religião e Teologia.

Como se vê, trata-se de uma área de perfil inter-trans-multidisciplinar, motivo pelo qual vamos destacar como algumas delas se comportam. Embora a área se refira ao termo Religião no singular, optamos pela pluralidade por compreender que essa é sua melhor adequação. Aliás, essa discussão ainda faz parte do estatuto epistemológico do campo religioso enquanto ciência e ainda não é consensual. Por hora, elegemos a História das Religiões, Filosofia das Religiões, a Fenomenologia das Religiões, a Sociologia e Antropologia das Religiões e a Psicologia das Religiões, a serem abordadas não necessariamente nessa mesma ordem.

No tocante à Sociologia das Religiões, tomamos como referência inicial, os dizeres de Giovanni Filoramo e Carlo Prandi (1999), quando afirmam que a Sociologia da Religião não coloca a religião no centro dos seus interesses; fixa a atenção no fato religioso entendido como “produto social” ou como fruto de uma criação coletiva. Muito provavelmente, os autores foram influenciados pelas ideias de solidariedade orgânica e pela concepção de consciência coletiva no pensamento de Émile Durkheim, afinal, este afirma que a religião deve ser tratada como “coisa”. Em outras palavras, deve ser estudada como um fato social, sujeito às transformações ocorridas dentro dos processos sociais. Assim sendo, tomam como ponto de partida a influência da Sociologia Clássica, que nasce na França, e as repercussões de alguns dos seus principais pensadores tais como Saint-Simon, Augusto Comte, Émile Durkheim e Marcel Mauss. Na área alemã, o principal deles foi Max Weber, acrescido dos trabalhos de Ernst Troeltsch⁴⁹.

área Filosofia/Teologia: subcomissão Teologia. A portaria acima mencionada criou as áreas de Filosofia e de Teologia, sendo esta renomeada, posteriormente, como Ciências da Religião e Teologia. (Extraído do documento da área: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_religiao_tologia.pdf. (Acesso em 08/01/2020).

49 Devido ao caráter estrutural desse trabalho, não foi possível uma maior explanação acerca do pensamento religioso de todos os autores citados. Ver mais em

A autora Maria José Rosado Nunes afirma que a Sociologia se propõe a entender as práticas sociais e considera a religião enquanto um dos componentes dessas práticas. Busca compreender os ritos e crenças e seus efeitos sobre como a sociedade se organiza, ou seja, quer saber mais sobre como as comunidades praticam as religiões. Não se pergunta pela verdade da fé, mas em que medida se adota determinadas crenças religiosas. Destarte, complementa que:

Em outras palavras, o objeto da sociologia são as crenças e práticas religiosas tomadas enquanto fatos sociais explicáveis por outros fatos sociais e determinados – ou, pelo menos, por eles condicionados. Assim, o discurso religioso, produzido seja pelos/as mesmos/as crentes, seja pela instituição reguladora das crenças, é tomado pela sociologia como objeto de análise e não como explicação das crenças. A auto-explicação da fé dada pelos crentes, sejam fieis, sejam funcionários, deve ser submetida ao rigor da análise para que se possa explicar, do ponto de vista sociológico, essa adesão religiosa (NUNES, 2007, p. 104).

Doravante, voltada para os sujeitos (homens e mulheres), em suas respectivas práticas religiosas, as Ciências das Religiões devem atentar-se para a recomendação de Joachim Wach, quando afirma que o estudo das implicações sociológicas da religião exige uma abordagem imparcial e objetiva, com os fatos estudados sem preconceitos. “Qualquer tentativa de limitar o alcance do nosso estudo a uma só religião – a nossa própria ou uma que nos é familiar – está fadada a conduzir a conclusões insuficientes ou deturpadas” (WACH, 1990, p. 20).

Do ponto de vista filosófico – e nesse caso, tomando como ponto de partida a filosofia ocidental – as expressões mitológicas estão recheadas de simbolismos religiosos. Por isso, nunca é demais lembrar que as narrativas em torno dos deuses estão repletas de elementos

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As escolas sociológicas clássicas; As escolas sociológicas contemporâneas. In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 91-156.

relacionados à natureza. Quando se fala em deus do sol, da lua, do trovão, do fogo ou deus da chuva, será perceptível que tratam-se de situações que fogiam ao controle do ser humano em seus primórdios. Ou seja, diante desses fenômenos que não tinham como ser controlados, este começa a imaginar acerca do sobrenatural, transcendente, da divindade, conseqüentemente passa a se relacionar com o que chama de sagrado.

Não obstante esse contato inicial através do mito, é importante que se aborde sobre questões de ordem conceitual. Paine (2013) afirma que a Filosofia, para preservar sua identidade diante de um exército de novas ciências naturais e sociais, continua reivindicando uma espécie de universalidade e de fundamentação, mas de formas bem diversas. Embora isso aconteça ou até mesmo que a Filosofia possa não ter o devido reconhecimento enquanto “mãe” do conhecimento, para as ciências humanas ela é imprescindível. Scott Randall Paine afirma que as questões estudadas pela Filosofia da Religião estruturam-se em quatro eixos:

- (1) A discussão da existência e natureza de Deus ou de algo imaterialmente transcendente (metafísica e questões ontológicas e lógicas ligadas);
- (2) As justificativas da crença, a experiência religiosa, a mística e os milagres (epistemologia, Antropologia filosófica, Ciências Cognitivas);
- (3) O problema do mal e do livre-arbítrio (teodiceia, ética);
- (4) As estruturas religiosas cognitivas, morais e rituais, ou o credo, o código e o culto (Fenomenologia e Filosofia comparada das religiões) (PAINE, 2013, p. 102).

O caráter reflexivo e especulativo do conhecimento filosófico repercute como este encontra-se intrinsecamente relacionado com o estudo da religião. Scott Paine afirma ainda que antes mesmo da Filosofia da Religião propriamente dita, já havia uma relação histórica entre Filosofia e religião, assim classificada “(1) Filosofia é religião,

ou vice-versa (identidade); (2) Filosofia e religião (paralelismo); e (3) Filosofia na religião (Teologia e metafísicas religiosas)” (PAINE, 2013, p. 103).

No tocante à Fenomenologia das Religiões, esta possui relação com a Filosofia por conta da sua aproximação e derivação. Os fenômenos, os eventos, os fatos religiosos que se manifestam no cotidiano das pessoas, nas comunidades religiosas, fazem parte do objeto de análise da Fenomenologia. Juan Martín Velasco assevera, embora o termo tenha procedência da Filosofia e que seja utilizado com diferentes significados, aplicado ao estudo da religião, trata-se em geral, de um método de interpretação do fato religioso que se distingue por sua reivindicação à totalidade - *“estudia el hecho religioso en todos sus aspectos – y por tomar como punto de partida para esa interpretación todas las posibles manifestaciones del mismo a lo largo de la historia”* (VELASCO, 2006, p. 45).

Um outro campo não menos importante para o estudo religioso é o da Psicologia da Religião. Não por acaso, os profissionais da Psicologia e da Psiquiatria costumam ser bastante requisitados em tempos como este em que o mundo se encontra sob a égide do coronavírus (Covid-19). Outrossim:

A Psicologia da Religião é o estudo do comportamento religioso pela aplicação dos métodos e teorias dessa ciência e este fenômeno, quer pelo aspecto social, quer pelo aspecto individual. Nesse sentido, seu objeto de estudo não se refere à prova da existência ou inexistência de um ser ou de seres supramundanos nos quais se crê, nem se trata da defesa ou crítica de alguma religião ou expressão religiosa específica; antes, é o estudo científico, descritivo e objetivo, do fenômeno religioso no que se refere ao comportamento humano – por excelência, o objeto e trabalho da Psicologia (RODRIGUES; GOMES, 2013, p. 333).

Bem entendido, a partir das distintas abordagens da Psicologia, esta observa o comportamento religioso tentando compreender e descrever o *homo religiosus*. Interessante que, ao estudar o comporta-

mento humano em seus aspectos religiosos, a Psicologia não se presta ao papel de julgar as religiões em si. A emissão de juízo de valor não cabe nesse contexto. Curiosamente, tem sido cada vez maior o número de teólogos se dedicando aos estudos acadêmicos da Psicologia. É possível – e contamos ter tido sucesso nisto - que a atividade do teólogo padre ou pastor, no exercício do pastoreio que já conta com uma ideia de cuidado, aconselhamento e condução, tenha levado esses sacerdotes para o campo da Psicologia como meio de subsidiar melhor suas respectivas comunidades religiosas.

Partindo para a História das Religiões, pode-se afirmar, peremptoriamente, que esta anda muito próxima das Ciências das Religiões. Como a História tem por objeto de estudo o homem no tempo, e que, portanto, a sua abrangência é ampla e irrestrita, encontrará no *homo religiosus*, nas mais distintas épocas e lugares os mais variados, objetos para foco de análise. Seja nos sujeitos, seja nas instituições religiosas ao longo do tempo, o terreno é fértil para que o historiador possa extrair das fontes as suas mais distintas informações. Corroborar para essa compreensão as proposições de Klaus Hock, quando afirma que:

A Ciência da Religião Histórica visa descrever os desenvolvimentos históricos de distintas religiões e, assim, os desenvolvimentos históricos dentro delas. Portanto, história da religião é primeiramente “trabalhar algo particular”, e toda a diversidade das religiões pode se tornar objeto de interesse: doutrina e prática de fé, costumes e forma de organização, formação de tradições dentro da religião, assim como sua relação com outras religiões. Nesse trabalho, a História da Religião, se serve de habituais métodos histórico-críticos e procura apoio de ciências afins, como Psicologia, Sociologia, Etnologia, etc. Sob aspectos formais, a História da Religião pode ainda ser subdividida em História da Religião Geral, Particular e Específica (...) (HOCK, 2010, p; 31-32).

Fechando esse quadro cujo propósito foi demonstrar de forma mais objetiva os respectivos campos de atuação, apresentamos a

Antropologia das Religiões. Sabendo que a Antropologia possui dois importantes campos de investigação como a Antropologia Física e a Antropologia Cultural, vamos encontrar no segundo caso o suporte necessário para o estudo do *anthropos* em seu comportamento religioso, principalmente as representações simbólicas, os mitos e os ritos. Um bom entendimento acerca da dimensão da Antropologia da Religião vem da explicação curiosa e inteligente apresentada pelo professor Marcelo Camurça, quando nas aulas em programas de Pós-Graduação, costuma prevenir seus alunos assim:

(...) Nesta disciplina a “religião” funciona menos como uma realidade prévia sobre a qual a teoria antropológica busca estabelecer um conhecimento, e mais como um “campo”, construído artificialmente para abrigar de forma plural diversos autores e teorias que trataram de sistemas simbólicos, representações míticas e práticas rituais, por meio dos quais o enigmático contido na lógica do “outro” passa a ganhar inteligibilidade (CAMURÇA, 2008, p. 71).

Tendo isso em mente, é importante que se diga que o caráter multidisciplinar que envolve as Ciências das Religiões não se limita apenas às áreas ora relacionadas. Nesse sentido, pode-se perceber também uma aproximação dessas e outras diversas áreas no atual contexto de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus. Sendo assim, doravante deslocamos nossa reflexão para algumas questões históricas vinculadas aos contextos pandêmicos.

Um olhar histórico em tempos de pandemia

Esse artigo foi escrito entre o final de maio e início de junho de 2020. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS, através do seu diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou que estamos vivendo uma pandemia do novo coronavírus. De maneira mais simples, uma pandemia é definida quando uma doença infecciosa atinge um patamar em que afeta um grande número de pes-

soas espalhadas pelo mundo. E é exatamente o que tem acontecido desde então. A OMS passou a recomendar o isolamento social, fato que no Brasil também temos chamado de quarentena. Desde meados de março, estados e municípios decretaram o fechamento de vários estabelecimentos comerciais, permitindo apenas os chamados serviços essenciais. A variada cobertura jornalística nos dá conta de que o número de óbitos e de pessoas infectadas não para de crescer. As informações dão conta de que o primeiro caso oficial de Covid-19 foi de um paciente hospitalizado no dia 12 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China.

O professor do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, Athur Gruber, afirma que os vírus da família *Coronaviridae* causam uma variedade de doenças no homem e nos animais, especialmente no trato respiratório. O professor informa que o causador da atual pandemia de Covid-19 é o Sars-CoV-2:

Sete espécies podem infectar humanos, sendo que três podem produzir doenças graves, o Sars-CoV-2, o Sars-CoV, agente da pandemia de Sars (síndrome respiratória aguda grave) de 2002-2003 e o Mers-CoV, causador da Mers (síndrome respiratória do Oriente Médio). Os coronavírus HKU1, NL63, OC43 e 229E estão associados a doenças com sintomatologia leve (GRUBER, 2020, p. 01).

Desde a Segunda Guerra Mundial, a sociedade contemporânea não contemplou outro evento que tenha tomado proporção tão gigantesca a ponto de “parar” o mundo como neste momento. Todavia, esse evento não é único na História da humanidade. Vamos revisitar o passado, portanto, para entender como em outras épocas adversidades dessa natureza ficaram marcadas na História. Começando pela afirmação de Alexandre Santos de Moraes:

O coronavírus é mais um capítulo de uma longa história de epidemias. Recorde-se, como exemplo, a peste Antonina (165-180), a praga de Justiniano (541-544), a Peste Negra (1347-1351) e, mais recentemente, a Gripe Espanhola (1918). Em

momentos de crise, como é costume, fatos do passado são redivivos e funcionam como poderoso convite para refletir sobre antigas respostas dadas a problemas que nos afetam no presente da vida social (MORAES, 2020, p. 16).

Dos eventos mencionados, gostaria de destacar a Peste Negra e a Gripe Espanhola. A Peste Negra, também conhecida como Peste Bubônica, atingiu o continente europeu no século XIV quando milhões de pessoas perderam suas vidas por conta da contaminação. A contaminação se deu a partir de uma bactéria encontrada nas pulgas que ficavam em ratos contaminados, quando em contato com os humanos se espalhava rapidamente pela via respiratória e pelas secreções do corpo. Alguns estudiosos acreditam que o surgimento aconteceu na Ásia Central, mais especificamente, na China, provocando milhões de mortes também nessa região e em outras como Mesopotâmia, Mongólia, Síria e Egito.

A Gripe Espanhola aconteceu entre 1918 e 1919, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial e foi provocada pelo surto do vírus influenza, provocando a morte de cerca de cinquenta milhões de pessoas. O nome parece sugerir que trata-se de uma doença que surgiu na Espanha, porém, não se sabe exatamente onde começou, embora existam versões sobre o seu surgimento em bases militares nos Estados Unidos. Como nos países que estavam diretamente envolvidos na guerra havia uma censura nos órgãos de imprensa em relação a divulgação da doença (pra evitar atingir o moral das tropas), na Espanha, país que não participou da guerra, a divulgação era livre. E foi por conta da forte divulgação do problema pela imprensa que a mesma ficou conhecida como Gripe Espanhola.

Há questões que convém destacar, como, a Gripe Espanhola chegou ao Brasil e provocou elevado número de óbitos, o fato da existência de outros surtos de doenças que atingiram tanto o Brasil como outras partes do mundo. Porém, para o fechamento desse tópico, encerro com a afirmação de que “a pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19) certamente provocará novas concepções de economia, de força de trabalho, de riqueza, de sociabilidade, de higiene, de solidariedade” (MENEZES, 2020, p. 57).

“Na caatinga a terra é boa, ruim é o céu” - como fica a espiritualidade?

A expressão entre aspas é de sabor popular e bastante conhecida junto ao homem do campo no sertão. Caatinga vem da língua indígena tupi e significa mata branca, sendo um bioma exclusivamente brasileiro, localizado na Região Nordeste do Brasil e norte de Minas Gerais (Região Sudeste). Muito associada à região do sertão, os locais onde essa vegetação se encontra, são normalmente marcados pela seca e pela falta de chuvas. Quando na expressão supracitada se diz que ruim é o céu, a referência é exatamente pela escassez de chuvas. Dito de outra forma, a terra é boa, o que limita a sua produção é a falta de chuvas. Este “céu ruim” é a principal adversidade enfrentada pelo homem do campo que vive no sertão.

Mas, o que isso tem a ver com a espiritualidade? Como essa situação pode ser associada ao problema do coronavírus? Isso nos remete à narrativa do corpo introdutório desse artigo. Tendo vivido minha infância na região sul da Bahia e desde a adolescência morando em uma região no território de identidade do Sudoeste Baiano, e que, alguns historiadores chamam de Sertão da Ressaca, embora algumas vezes convivendo com a falta de chuvas, nunca foi na mesma proporção que a normalmente vivida pelos moradores do sertão. Foi quando os fatos narrados me fizeram entender com mais clareza o quão é demasiadamente importante a chuva para o sertanejo. Quando chove no sertão, tudo se alegra, a terra vermelha, seca, rachada ou batida se transforma, os passarinhos cantam, as plantas logo aparecem. O verde do sertão é muito mais encorpado, o verde do sertão é vibrante.

Desde então, passei a compreender melhor a forma resignada com que o sertanejo enfrenta seus problemas, e de maneira particular, passei a investigar nas religiões de cristandade como a espiritualidade, a esperança, o uso da fé, o apelo ao sagrado, a religião e a religiosidade são utilizados como forma de enfrentamento das adversidades. Nesse sentido, o povo do sertão em muito tem a nos ensinar em tempos de enfrentamento da pandemia. Devo, todavia, admitir que esse não é um

comportamento fortuito, tão pouco exclusivo do homem do sertão. Eis porque, as Ciências das Religiões têm proporcionado à comunidade acadêmica e ao público em geral, um relativamente novo, porém, variado material que tem permitido a pesquisa, o debate e as reflexões voltadas para o campo religioso. Dito isto, é importante então compreender qual a diferença entre Religião e Religiosidade. Recorremos a uma das pioneiras dos estudos sobre o protestantismo na Bahia, a professora Elizete da Silva:

Entendemos a religião e a religiosidade como formas de expressão do sagrado, as quais mantêm estreitos vínculos com os demais elementos constitutivos de um sistema cultural e têm se manifestado com variadas nuances e matizes ao longo da História. Nessa perspectiva, destacamos dois conceitos muito discutidos: religião e religiosidade. E qual a diferença básica? A religião é a instituição. É o corpo sacerdotal, a hierarquia, a teologia, as doutrinas. E o que é a religiosidade? São as vivências, os sentimentos, as práticas, as emoções que permeiam o cotidiano do fiel (SILVA, 2010, p. 105).

Então, com base nesse conceito, nosso olhar de momento é para os sujeitos e sua religiosidade. Com efeito, a religiosidade vinculada aos elementos em questão se manifesta no catolicismo popular, nas missas, procissões, romarias, em ritos protestantes como marcha para Jesus, campanhas de oração, etc. Quando o religioso se volta para o céu e expressa a sua prece pela chuva ou pelo fim da pandemia, ele demonstra sua expectativa pela manifestação do sagrado. Destarte, Mircea Eliade vai chamar de hierofania aquilo que classifica como manifestação do sagrado:

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo hierofania. Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se

nos revela. Poder-se-ia dizer que a história das religiões – desde as mais primitivas às mais elaboradas – é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, urna pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo “natural”, “profano” (ELIADE, 1992, p. 13).

A expectativa da chuva manifesta através de um ato de fé é uma experiência hierofônica. Dessa forma, identificamos aí aproximações entre a religiosidade e a espiritualidade. Se na espiritualidade, essa pode não ser necessariamente apenas pela prática religiosa, ambas se assemelham no tocante ao fato de que são situações que partem das atitudes dos indivíduos. “A espiritualidade consiste numa relação pessoal, individual com o sagrado em si ou fora de si, imanente ou transcendente, enquanto na religião a ligação ao sagrado realiza-se por práticas institucionalizadas” (COUTINHO, 2012, p. 182). Para o teólogo Carlos Queiroz (2013), espiritualidade pode ser entendida como uma experiência humana no campo da fé. Uma conhecida definição bíblica para fé, vem do texto que diz: “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem” (Hebreus 11:1)⁵⁰. A fé é uma experiência pessoal. Portanto, qualquer julgamento ao comportamento alheio não deixa de ser perigoso. Na perspectiva das Ciências das Religiões, há que se recomendar alguma racionalidade nisso, pra que essa fé não seja “cega”, e pra que esses sujeitos portadores da fé não sejam presas fáceis dos inúmeros enganadores por aí, ou porque não dizer, mercadores da fé.

50 Bíblia de Estudo SCOTFIELD. Texto bíblico Almeida, corrigida, Fiel (ACF). São Paulo: Holy Bible, 2011, p. 1133.

Ferdinand Röhr⁵¹ discutindo sobre Espiritualidade e Educação, afirma que com certa frequência, assistimos pessoas se declarando espiritualistas, com algo em comum nessas pessoas, “a rejeição do materialismo, seja ele político, econômico, filosófico ou ateu em geral; a crença numa força superior ao homem, que confere sentido à vida; e, no mínimo, um distanciamento em relação às religiões formais e tradicionais” (RÖHR, 2012, p.13).

No campo da espiritualidade, o autor afirma que deve-se considerar a integralidade do ser humano. Ele classifica como “As cinco dimensões básicas do ser humano”⁵²: dimensão física (corporalidade físico-biológica); dimensão sensorial (sensações físicas percebidas através dos nossos cinco sentidos); dimensão emocional (vida da nossa psique, estados emocionais – medo, insegurança, euforia, apatia, tristeza, melancolia, impaciência, indecisão, pessimismo, etc.); dimensão mental (racionalidade no sentido restrito, pensamento reflexivo, recordação, memória, imaginação, fantasia, compreensão, criação de ideias, intuição); dimensão espiritual (parte da experiência de que as outras dimensões não esgotam o ser humano – realidade que só existe para mim na medida em que me comprometo com ela – abrange todos os valores éticos e conhecimentos filosóficos que só podem ser confirmados via intuição).

Também não menos importante, é o trabalho de Fabricio Possebon⁵³, que aborda sobre Espiritualidade e saúde na perspectiva da experiência grega arcaica. Possebon (2016) se utiliza do vocabulário grego arcaico apoiado em passagens de textos épicos para construir um modelo de constituição do ser, assim classificado:

51 Utilizei as citações desse autor no artigo de minha autoria “Educação e saúde: mudanças e possibilidades através da medicina alternativa, espiritualidade e emoções”, publicado nos Anais do V CONEDU - V. 1, 2018, ISSN 2358-8829.

52 Adaptado do quadro “As cinco dimensões básicas do ser humano” (RÖHR, 2012, p.16).

53 Utilizado em “Educação e saúde: mudanças e possibilidades através da medicina alternativa, espiritualidade e emoções”, publicado nos Anais do V CONEDU - V. 1, 2018.

Dimensão	Envoltório
dimensão anímica	psykhé, anima, alma
dimensão intelectual ou mental	noûs, intelligentia, inteligência e/ou ménos, mens, mente
dimensão emocional	thymós, animus, ânimo
dimensão pneumática ou vital	pneûma, spiritus, sopro
dimensão somática ou corporal	sôma, corpus, corpo

Quadro 01: A constituição do ser

Fonte: (POSSEBON, 2016, p. 119)

Os elementos apresentados por Possebon (2016) reforçam a importância da espiritualidade para os seres humanos. Não obstante a relevância das formas de conhecimento oriundas dos povos não ocidentais, a matriz grega sobre a constituição do ser, continua com o seu poder de ação. Da cosmogonia à cosmologia, do *arqué* à ontologia, da verdade ao relativismo, do mundo das formas à metafísica, da gnosiologia à epistemologia, do material ao espiritual, os seres humanos não têm como prescindir dessa fonte.

Portanto, nos modelos apresentados por Röhr e Possebon, destaco pelo menos duas dessas dimensões: a emocional e a espiritual. Ao lidar com os símbolos, com o imaginário, ao se render ao sagrado, ao fazer da oração, o ser humano expressa suas emoções, aguça a sua espiritualidade, manifesta a sua fé e esperança, desenvolve a sua sensibilidade, o seu bem estar físico, mental e espiritual, em busca de encontrar “o perfeito equilíbrio entre os envoltórios”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo multifacetado dos seres humanos é marcado, dentre outras coisas, por crenças, descrenças, realizações, frustrações, erros, acertos e tantas outras situações dicotômicas que envolvem as dimensões de sucesso e fracasso quando se objetiva alcançar alguma coisa. Nesse cenário, obviamente, estes sujeitos não podem se furtar das intempéries e adversidades tão comuns no curso da vida. A escas-

sez de chuvas é uma dessas adversidades enfrentadas pelo homem do campo que vive no sertão.

Se no século passado, o mundo teve que lidar com adversidades, tais como, duas guerras mundiais, a gripe espanhola, a crise de 1929, os regimes políticos totalitários, a guerra fria, crises do petróleo, terrorismos, etc., o fechamento da segunda década do século XXI, muito provavelmente, será apontado no futuro como uma das maiores tribulações enfrentadas pela humanidade nesse século, provocada pela pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19).

Desde que a Organização Mundial de Saúde decretou o estado de pandemia, os países dos vários continentes se viram obrigados a tomar medidas preventivas, adotar políticas institucionais voltadas, sobretudo, para conter o avanço do vírus. As populações mundiais, salvo honrosas e raríssimas exceções, foram convocadas a se refugiarem em suas próprias casas a fim de conter o contágio que acontece principalmente pelas vias aéreas. Nunca se ouviu tanto a recomendação de lavar as mãos com água e sabão e o uso do álcool em gel como forma de prevenção. O comércio, na sua grande maioria, foi fechado, salvo os casos dos chamados serviços essenciais, e as pessoas no acesso aos locais permitidos, estão sendo orientadas a manter um distanciamento umas das outras, evitar o contato físico e o uso de máscaras faciais se tornou obrigatório na maioria dos países. Penso que este “acessório” será de uso corriqueiro num futuro próximo!

Na expectativa do surgimento de vacinas e liberação dos governos de todas as atividades atualmente suspensas, já se utiliza a expressão “novo normal”, para se referir ao mundo após a pandemia. E o que é esse “novo normal”? Qualquer tentativa de resposta será especulativa e indefinida. Decerto, a espiritualidade pode ser utilizada como mecanismo de enfrentamento do cenário que se nos apresenta. Afinal, nunca é demais um pouco de fé, esperança, amor e resignação. A impotência momentânea diante do enfrentamento pandêmico é a prova de que todo o nosso conhecimento não é suficiente para dar todas as respostas àquilo que questionamos.

REFERÊNCIAS

- CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciência das Religiões**: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Repensando a Religião).
- COUTINHO, José Pereira. **Religião e outros Conceitos**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. XXIV, 2012, p. 171-193.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As escolas sociológicas clássicas; As escolas sociológicas contemporâneas. In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.
- GRUBER, Arthur. **Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença**. São Paulo: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. (14.04.2020). Acesso em 03.06.2020.
- HOCK, Klaus. História da religião. In: **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Ed Loyola, 2010.
- MENESES, José Newton Coelho. “Águas passadas [...] movem moinhos”: água, abastecimento, higiene e processo saúde-doença na modernidade. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva.; GOODWIN JR, James William; SARAIVA, Luiz Fernando. (Orgs.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias - Reflexões da História Econômica na época da Covid-19**. São Paulo: HUCITEC, 2020.
- MORAES, Alexandre Santos de. Apolo e as marcas de sua epidemia na Ilíada. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva.; GOODWIN JR, James William; SARAIVA, Luiz Fernando. (Orgs.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias - Reflexões da História Econômica na época da Covid-19**. São Paulo: HUCITEC, 2020.
- NUNES, Maria José Rosado. A sociologia da religião. In: USARSKI, Franklin. **Especetro disciplinar da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PAINE, Scott Randall. Filosofia da Religião. In: PASSOS João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.
- POSSEBON, Fabricio. **Espiritualidade e Saúde: a experiência grega arcaica. Interações - Cultura e Comunidade**. Belo Horizonte, Brasil. v. 11, n. 20, p. 115-128, JUL/DEZ. 2016.
- QUEIROZ, Carlos. **Em busca da espiritualidade: o mercado da fé e o evangelho da graça**. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2013.
- RIBEIRO, Flávio Augusto Senra (Coordenador). **Documento da área 44: Ciências da Religião e Teologia**. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_religiao_teatologia.pdf. Acesso em 08.01.2020.
- RODRIGUES, Cátia Cilene Lima; GOMES, Antônio Máspoli de A. Teorias Clássicas da Psicologia da Religião. In: PASSOS João Décio; USARSKI, Frank. (Orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.
- RÖHR, Ferdinand. Espiritualidade e Educação. In: RÖHR, Ferdinand. (org). **Diálogos em educação e espiritualidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SCOFIELD. **Bíblia de Estudo** - Texto bíblico Almeida, corrigida, Fiel (ACF). São Paulo: Holy Bible, 2011, p. 1133.

SILVA, Elizete da. Configurações históricas do campo religioso brasileiro. In: DIAS, André L. M.; NETO, Eurelino, T. C.; LEITE, Márcia Maria da S. B.(Orgs.) **História, cultura e poder**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

VELASCO, Juan Martín. **Introducción a la Fenomenología de la Religión**. Madrid: Trotta, 2006.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

9. LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Simone Borges dos Santos

Alan da Silva Sampaio

*Penso que não cegamos, penso que estamos cegos,
Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.*

José Saramago, Ensaio sobre a cegueira

RESUMO

Em meio à pandemia, deveríamos, no mínimo, ter assegurado pelo Estado o direito à dignidade. Assistimos ao teatro dos horrores de um governo neoliberal, com fortes tendências fascistas, gerenciado por um presidente da República que coloca a economia à frente das vidas humanas, praticando a necropolítica, que define quem deve viver e quem pode morrer. E daí? E daí que empregadas domésticas, mulheres pretas e pobres estão morrendo cada dia em número maior, contaminadas em seus trabalhos em casas de famílias ricas? E daí que outros pretos e pobres moradores de periferia estão aumentando as estatísticas de contágio pela COVID-19? E daí que haverá surpreendente número de mortes nos presídios? E daí que a violência doméstica vem aumentando por conta do isolamento? O objetivo desse trabalho é analisar o enfrentamento ao novo coronavírus em uma sociedade desigual, construída sobre o ranço do racismo e sexismo. Angela Davis⁵⁴, indica o caminho da solidariedade e da empatia para alcançarmos a liberdade.

Palavras-chave: Angela Davis. Pandemia. Racismo. Liberdade.

INTRODUÇÃO

Ao final de 2019, tomamos conhecimento do surgimento do vírus COVID-19, na cidade de Wuhan, China. Somos informados que a nova doença é facilmente transmitida, possui sintomas semelhan-

⁵⁴ O artigo é fruto da pesquisa de Iniciação Científica sobre a filosofia da liberdade de Angela Davis.

tes aos de uma gripe e que devemos ter mais cuidados com os idosos. Rapidamente o número de óbitos ultrapassa a casa dos milhares. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara tratar-se de uma pandemia. No Brasil, o pânico toma conta da população e governadores e prefeitos adotam medidas emergenciais para evitar que aconteça aqui o mesmo ocorrido na Itália, Espanha e Estados Unidos. Apesar disso, o presidente Jair Bolsonaro declara que devemos proceder em isolamento vertical, ou seja, de apenas um grupo de pessoas, os idosos, no caso, e não de toda a população, conforme as recomendações da OMS, de médicos e cientistas.

Aqui, colocamos o problema do racismo e das desigualdades socioeconômicas diante da COVID-19. Parto do conceito central de liberdade, este pensado a partir da Filósofa Angela Davis, a fim de observar a atual circunstância política do Brasil. Apresentamos, inicialmente, uma abordagem sobre o impacto do neoliberalismo nas camadas mais baixas da sociedade brasileira. Em seguida, analisamos a situação de vulnerabilidade da população carcerária em relação ao novo coronavírus e os riscos de violência doméstica e feminicídios durante o isolamento social. Por fim, abordamos a solidariedade como estratégia para o enfrentamento à pandemia.

A princípio, a COVID-19 estava mais ligada à elite, pois os primeiros contaminados eram de recém-chegados da Ásia e da Europa. Rapidamente, o novo vírus alcançou as classes mais baixas e as cores mais retintas. E o que parecia ser uma doença democrática, que atingia ricos e pobres, colocando-os em pé de igualdade, mostrou-se implacável com o povo. Enquanto assistimos a um declínio na quantidade de casos nos bairros nobres das grandes metrópoles, ocorre crescimento nos bairros populares.

Líderes neoliberais como Jair Bolsonaro e Donald Trump demonstram falta de preocupação com povos pobres (e pretos!). No Brasil e nos Estados Unidos, as populações negras apresentam maior vulnerabilidade em relação ao novo coronavírus se comparadas à população branca. As questões socioeconômicas são fatores determinantes no acesso aos recursos da saúde. Os bairros mais pobres, com mais pro-

blemas de saneamento básico, são habitados predominantemente por negros. O racismo estrutural formaliza práticas histórico-culturais que prejudicam um grupo de pessoas ao mesmo tempo que beneficia outro grupo, perpetuando desigualdades sociais. Herança deixada pela escravização de povos africanos. O sistema escravista definia os povos negros como propriedade. Tratando-os como coisa, não lhes atribuía humanidade alguma, sem direitos e facilmente descartáveis. Em uma sociedade colonizada sobre bases europeias, baseada em concepções racistas, negros ainda são considerados cidadãos de segunda classe. O racismo, apesar de ser apresentado como uma aberração lamentável do passado, permanece definindo ativamente as estruturas, as atitudes e os comportamentos contemporâneos.

As populações mais vulneráveis são mais afetadas pela pandemia: pela ausência ou insuficiência de programas públicos e gratuitos de saúde; pela urbanização periférica, cuja única política pública duradoura é militarização de seu espaço; e porque a falta de qualquer reserva de recursos, e por causa das profissões que ocupam, são forçadas ao trabalho presencial. Ser livre, em tempos de pandemia, é ter direito a uma casa com água nas torneiras todos os dias e ter assegurado pelo Estado o direito a recursos para sobrevivência; abrigos para pessoas em situação de rua; transporte público de qualidade e sem aglomerações; máscaras, produtos de higiene e limpeza e equipamentos de proteção individual, mas, sobretudo, participação nos debates e nas decisões, nos fins dos recursos públicos, nas políticas de condução de nossas vidas

Desigualdades no enfiletamento

Desde o período pós abolição, povos negros se deslocaram para as periferias das cidades e nelas permanecem até os dias atuais. O processo de construção de desigualdade social no Brasil tem, em sua essência, algo semelhante ao dos Estados Unidos. Os dois países foram estruturados em bases sólidas de racismo. Apesar de encontramos exemplos de pessoas negras que ingressaram nas hierarquias

econômicas, sociais e políticas, “a esmagadora maioria da população negra está sujeita ao racismo econômico, educacional e carcerário” (DAVIS, 2018a, p. 20). Ao lado do racismo, estão questões relacionadas ao gênero. Em geral, a mulher negra está na base da pirâmide da desigualdade. Com pouco ou nenhum acesso à educação, alimentação e moradias de qualidade, pretas e pretos que, sem o privilégio de um *home office*, mantêm a força de trabalho como em épocas de colonização. Destituídos de acesso a um sistema de saúde eficiente, adoecem e morrem. E outros pretos pobres, que relegados a trabalhos análogos à escravidão, a exemplo dos entregadores de comida, os “bikeeats” e “motofoods” das metrópoles, chegam a trabalhar mais de 13 horas diárias por uma remuneração que não alcança o salário mínimo.

Mulheres negras, em maior número, desenvolvem os trabalhos de doméstica. Muitas vezes são tratadas como propriedade, fortalecendo a cultura da servidão, um hábito que ratifica a escravidão. Elas são obrigadas a manter suas atividades, ainda que os seus padrões apresentem sintomas da COVID-19.

Em meio a decisões por isolamento total para diminuir a propagação do vírus, em maio de 2020 o governador do Pará, Helder Barbalho, declara essencial o trabalho de empregada doméstica durante o *lockdown*. Presenciamos uma intensificação do darwinismo social. Mulheres e homens que se expõem nos deslocamentos em transportes públicos e ao retornarem às suas moradias em comunidades, acomodados em casas minúsculas e problemas recorrentes de falta de água, transmitem a COVID-19, uns aos outros, rapidamente.

O presidente Bolsonaro promove um governo neoliberal com tendências fascistas. Declara seu discurso de meritocracia, sem de fato exercê-la ou tê-la, e descarta a influência das desigualdades socioeconômicas e culturais das quais ele é beneficiado, produzidas pelo capitalismo, pela má distribuição de riquezas e pelo racismo.

Apresentando um comportamento evidentemente eugenista, Bolsonaro insiste que a economia não deve ser sacrificada. Recomenda a reabertura do comércio, indica o uso da Cloroquina, sem qualquer comprovação científica de resultados exitosos no tratamento do novo corona-

vírus. Insatisfeito com o isolamento promovido nos estados e municípios, comunica, sem antes discutir ou informar a decisão ao seu então ministro da saúde da ocasião, que barbearias, salões de beleza e academias serão considerados serviços essenciais, pois cuidam da saúde física e mental das pessoas. As ações de Jair Bolsonaro durante a crise da saúde resultam na substituição de dois ministros da saúde, em menos de trinta dias. No meio dessa “dança das cadeiras” está a população que espera que seu representante máximo aja como tal, priorizando a vida dos brasileiros. Mas, ao invés disso, assistimos posicionamentos contraditórios, conflito de diretrizes entre a presidência e os governos e municípios.

O que inicialmente pode parecer negacionismo do presidente da República ao relativizar os efeitos e as possibilidades de contaminação da COVID-19, revela-se como projeto de extermínio. Ao sujeitar o proletariado aos perigos de contágio, o vírus deverá fazer a seleção natural. Provavelmente, os mais vulneráveis, os idosos e os mais empobrecidos, serão os mais atingidos. Sobreviverão, então, os mais jovens, os atletas e aqueles que têm acesso a um sistema de saúde particular. Uma nova roupagem para as ideias disseminadas por um certo líder político alemão, na primeira metade do século XX.

Segundo Angela Davis (2018a), desde a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, é necessário identificar os perigos do individualismo. O sistema dito democrático fortalece privilégios da branquitude e exclui não brancos, dificultando-lhes o acesso à saúde, educação, moradia. Trata-se de um sistema centrado no racismo, na repressão e na pobreza e está fadado ao fracasso se não houver uma reflexão popular sobre o individualismo promovido. O ativismo de base popular é o ingrediente mais importante na construção dos movimentos radicais. Não é só de um presidente correto que precisamos, mas movimentos de massa bem organizados.

Nossa democracia não é produtora de liberdade, afinal concede liberdades e direitos para alguns e os nega a outros. Seu *modus operandi* não é tão distinto do da ditadura militar. É uma democracia capitalista em que as vidas pobres e pretas só importam enquanto subjugadas e mantidas estressadas e sujeitadas a altos índices de mortali-

dade. A necropolítica dos empresários, que fazem carreatas em carros de luxo, exigindo que o proletariado volte a produzir riquezas, define quem deve viver e quem pode morrer. É como afirma o compositor Cazusa (1989), “a burguesia não repara na dor da vendedora de chicletes. A burguesia só olha *pra* si. A burguesia é a direita, é a guerra”.

Urgência de uma política de desencarceramento

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta, segundo dados do último levantamento do INFOPEN, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China. A maior parte dos aprisionados é composta por negros, o que nos dá uma amostra da segregação racial que vivenciamos diariamente. São vidas precarizadas pelo sistema econômico vigente. A prisão “nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global” (DAVIS, 2018b, p. 17). Do ponto de vista da humanidade e dignidade dos cidadãos, a política criminal brasileira, de uma maneira extrema, representa o que é a nossa sociedade. Enquanto pensamos que o aumento das prisões respondia ao aumento da criminalidade, Juliana Borges (2019) mostra que o nosso projeto nunca foi iluminista. O que de fato se operou foi uma necropolítica e um etnocídio. A guerra às drogas serviu apenas para uma forma de dominação de governabilidade, baseado no terror de Estado. Superlotação, falta de água e sabão transformam os presídios em ambientes propícios para a disseminação da COVID-19.

Em março de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução com recomendações para conter o novo coronavírus no sistema prisional brasileiro. Liberação ou cumprimento de pena domiciliar para quem cometeu delitos leves e para os grupos de risco. Tais medidas trazem de volta a discussão que ativistas por reformas prisionais defendem há muito tempo, a possibilidade de alternativas para lidar com uma população de transgressores. Precisamos, antes de tudo, romper o elo entre crime castigo e não pensar em substitutos para a prisão, isto é,

precisamos imaginar uma sociedade na qual raça e classe não determinem quem deve ser punido, mas pensar em todos os níveis de educação, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e um sistema de justiça antirracista que utilize, no lugar da punição e retaliação, a reparação e a reconciliação.

Nos presídios femininos, juízes ignoram a lei e não permitem a liberação de mães durante a pandemia. Segundo o jornal *The Intercept Brasil* (2020), existe mais de 5 mil mulheres detidas longe dos filhos. Algumas estão grávidas. São mães de crianças de até 12 anos, que não cometeram crimes violentos e hoje estão presas ilegalmente. Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu Habeas Corpus coletivo que substituiu a prisão preventiva por prisão domiciliar de mulheres presas que estejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, “excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício” (NOTÍCIAS STF, 2018).

Apesar da determinação do STF, alguns magistrados interpretam a lei de maneira diferenciada, “e o fato de essas mulheres serem mães, o que deveria levá-las obrigatoriamente à prisão domiciliar e até à soltura, torna-se contraditoriamente um agravante” (THE INTERCEPT BRASIL, 2020). Alguns juízes entendem que o fato de serem mães não deve ser pré-requisito para relaxamento do aprisionamento. O nível de empatia dos juízes diminui à medida que a cor da pele enegrece. Os fatores classe social e raça são determinantes no aprisionamento. Como não há uma regulamentação específica que determine qual quantidade diferencia tráfico de consumo próprio, fica nas mãos do policial fazer tal distinção. O resultado é apresentado no levantamento feito pelo INFOPEN Mulheres, em 2016, sobre a população feminina nas penitenciárias. Constatou-se que uma média de quarenta e três por cento das mulheres aprisionadas estão associadas ao tráfico de drogas. E sessenta e dois por cento da população prisional feminina é composta por negras. São pretas periféricas, muitas vezes abandona-

da por seus maridos, parceiros ou namorados, excluídas da sociedade, que sempre sentiram as agruras da desigualdade social. Em um cenário de pandemia, em que a principal recomendação é o isolamento, políticas de desencarceramentos são mais que necessárias para evitar um massacre.

Há especulações, entre o meio científico, de que até que uma vacina seja desenvolvida, continuaremos a ser afetados por ondas de infecção. É evidente que a população carcerária está entre as mais suscetíveis. Não pensarmos em soluções para reduzir danos dentro dos presídios é explicitar a perda de nossa humanidade.

Confinamento com o inimigo

Mulheres, confinadas em seus lares, são duplamente ameaçadas, por um vírus perigoso e por pessoas violentas dentro de suas casas. O confinamento é a ação mais segura para diminuir os riscos de contágio, porém vem trazendo duras consequências para mulheres que já eram vítimas de violência doméstica. Os índices de violência contra a mulher e de feminicídios aumentaram significativamente desde o início das medidas de isolamento social.

Há uma maior vulnerabilidade das mulheres depois da pandemia, mas não é possível afirmar que as agressões ocorrem por causa da quarentena ou do convívio familiar. Estupro, intimidação sexual, espancamento, abuso sexual de crianças, incesto. As agressões sofridas por mulheres situam-se em um contexto histórico cuja cultura machista e patriarcal enxerga a mulher como propriedade do homem. Segundo o Mapa da Violência de Gênero, em 2017 “mulheres foram 67% das vítimas de agressão física registradas no país”. Em relação aos casos de feminicídio, o fator raça é um diferencial impressionante, 64% das mulheres assassinadas eram negras, “ao longo da história, essas agressões afetam mais gravemente as mulheres de minorias étnicas e suas irmãs brancas da classe trabalhadora” (DAVIS, 2017, p. 42).

De uma maneira geral, em comparação aos homens, mulheres recebem os menores salários e são as primeiras opções em casos de demissões. Negras, em sua maioria, por ter menor nível de escolaridade, ocupam os cargos hierarquicamente mais baixos, ou atuam em trabalhos domésticos, ou em serviços informais. Diante da necessidade de isolamento, muitas mulheres foram dispensadas de seus serviços, ou ficaram impossibilitadas de trabalhar, causando um estresse financeiro e um aumento das tensões familiares. Homens em casa, estressados, com medo do vírus, da morte, do desemprego, da falta de dinheiro, aliados à misoginia, sentem-se autorizados a descarregar sua raiva e seus temores em cima das mulheres da família. Protegidos pelo silêncio das vítimas que, diante do medo de uma reação ainda mais feroz, ou da impossibilidade ou incapacidade de pedir socorro, e dos apelos da sociedade para que fique em casa, nada podem fazer para conter as agressões masculinas.

A constante preocupação com a segurança e integridade das mulheres fez com que alguns coletivos feministas promovessem, por meio das redes sociais, campanhas com intenção de reduzir e coibir a violência doméstica, afirmando que boa vizinha é aquela que se mete na vida do casal. Que, ao perceber potenciais de violência, devem pedir ajuda às autoridades. O Estado, por sua vez, precisa garantir a segurança de meninas e mulheres para tenham direito “a uma vida livre de violência e, portanto, todas as ações necessárias devem ser tomadas para prevenir casos de violência de gênero e sexual; ter mecanismos seguros de denúncia direta e imediata; e reforçar a atenção às vítimas” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2020).

Solidariedade como estratégia

“E daí? Eu sou Messias, mas não faço milagres”. A resposta dada pelo presidente da república, quando perguntado sobre o Brasil ter superado a China em número de óbitos pelo COVID-19, é a demonstração da pouca ou nenhuma empatia que ele tem em relação às famílias que perderam seus entes. Jair Bolsonaro deixa visível o grau

de importância que dá aos seus eleitores. O novo coronavírus provocou transformações comportamentais em todo o planeta. Mudança de hábitos e atitudes que, provavelmente, permanecerão por muito tempo entre nós. O extremo oposto do movimento de Jair Bolsonaro seria uma solidariedade global, capaz de amenizar os efeitos do isolamento social e as carências materiais e afetivas provocadas pela doença.

O governo federal cria alternativa para ajudar trabalhadores informais que ficaram prejudicados pelo afastamento social. No entanto, mostra descaso em aprovar o Auxílio Emergencial de seiscentos reais. O valor além de ser insuficiente para atender às necessidades básicas de uma família, demora em ser aprovado e, uma vez aprovado, os “beneficiários” não conseguem ter acesso ao dinheiro, aumentando a ansiedade e o desespero de quem aguarda. A fome, entretanto, não espera.

Inversamente aos caminhos defendidos por líderes neoliberais e por uma parcela significativa da elite, a quem apenas importa a mais valia, cientistas de todo o mundo se mobilizam em encontrar alternativas para diminuir a propagação da doença enquanto buscam desenvolver a vacina contra a COVID-19. Hoje há investimentos milionários em hospitais e equipamentos de proteção individual (EPI’s) e em ações com finalidade de reduzir os impactos da epidemia na vida das pessoas.

Utilizando a alcunha de solidariedade, algumas celebridades e subcelebridades têm se aproveitado para fazer autopromoção durante a pandemia. Algumas horas de shows ao vivo no qual o sucesso do evento garante doações para hospitais, ONG’s e pessoas necessitadas. Um cantor baiano chegou a ser alvo de polêmica ao condicionar as doações ao número de espectadores em sua apresentação *online*, dez cestas básicas a cada dez mil pessoas assistindo. Houve muitas críticas, pois, segundo seus fãs, ele poderia fazer mais pelos necessitados, no entanto apenas estava interessado no número de visualizações.

Durante as *lives* (nome dado aos eventos transmitidos ao vivo pela internet) os artistas fazem inúmeros comerciais de seus patrocinadores, assegurando, dessa forma, os ganhos do evento gratuito. Doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas lhes conferem, por exemplo, deduções no Imposto de Renda, descontos fiscais, entre

outros benefícios. São acepções capitalistas do termo solidariedade, cujas intenções não são, de forma alguma, altruístas.

A ideia do individualismo que cultiva os mitos salvadores da pátria, é muito perigosa, “é fundamental resistir à representação da história como trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade que luta sempre em expansão” (DAVIS, 2018a, p. 19).

É preciso preservar o conceito de solidariedade que, para Angela Davis (2018a), é fundamental para as lutas. Uma força coletiva que agrega adeptos e contribui para campanhas globais, pressupondo sempre certa reciprocidade. Segundo Davis (2018a), mulheres de minorias étnicas expressam sua solidariedade ao oferecer experiências, ideias, estratégias de luta. De certa forma, presenciamos algumas demonstrações solidárias aqui no Brasil. Em face da calamidade que se instala no país, mulheres moradoras de bairros periféricos, onde a maioria dos habitantes são negras e negros, empenham-se em conseguir material para confeccionar e distribuir voluntariamente máscaras caseiras e para doar cestas básicas e produtos de higiene e limpeza. A solidariedade está relacionada à criação de estratégias comunitárias para enfrentar os problemas e as injustiças sociais.

Considerações finais

O mundo está diferente. Shoppings vazios, hospitais cheios, avenidas sem congestionamentos. Vivenciamos um momento histórico cujo número de óbitos é superior ao contabilizado em grandes catástrofes. Não é uma guerra, nem acidente aéreo, tampouco um desastre da natureza. É um vírus com taxa de letalidade surpreendente.

Se houver algum ponto positivo na pandemia, é aquele que nós mesmos criamos. E depende disso nós enxergarmos o mundo com olhos mais que abertos. Devemos ficar atentos às políticas públicas que insistem em eliminar o corpo coletivo enquanto retroalimentam desigualdades sociais.

A pandemia chama atenção para a importância de aplicação de recursos em saúde, educação, moradia. Evidencia necessidade de investimentos em pesquisas ao invés de armas. Mostra que é mais importante construir hospitais do que shoppings centers. Alerta para a urgência em edificar uma sociedade antirracista e com justiça social, onde sejam criadas escolas e não presídios. Uma sociedade que gênero e raça não sejam fatores determinantes para o direito e o acesso às oportunidades. Esse é o percurso para uma sociedade libertária, em que valores como solidariedade e empatia devem ser fortalecidos.

Angela Davis afirma que a liberdade é uma luta constante. Constante é nossa luta por vida saudável e plenamente realizada, livre de violência, opressão e exploração, com direito a justiça social, saúde, educação, igualdade de oportunidades entre gênero e raça, abolição de todas as formas de escravidão.

Só conseguimos ser livres coletivamente. Este não é projeto egoísta ou individualista. O caminho rumo à liberdade deve incluir a solidariedade. E a solidariedade inclui a nossa capacidade de empatia e de reconhecimento da humanidade do outro no outro. Liberdade real é aquela estendida a todas as pessoas, irrestritamente. Estamos longe de poder vivenciá-la plenamente. No que depender dos líderes políticos nunca a alcançaremos. Nenhuma mudança social parte voluntariamente daqueles que lideram. É sempre por meio da organização e mobilização de demonstrações públicas de insatisfação. Devemos nos dispor a abraçar essa longa jornada rumo à liberdade, numa busca coletiva por uma democracia pautada na igualdade e na justiça. Certamente, se tivermos organização social voltada para liberdade das pessoas, a superação de pandemias e misérias será muito mais fácil.

REFERÊNCIAS

AUDI, Amanda et al. E aí, STF? **The Intercept Brasil**. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/09/juizes-ignoram-lei-maes-presas-pandemia/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BORGES, Juliana. **O que é: encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2019

CAZUZA. **Burguesia**. Rio de Janeiro: Polygram, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-tSjlxQfGM>. Acesso em 08 mai. 2020

CORTE Interamericana de Direitos Humanos. 2020. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_27_2020_port.pdf . Acesso em 14 mai. 2020.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018a.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAPA da violência de gênero. **Gênero e número**. 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mapa-da-violencia-de-genero-mulheres-67-agressao-fisica/>. Acesso em 13 mai. 2020.

NOTÍCIAS STF. **Supremo Tribunal Federal**. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370152>. Acesso em: 05 mai. 2020.

SANTOS, Thandara. **INFOPEN**. In: Departamento Penitenciário Nacional. 2017. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em 25 jun. 2020.

SANTOS, Thandara. **INFOPEN Mulheres**. In: Departamento Penitenciário Nacional. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf/view. Acesso em 08 mai. 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PARTE 02

CULTURA, POLÍTICA E SAÚDE

10 RELIGIOSIDADE DE PACIENTES EM HEMODIALISE: PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Joice Mara Amorim Messias

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Ivanete Fernandes do Prado

RESUMO: Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com o objetivo de conhecer as percepções dos profissionais da saúde sobre a importância da religiosidade dos pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise como suporte ou método de enfrentamento, realizada num hospital de terapia renal substitutiva do sudoeste baiano. Tendo como metodologia a pesquisa de campo, do tipo qualitativa, a observação participante e entrevista semiestruturada foram utilizadas para coleta de dados. Os resultados apresentados ressaltaram que a fé se faz presente nos pacientes da unidade estudada e que os profissionais a consideram de fundamental importância no tratamento, porém não se sentem preparados ou preferem não incluir tal assunto em sua abordagem profissional. Conclui-se que há necessidade de repensar o trabalho em saúde de forma que o atendimento aconteça de forma integral.

PALAVRAS-CHAVE: Religião e Ciência. Pessoal de Saúde. Diálise Renal.

1 INTRODUÇÃO

Com a visão holística do paciente e as questões de humanização, o vínculo religioso mostrou-se como importante fator de saúde e método, que permite ao indivíduo a aceitação da situação de adoecimento. Devido a isso, a religiosidade é considerada pelos profissionais que prestam assistência ao paciente, como uma extensão indissociável do ser humano.

Quando se trata de pacientes com insuficiência renal crônica (IRC), em que a característica principal é a irreversibilidade e deterioração progressiva da função renal, o desequilíbrio no processo saúde/doença ocasiona um momento de grande tensão, tanto para a equipe

multiprofissional que o acompanha, quanto para a família, necessitando de um suporte em diversas áreas (SILVA *et al.*, 2011).

Nesse sentido, as unidades hospitalares precisam ser espaços que despertem e fortaleçam as crenças religiosas do paciente, para que estes e seus familiares encontrem apoio, inclusive no contexto social. Entretanto, em alguns momentos, os profissionais da saúde sentem dificuldades em estimular ou aceitar tais ações ou manifestações da religião do paciente e familiar.

Espíndula (2010) confirma tal questão ao dizer que a atuação do profissional é sempre um desafio devido à complexidade, e necessita abranger as dimensões afetiva/ emocional, psicossocial e espiritual do paciente e dos cuidadores (familiares e profissionais de saúde).

É na perspectiva de melhor compreender o fenômeno religioso – como método terapêutico –, com base na atuação dos profissionais da saúde frente aos pacientes submetidos à hemodiálise, que será analisada a aproximação teórica com as práticas de incentivo e aceitação da equipe em proporcionar aos pacientes métodos de enfrentamento por meio da religiosidade.

Diante disso, o trabalho é uma síntese de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em enfermagem e teve como objetivo conhecer as percepções dos profissionais da saúde sobre a importância da religiosidade como suporte no tratamento ou método de enfrentamento aos pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise.

Para tanto, buscaremos analisar como esses profissionais trabalham com a diversidade religiosa dos pacientes, além de entender como se dá a compreensão deles sobre a inclusão de práticas religiosas na assistência ao paciente com insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo qualitativa, que conforme Minayo (2010), aplica-se ao estudo das representações,

crenças, percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam. Para o alcance dos objetivos, utilizou-se a investigação exploratória, a qual permite um amplo conhecimento em relação a um fenômeno. A pesquisa também caracteriza-se como descritiva, e partir de tal, pode-se compreender as relações e situações sociais, tanto a nível individual quanto coletivo. Além de permitir uma maior aproximação do fenômeno a ser pesquisado (MINAYO, 2010).

O cenário da pesquisa foi um hospital de terapia renal substitutiva, localizado no sudoeste baiano, considerado referência regional na assistência ao paciente com insuficiência renal, inaugurado no ano de 2010, que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS) diversos municípios da microrregião.

Os participantes da pesquisa foram quatorze (14) profissionais da equipe multiprofissional de saúde, sendo: 2 médicos, 3 enfermeiros, 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 psicóloga e 6 técnicos em hemodiálise, dessa unidade hospitalar, que prestam assistência direta ao cliente em tratamento de hemodiálise.

Utilizou-se como critérios de inclusão: ser profissional da saúde; prestar assistência direta ao paciente em tratamento de hemodiálise; trabalhar há, no mínimo, 06 meses na unidade; possuir idade superior a 18 anos, aceitar participar da pesquisa voluntariamente, assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e termo de autorização do uso de depoimentos.

A coleta aconteceu no período de setembro de 2014 a junho de 2015, na observação participante os profissionais foram acompanhados por um mês, para conhecer como acontecia o atendimento e abordagem aos pacientes. Após essa fase, realizou-se entrevistas individuais no próprio setor em uma sala reservada para garantir confidencialidade das respostas. O referencial teórico partiu de pesquisa nas bases de dados continuamente até o ano de 2019

No primeiro momento foi feita a apresentação do pesquisador ao participante do estudo, exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), discutindo assim o tema, objetivos e técnicas da

pesquisa. Apresentou-se também o Termo de uso de depoimentos solicitando que a entrevista fosse gravada em áudio e assim poder ser transcrita na íntegra. Após a assinatura, iniciou-se a entrevista.

Os dados foram analisados e o processamento do material qualitativo foi por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é a reunião em um único discurso da síntese de parte dos depoimentos, mostrando o conteúdo de uma resposta, revelando a essência dos depoimentos. Desta forma, é possível reconstruir, a partir de fragmentos das opiniões individuais, a visão social sobre uma determinada situação, fato ou fenômeno (LEFÈVRE; MARQUES, 2009).

Na análise das falas dos profissionais de saúde, as respostas foram agrupadas em discursos-síntese e organizados em DSC1, DSC2, DSC3, e assim sucessivamente, e apresentados no decorrer das categorias para análise e discussão dos depoimentos.

É importante ressaltar que em todas as fases do estudo os cuidados éticos e legais das pesquisas envolvendo seres humanos foram respeitados, atendendo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi realizada após resposta favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, parecer número 503.423.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisas científicas sobre as implicações da religiosidade na saúde estão sendo cada vez mais estudadas e abarcam considerável complexidade por conta da diversidade religiosa, dando margem à amplitude de investigações.

Contudo, poucas pesquisas foram desenvolvidas buscando compreender a visão dos profissionais da saúde no que diz respeito à religiosidade dos pacientes. A quantidade limitada de publicações disponíveis caracterizou um ponto que dificultou a realização da pesquisa, entretanto, tal fato não impediu a busca exaustiva à base de dados.

As falas expressas como DSC são discursos coletivos que foram levantados a partir do agrupamento dos depoimentos, pelas expressões-chaves e ideias centrais, ou seja, a partir de extratos de declarações individuais formando um discurso coletivo. Sendo as seguintes categorias:

- A religião como enfrentamento da doença renal crônica;
- A preocupação dos profissionais, caso o paciente busque somente a religiosidade e abandone do tratamento;
- A equipe de saúde e a religiosidade no tratamento dos pacientes renais crônicos.

A religião como enfrentamento da doença renal crônica

A IRC representa a perda lenta e gradativa da função de alguns néfrons, mantendo outros com suas funções em condições adequadas até a irreversibilidade do comprometimento das funções renais, que caracteriza-se como fase terminal da função renal (SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA, 2012).

A insuficiência renal é uma patologia grave, que quando irreversível, torna-se necessário tratamento através da hemodiálise para controle e manutenção vital dos pacientes em fase terminal da função renal (MARTINS *et al.*, 2009). Diante disso, o quadro emocional do paciente torna-se abalado após diagnóstico de tal agravo.

As diversas complicações enfrentadas pelos portadores de IRC os deixam ansiosos, pois, a pessoa precisa se adaptar ao novo estilo de vida que envolve limitações físicas, restrição alimentar e hídrica, além da rotina de ir ao hospital realizar a sessão de hemodiálise, necessária para sobrevivência.

Nos dias atuais, a interface entre espiritualidade/religião e saúde tem alterado significativamente o mundo científico, dessa forma, essas questões passam a ser consideradas principalmente na prática de profissionais da saúde e tem gerado resultados significativos.

A religião é acompanhada de dogmas e doutrinas, mas a espiritualidade está na busca de significado e propósito em sua vida e

isso confere ao indivíduo sentido para sua existência e dá forças para a busca de soluções para questões que fogem ao entendimento humano (VALCANTI *et al.*, 2012).

Durante a entrevista, quando questionado sobre uso da religião dos pacientes no tratamento de hemodiálise, obteve-se as seguintes respostas:

O nosso paciente fica aqui 3 dias por semana, 4 h em cada sessão, ele sabe que não vai curar e vai precisar da máquina para viver, então, é claro que ajuda muito o paciente a ficar mais calmo e ter a certeza e vontade de continuar o tratamento que é a longo tempo. A religião influencia porque cada um tem suas crenças, independentemente de qual seja ela. Favorece sim (DSC 1).

Devido à hemodiálise ser tratamento paliativo e não curativo, o paciente renal crônico vive a angústia da espera de um transplante que demora e muitas vezes não acontece, prolongando ainda mais o sofrimento. Dessa forma, a maioria dos pacientes passam o resto das suas vidas frequentando hospitais para realização da mesma.

Quando é indicado ao paciente o tratamento hemodialítico para sobreviver, esse indivíduo se vê diante de mudanças e precisa se adaptar a uma nova condição de vida que impede de realizar atividades antes cotidianas, pois sua vontade passa a ser determinada por diversas limitações, e isso repercute na perda da autonomia (CAMPOS; TURATO, 2010).

Essas alterações inesperadas na rotina do paciente em hemodiálise acarretam sentimento de impotência, desespero, medo da morte iminente, levando-o a abandonar o tratamento por não se adaptar ao novo estilo de vida.

As práticas religiosas e a busca pela religião nascem por conta da necessidade de responder e dar significado às situações que fogem ao controle do homem, como o adoecer ou até mesmo o processo de morrer, pois esse homem se sente impotente frente a essa situação e busca explicação na fé, uma vez que esta transcende o entendimento humano.

A religião é parte fundamental, os pacientes da hemodiálise ficam mais sensíveis que os pacientes de outras especialidades, porque é um tratamento a longo prazo e eles se apegam muito à religião, e isso é importante para eles sentirem mais confortados (DSC 2).

As diversas complicações enfrentadas pelos pacientes com IRC os deixam ansiosos e a hemodiálise causa sentimentos ambíguos de aceitação e negação nos sujeitos que necessitam deste tratamento para sobreviver, pois ao mesmo tempo em que garante a vida, torna a pessoa dependente da tecnologia (SILVA *et al.*, 2011).

A prolongada rotina do tratamento apresenta-se também como um fator limitante, pois o indivíduo em hemodiálise depende de uma máquina para sobreviver e precisa permanecer ligado a ela de 3 a 4 horas ininterruptas, normalmente três vezes por semana, ao fim da sessão esses mostram-se com importante astenia, e isso também o deixa ansioso.

Conforme Borges *et al.* (2013), a espiritualidade tem importância na prática do cuidar médico integral. É necessário que o profissional perceba a espiritualidade como algo mais amplo, despindo-se de julgamentos e preconceitos, pois a fé do paciente tem se mostrado importante na qualidade de vida e nos próprios desfechos de saúde.

Tivemos um paciente renal (tipo 4) e para a medicina ele era um paciente que teria que fazer transplante renal, ele era muito religioso, falava todo dia que sairia da diálise, que ia ser curado, já tinha anos que ele não urinava e voltou a urinar, todos os exames foram feitos e ele saiu da diálise, hoje não precisa mais (DSC 3).

Em relação à fase da doença, nesse grau 4 observa-se redução grave da Taxa de Filtração Glomerular (TFG) (15 a 29 mL/min/1,73m²). Além disso, apresenta sinais e sintomas de uremia: anemia, hipertensão arterial, edema, fraqueza, mal-estar e alguns sintomas digestivos (NOGUEIRA e OLIVEIRA, 2006). A insuficiência renal crônica não possui cura, apresenta progressiva falência até a fase terminal da função renal, quando a terapia renal substitutiva (TRS) se faz necessária.

O homem busca constantemente resposta ao processo de adoecer e na maioria das vezes encontra na religião um método de enfrentamento, suporte e até cura. Estes podem usar tal fé para atribuir significado aos acontecimentos ou para impulsionar e incentiva-lo a dar continuidade ao tratamento.

Toda vez que falamos com o paciente acerca do tratamento e percebemos que eles têm muita fé sempre coloco que a fé é muito boa, mas eles não podem preferir um ou outro, porque medicina e religião podem andar juntos, um auxiliando o outro (DSC 4).

Assim, a religiosidade desperta-se como resposta e justificativa a acontecimentos naturais que não estão no controle do ser humano e esses recorrem a explicações religiosas, mostrando que, mesmo orientados por um saber científico, não é suficiente quando ultrapassa o real. Com isso, ciência e religião devem estar interligadas.

O saber técnico-científico é muito eficaz e tem seus feitos comprovados na sociedade e benefícios na saúde, mas esse não pode ser considerado como única forma de saber existente de cuidado. A religiosidade, por sua vez, destaca-se no enfrentamento importante na terapêutica e é considerada uma ciência. Ambas podem estar juntas, complementando harmonicamente de forma a contribuir positivamente para a saúde do paciente.

O papel da ciência não deve ser somente oferecer uma definição do mundo natural progressivamente completo, fundamentado em experiências médicas e observações que podem ser testadas, constatadas e reproduzidas a partir de uma lógica comum e natural; e sim considerar as lacunas transcendentais que podem ser explicadas e preenchidas pela religião.

Com isso, a equipe de saúde precisa oferecer tal suporte, de forma que essa eminência de sofrimento sem cura seja aceita ou enfrentada com menos dor e mais força que pode ser obtida por meio de um vínculo à religiosidade. A importância da inserção das questões religiosas no tratamento do paciente será discutida nos tópicos seguintes.

A preocupação dos profissionais caso o paciente busque somente a religiosidade e abandone a terapêutica

Ao questionar as interferências no tratamento do paciente que busca suporte religioso, muitos já tinham exposto seus benefícios, porém, grande parte também apontou preocupação com relação ao abandono do tratamento, por parte dos pacientes que decidem buscar na religião forma única para cura e dissociada da hemodiálise.

Entre as falas, observa-se tal preocupação em:

A fé contribui para o paciente, mas é importante que mesmo tendo a fé não deixe de buscar o tratamento. Muitas vezes acha que vai curar e não faz a hemodiálise. Ele pode buscar, sim, outro tratamento, mas tem que continuar fazendo a hemodiálise, até o momento que perceber através dos exames que não há mais necessidade de fazer, pois o rim já está funcionando (DSC 5).

Nessa perspectiva, Pinto e Falcão (2014) em seu estudo apontaram que a religiosidade pode ser um problema para o tratamento e precisa ser bem avaliada. Mas, quando se fala em uso da religião como medida de suporte, é associada à hemodiálise adequadamente.

Mas eu fico preocupado quando vejo um paciente que fala que vai fazer um procedimento religioso, e vai sair da diálise, tento ponderar um pouco, falo que a fé é importante, mas tem que andar juntos (DSC 6).

O medo que esses profissionais sentem é compreensível, mas se faz necessário ter sensibilidade para explicar ao paciente a importância da religiosidade e que além da fé, precisa sim da hemodiálise para manter a vida. Mas, o método de enfrentamento escolhido pelo paciente deve ser respeitado, desde que não atrapalhe o tratamento clínico.

Assim, a espiritualidade e saúde são constructos que cada vez mais estão recebendo destaque na assistência aos pacientes, uma vez que podem ser considerados como maneira de encontrar sentido para a vida,

de ter confiança e estar disposto a seguir o tratamento mesmo em meio aos acontecimentos graves da doença crônica (VALCANTI *et al.*, 2012).

A equipe de saúde e a religiosidade no tratamento dos pacientes renais crônicos

A relação da religiosidade com a saúde vem se tornando objeto de investigação científica nos últimos tempos e cada vez mais busca-se entender quais os seus benefícios para a saúde do indivíduo, dando assim, ao homem, uma dimensão muito superior que apenas o físico (ALVES; JUNGES e LÓPEZ, 2010).

Ao questionar a equipe sobre a atuação do profissional, no que diz respeito ao suporte religioso do paciente, os discursos foram distintos e apresentaram diferentes vertentes:

O profissional de saúde está muito despreparado a dar esse tipo de assistência. Normalmente nós profissionais tentamos sempre impor a nossa. E quando nos vemos diante de uma situação dessa, sempre não sabemos o que falar ou fazer, aí o jeito é sempre não dizer nada (DSC 7).

Em uma pesquisa realizada por Alves, Junges e López (2010), chegou-se à conclusão que os profissionais que participaram de seu estudo tinham compreensões equivocadas quanto à influência da religiosidade sobre a saúde dos usuários, por uma falta de preparo em lidar com esta dimensão ou por não conhecerem a dimensão religiosa em toda a sua extensão.

Nesse contexto, os profissionais pesquisados optam pela imparcialidade como forma de respeito sem envolvimento, entendem que é possível integrar a fé dos usuários com a clínica, mas não coloca a religiosidade como um recurso a ser usado em sua proposta terapêutica, ou quando considera, o faz sem preparo e ainda com significativa apreensão.

É uma terapia muito válida, mesmo que o profissional não acredite, é uma forma que ele tem de despertar a fé dele (o paciente). Mas eu não vejo muito presente e,

sinceramente, não me sinto preparado para dar esse suporte religioso, a faculdade não ensina isso, prefiro não opinar, caso o paciente fale, eu apoio ele, mas não tomo iniciativa. Mas vai de pessoa para pessoa (DSC 8).

Muitos reconhecem a importância da espiritualidade, mas não abordam por não se sentirem à vontade em discutir tal assunto. Lucchetti, Almeida e Granero (2010) apontam que a religiosidade tem papel importante para o paciente e é interligada com questões importantes na relação médico-paciente, qualidade de vida e enfrentamento da doença, devendo ser considerada pelos profissionais que o assistem.

Sobre tal assunto, Cortez e Teixeira (2010) fundamentam que os profissionais têm dificuldades em abordar questões religiosas no cuidar que advêm da falta de preparo na formação acadêmica e no ambiente de trabalho para discutir reflexivamente a relação entre religiosidade e cuidado.

Faz-se necessário que o profissional de saúde esteja atento e sensível à crença e à fé do paciente, reconhecendo sua dimensão espiritual, à medida que essa lhe traz estímulo, coragem e esperança para encarar a própria doença. Mas tal abordagem deve ser realizada com critério e de forma impessoal, fazendo com que a fé do paciente seja despertada e encorajada e não as crenças pessoais do profissional.

Prestar atendimento integral ao paciente, contemplando suas reais necessidades e aquelas que o paciente julga de fato importantes, é o caminho para abordagem eficaz ao paciente em hemodiálise, uma vez que esse já se encontra abalado emocionalmente pelo seu processo saúde-doença.

4 CONCLUSÃO

É importante uma visão holística no cuidado, uma vez que antes de ser um paciente, este é um ser humano com valores, crenças e sentimentos, e tal alteração de vida afeta aspectos psicológicos, sociais e emocionais. Entender, respeitar e dar espaço para as crenças dos pacientes na unidade hospitalar é uma ação da equipe multiprofissional de atendimento integral.

O medo causado pela irreversibilidade da doença renal crônica causa insegurança e desesperança no paciente e, por isso, na maioria das vezes, este abandona o tratamento na busca de resposta em elementos transcendentais que explique e dê resposta para seu medo.

Mesmo os profissionais de enfermagem, não se sentindo preparados para abordar tais assuntos, respeitar a religião e estimular os pacientes ao enfrentamento da doença é importante, pois, estimula o potencial de reação humana, de forma que estes tenham elementos que contribuam para adaptação ao novo estilo de vida de irreversibilidade da doença e necessidade de uma máquina de hemodiálise por toda vida.

Uma das maiores deficiências apontadas é o despreparo dos profissionais da saúde, pois, nas instituições de ensino pouco se discute as questões culturais e sociais, entre elas a religiosidade e espiritualidade do paciente. E não considerar a importância da religiosidade no cuidado hospitalar ao cliente reflete a negação da objetividade científica.

A influência da religiosidade tem demonstrado potencial impacto sobre a saúde física, e configura-se como importante componente da vida do ser humano, sendo necessário reconhecê-la como fonte de fortalecimento para o enfrentamento da doença que deve ser considerado no cuidado a saúde de pacientes em tratamento de hemodiálise.

A presente pesquisa se fez importante, pois, nas bases de dados disponíveis pouco se discute a importância da religião dos pacientes de hemodiálise, na perspectiva dos profissionais que prestam assistência, e esses não abordavam tais assuntos por não considerar importante ou até mesmo não saber como introduzir as questões de religiosidade do paciente em seu plano de cuidados.

Portanto, faz-se necessário e interessante a continuidade do estudo e pesquisas que ofereçam aos profissionais embasamentos de como discutir e abordar a importância da religiosidade do paciente em seu tratamento, para que este sinta, mesmo diante da situação de irreversibilidade de seu quadro de saúde, com o controle de sua vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.S; JUNGES, J.R; LÓPEZ, L.C. A dimensão religiosa dos usuários na prática do atendimento à saúde: percepção dos profissionais da saúde. **O Mundo da Saúde**. 34(4):430-436. São Paulo, 2010.
- BORGES, D. C. *et al.* Saúde, espiritualidade e religiosidade na visão dos estudantes de medicina. **Rev Bras Clin Med**. São Paulo jan-mar;11(1):6-11, 2013.
- CAMPOS, C.J.G; TURATO, E.R. Tratamento hemodialítico sob a ótica do doente renal: estudo clínico qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem REBEn**. Brasília, 2010
- CORTEZ, E. A; TEIXEIRA, E. R. O enfermeiro diante da religiosidade do cliente. **Rev. enferm. UERJ**. Jan/mar; 18(1):114-9. Rio de Janeiro, 2010.
- ESPÍNDULA, J.A; DO VALLE, E.R.M; BELLO, A.A. Religião e espiritualidade: um olhar de profissionais de saúde. **Revista Latino- Americana de Enfermagem**, 2010
- LEFEVRE, A. M. C; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2009.
- LUCCHETTI, G; ALMEIDA, L. G. C DE; GRANERO, A. L. Espiritualidade no paciente em diálise: o nefrologista deve abordar? **J. Brasileira de Nefrologia**, 2010
- MARTINS, M.A; *et al.* **Clínica Médica**. Volume 3. Doenças hematológicas, Oncologia, Doenças Renais e Genitourinárias. Barueri - SP. Manole, 2009.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª Ed. São Paulo. Editora Hucitec, 2010.
- NOGUEIRA, C.S; OLIVEIRA, C.R.D. **Disfunção renal: Definição e diagnóstico**. Serviço de Anestesiologia de Joinvile. Santos, 2007.
- PINTO, A.N; FALCÃO, E.B.M. Religiosidade no Contexto Médico: entre a Receptividade e o Silêncio. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 38 (1): 38-46; 2014
- SANTOS, I; ROCHA, R.P.F; BERARDINELLI, L.M.M. Necessidades de orientação de enfermagem para o autocuidado de clientes em terapia de hemodiálise. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 2011
- SILVA, A. S. *et al.* Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise. **Rev Bras Enferm**, Brasília . set-out; 64(5): 839-44, 2011.
- SIVIERO, P; MACHADO, C.J; RODRIGUES, R.N. **Doença renal crônica: um agravamento de proporções crescentes na população brasileira**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. Anais Sessão Pôster/XXVI Congresso Brasileiro de Nefrologia. **J Bras Nefrol**. São Paulo, 2012.
- VALCANTI, C. C. *et al.* Coping religioso/espiritual em pessoas com doença renal crônica em tratamento hemodialítico. **Rev. esc. enferm. USP** vol.46 no.4 São Paulo Aug, 2012.

II. O CUIDADO EM SAÚDE E COVID-19: CUIDADOS PALIATIVOS, ESPIRITUALIDADE/RELIGIOSIDADE E FADIGA POR COMPAIXÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Antonio Marcos Tosoli Gomes

Sergio Donha Yarid

Alexandre Ernesto Silva

Virgínia Paiva Figueiredo Nogueira

Luiz Carlos Moraes França

RESUMO

Trata-se de um trabalho teórico que tem o objetivo de refletir acerca da atuação dos profissionais de saúde no cuidado implementado na COVID-19, englobando questões como cuidado paliativo, espiritualidade, religiosidade e fadiga por compaixão por parte destes atores sociais. Apresenta-se organizado em dois eixos principais, que são (1) “os profissionais de saúde, os cuidados paliativos e a espiritualidade no contexto da COVID-19: desafios e potencialidades” e (2) “os profissionais de saúde e sua religiosidade no contexto da COVID-19: os estímulos e os limites do cuidado de si e do outro”. Apresenta-se a situação complexa da pandemia no processo de adoecimento nas unidades de saúde e os desafios que os profissionais possuem diante de um quadro do aumento do número de mortes, do esgotamento do sistema de saúde, da possibilidade de aquisição da patologia no processo de trabalho e do risco de contaminação de entes queridos. Ao mesmo tempo, considera-se a espiritualidade como um fator de proteção neste cenário e a religiosidade com característica ambígua, positiva pela comunidade de apoio e pela identidade social, por exemplo, mas também pode apresentar um papel não recomendado, em especial quando estimula a adoção de afirmações teológicas no lugar do conhecimento científico. Conclui-se a existência de três dimensões para os profissionais de saúde: a espiritualidade no enfrentamento das adversidades, a vivência/experiência do processo de morte e a religiosidade como um fenômeno estimulador ou limitador da saúde mental e do trabalho dos profissionais. Estas três dimensões convergem para dois aspectos importantes no enfrentamento da COVID-19, o cuidado de si por parte dos profissionais e o cuidado integral ao paciente.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, duas pandemias acometeram a população mundial, a causada pelo vírus Influenza A, conhecido por H_1N_1 , em 2009, e o SARS-CoV-2, conhecido como *Corona vírus disease* (COVID-19), em 2020. A Organização Mundial da Saúde⁵⁵ declarou que a COVID-19, doença infecto-contagiosa que causa infecção respiratória grave, teve seus primeiros casos na região de Wuhan (China) e se espalhou pelo mundo, configurando uma pandemia⁵⁶ no início de 2020. Imediatamente, governos se mobilizaram a fim de evitar o caos, principalmente em nível assistencial, já que se trata de uma doença ainda pouco conhecida, mas bastante preocupante, mediante sua rápida ascensão, principalmente para os grupos de risco (BRASIL, 2020).

Esta infecção é classificada como sendo uma zoonose e o seu vírus é um beta Coronavírus do mesmo subgênero da Síndrome Respiratória do Oriente Médio, mas seu subtipo é, na verdade, outro. Os sinais e sintomas mais comuns são febre, tosse, dispneia, mialgia, fadiga, sintomas respiratórios superiores e sintomas gastrointestinais, estes mais raros. O contágio entre humanos ocorre principalmente no contato entre pessoas doentes e sintomáticas e as sãs, uma vez que a transmissão entre os assintomáticos segue controversa, sendo o período de incubação de 5 a 6 dias em média, podendo chegar a 14 (BRASIL, 2020).

O cuidado direto aos pacientes em meio a uma pandemia com grau importante de desconhecimento de sua fisiopatologia e meios de transmissão, assim como o trabalho em um contexto de previsão de falência do sistema de saúde com alto índice de mortalidade dos pacientes, é um desafio que põe e expõe os profissionais de saúde a limites quase insuperáveis. Considera-se que eles travam uma batalha contra um agente que não se enxerga e possui comportamentos inesperados,

55 “Veja as dicas da OMS para evitar o contágio e a disseminação do novo coronavírus”. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/>.

56 “Gestos de solidariedade começam a surgir em meio à pandemia do coronavírus”. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/>.

gerando incerteza, estresse, ansiedade e desgaste físico e psicológico (POLAKIEWICZ, 2020).

De modo especial na situação atual da COVID-19, processo responsável pelo importante aumento do número de óbitos decorrentes da síndrome respiratória aguda, evidencia significativamente o possível aumento da elegibilidade de pessoas aos cuidados paliativos, de modo mais notável aquelas que já apresentavam comorbidades cardiovasculares e condições que provoquem imunodeficiência (BRASIL, 2020). Esta aguda situação, à semelhança de outras que poderiam ser citadas, leva o profissional de saúde a lidar com o delicado cenário da iminência da morte das pessoas que necessitam de seus cuidados, de sua própria morte e de seus entes queridos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018; SILVA *et al.*, 2016; FULMER *et al.*, 2018).

Frente a isto, define-se como objetivo deste trabalho refletir acerca da atuação dos profissionais de saúde no cuidado em saúde no contexto da COVID-19, englobando questões como cuidado paliativo, espiritualidade, religiosidade e fadiga por compaixão por parte destes atores sociais. Neste contexto, destaca-se a importância de se compreender as interrelações entre as exigências de implementação dos cuidados em saúde no contexto da pandemia e os desgastes afetivo, emocional e psíquico dos profissionais que podem gerar fadiga por compaixão (BARBOSA; SOUZA; MOREIRA, 2014), em suas interfaces com as suas dimensões espirituais e religiosas.

A organização do material se dará a partir de dois eixos: os cuidados paliativos e a espiritualidade, em um primeiro momento, e a religiosidade, em segundo.

Os profissionais de saúde, os cuidados paliativos e a espiritualidade no contexto da Covid-19: desafios e potencialidades

Os cuidados paliativos, abordagem que tem por objetivo aliviar o sofrimento humano de pessoas portadoras de doenças ou condições que ameaçam a continuidade da vida, tem em suas primícias, entre outras finalidades, o intuito de oferecer suporte aos cuidadores. Inclui-

se nestes cuidadores os profissionais de saúde que, comumente, se apresentam sobrecarregados, adoecidos e fragilizados por conviverem continuamente com pessoas gravemente enfermas, com a morte e com o medo da contaminação, sobretudo diante da COVID-19 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Reconhece-se que a morte é um assunto implícito no dia a dia dos profissionais de saúde, no entanto, as discussões se restringem aos aspectos técnicos da assistência. Nesta situação aguda da COVID-19, se faz necessário adotar tanto cuidados voltados para pacientes que estejam em quadro de terminalidade acometidos por tal enfermidade, a seus familiares, assim como desenvolver ações voltadas para os profissionais que vivem ao entorno desta situação. E como já citado aqui, a espiritualidade apresenta-se como importante estratégia adotada para diminuir o desconforto provocado por tal situação (SILVA *et al.*, 2016).

Identificar as necessidades espirituais próprias exige que cada um adentre seu mundo interior, ou seja, descubra seus sagrados, seus desejos, medos e angústias, por exemplo. É necessário permitir a si mesmo momentos que possam significar a ideia de adentramento em sua subjetividade diante da pandemia e, simultaneamente, se reconhecendo e conhecendo suas potencialidades e seus limites. A crença e fé de cada um também concerne de forma expressiva na forma que se intervém sobre si mesmo para aliviar o sofrimento existencial/espiritual, proporcionando a ressignificação da vida, reconciliações, realizações de vontades e sonhos (CARVALHO, 2012).

Diante de momentos em que se perde ou diminui a fé em situações ou elementos que fazem transcender a concretude existencial, é muito comum quando se lida repetidas vezes com o sofrimento de pessoas gravemente enfermas ou em terminalidade, é comum o surgimento de problemas relacionados a dúvidas existenciais, à solidão, expectativas frustradas, problemas familiares e conjugais, sexualidade, problemas econômicos, vícios e questões religiosas. Já os sintomas apresentados normalmente são medo, culpa, vazio, mau humor,

nervosismo, tristeza, desânimo, ansiedade, revolta, isolamento social e incerteza, os quais muitas vezes não são compreendidos como sintomas de angústia espiritual, tratando-os com um olhar apenas biologicista (MENDES, 2016).

Importante salientar que muitas pessoas apresentam dificuldades de visitarem sozinhas seu mundo interior para autoconhecimento, então é legítimo que se procure ajuda profissional, ou mesmo de alguém próximo que tenha capacidade de uma escuta ativa, com o objetivo de ajudá-las a reconhecer os possíveis motivos de sofrimento, a identificação de sintomas e o direcionamento para resolução do problema. É muito comum pessoas vinculadas às religiões possibilitarem estes encontros interiores e direcionarem possíveis resoluções de problemas, mas nada assevera que tenha que ser necessariamente estas.

Importante salientar que a pessoa é um ser em constante alteração até o dia de sua morte, por isso, a abordagem não deverá acontecer somente na presença de problemas, mas periodicamente no cotidiano precisa ser refeita. As intervenções buscam resolver os problemas encontrados e aliviar os sintomas apresentados. Auto reconhecer-se espiritualmente ou buscar ajuda para este reconhecimento permite que sejam elaboradas propostas para a restauração pessoal. Isso acontece por meio de atos e intervenções de cunho existencial e espiritual, de aproximações com situações ou pessoas que dão sentido à sua vida, seus sagrados, os quais não se encontram em intervenções físicas e medicamentosas.

Quando possibilitamos esta restauração, fica mais tangível que o profissional de saúde ofereça inclusive assistência espiritual a pacientes elegíveis aos cuidados paliativos sob seus cuidados, permitindo, por meio deste ato, que o próprio profissional encontre sentido na vida e transcenda diante de tal intervenção ao outro. Para oferecer assistência espiritual, os profissionais de saúde devem ter a capacidade de uma escuta amorosa, livre de julgamentos e que acolha o outro simplesmente pelo ato de olhar, pelo toque afetivo e essencialmente por se fazer presente.

Longuinière, Yarid e Silva (2018) afirmam que a espiritualidade é reconhecida como recurso que ajuda no enfrentamento das adversi-

dades. Assim, diante de situações adversas, como no caso de doença e de trabalho extenuante em uma pandemia, as pessoas geralmente expressam suas necessidades espirituais nas formas mais sutis, onde os atores sociais envolvidos podem se beneficiar da assistência espiritual se houver uma abordagem neste sentido (EVANGELISTA et al., 2016).

No entanto, se os pacientes muitas vezes descobrem força e consolo em sua espiritualidade, os profissionais da saúde modernos tendem a ignorar regularmente as dimensões da espiritualidade, quando se considera a saúde dos outros e até a sua própria, pois se sentem hesitantes e com pouca confiança para abordar estes aspectos, devido à falta de inclusão adequada dessa temática durante o processo de formação acadêmica (KIM; HUH; CHAE, 2015).

Mesmo diante desta dificuldade, estudos mostram que a espiritualidade influencia em vários fatores na prática clínica profissional, como a tomada de decisão no momento da assistência (MOYO *et al.*, 2016) e no entendimento do processo saúde-doença, bem como na relação com o paciente crítico, modificando, inclusive, a maneira de cuidar deste paciente (LONGUINIÈRE, YARID, SILVA, 2018).

Koenig (2012) destaca que aqueles que se valem da fé, independentemente da religião seguida, enfrentam os fatores físicos e emocionais de qualquer doença com mais sabedoria para lidarem com a dor e as dificuldades encontradas durante o tratamento. A valorização da religiosidade/espiritualidade, durante a assistência prestada à saúde, influencia positivamente no bem-estar dos pacientes (THIENGO *et al.*, 2019) tornando-se um aspecto de grande importância na vida humana com a associação positiva com a boa saúde mental (KIM; HUH; CHAE, 2015).

Pode-se perceber os complexos desafios que os profissionais de saúde possuem diante da implementação do cuidado em saúde em meio à pandemia, à perspectiva de esgotamento do sistema de saúde e ao enfrentamento cotidiano da morte em seu processo de trabalho. Considera-se que a espiritualidade e o seu exercício por parte dos profissionais podem se apresentar como um fator de proteção psíquica, aumento da qualidade de vida e melhor envolvimento do profissional no processo de cuidado.

Os profissionais de saúde e sua religiosidade no contexto da Covid-19: os estímulos e os limites do cuidado de si e do outro

As comunidades religiosas, a partir de suas tradições e das identidades sociais que possuem, apresentam, na maioria das vezes, uma grade de leitura da realidade que, em algumas situações, se aproxima das diferentes ciências desenvolvidas na atualidade e, em outras, delas se distanciam, mas em todos os momentos propõem um sentido de totalidade à realidade e à existência, o que termina por gerar atitudes, motivação e adesão às teses e à visão de mundo proposta (GOMES et al., 2019). Isto em particular se configurou como uma realidade na década de 80 do século passado no advento da aids no mundo, considerando-a como um castigo divino, uma das pragas previstas na Bíblia ou o salário do pecado (FERREIRA, 2016; BRITO; ROSA, 2018) e se repete, a partir de algumas lideranças religiosas, com relação à pandemia da COVID-19 (CUNHA, 2020).

Diante disto, a primeira coisa que se destaca é o aspecto ambíguo que as religiões podem ter em uma situação como esta, ou seja, o de proteção social e simbólica, em função da rede social de apoio e da identidade social, bem como a possibilidade de exposição ao adoecimento ou seu agravamento, quando apresentam a eficácia de construções teológicas como sendo científicas. Este último caso, por exemplo, pode ser observado quando se defende que a pandemia já estava prevista na Bíblia, bem como a indicação da sua cura, como foi exposto recentemente nas mídias sociais.

O estudo que procurou compreender o enfrentamento religioso da epidemia de Zika (LEMOS; CAMPOS, 2019) permitiu considerar que em quadros sociais como estes, a religião colabora com o ajustamento de seus membros à nova situação, com justificações religiosas para os desafios que se concretizam, bem como se configura como um instrumento no enfrentamento de frustrações e de situações difíceis, como é a possibilidade iminente de adoecimento e de morte e a necessidade de manutenção de isolamento social. Os autores ainda con-

sideram que a religião permite a construção da ideia de futuro, o que termina por gerar certa segurança e confiança.

Este contexto apresentado no parágrafo anterior se apresenta complexo quando se considera o enfrentamento da COVID-19 pelos profissionais de saúde. Uma doença desconhecida, de rápida propagação em materiais, superfícies e de forma aérea; possui comportamentos patogênicos específicos em diferentes lugares e grupos sociais sendo um desafio para os profissionais no cuidado direto às vítimas em unidades de saúde. No caso da equipe de enfermagem, este contexto ainda apresenta complexidade maior em função da presença próxima e atuante nas 24 horas dos 7 dias da semana.

Em face deste complexo quadro, considera-se como importante o autoconhecimento e a espiritualidade dos profissionais como uma questão importante para a prática clínica (OLIVEIRA, 2018). Neste sentido, recomenda-se que os profissionais de saúde utilizem, ao máximo, as potencialidades presentes no contexto de suas religiões para o cuidado de si, a manutenção de sua saúde mental e o equilíbrio em suas emoções para que possam enfrentar suas jornadas de trabalho, em especial quando se trata do cuidado às vítimas da COVID-19.

A realização de reuniões virtuais com a sua comunidade religiosa, em que se possa ler o livro sagrado de referência, compartilhar momentos de prece ou meditação, de acordo com a religião, discutir o Divino como algo presente na vida humana e que oferece um sentido totalizante à existência, mesmo no contexto de situações caóticas como a da pandemia, é algo simples, factível e que pode gerar conforto e estímulo. Se for viável dentro de normas de biossegurança recomendadas pelo Ministério da Saúde e pela instituição, deve-se permitir que os profissionais que desejem, portem pequenos objetos significativos que gerem maior sensação de segurança e apoio emocional, bem como estimular, para aqueles que queiram adotar, curtos momentos de uma atividade religiosa/espiritual específica da escolha do profissional.

Ao mesmo tempo, deve-se ter cuidado para que a visão religiosa do mundo e as práticas correlacionadas a ela adotadas pelos

profissionais, não influenciem negativamente na implementação do cuidado em saúde, como a realização de ato proselitista com pessoas que estejam gravemente enfermas ou em processo de morte/morrer, bem como com seus familiares. Este tipo de preocupação está presente inclusive entre os capelães que são confessionais, como mostra um estudo desenvolvido com estes atores sociais (FRANCISCO et al., 2015). Estes autores apontam, inclusive, que o respeito às crenças e à religiosidade do paciente é fundamental.

A adoção de resquícios de pensamentos mágicos que configuram uma certa ideia de proteção divina por causa da fé ou ainda garantida pelo ato de cuidar, assim como a adoção de julgamentos e classificações de pessoas e atitudes em certas e erradas, como às vezes é comum no pensamento religioso (LIMA, 2001), devem ser problematizadas com a proposta de construção de uma síntese entre a visão religiosa e os conhecimentos científicos.

Como pode ser visto, a religiosidade é um fenômeno complexo e multifacetado para os profissionais no contexto da pandemia pela COVID-19 e pode influenciar, direta e indiretamente, na implementação do cuidado. Busca-se a potencialização dos efeitos positivos e a minimização dos negativos para que se tenha um cuidado aos pacientes e um cuidado de si por parte dos profissionais que sejam de qualidade e livre de riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado ao longo do artigo, três dimensões são importantes para os profissionais de saúde: a espiritualidade como uma ferramenta importante no enfrentamento das adversidades, a vivência/experiência humanizada e saudável – dentro das possibilidades – do processo de morte na rotina de trabalho e a religião e religiosidade como um fenômeno complexo que pode se apresentar como estimulador ou limitador da saúde mental e do trabalho dos profissionais. Estas três dimensões convergiram para dois aspectos práticos interligados de enfrentamento da COVID-19 que são o cuidado de si,

que os profissionais devem ser estimulados a realizar como exigência profissional e compromisso ético e o cuidado ao paciente, que seja de qualidade, livre de risco e integral.

A espiritualidade e a religiosidade para os profissionais no contexto da pandemia podem se configurar como recursos para o enfrentamento das adversidades, fontes de força e consolo, influências na tomada de decisão clínica e interferências nos modos como o paciente é cuidado. Há, no entanto, o desafio sempre presente da necessidade de maior discussão destas questões na formação e na prática profissionais.

Com relação à abordagem dos cuidados paliativos, destaca-se a necessidade de oferecimento de suporte aos cuidadores, uma vez que a situação da pandemia tende a gerar esgotamento afetivo, desequilíbrio emocional e até mesmo quadros de *Burnout*. A quantidade de pacientes, a rapidez do seu agravamento e a morte recorrente no cenário ocupacional são algumas das questões que devem ser abordadas. Desse modo, deseja-se evitar a fadiga por compaixão, como já apontado ao longo do texto.

Outros estudos acerca desta temática devem ser realizados e pesquisas empíricas conduzidas para uma melhor compreensão do fenômeno difícil e complexo enfrentando pelos profissionais nas unidades de saúde no auge da crise pelo novo Coronavírus. A tríade espiritualidade-cuidado paliativo-religiosidade deve estar presente como forma de auxiliar o profissional a manter sua qualidade de vida, a diminuir o seu sofrimento laboral e a aprofundar questões que lhe tocam como pessoa e subjetividade. Ao mesmo tempo, esta tríade deve ser abordada na formação dos profissionais e em seu cotidiano laboral como forma de garantia do cuidado como uma relação humanizada e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Protocolo de manejo clínico do Coronavírus (COVID-19) na atenção primária à saúde**. Versão 5. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2020.

BARBOSA, S. C.; SOUZA, S.; MOREIRA, J. S. A fadiga por compaixão como ameaça

à qualidade de vida profissional em prestadores de serviços hospitalares. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 315-323, jul-set 2014.

BRITO, F. L. C. B.; ROSA, J. M. "Os leprosos dos anos 80", "Câncer gay", "castigo de Deus": homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 751-778, jan-mar. 2018.

LEMONS, F.; CAMPOS, F. L. Z. D. P. A religiosidade no enfrentamento do surto epidêmico de zika vírus no nordeste brasileiro. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 33, n. 1, pp. 83-102, jan-abr, 2019.

CARVALHO, R. T. et al. **Manual de Cuidados Paliativos**. ANCP. 2ª.ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CUNHA, M. Nem "obra de Satanás", nem "castigo de Deus": a pandemia é oportunidade. **Carta Capital**, março de 2020. Diálogos da Fé. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nem-obra-de-satanas-nem-castigo-de-deus-a-pandemia-e-oportunidade/>. Acessado em: 20 de abril de 2020.

EVANGELISTA, C. B. et al. Espiritualidade no cuidar de pacientes em cuidados paliativos: Um estudo com enfermeiros. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 176-182, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452016000100176&lng=en&nrm=iso>. |Acesso em: 07 julho 2020.

FERREIRA, T. S. O salário do pecado é a AIDS: representações de gênero em vídeos católicos e governamentais de prevenção ao HIV na África. **Mandrágora**, São Paulo, v.22. n. 2, pp. 91-125, 2016.

FRANCISCO, D. P. et al. Contribuições do serviço de capelania ao cuidado de pacientes terminais. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 212-219, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000100212&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 julho 2020.

FULMER, T. et al. Physicians' views on advance care planning and end-of-life care conversations. **J Am Geriatr Soc.**, New York, v. 66, n. 6, pp. 1201-1205, 2018.

GOMES, A. M. T. et al. A religiosidade para pessoas vivendo com HIV/Aids: um estudo de representações sociais. *Enfermagem Brasil*, São Paulo, v. 18, n. 6, pp. 759-758, 2019.

LIMA, R. O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 7, pp. 1-5, 2001.

LONGUINIÈRE, A. C. F.; YARID, S. D.; SILVA, E. C. S. Influência da religiosidade/espiritualidade do profissional de saúde no cuidado ao paciente crítico. **Rev Cuid**, Bucaramanga, v. 9, n. 1, pp. 1961-1972, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732018000101961&lng=en&nrm=iso>. access on 07 July 2020. <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v9i1.413>.

MENDES, A. P. M. *Cuidados paliativos: diagnóstico e intervenção espiritual*. 2ª.ed. Lisboa: Multinova, 2016.

MOYO, M. et al. Healthcare practitioners' personal and professional values. **Advances in Health Sciences Education**, Alberta, v. 21, n. 2, pp. 257-286, 2016.

KIM, N. Y.; HUH, H. J.; CHAE, J. H. Effects of religiosity and spirituality on the treat-

ment response in patients with depressive disorders. *Compr Psychiatry*, New York, v. 60, pp. 26-34, 2015.

KOENIG, H. G. Religion, Spirituality, and Health: The Research and Clinical Implications. **International Scholarly Research Network ISRN Psychiatry**, Londres, v. 2012, pp. 1-34, 2012.

OLIVEIRA, J. A. C. **Desafios do cuidado integral à saúde: a dimensão espiritual do médico se relaciona com sua prática na abordagem espiritual do paciente.** 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLAKIEWICZ, R. Saúde mental de profissionais de enfermagem na pandemia de coronavírus. 2020 abr 02. In: Portal PebMed. Disponível em: <https://pebmed.com.br/saude-mental-de-profissionais-de-enfermagem-na-pandemia-de-coronavirus/>. Acessado em: 20 abr 2020.

SILVA, B. S. *et al.* Percepção de equipe de enfermagem sobre espiritualidade nos cuidados de final de vida. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 21, n. 4, pp. 01-08, 2016.

THIENGO, P. C. S. *et al.* Espiritualidade e religiosidade no cuidado em saúde: revisão integrativa. *Revista Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 24, n. e58692, pp. 1-12, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating palliative care and symptom relief into the response to humanitarian emergencies and crises.** World Health Organization, 2018. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/274565> .

12. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA COVID-19: O APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NA CIDADE DE SALVADOR-BA

Veronica Vieira **NUNES**

César Costa **VITORINO** (FVC, MPIES/UNEB,
EPODS/UNEB e NGEALC/UNEB)

Elisete Santana da Cruz **FRANÇA** (FVC, FORMACI, GEPSS)

*Não somos bicho e nem lixo.
Nós somos anjos, não somos o mal.
Nós somos arcanjos no juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam se-
rem santos.
Não somos lixo.*

Carlos Eduardo (Cadu), Morador de rua em Salvador.

Resumo

O artigo aborda questões da População em Situação de Rua (PSR) na cidade de Salvador-BA em momento de pandemia COVID-19. Utiliza procedimento de pesquisa bibliográfica. Enfatiza que o termo PSR é utilizado pelo Serviço Social nas produções acadêmicas da atualidade. Justifica que os autores preocupam-se com as precárias condições de processo de trabalho do Assistente Social junto a PSR. Questiona a invisibilidade e a suposta visibilidade de PSR e os direitos assegurados por lei para essas pessoas. Apresenta resultado de pesquisa atual que justifica a ausência de dados oficiais no Brasil para a implementação de políticas públicas para PSR. Propõe continuidade de pesquisas para diagnosticar a situação PSR no Brasil para que se possa instituir políticas socioassistenciais. Reflete sobre a atuação dos anônimos que fazem parte da Legião do Bem, dando comida a quem tem fome e orientando a PSR como se proteger do COVID-19. Apresenta síntese de ativista político e cientista político

sobre a pandemia no mundo. Socializa algumas ações do governo municipal soteropolitano para proteção de PSR em época pandemia. Comenta sobre a atuação social, pois são colocadas à disposição lavanderias para lavar roupas de PSR e hotel para moradia temporária para essas pessoas. Solicita medidas mais enérgicas dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais em prol de fazer valer os direitos de PSR.

Palavras-chave: Covid-19; PSR; Serviço Social; Direitos Humanos; Salvador.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender horizontes éticos-políticos-humanos relacionados à População em Situação de Rua (PSR), na cidade de Salvador-BA, em época de pandemia do coronavírus. Parte da reflexão sobre o papel do Assistente Social em relação a PSR e os processos de exclusão social e rualização⁵⁷. Sabe-se que a existência de PSR é um fenômeno decorrente das transformações econômicas, políticas e sociais que acometem principalmente nas grandes metrópoles, em nível mundial. A pergunta da pesquisa é: *Como o Assistente Social no exercício da profissão na rede pública municipal pode ajudar a População em Situação de Rua (PSR) em Salvador-BA a se prevenir contra o Corona vírus?*

No ano de 2009, o Governo Federal do Brasil criou a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). Dentre os objetivos da referida Política está o de assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas, o que inclui a de saúde.

A Pesquisa Nacional sobre PSR, responsável por um estudo mais detalhado, inclusive mostrando percentuais, aponta que a grande maioria destes indivíduos exerce algum tipo de atividade remunerada, especialmente na economia informal e costuma dormir nas ruas. Estas pessoas vivem em condições de vida muito precárias, têm dificuldade

57 O processo de rualização parte de uma concepção oposta de achar que os sujeitos 'são da rua', desta forma o entende como um processo social que se configura a partir de múltiplos condicionantes, e num espaço de tempo. Para ser interrompido, este processo necessita de ações preventivas ou ainda intervenções quando o tempo de estada na rua dos sujeitos é ainda curto, potencializando assim a efetividade das ações para sua reversão (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

de acesso a direitos básicos da cidadania como habitação, alimentação, trabalho, higiene e saúde. Os principais problemas de saúde dessas pessoas referem-se ao abuso de substâncias psicoativas, HIV/AIDS, transtornos mentais/psiquiátricos, problemas odontológicos, dermatológicos e gastrointestinais, embora no momento da pesquisa (2020) argumentassem que não queriam entrar em detalhes a respeito de problemas de saúde (AGUIAR; IRIART, 2012).

O Assistente Social, profissional que sempre tem uma escuta sensível em relação ao outro, no desempenho de atividades inerentes a sua profissão, evidencia no cotidiano da sua interlocução direta com a realidade social vivenciada por PSR que devem ser constantes as cobranças em relação às medidas sociais às autoridades governamentais.

Trajetória metodológica

Quanto ao procedimento, trata-se de pesquisa bibliográfica, ou seja, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Sabe-se que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002). Fez-se leitura de alguns artigos publicados em jornais de grande circulação na cidade de Salvador - BA e de outras localidades do Brasil, livros e artigos online das áreas de Serviço Social, Sociologia, Saúde, teses e dissertações com temáticas sobre PSR. A discente de Serviço Social (FVC) e autora desse artigo teve escuta sensível com PSR utilizando roteiro *Ação didática e escuta sensível de discentes de Serviço Social (FVC) para entrevista com PSR na cidade de Salvador - BA* (VITORINO; FRANÇA, 2020).

Serviço Social: o lugar de fala

Mioto e Nogueira (2013) concordam que faz tempo que o estudo das políticas sociais no Serviço Social é preocupação e objeto de investigação. Para as pesquisadoras, o surgimento e o aprofundamento

desse debate ocorreram ao longo das duas últimas décadas do século 20, e a sua consolidação, no início do século 21. Iamamoto (2007, p. 239), no tocante ao Serviço Social, enfatiza

[...] não se institucionaliza como uma ciência especial no quadro da divisão do trabalho. Essa especialização do trabalho não surge com a função precípua de produzir conhecimentos que articulem um campo ‘peculiar do saber’ [...] ainda que se inscreva oficialmente no campo das ‘ciências sociais aplicadas’. O fato de o Serviço Social constituir-se uma profissão traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social [...].

Na verdade, foi por meio da consistente produção de conhecimento e da inserção peculiar dos órgãos representativos da categoria profissional no processo de luta pela institucionalização das políticas públicas compatíveis com os valores apresentados no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais que se deu a estreita relação entre Serviço Social e políticas sociais e, conseqüentemente, o aumento de estudos que abordam essa temática na profissão. Há necessidade de o Serviço Social propor intervenção que auxilie na garantia e na universalização dos direitos sociais, obviamente preconizados do Código de Ética e Lei de Regulamentação de 1993. O assistente social possui as funções pedagógica e educativa no que se refere ao trabalho com a participação social. Bonin e Krüner (2015, p. 65) argumentam que “O planejamento representa uma dimensão político-decisória na materialidade dos objetivos profissionais e das políticas sociais com as quais se trabalha”. Deve-se pensar ainda que planejar é uma das atribuições presentes na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Na condição de discente, um dos autores utilizou roteiro elaborado por Vitorino e França (2020) para entrevista com PSR antes da pandemia na cidade de Salvador e solicitação de isolamento social.

O termo PSR é utilizado pelo Serviço Social nas produções acadêmicas da atualidade. Na formação universitária, o bacharel neces-

sita de conhecimentos necessários para compreender que o Serviço Social precisa ter sobre os fundamentos da temática PSR. A socialização desse saber possibilita ao estudante compreender o contexto de vida das pessoas que utilizam a rua como moradia e sobrevivência. Quanto à análise do nível de ensino das produções, Ouriques (2016, p.53) adverte que: “a maior concentração das produções sobre PSR nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social está nas universidades privadas – totalizando 19 trabalhos do total de 26. As demais produções (sete) são das universidades públicas (estaduais e federais)”. Outra produção interessante é de Miranda (2016), intitulada *População de rua em Salvador: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015)*, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Geografia. A autora faz análise da população de rua, em Salvador-Ba, tendo a dimensão do direito à cidade como perspectiva que constitui, por um lado, os territórios e, por outro, os espaços assistenciais.

Muita coisa pode/deve ser pesquisada em relação a PSR, mas a estudante de Serviço Social da FVC, uma das autoras dessa calorosa discussão, pretende, em outro momento, discutir a respeito das precárias condições de processo de trabalho do assistente social junto a PSR. No caso de contato com PSR esse profissional quase sempre tem também a companhia de outros profissionais. Há, portanto, preocupação de (re)conhecer algumas das ações desenvolvidas junto a essa população e as políticas sociais de atendimento em âmbito público no município de Salvador-Ba, *locus* de pesquisa. Sabe-se que os espaços assistenciais da gestão pública municipal são: a) Os Equipamentos e serviços de atenção à população de rua; b) Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua; c) As Unidades de Abrigamento Institucional; d) Consultório na Rua. Adianta-se que em produção acadêmica futura dar-se-á prioridade em estudar mais detalhadamente essas ações assistenciais municipais.

Da invisibilidade à suposta visibilidade: moram as dores nas ruas de Salvador?

A PSR, a partir do ano de 2005, forma o “Movimento Nacional da População em Situação de Rua” e, por meio do referido movimento, obteve conquistas sociais (no seu processo de autonomia e ampliação de políticas sociais), daí da invisibilidade social à possível visibilidade. O Movimento “foi fruto da crescente indignação com a violência e a negação de direitos a que esse público está submetido” (BRASIL, 2014, p.19). Como exemplo de avanço, tem-se a realização da primeira Pesquisa Nacional da População de Rua em 2008, a conquista de um assento no Conselho Nacional da Assistência Social em 2014 e no Conselho Nacional de Saúde em 2013, e a implantação de seis Comitês Estaduais e Municipais da População em Situação de Rua, inclusive o Comitê Técnico Estadual de Saúde para a População em Situação de Rua do Estado da Bahia. São pertinentes as reflexões/indagações:

Quem são essas pessoas que vivem nas ruas de Salvador? O que se sabe sobre elas e eles? Marcos, Antônio, Julião, Claudemira, Joanira, Leandro são pessoas que têm nomes, histórias e seguem no espaço urbano, defendendo sua existência dia a dia. Homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, esquizofrênicos, qual é o espaço que a cidade reserva para essas pessoas? É possível essas pessoas terem direito à cidade? (MIRANDA, 2016, p. 79-80)

Na análise de dados, Miranda (*op.cit.*) utiliza nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados e para manter a clareza textual, mas certamente pouco se sabe sobre PSR e, de forma instigante, o pesquisador questiona a possibilidade dessas pessoas terem direito a cidade como espaço de convivência social. Elas têm dores que muito analgésico não pode amenizar.

Outra contribuição é apresentada em **Saúde da população em situação de rua: um direito humano** (2014), cartilha organizada pelo Ministério da Saúde com objetivo de expor diretrizes, estratégias e

ações destinadas à melhoria das ações de saúde para a PSR; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir seu acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado. Do ponto de vista legalista, está tudo bem fundamentado e organizado no papel, mas será que esses direitos são de fato assegurados à PSR? Não devemos esquecer que o §1º, artigo 23, da Portaria MS/GM nº 940, de 28 de abril de 2011, isenta os ciganos, nômades e moradores de rua da exigência de apresentar o endereço do domicílio permanente para aquisição do **Cartão SUS**. Sobre esse assunto é importante ressaltar que qualquer pessoa tem o direito de ser atendido nas unidades de saúde, independentemente de apresentação de documentação.

Diante do exposto nessa portaria, observa-se que, no que se refere ao atendimento das PSR em Salvador no contexto atual (isolamento social e prevenção ao coronavírus), o gestor municipal tomou medidas de acolhimento tendo como foco principalmente as pessoas idosas, a partir de ação de técnicos nas ruas da cidade, bem como averiguação da situação de saúde dessas pessoas visando, otimizar o atendimento das pessoas que mais necessitam de olhar clínico médico. As dores moram junto a PSR porque raramente há atendimento, por exemplo, para adolescentes grávidas e drogadas que ao chegarem a um hospital são quase sem maltratadas. Nesse sentido, há o acompanhamento ou a intervenção de um Assistente Social para lembrar que está na lei do nosso país que não deve existir discriminação no atendimento. É como se a PSR clamasse **Assistentes sociais, rogai por nós!!!**

Sobre a invisibilidade da PSR, é importante dizer que se encontra presente nos diversos órgãos institucionais e governamentais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois os dados sobre esse público não existem para IBGE, visto que essa população não é contabilizada no Censo. Essa situação de invisibilidade foi observada por Natalino⁵⁸ que realizou uma pesquisa

58 Marcos Antônio Carvalho Natalino é Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de

publicada em 2016, sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil.

Para Natalino (2016) a ausência de dados oficiais no Brasil minimiza a implementação de políticas públicas e reproduz a invisibilidade social da população de rua na esfera das políticas sociais. Sabemos que um dos fatores da invisibilidade da PSR ocorre porque o censo realizado a cada 10 anos e a verificação realizada periodicamente sobre o levantamento quantitativo da população brasileira não incluem as pessoas sem domicílios. Por isso, a pesquisa realizada subsidiou-se nos dados disponibilizados pelos 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas).

Sobre a dificuldade de coleta de dados pelos órgãos oficiais, no que se refere a esse contingente populacional, Natalino (*op.cit.*) comenta que tal dificuldade fomentou diversas iniciativas de alguns municípios em realizar um levantamento sobre a população em situação de rua. Ele, entretanto, destaca a ação desenvolvida por São Paulo que, em articulação com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) – 2015, realizou levantamento situacional dessa população que revelou um crescimento de cerca de 2,6% ao ano entre o período de 2009 e 2015.

Diante da falta de informação sobre a situação dessa população, bem como de políticas sociais os organismos internacionais por meio do “[...] Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), instituído em conjunto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua via Decreto nº. 053/2009 [...]” (NATALINO, 2016, p. 08) é que solicitou-se a inclusão dessa população no censo 2020.

A investigação revelou a necessidade de ampliar a realização de pesquisas para diagnosticar a situação PSR no Brasil para que se possam instituir políticas socioassistenciais. Sabe-se que muitos municí-

Janeiro (UFRJ). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Enap), Mestre e Bacharel em Sociologia (UFRGS). Atua principalmente nos seguintes temas: avaliação e implementação de políticas públicas; proteção social e cultura; direitos humanos.

pios não têm dados sobre essa população, principalmente nas grandes metrópoles. Em outro momento já observou-se preocupação, pois: “As pessoas que vivem em situação de rua em todo o país são invisíveis aos olhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso porque a entidade não aplica o Censo - um levantamento sobre o perfil dos brasileiros - na população de rua” (VIGNE, 2018, p.1).

Ainda sobre a situação de invisibilidade da PSR, em setembro de 2018, o Projeto Axé, em articulação com o Movimento Nacional da População de Rua, mobilizou educadores e educandos para solicitar a inclusão desse contingente populacional no Censo 2020, pois, cerca de 17 mil pessoas vivem nas ruas de Salvador, foi um dado adquirido a partir de um mapeamento realizado pelo Projeto Axé e a UFBA conforme reportagem do Correio da Bahia⁵⁹.

A Legião do Bem: dai comida a quem tem fome e orientai como se proteger do COVID-19 os nossos semelhantes

A PSR encontra total apoio para a sobrevivência principalmente nos anônimos que diuturnamente vão aos vários locais onde essas pessoas se encontram para levar uma palavra de conforto, mensagem bíblica, solidariedade, roupas, comidas e lanches. No ano de 2020 com o tema “Fraternidade e vida: dom e compromisso” e o lema “Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” (Lc 10, 33-34) “favorecem a percepção da vida que se manifesta tanto na beleza e na alegria quanto nas feridas que eventualmente machucam e que, se não forem cuidadas, podem ameaçar a vida” (CAMPANHA DA FRATERNIDADE: ATIVIDADE COM LITERATURA, 2020, p. 2). É assumida uma leitura reflexiva do que foi apresentado, como devemos agir diante do nosso semelhante, fazendo a ele o que gostaríamos que fizessem conosco. Vale a pena enfatizar que a Campanha da Fraternidade é uma iniciativa da Igreja Católica e trata-se de uma experiência de solidariedade e de

⁵⁹ Informações retiradas da reportagem publicada no Correio da Bahia. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-em-situacao-de-rua-nao-apa-recem-nos-dados-do-ibge-acao-pede-inclusao/>> Acesso em: em 02 e mai. 2020.

fraternidade motivada pelas fontes da fé e pelo compromisso evangélico permanente de construir a justiça social. Para o ano de 2020, a Igreja, no tempo da Quaresma, promoveu o tema da vida, expressando que ela é dom e compromisso. Esse chamado da Igreja deve tocar nos corações humanos para que na vida real possa ajudar as pessoas, principalmente as PSR que são discriminadas, consideradas por alguns nocivas à sociedade.

As palavras podem trazer conforto à alma, mas a comida alimenta o corpo. A Legião do Bem como já dito anteriormente, às vezes, mesmo sem combinação, dirige-se aos vários locais de convivência de PSR para distribuir café da manhã, almoço, lanche, sopa, mingau, suco, biscoito. Nesse momento, nos reportaremos ao espaço de convivência da conhecida Estação Aquidabã. Nesse espaço, crianças, adolescentes e adultos recebem 3 ou 4 refeições durante o dia, formando filas (por solicitação das pessoas que distribuem gratuitamente os alimentos) e também aqueles que desejam comer mais um pouco são orientados a retornarem para a fila. A gastronomia diversificada, e muitas vezes com cuidados de equipe de nutrição, pode ser considerada banquete dos deuses para o nosso semelhante.

Em contato informal com algumas PSR do Aquidabã, um dos autores do artigo soube que alguns dos motivos para afastamento do convívio familiar devem-se a: a) uso de drogas ilícitas e expulsão do lar por um dos familiares; b) dívidas com grupos de facções de bairros periféricos; c) perda do emprego por constantes faltas, daí a demissão impossibilita pagar aluguel e comprar alimentos para a família; d) devido à baixa escolarização não consegue emprego e entra no mundo das drogas; e) após prisão por furtos não consegue emprego; f) perda da moradia por dívida com drogas; g) ao revelar em casa a opção sexual é convidado a sair de casa. Não adianta aqui elencar mais coisas, mas vale lembrar que quem puder e se sentir sensibilizado para ajudar pode fazer sem muito alarde, pois que a mão esquerda não saiba o que faz a direita, ou seja, que o ser humano não busque a atenção ou holofotes da mídia para as suas ações às custas de aflições, dores e sofrimentos daqueles que são necessitados. Para ilustrar apresentamos, a seguir, a

fala de Ari, um representante de PSR, que no bairro do Comércio, ao ser entrevistado, disse: “Acho que as pessoas estão com medo de serem infectadas por nós, mas quem tem anticorpo da rua, não pega isso não” (MARTINS, 2020, p.1). É necessário que Assistentes Sociais e demais profissionais estejam dialogando constantemente com COVID-19.

No mês de março de 2020 aconteceu uma campanha promovida por professores e estudantes do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Os membros da equipe distribuíram 500 kits de higiene e lanches para PSR, com o objetivo de ajudar a conter o avanço da Covid-19, parcela da população mais vulnerável de Salvador⁶⁰.

Os kits continham produtos como: álcool gel, sabonete, creme dental, escova de dente, papel higiênico, toalhas, água mineral, além de panfletos com informações gerais sobre o novo coronavírus e cuidados com a higienização. Todo material, de acordo com a divulgação online no portal UFBA, resultou de doações e posteriormente foi distribuído para PSR nas regiões do Pelourinho, Aquidabã, Piedade, Gamboa, Pela Porco, Largo dos Mares, Gravatá, Comércio e Água de Meninos. Explicou que professora Joilda Nery, uma das responsáveis pelo trabalho, argumentou: “Nós queremos chamar a atenção da sociedade e do poder público sobre a parcela da população mais vulnerável. Não é assistencialismo, é um direito dessas pessoas”. É posicionamento semelhante à da docente que nós, educandos e educadores, podemos exigir dos representantes da nossa cidade, na esfera estadual e municipal.

Algumas considerações em tempos da pandemia coronavírus e as ações do governo municipal soteropolitano

Ativista político e cientista político: os olhares

Com a lamentável época de convivência com a pandemia coronavírus que afeta todo o mundo, somos bombardeados diuturnamente com uma grande quantidade de produção sobre o assunto. De

⁶⁰ Os autores do artigo participaram de campanhas solidárias em época de Covid-19 para ajudar com alimentos não perecíveis e kit higiene a população de baixo poder aquisitivo em bairros periféricos de Salvador.

todas as áreas do conhecimento há produções, mas nesse momento cabe-nos um olhar crítico sobre a socialização dessas escritas.

Chomsky (2020), no artigo *Capitalismo selvagem e a sobrevivência da humanidade*, ratifica que os cientistas desde a epidemia de SARS de 2003 vêm alertando o mundo para uma pandemia. Naquele momento, as vacinas foram desenvolvidas, mas não avançaram além do nível pré-clínico. Talvez, a não precaução deva-se ao fato de os capitalistas pensarem o seguinte: “*não há lucro em evitar uma catástrofe futura*” (CHOMSKY, 2020, p. 153). Essa ponderação sensata do ativista político Chomsky é lucida para entendermos a situação vivenciada com a COVID-19, ano 2020.

No momento atual há preocupação de governantes de todos os países, do Ministério da Saúde, Médicos Infectologistas, Enfermeiros, Assistentes Sociais, Técnicos em enfermagem, Biólogos e da população em geral para combater essa pandemia. Os cientistas de muitos países têm trabalhado muito para descobrirem como é que o coronavírus infeta as pessoas e as põe doentes com Covid-19. Sabe-se até o momento que o coronavírus também se transmite através do contato com superfícies ou objetos infetados. Solicita-se, então, que as pessoas fiquem em casa, lavem constantemente as mãos e ao saírem às ruas (quando for necessário) usem máscaras como medidas de precaução (SOUSA, 2020). No caso das pessoas em Situação de Rua, o que fazer?

Otoni (2020), cientista político, enfatiza que a pandemia do COVID-19 é, de fato, um evento abrupto de proporções globais. Ele faz críticas às ideias que se propagaram que a crise sanitária e econômica é o caminho mais viável para uma sociedade mais justa e igualitária. Já que o futuro é incerto e limitado, logo a esperança nossa, seres humanos esperançosos por natureza, está na ação política. Sendo assim, o combate à pandemia possivelmente deixará um legado menos traumático aos projetos nacionais que incluíram as demandas populares.

Lavanderias para lavar roupa suja na rua e hotel como moradia temporária

Brito (2020), em defesa aos direitos humanos, argumenta que o Ministério Público (MP) do estado da Bahia recomendou à Secretaria

Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE) de Salvador a reorganização do serviço socioassistencial contínuo às pessoas em situação de rua devido à pandemia do coronavírus. Para ele:

O trabalho deve realizar uma ‘observância apurada’ para prevenção e identificação de casos suspeitos de coronavírus. Segundo a recomendação, a abordagem social deve considerar o mapeamento socioterritorial da incidência das situações de risco pessoal e social em Salvador e da rede instalada no território.

Além disso, foi recomendada a estruturação dos serviços de abrigo institucional para o acolhimento provisório a pessoas adultas ou a famílias, com ou sem crianças, que estejam em situação de rua, adotando medidas de prevenção, identificação de casos suspeitos e de tratamento de danos decorrentes da pandemia (BRITO, 2020, s/p).

Graças ao espírito de solidariedade e ao cumprimento do papel interventivo do MP solicitou-se a identificação de casos suspeitos de COVID-19 de moradores em Situação de Rua, fazer mapeamento socioterritorial e providenciar abrigo para acolhimento provisório. De fato, fez-se cumprir o que preconiza o art. 5º, da Constituição Brasileira (1988), que explicitamente diz: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.* E continua III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Em vários lugares da cidade de Salvador distribuí-se itens de higiene pessoal como sabonete e álcool em gel para Pessoas em Situação de Rua.

O G1-BA, em 31/03/2020, noticiou que no Aquidabã (Avenida JJ Seabra), na cidade de Salvador-BA, a Lavanderia móvel foi disponibilizada para que PSR possam utilizá-la. Na oportunidade, revelou tratar-se de uma parceria com a Agência Adventista para o Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Leste (ADRA), cujo objetivo consiste em aten-

der a PSR, para que eles consigam lavar suas roupas, manter higiene e evitar disseminação do Covid-19. O prefeito ACM Neto participou da entrega da lavanderia. A previsão é que a máquina permaneça no local por quinze dias e depois será transferida para outro local.



Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/31/lavanderia-movel-e-disponibilizada-para-que-pessoas-em-situacao-de-rua-de-salvador-possam-higienizar-roupas.ghtml>. Acesso em: 02 mai. 2020.

Em relação à estrutura, vale ressaltar que na lavanderia, trazida de São Paulo para a capital baiana, há três compartimentos, sendo uma cozinha para preparo das refeições, uma sala para atendimento psicossocial e outro compartimento com máquinas industriais de lavagem e secagem, com capacidade para 280 quilos e cada processo dura cerca de uma hora e meia. O acesso ao serviço será feito através das equipes de abordagem social da ADRA e SEMPRE, com apoio de aproximadamente 15 voluntários. A previsão é que sejam realizados 500 atendimentos por dia, inclusive aos finais de semana, no horário das 8 h às 15 h.

Através do G1 BA, meses de março e abril / 2020, sabe-se que:

1) A Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE) anunciou algumas medidas para prevenir a proliferação do coronavírus entre pessoas em situação de vulnerabilidade em Salvador. São elas: distribuição de materiais de proteção entre assistentes sociais e funcionários, além de alterações na rotina do Restaurante Popular,

cadastramento do Bolsa Família, abrigo de idosos e unidades de acolhimento a pessoas em situação de rua;

2) O cadastro de pessoas no programa Bolsa Família está mantido, porém de maneira reduzida. A sede do CADÚNICO, no bairro do Comércio, vai reduzir o atendimento em 50% de pessoas atendidas ao mesmo tempo, com o objetivo de evitar aglomerações. Além disso, o espaço de atendimento entre os servidores será ampliado para evitar contato próximo, e eles utilizarão máscaras e álcool em gel;

3) O Restaurante Popular tem o seu horário de funcionamento ampliado das 11h30 às 13h30. A ampliação do atendimento visa priorizar idosos e pessoas com deficiência, que também serão beneficiados com entregas de quentinhas. Haverá também ampliação das doações a pessoas em Situação de Rua e público dos centros de assistência social;

4) Há um albergue, ou seja, nova unidade provisória que possivelmente poderá abrigar 160 pessoas em Situação de Rua, bairro Calçada, em Salvador. O serviço de acolhimento acontecerá pelo período de até seis meses, em atendimento a situação de calamidade e emergência em função do coronavírus. O local de acolhimento é um hotel desativado e as vagas foram fruto de um acordo entre a Prefeitura de Salvador e o proprietário do imóvel;

5) Com a ajuda de principalmente uma Assistente Social, antes de entrar no hotel, a população passa pelo protocolo de acesso. A medida consiste em fazer uma avaliação prévia das condições dos acolhidos, para realização dos encaminhamentos necessários, que são acolhimento, observação ou tratamento médico. No local, as pessoas acolhidas receberão alimentação, espaço para higienização pessoal e de pertences, além de atendimentos que visam o desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social, cuidados pessoais, orientação para acesso à documentação e atividades de convívio e de organização da vida cotidiana.

Provavelmente a pandemia criará uma consciência mais solidária na humanidade. A validação desta “ação” seria plausível se não existissem relações de poder, instrumentos de controle e submissão exercidos, pela minoria de bilionários sob a humanidade. A solida-

riedade, na maioria das vezes, esbarra nos interesses reais de quem concentra o poder, a exemplo do recente confisco de equipamentos e suprimentos médicos feitos pelos EUA em cargas internacionais noticiado em jornais de grande circulação e nas emissoras de TV. Admitese que as sociedades sob a orientação socialista estão mais aptas a enfrentarem desafios humanitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual pandemia serve para algumas advertências relacionadas ao contexto social, ou seja, na vida há também separações, conflitos, guerras, pandemias e mortes. É necessário, às vezes, falar de coisas reais, doloridas, traumáticas, que possam testar a capacidade de o ser humano ser solidário. Como se diz: Conhece-se quem tem espírito solidário nas dificuldades. Em tempo de pandemia COVID-19, vale a pena ser solidário. A esperança está nos cientistas, numa luta sem vaidade, em descobrirem imediatamente a cura.

PSR, quase sempre invisibilizados, são crianças, adolescentes, homens, mulheres, velhos e velhas. Pode-se observar famílias com 3 a 4 filhos vivendo em estado de extrema pobreza. Graças ao espírito de solidariedade essas pessoas recebem em todos os turnos refeições como: café da manhã, lanches, almoços, sopa e mais uma vez lanches. Os transeuntes podem testemunhar constantes brigas devido ao uso de bebidas alcoólicas e também de drogas. São os mais variados motivos para que esses negros e negras, que são maioria, justifiquem porque não têm um teto para abrigar a cabeça e o corpo.

No artigo, enfatizou-se que há maior predominância de estudos sobre PSR em instituições localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil. Carece, então, de maior envolvimento de pesquisadores de universidades e faculdades localizadas no nordeste brasileiro, particularmente na cidade de Salvador-BA, para conseguir parcerias e lutar pelos direitos da PSR. Faz-se necessária também a realização de uma pesquisa censitária da PSR, fazendo uso de metodologia específica que

possibilite mapear, sistematizar dados socioeconômicos, seguido de uma pesquisa qualitativa que possa (re)pensar ações benéficas.

Compreende-se que a pandemia é melhor respondida por países que preservaram um nível razoável de serviços públicos de caráter universal. Na verdade, partidos políticos e adversidades políticas parecem ter ficado a parte na cidade de Salvador, pois os governantes municipal e estadual têm demonstrado interesse em preservar vidas, colocando à disposição profissionais, fazendo-se, às vezes, até contratos emergenciais, principalmente da área de saúde para atender a população em geral, porque essa pandemia não escolhe classe social. Nesse momento, é inegável que os corações têm ficado mais sensíveis em relação à PSR.

Os serviços assistenciais são, quase sempre, terceirizados e precarizados com a justificativa de gerar menos custos para os cofres do município. Não é somente a PSR que não tem seus direitos efetivados, mas também os profissionais que atuam nesses serviços. É preciso rever essa situação em nome do respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(1):115-124, jan, 2012.

BONIN, S.; KRÜGER, T. R. Planejamento e Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**, n. 21, v. 2, p. 63-83, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 mai. 2020.

BRITO, G. **DIREITOS HUMANOS**, 2020. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/50456>. Acesso em: 02 mai. 2020.

CHOMSKY, N. Capitalismo selvagem e a sobrevivência da humanidade. In: TOSTES, A.; FILHO, H. M. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1. ed. Bauru, SP: Canal 6, 2020. Recurso digital. p. 152 -161.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, R. **População de rua de Salvador em tempos de Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2124828-populacao-de-rua-de-salvador-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 03 mai.2020.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, v. 16, n. espec., Florianópolis, 2013.

MIRANDA, N. C. J. **População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade**. 2016. 239 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. [In]: Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

OTONI, P. Presente e futuro: sete apontamentos. In: TOSTES, A.; FILHO, H. M. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1. ed. Bauru, SP: Canal 6, 2020. Recurso digital. p. 171 -180.

OURIQUES, C. Q. **A pedra angular: fundamentos utilizados pelo serviço social sobre a população em situação de rua**. 2016.248f.Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

SOUSA, M. J. S. **Corona**, o vírus. Disponível em: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/livro-coronavirus-explicado-as-criancas.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VIGNÉ, J. Moradores em situação de rua não aparecem nos dados do IBGE: ação pede inclusão. **Correio da Bahia**, Salvador, 23 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-em-situacao-de-rua-nao-aparecem-nos-dados-do-ibge-acao-pede-inclusao/>> Acesso em: 06 mai. 2020.

VITORINO, C.C.; FRANÇA, E.S.C. Ação didática e escuta sensível de discentes de Serviço Social (FVC) para entrevista com PSR na cidade de Salvador - BA. In: **Projeto de Serviço Social FVC**. Salvador - BA, 2020.

SITES

Ação social de grupo da UFBA distribui kits de higiene e lanche para a população de rua. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/acao-social-de-grupo-da-ufba-distribui-kits-de-higiene-e-lanche-para-populacao-de-rua. Acesso em: 06 mai.2020.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2020: ATIVIDADE COM LITERATURA. Disponível em:https://www.grupo-sm.com/sites/sm-espana/files/resources/Brasil/Arquivos/CF_2020_Digital_baixa.pdf. Acesso em: 06 mai. 2020.

PORTARIA N° 940, DE 28 DE ABRIL DE 2011 Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html. Acesso em: 07 mai.2020. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/aquidaba-recebe-lavanderia-movel-para-ajudar-pessoas-em-situacao-de-rua/> Acesso em: 06 mai. 2020.

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/24/programa-distribui-itens-de-higiene-pessoal-e-informacoes-sobre-coronavirus-para-moradores-em-situacao-de-rua-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2020.

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/19/veja-medidas-de-prevencao-contr-o-coronavirus-para-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2020.

13. O DESTAPAR DO VÉU: ABORDAGEM AOS EFEITOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DOS SURTOS EPIDÉMICOS E UM CASO RELIGIOSO

José Brissos-Lino

Resumo

Este artigo procura explorar a incidência dos efeitos emocionais e psicológicos verificados nas populações face às epidemias, com base em estudos desenvolvidos sobre surtos epidêmicos anteriores aos da presente pandemia Covid-19. O período de confinamento observado pelas populações representou o destapar do véu relativamente a elementos até aqui ainda pouco considerados pelos investigadores, trazendo para a ordem do dia algumas preocupações e reflexões pertinentes. Referimo-nos em especial a aspectos psicológicos e emocionais dos indivíduos e famílias. Parece não existirem dúvidas sobre a gravidade de tais consequências, vertidas sobretudo em alterações comportamentais e perturbações psicológicas, quer durante os períodos de confinamento quer nas fases imediatamente posteriores. Procuramos igualmente abordar a forma como as religiões lidam com este tipo de situações, focando-nos em particular no caso do novo movimento religioso conhecido como pentecostalismo, durante a denominada “gripe espanhola” de 1918-1919, analisado a partir dos Estados Unidos, mas com uma incidência global. A postura dos líderes e fiéis pentecostais de então contrasta com a atitude de algumas franjas religiosas que hoje, passados cem anos, manifestam um comportamento censurável, de contestação às recomendações e orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias nacionais, assim como de resistência e desobediência aos governos nacionais, regionais e locais em diversos países, incluindo EUA e Brasil. Seria interessante compreender as razões deste manifesto de recuo civilizacional com que o mundo se confronta. Felizmente estes casos são minoritários.

Palavras-chave: Pandemia; Psicologia; Religião.

Abstract:

This article seeks to explore the incidence of emotional and psychological effects affecting the populations in the face of epidemics, based on studies developed on epidemic outbreaks prior to the current Covid-19 pandemic.

The confinement period of our population is seen as an uncovering of elements that were not heavily considered by researchers until now, bringing up some pertinent concerns and reflections. We refer in particular the psychological and emotional aspects of individuals and families. There seems to be no doubt about the seriousness of these consequences, which are mainly related to behavioural changes and psychological disturbances, both during the periods of confinement and in the phases immediately afterwards.

We also tried to approach the way religions deal with this type of situation, focusing on the case of the new religious movement known as Pentecostalism during the so-called “Spanish flu” of 1918-1919, analysed from the United States perspective but with a global focus. The posture of Pentecostal leaders and followers in the past contrasted with the attitude of some religious branches that today, after a hundred years, show objectionable behaviour by opposing the recommendations and guidelines of the World Health Organization (WHO) and national health authorities, as well as resistance and disobedience to national, regional and local governments in several countries, including the USA and Brazil.

It would be interesting to understand the reasons for this manifested civilizational setback that the world is facing. Fortunately, these cases are only perpetrated by a small number of people.

Keywords: pandemic, psychology, religion

Introdução

A pandemia de Covid-19⁶¹, que tem avassalado o mundo em 2020, é inédita pela sua dimensão, características e ressonância mediática global. Além do mais contribuiu decisivamente para dar ao planeta uma folga na agressão constante a que o ser humano tem vindo a se sujeitar, do ponto de vista da poluição do ar, rios e oceanos, do ruído e do drástico abaixamento dos gases nocivos lançados constantemente para a atmosfera dado o estilo de vida contemporâneo.⁶²

61 COVID-19 é a designação dada pela Organização Mundial da Saúde para identificar a doença provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. Este novo coronavírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, na cidade de Wuhan. Os casos iniciais da doença COVID-19 foram associados a um mercado em Wuhan (Wuhan's Huanan Seafood Wholesale Market). O mercado foi encerrado a 1 de janeiro de 2020, mas a doença foi progredindo desencadeando uma epidemia mundial ou pandemia (do site da Direção Geral de Saúde - DGS, Ministério da Saúde, Portugal). <https://covid19.min-saude.pt/perguntas-frequentes/>
62 <https://pt.euronews.com/2020/04/13/covid-19-o-impacto-da-pandemia-no-meio-ambiente>

Mas o período de confinamento mais ou menos observado pelas populações, representou o destapar do véu relativamente a elementos até aqui ainda pouco considerados pelos investigadores, trazendo para a ordem do dia algumas preocupações e reflexões pertinentes. Referimo-nos em especial a aspectos psicológicos e emocionais dos indivíduos e famílias, assim como a questões de cariz religioso.

Consequências psicológicas do confinamento

De acordo com dados oficiais, só no primeiro mês do confinamento em Portugal consumiram-se mais 28% de embalagens de antidepressivos e ansiolíticos (cerca de 2,2 milhões de embalagens) do que no mesmo mês do ano passado, e a linha de apoio psicológico do Serviço Nacional de Saúde (SNS24) recebeu mais de 1300 chamadas.

A maior parte destes telefonemas a solicitar ajuda psicológica à linha de apoio psicológico criada pelo Governo e pela Ordem dos Psicólogos, que conta com 63 profissionais e tem capacidade para 700 chamadas por dia, foram sintomas de ansiedade.

Segundo responsáveis do Programa Nacional para a Saúde Mental, casos de ataques de pânico que antes estavam controlados, regressaram agora em força com a pandemia, esperando-se um aumento significativo de pessoas que venham em breve recorrer às urgências com crises agudas de ansiedade e ataques de pânico, em especial as que já tinham inscritas na sua personalidade esse tipo de vulnerabilidades.

Espera-se que a convivência forçada e permanente dos agregados familiares, vinte e quatro horas por dia, derivada da quarentena, venha a desencadear tensões e dificuldades psicológicas que exigirão intervenção psicoterapêutica a médio prazo. Já foram detectados alguns sinais como aumento de sintomas de ansiedade e depressão, angústia, tristeza, insónias e consumo de álcool. Os idosos, que são especialmente vulneráveis às mudanças bruscas de rotina, sentem-se bastante afetados, em especial os que já contam com quadros demenciais relacionados com a senilidade ⁶³.

⁶³ Expresso, 10/4/20.

Até mesmo os profissionais da Saúde, que se situam na linha da frente no combate à Covid-19 estão a revelar problemas emocionais e elevados níveis de estresse, em particular os que trabalham nos cuidados intensivos e se deparam com a morte diária de doentes. O risco de estresse pós-traumático nesta classe profissional é elevado, a exemplo do já sucedido na China, onde o apoio psicológico a estes profissionais não pode ser descurado, tendo em conta que 13% das chamadas para a linha de apoio psicológico do SNS24⁶⁴ foram feitas por profissionais de saúde.

Recentemente uma equipe de psicólogos do King's College,⁶⁵ em Londres, correlacionou um conjunto de vinte e quatro estudos realizados no contexto de outros surtos, e cuja análise global permitirá eventualmente antecipar o comportamento da generalidade das pessoas no período pós-pandemia da Covid-19. Apesar de ser impossível para já antecipar com segurança o impacto psicológico provocado pelas medidas de confinamento ou quarentena nas populações, até porque diferem de país para país, o consenso geral é que será dramático do ponto de vista da saúde mental.

Segundo os testemunhos dos participantes num dos estudos referidos, concretamente num realizado no Canadá no contexto da quarentena devido ao surto de SARS⁶⁶, os 1057 inquiridos lidaram com “emoções como medo (20%), nervosismo (18%), tristeza (18%) e ainda culpa (10%). Poucos manifestaram sentimentos positivos: 5% revelaram sentimentos de felicidade e 4% disseram sentir-se aliviados.

Apenas um dos estudos procedeu a uma comparação de indicadores de saúde mental entre o período da quarentena e o da pós-quarentena. As conclusões revelaram que terá havido uma diminuição significativa dos sintomas de ansiedade e revolta entre quatro a seis meses após o fim do confinamento (de 7% para 3% e de 17% para 6%, respetivamente). Já quanto aos efeitos a longo prazo, e considerando uma faixa temporal de três anos, uma das investigações mostra que existe uma

64 Centro de Contacto do Ministério da Saúde. <https://www.sns24.gov.pt/>

65 <https://www.kcl.ac.uk/>

66 Síndrome respiratória aguda grave (SARS) que entre Novembro de 2002 e Julho de 2003 matou cerca de 700 pessoas em todo o mundo.

associação entre o abuso de álcool e outros sintomas de dependência por parte de profissionais de saúde durante a quarentena.

Outro aspecto interessante revelado por estudos disponibilizados em publicações científicas é que mesmo depois de levantadas as medidas de confinamento, muitas das pessoas que estiveram em quarentena por possível contato com um vírus tendem a comportar-se como se essas medidas ainda estivessem em vigor. No caso de um dos estudos, cerca de 54% dos inquiridos declararam que durante algumas semanas depois de terminada a quarentena ainda continuaram a evitar o contato com pessoas com tosse ou espirros, 26% disseram evitar espaços fechados e movimentados e 21% todos os espaços públicos. Num outro estudo qualitativo os participantes apontaram alterações no seu comportamento a longo prazo, incluindo a frequente lavagem das mãos, evitar multidões, sendo que, uma parte dos inquiridos afirmou que o regresso à normalidade demorou alguns meses.

Mas são igualmente apontados indicadores de estresse pós-traumático. Um dos estudos referidos mostrou que o nível de stress pós-traumático em crianças confinadas era quatro vezes superior ao de crianças não confinadas, e 28% dos pais manifestaram sintomas compatíveis com esse diagnóstico, em contraste com 6% que não estavam em quarentena. Isto pode ser explicado em parte pela alteração das rotinas diárias na vida das crianças, mas também devido à sua percepção de uma vivência quotidiana marcada pela anormalidade e pelo efeito que a preocupação dos progenitores provoca inevitavelmente nelas.

Efeitos nos profissionais de saúde

Uma outra investigação entre profissionais de saúde em contexto hospitalar em Taiwan, durante o surto de SARS, concluiu que a submissão a uma quarentena, após contato com pessoas doentes ou suspeitas de infecção, foi o fator desencadeante mais significativo no surgimento de sintomas de perturbação aguda de estresse, situação clínica que resulta da exposição a acontecimentos traumáticos.

Verificou-se que, “de todos os funcionários do hospital, os que fizeram quarentena estavam mais suscetíveis a reacções como exaus-

tão, desligamento dos outros, ansiedade ao lidar com pacientes com febre, irritabilidade, insônia, dificuldades de concentração, dificuldade na tomada de decisões, deterioração do desempenho profissional e relutância em voltar ao trabalho ou ponderar mesmo abandoná-lo.”⁶⁷

Também num hospital de Pequim, na China, e ainda no contexto do surto de SARS, o questionário aplicado aos profissionais de saúde inquiridos revelou que a quarentena a que foram sujeitos redundou, passados três anos, em sintomatologia de estresse pós-traumático. Outro estudo desenvolvido em contexto idêntico detectou sintomas de depressão também três anos depois do fim da quarentena então imposta. Da população estudada 9% dos indivíduos apresentavam sintomas depressivos graves e, destes, quase 60% tinham estado confinados.

Indivíduos com historial de doença psiquiátrica

Os investigadores do King’s College verificaram que, no caso de pessoas com antecedentes de doença psiquiátrica o impacto da quarentena será maior, tal como acontece com os profissionais de saúde: “Os profissionais de saúde que fizeram quarentena apresentaram mais sintomas graves de stress pós-traumático do que a população em geral.” Além disso, “sentiram-se mais estigmatizados do que o resto da população, revelaram mais comportamentos como evitar espaços públicos depois da quarentena, mais perda de rendimento e foram mais afetados psicologicamente”, destacando-se os sentimentos de “revolta, incómodo, medo, frustração, culpa, impotência, isolamento, solidão, nervosismo, tristeza, preocupação”⁶⁸.

Segundo SERRA (2002, p. 151) os efeitos do stresse nos indivíduos não se limitam aos aspectos emocionais, psíquicos ou mentais, ocorrendo frequentemente repercussões biológicas que envolvem “estruturas dos sistemas nervoso central e vegetativo, as glândulas endócrinas, os processos metabólicos em geral e o sistema imunitário”.

67 <https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-21-Uma-pergunta-para-si-o-seu-comportamento-a-seguir-ao-confinamento-vai-ser-como-antes-Ha-uma-investigacao-que-antecipa-respostas>

68 Idem.

Factores stressores

A quarentena tem “efeitos dramáticos”, como dizíamos, citando o estudo realizado pela equipa de psicólogos do King’s College, e isso mesmo mostram os outros estudos analisados pelos investigadores. Existe uma elevada prevalência de sintomas de estresse e perturbações psicológicas, como perturbações emocionais, depressão, tristeza, irritabilidade, insónia, estresse pós-traumático, revolta e exaustão emocional, mas destes, os mais frequentes são a tristeza e a irritabilidade.

Um dos factores stressores será a *duração da quarentena*. Três estudos mostraram que quanto mais longo o período de confinamento, maior terá sido o impacto no estado da saúde mental, sobretudo no que toca ao estresse pós-traumático. Mas também pesa o receio do indivíduo poder vir a *ser agente de transmissão do vírus* e infectar outros, em particular os familiares, amigos e outros mais próximos.

A *perda das rotinas*, que são sempre estruturantes, embora pareçam mais determinantes nas faixas etárias mais avançadas, em que desempenharão um papel de atribuição do sentimento de segurança, e na infância, devido à conveniência e necessidade de criação de auto-disciplina, também funciona como factor desencadeador de estresse nos indivíduos confinados, além de gerar sensações de tédio e elevar os níveis de frustração dado o sentimento de impotência face à situação pandémica.

A *diminuição do contacto físico* também sugere pesar, muito em especial no caso das personalidades mais relacionais, agravando-se nas populações cuja cultura está muito construída sobre a comunicação mais física e nas relações pessoais e de grupo.

De igual modo, o receio de *poder agravar-se ou falhar o acesso a bens essenciais associados à sobrevivência, como a comida, a água, a roupa ou a habitação*. Refira-se que, durante os períodos de quarentena, o acesso inadequado a tais bens constituiu fonte de frustração, tendo provocado ansiedade e até revolta durante muito tempo, mesmo depois de acabado o período de confinamento.

Parte dos indivíduos estudados acusou igualmente o estresse provocado pela *dificuldade em aceder aos habituais cuidados de saúde e à medicação*. Tal situação encontra uma expressão mais agravada nos casos de doentes crónicos que ocorrem frequentemente aos cuidados de saúde, mas também aos que necessitam de medicação permanente a fim de manter sob controlo farmacológico as patologias de que sofrem e que lhes garantem uma melhor qualidade de vida.

Um outro factor de estresse avaliado durante a quarentena foi a dificuldade em ter *acesso à informação adequada e correcta*. Uma das causas de estresse apontadas pelos inquiridos foi a falta de informação por parte das autoridades sanitárias, em especial a falta de orientações claras sobre os procedimentos correctos a seguir durante o confinamento, incluindo explicações sobre o que se pretendia com o mesmo. Em alguns dos estudos foram referidos casos em que a falta de clareza sobre os diferentes níveis de risco levou os participantes a temer o pior, tendo havido mesmo quem denunciasse a falta de transparência, por parte das autoridades governamentais e sanitárias do seu país, sobre a gravidade da pandemia.

Terminado o período do confinamento obrigatório, um dos factores indutores de estresse apurados como mais significativos terá sido a *perda de rendimentos*. “Nos estudos analisados, a perda de rendimentos em resultado da quarentena criou problemas socioeconómicos muito graves e foi um fator de risco para o aparecimento de sintomas de perturbações psicológicas e de ansiedade e revolta”⁶⁹.

Um estudo sobre pessoas em quarentena durante o surto de ebola revelou que, embora os participantes tenham recebido apoio financeiro, este apoio foi considerado insuficiente e terá chegado demasiado tarde, pelo que muitos dos indivíduos se sentiram defraudados, uma vez que essa ajuda não terá chegado em tempo útil que permitisse fazer face às suas despesas profissionais. Por causa disso, alguns perderam a sua autonomia e tiveram que se tornar dependentes das

69 Ibidem.

suas famílias durante a quarentena, apontando esse factor como extremamente negativo.

O que fazer?

Face a esta plêiade de dificuldades e inconvenientes, como poderão as autoridades lidar melhor com situações pandémicas, de modo a conter a sua propagação e evitar o acumular de factores indutores de estresse nas populações? A sugestão dos investigadores que conduziram este estudo é que as medidas de confinamento sejam aplicadas durante o menor período de tempo possível, enquanto se disponibiliza aos cidadãos o máximo de informação, e se assegura que as famílias dispõem de bens para as suas necessidades básicas, fornecidos atempadamente, além duma atenção especial aos profissionais de saúde.

Uma abordagem religiosa

A Covid-19 surge cem anos depois da denominada “gripe espanhola”⁷⁰, a pandemia de influenza de 1918-1919, durante a qual se estima que terão sido infectadas com o vírus H1N1 cerca de 500 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais morreram cerca de dez por cento.

Mas como terá o meio religioso encarado o surto pandémico de há um século? Podemos encontrar na literatura da época algumas pistas que nos ajudam a compreender algum tipo de relação com a prática religiosa. Neste caso interessa-nos abordar o meio pentecostal americano, até por que dava então os seus primeiros passos.

70 “A pandemia de gripe de 1918 foi a pandemia mais grave da história recente. Foi causada por um vírus H1N1 com genes de origem aviária. Embora não exista um consenso universal sobre a origem do vírus, ele se espalhou pelo mundo durante 1918-1919. Nos Estados Unidos, foi identificado pela primeira vez em militares na primavera de 1918. Estima-se que cerca de 500 milhões de pessoas ou um terço da população mundial tenha sido infectada por esse vírus. O número de mortes foi estimado em pelo menos 50 milhões em todo o mundo, com cerca de 675.000 ocorrendo nos Estados Unidos.” <https://www.cdc.gov/flu/pandemic-resources/1918-pandemic-h1n1.html>

Published at
THE GOSPEL PUBLISHING HOUSE,
 336 W. Pacific Street,
 Springfield, Mo.

The Spanish Influenza.

Jesus said, "For nation shall rise against nation, and kingdom against kingdom; and there shall be famines, and pestilences, and earthquakes, in divers places. All these are the beginning of sorrows." All mature Bible students believe that we are indeed "in the beginning of sorrows." And as we heard one recently state, "The worst is yet to come." But the saints of God need have no fear, they can look up to the heavens and rejoice in the certain knowledge that their redemption draweth nigh.

Christian Evangel, 19 de outubro de 1918, p. 4.

A partir de 1918 a temática da "gripe espanhola" passou a ocupar espaço nas páginas do *The Christian Evangel*, o semanário oficial do movimento pentecostal (General Council of the Assemblies of God in the United States of America), fundado em 1913, e que mais tarde mudou o nome para *Pentecostal Evangel*. Em Springfield, Missouri, onde a sede da denominação se havia estabelecido pouco antes, ocorreu um grande surto.

As igrejas cumpriram as orientações das autoridades sanitárias ao suspender os seus serviços religiosos e os indivíduos infectados ficaram de quarentena, tendo consciência de que deviam proteger a população. Apesar de alguns líderes religiosos terem considerado a epidemia como um obstáculo ao desenvolvimento do seu trabalho espiritual, todavia renderam-se perante a realidade da mortalidade humana e a agressividade do vírus⁷¹.

71 Como os pentecostais reagiram à pandemia da "gripe espanhola" de 1918. Lições da História das Assembléias de Deus. Daniel D. Isgrigg, 23 de março de 2020. <https://influenzagemagazine.com/en/Theory/How-Pentecostals-Responded-to-the-1918-Spanish-Influenza>

THE CHRISTIAN EVANGEL

ASSEMBLIES CLOSED

Here in Springfield, all churches, Missions, etc., including the Assembly of God, are closed because of the scourge of Spanish Influenza that is raging in the town. The way to our loving Father's heart and the way to His hearing ear are still open, and we are finding it a splendid opportunity to devote additional time to prayer for our missionaries, and for the soldier boys, and for rain all over the world in this the time of the Latter Rain. Where assemblies are closed, let the saints devote the time they would spend at meeting to the Word and to prayer. He, whose ears are ever open to the prayers of the secret closet will, before long, bring the open reward.

Christian Evangel, 19 de outubro de 1918, p. 4.

Apesar disso os fiéis mobilizaram-se no sentido de se deslocarem a casa dos que estavam doentes a fim de fazerem orações a Deus em seu favor, sem receio de poderem vir a ser contagiados. Em alguns casos prestaram-lhes assistência espiritual até à morte.

The scattered members were just returning and our meetings were filling up once more, when the order to close was issued by the Health Department on account of the Spanish Influenza. So we have held no meetings for the past month, but our time has been taken up more than ever in visiting the Christians and those seeking salvation, as well as praying with the sick. It is blessed to see how God is answering prayer in awakening and saving the relatives, friends and neighbors of those whom His spirit has taught to pray.

Only one has been taken from us by death: a girl with tubercular tendency, who passed away very suddenly when attacked by influenza. Her last words were, "The blood of Jesus is covering me," and we rejoice to know that she is safe with Him, washed in that precious blood. We laid her to rest yesterday "in sure and certain hope of a glorious resurrection"—Hallelujah! Many others have been and are ill, but our Great Physician is graciously healing them all in answer to prayer.

Alice Luce, "Trabalho mexicano na Califórnia",
Christian Evangel, 14 de dezembro de 1918, p. 14.

O *The Christian Evangel* publicou muitos desses relatos, tendo incluído também uma lista de pedidos de oração na última página, de fiéis que solicitavam oração em seu favor ou dos seus filhos infectados com o vírus, assim como testemunhos inspiradores de reversão da doença. Robert Craig, líder pentecostal de São Francisco, declarou que, embora muitos tenham morrido na cidade, nenhum membro da sua missão terá sido atingido pelo *Influenza*.

SAN FRANCISCO, CALIF.

Wife and I with a good many of our people had the Spanish Influenza. but the Lord has delivered us all, not one having died. Over 2000 perished in this city alone. God is graciously working in both missions now. We feel somehow that we are now on the last lap of the race, and we are striving to finish the work God has assigned unto us. Pray for us that we may have the vertical look.—R. J. Craig.

Christian Evangel, 28 de dezembro de 1918, p. 1

Muitos dos missionários espalhados pelo mundo sucumbiram devido à pandemia. Nellie Andrews Norton faleceu na Índia, infectada com o vírus H1N1 por contágio com doentes a quem dava assistência. O *The Christian Evangel* prestou-lhe o devido tributo: “Quando a gripe chegou ao nosso meio no mês passado, ela não se poupou, trabalhando noite e dia a cuidar dos doentes, até que contraiu a doença”.

**THE HOME-GOING OF MRS. NELLIE
ANDREWS NORTON OF
DHOND, INDIA.**

Mrs. Nellie Andrews Norton, the wife of Elder Albert Norton of Dhond, fell asleep in Christ at Sassoon Hospital, Poona, on Nov. 6th. Mrs. Norton was born at Glastonbury, England, but came with her parents to America when she was six years old, and the family settled in Bellevue, in northern Ohio. She left her mother and other relatives to come as a missionary to India, in 1910. She stopped at first with Miss Orlebar in her mission in Bombay. Then she assisted Miss Grace Wilder in her work at Islampur, in the South Maratha Country. Her last seven years were spent at Dhond, where she labored with marked efficiency and blessing, especially in caring for the orphans and in looking after the general interests of the Mission. But for the past year she had worked beyond her strength. And when the Influenza came into our midst last month, she did not spare herself, but worked night and day caring for the sick, until she herself came down with the disease. As it was impossible for us to get proper nursing for her here at Dhond, she was taken to the Sassoon Hospital at Poona, where she got the best of care. - She had been there about two weeks, and seemed to be gaining in strength and health, and wrote her husband cheerfully of her expecting soon to be able to return to Dhond to take up the burdens there again, when she received a paralytic stroke, which rendered the left half of her body helpless, and she breathed her last about fourteen hours afterward.

She knew from the diseased state of her heart, that her case was critical, and that she might be called away any moment. But she did not have any fear or tremor, in prospect of sudden death. She looked forward with unspeakable joy at the prospect of meeting her Saviour and loved friends amid the glories of heaven.

In an eminent degree she was in death,
"As one who wraps her drapery about
her,

And lies down to pleasant dreams."

A. N.

Christian Evangel, 8 de fevereiro de 1918, p. 8.

Este grupo religioso pouco depois do seu surgimento sofreu a pior pandemia de gripe da História. A teologia pentecostal crê na cura divina, mas os líderes e fiéis não se estribaram na convicção de que a fé os protegeria da doença. Muitos foram mesmo infectados e alguns morreram, mas, apesar disso, mantiveram viva a sua fé e muitos outros foram preservados do vírus ou curados.

Mas este grupo religioso teve que interromper então boa parte da sua actividade devido à pandemia, interrompendo a publicação do *The Christian Evangel*, tendo encerrado os seus espaços de culto na sequência das diretrizes das autoridades governamentais e sanitárias, não desvalorizando nem se deixando descuidar com a saúde e a vida dos fiéis durante a pandemia, optando por permanecer em confinamento nas suas casas.

CONCLUSÃO

O presente surto pandémico tem sido recorrentemente comparado a uma situação de guerra, assumindo o coronavírus, neste caso, o papel de inimigo invisível à vista desarmada. No retorno à pátria de larguíssimos milhares de combatentes e ex-combatentes norte-americanos, terminada a II Guerra Mundial, surgiu a necessidade de prestar apoio psicológico a essa massa combatente, de modo a ajudá-los a superar o estresse pós-traumático ou estresse de guerra de que muitos sofriam, assim como a facilitar a sua reinserção na sociedade.

Carl R. Rogers⁷² e John L. Wallen publicaram então um manual de apoio para a formação intensiva de *counsellours* de várias origens profissionais e experiência de vida (ligados a instituições públicas, privadas, a organizações militares e civis, a grupos religiosos e seculares), de modo a acorrer a essa necessidade premente (“Counseling with Returned Servicemen”),⁷³ o qual se veio a revelar muito prático e adequado aos objectivos pretendidos. Na sequência desse trabalho

72 Considerado hoje por muitos como o mais influente psicólogo e psicoterapeuta na história americana (Kirschenbaum & Henderson, “The Carl Rogers’ REader”, 1989).

73 McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 1946. Traduzido para Português em 2000. “Manual de Counselling”, Fanhões: ed. Encontro.

foi criada nos EUA uma rede de counselling que deu apoio a esses milhares de combatentes regressados em situação de esgotamento nos teatros de guerra da Europa, África e Pacífico.

Se relativamente às consequências emocionais e psicológicas das populações face aos surtos epidémicos parece não existirem dúvidas sobre a sua gravidade, quer durante os períodos de confinamento quer posteriormente, já a forma como as religiões lidam com este tipo de situações difere muito.

O movimento pentecostal é hoje um dos grupos religiosos que mais crescem no mundo e agrupa-se numa comunhão à escala global, denominada Pentecostal World Fellowship.^{14 74}

O caso aqui estudado, do movimento pentecostal americano – quer em solo dos EUA quer nos campos missionários estrangeiros – que há um século teve de enfrentar a pandemia popularmente designada como “gripe espanhola”, revela uma postura cívica cooperante e de sujeição às orientações emitidas pelas autoridades governamentais e sanitárias, na salvaguarda da saúde e da vida dos seus fiéis, sem, todavia, descurar a assistência espiritual prestada aos doentes e suas famílias na doença e na morte.

Tal evidência contrasta com a atitude de algumas franjas religiosas que hoje, passados cem anos, manifestam um comportamento censurável, de contestação às recomendações e orientações da OMS⁷⁵ e das autoridades nacionais de saúde, assim como de resistência e desobediência aos governos nacionais, regionais e locais em diversos países, incluindo EUA e Brasil. Curiosamente, algumas dessas franjas inscrevem-se no campo religioso do pentecostalismo.

Seria interessante compreender as razões deste manifesto de recuo civilizacional com que o mundo se confronta. Felizmente estes casos são minoritários.

74 <https://www.pwfellowship.org/>

75 Organização Mundial de Saúde.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Isael de. (2014). *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: ed. CPAD.

BROOKS, Samantha K; WEBSTER, Rebecca K; SMITH, Louise E; WOODLAND, Lisa; WESSELY, Simon; GREENBERG, Neil; RUBIN, Gideon James. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *Lancet* 2020; 395: 912-20 Published Online February 26, 2020 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)

<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930460-8>

FAJARDO, Maxwell (2017). *Onde a luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil*. Curitiba: ed. Prismas.

MELTON, J. Gordon (2005). *Encyclopedia of Protestantism*. New York: Facts On File, Inc.

MICKLETHWAIT, John, WOOLDRIDGE, Adrian. (2010). *O Regresso de Deus*. Lisboa: ed. Quetzal.

ROGERS, Carl. (2000). *Manual de Counselling*. Fanhões: ed. Encontro.

ROGERS, Carl R. & WALLEN, John L. (1946). *Counseling with Returned Servicemen*. New York: McGraw-Hill Book Company, Inc.

SERRA, Adriano Vaz (2002). *O Stress na vida de todos os dias*. Coimbra: ed. autor.

<https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-21-Uma-pergunta-para-si-o-seu-comportamento-a-seguir-ao-confinamento-vai-ser-como-antes--Ha-uma-investigacao-que-antecipa-respostas> (consultado em 30 de abril de 2020).

https://influenzomagazine.com/en/Theory/How-Pentecostals-Responded-to-the-1918-Spanish-Influenza-Pandemic?fbclid=IwAR2sfVr8tceRiSRnfcikvcS16pfLqXJO-s-CxgRp1LAomy2C_N9NZ121Ss7g (consultado em 5 de maio de 2020).

14. PENSAR A SAÚDE E A DOENÇA. EPIDEMIAS NA DINÂMICA DAS SOCIEDADES

Maria Engrácia Leandro

Tudo o que existe existe talvez porque outra coisa existe. Nada é, tudo co-existe: talvez assim seja certo.

Fernando Pessoa

Resumo

Este trabalho, numa perspectiva diacrónica, propõe uma reflexão acerca da problemática das doenças infetocontagiosas de cariz epidémico. Para atingir este objetivo, propõe em primeiro lugar uma abordagem compreensiva destinada a mostrar como as doenças epidémicas suscitam questões que não se colocariam em outras situações. A seguir, procura relevar a maneira como a referência religiosa confere “sentido”, à saúde, à doença e à cura. Mas a perspectiva não diz apenas respeito às pessoas cujo estado de saúde está em jogo. Tempos há que intervém também do lado de estruturas religiosas ao pretenderem reduzir o *mistério da vida*, projetando os seus receios no sagrado que poderá vir em seu auxílio. Em contrapartida, a ciência também tem vindo a provar que a doença, na sua componente biológica, não é menos social na sua natureza e na sua distribuição, diferente segundo as épocas, as sociedades e os grupos sociais. Procura, enfim, apreender as principais linhas de força da nova realidade sanitária e social que o Covid-19 tem vindo a desencadear.

Palavras-chave: Doença. Epidemia. Esperança, Sagrado. Saúde.

Introdução

A imbricação entre as forças sagradas, a doença e a saúde vêm de tempos de antanho. Conhecimentos trazidos pelos paleontólogos, desde o século XIX, através de fósseis, espaços arqueológicos e res-

petivos objetos, mostra como no desenvolvimento pluricelular dos humanos, ritmando a sua existência do nascimento à morte, se foi introduzindo a noção de risco quanto à saúde e o respetivo recurso às forças transcendentais para a recuperar e preservar. Os factos sociais, as representações, as atitudes, os comportamentos, as permutas familiares, linguísticas e económicas, os costumes e as práticas religiosas relacionadas com a saúde, produzem-se em osmose.

No decorrer dos tempos, designadamente até finais do Antigo Regime, saber teológico e saber dos médicos, afigurando-se misteriosos aos olhos dos crentes leigos, eram muito orientados para estas vertentes. O pecado é para a salvação uma realidade semelhante à doença relativamente à saúde: a busca da purificação moral evoca a da assepsia, então traduzida na purificação da alma, sendo a doença um dos meios para a alcançar. Aliás, nos nossos dias, em situação de doença dificilmente curável, também acontece que profissionais de saúde e cuidadores de índole religiosa, com a cumplicidade ou não dos familiares, procurem consolar o doente, quer através da recuperação da saúde, salvando-o de tudo o que ameça a sua vida, quer para o ajudar a aceder à salvação eterna após uma fase de purificação através da doença.

Pese embora a racionalização do mundo (M. Weber, 1959), mormente nas sociedades ocidentais, concedendo o primado à ciência e à tecnologia, em detrimento dos discursos de cariz teológico ou de qualquer outra ordem transcendental, não obsta a que se vá assistindo a uma reemergência do religioso - assumindo embora formas bem diferentes do passado - e com ele as religiões e as espiritualidades da saúde. Refira-se que as expectativas acerca da saúde, sendo hoje muito elevadas, nem sempre têm vindo a encontrar as respostas almejadas junto dos sistemas de saúde, mormente quando se trata de doenças mais mortíferas, para as quais a medicina e a indústria farmacêutica ainda não encontraram o remédio que salva. Outro tanto acontece em ocasiões de pandemia, em que a doença se manifesta repentina e vertiginosamente, se revela altamente mortífera, aparece envolta em mistério e não se dispõe do remédio certo para a cura.

Com certeza que situações desta natureza assumem contornos diferentes no tempo e nos diversos contextos sociais, económicos, políticos e culturais. As sociedades hodiernas são muito mais dotadas de tecnologias e saberes científicos do que as sociedades do passado, destacando-se a medicina e a biologia. Todavia, a angústia, a incerteza, a insegurança, o medo e a imprevisibilidade continuam a fazer parte do universo da pandemia em que vivemos mergulhados, sem que se vislumbrem num horizonte de curto prazo respostas capazes de ultrapassar tal realidade, considerada muito catastrófica com todos os efeitos sanitários, económicos e sociais que arrasta consigo.

Dir-se-á que a situação não é nova, embora possa haver diferenças e aqui e ali algumas semelhanças. De um passado de doenças altamente mortíferas, o caso mais frequentemente evocado é o da peste negra⁷⁶, que aparece na Europa, em 1347, prolongando-se durante 4 séculos, deixando um forte rasto de sofrimento e de morte. Nesses séculos em que os saberes médicos eram muito rudimentares, vigorava um recurso quase unânime ao sagrado perante a falta de outras alternativas. Mas como a mortandade continuava em grande escala, quando as súplicas dirigidas às forças transcendentais pareciam não surgir efeito, também poderiam fazer levantar questões de fé. Jean Dulemeau (1978), ao estudar historicamente a questão do medo no Ocidente nos tempos em que reinavam os grandes flagelos (epidemias, fomes, guerras...), considera que o espírito religioso confrontado com tamanhas calamidades, ao não responder às expectativas dos crentes, também acentuava as incertezas quanto ao além, o que poderá igualmente acontecer nos tempos em que vivemos, embora com recursos bem diferentes e muito mais eficazes.

Nestas perspectivas, interessa deixar claro que o interesse pela relação entre a saúde, a doença e a religião representam vários desa-

76 Tenha-se presente que também a pneumónica, no início do século XX, é frequentemente evocada como pandemia muito temida, altamente mortífera e muito devastadora. Só que comparada com a peste negra, concentrou-se num espaço de tempo muito curto e num contexto onde já havia outras prerrogativas, embora algumas ainda bem rudimentares. Deste modo, em termos de representações e memória coletiva, a situação afigura-se bem diferente num e no outro caso.

fos. Entre estes destacam-se, em primeiro lugar, certas representações e ideias recebidas, quiçá pré-concebidas e recompostas. A seguir, trata-se de pensar as singularidades de certas doenças consideradas mais letais, levando muitas pessoas a recorrerem à religião e outras formas de espiritualidade em busca da cura e, por conseguinte, do prolongamento da vida com boa saúde. Nestas circunstâncias, a título de hipótese, consideramos que o doente e/ou os seus próximos também tendem a recorrer a estas “medicinas”, como aliás a outros tipos de terapias, em “desespero de causa”. Até porque na contemporaneidade, fenómenos desta índole tendem a desenvolver-se quando as perspectivas quanto aos efeitos da racionalização das sociedades, das crenças e da esperança na toda-poderosa medicina, parecem defraudadas.

É destas problemáticas que procuramos ocupar-nos neste trabalho, dando ênfase a três aspetos. Primeiramente, numa perspectiva dinâmica, olhamos para a diversidade de concepções predominantes acerca da doença e da saúde e os seus contextos sociais. A seguir, tentamos relevar a importância do recurso ao sagrado como terapia de cura e de reavivar da esperança. Enfim, de modo sincrónico, orientamos o nosso olhar para a realidade sanitária que o Covid-19 veio provocar.

Concepções acerca das doenças epidémicas do passado e a busca de meios para as combater

Desde tempos imemoriais, em nenhuma sociedade, o fatalismo, perante os flagelos da doença que se abatem sobre as populações, foi total. Na Antiguidade a doença, infindavelmente absurda e inexplicável, estava associada ao *fatum* que se abatia brutal e inexoravelmente sobre os humanos. Inscreve-se, entretanto, numa maldição (ou vingança coletiva). No Ocidente cristão, em plena Idade Média, a doença era associada a um destino inelutável que se abatia sobre os humanos: Deus enviava a doença em virtude da sua natureza humana pecadora e, como tal, deveria ser ocasião de redenção. Neste modelo interpretativo, a doença é concebida e apreciada como um efeito de uma *vingança gratuita*. Perante a incapacidade de agir para a debelar,

era ainda considerada um acidente desencadeado pelo azar, o destino e a fatalidade, contra a qual pouco ou nada se poderia fazer. Mas também poderiam surgir outras questões quanto a outros responsáveis mais imediatos: por exemplo, pobres e ricos, vivendo em condições deveras contrastantes, acusavam-se reciprocamente.

De forma empírica, todavia, sem que nem a medicina nem a população tivessem qualquer noção clara acerca do contágio⁷⁷, na prática, à sua medida e possibilidades, já se tomavam atitudes preventivas ao procurar afastar-se uns dos outros e ditarem-se medidas de quarentena dos navios. Os doentes, sem deixar de relevar a condição das crianças, eram segregados e deixados à sua sorte, por medo da transmissão, inclusive por familiares. Mas quando se tratava de fugir para outros locais, apenas os ricos: burgueses, nobreza, alto clero, o poderiam fazer. Por outro lado, a experiência da miséria, da fome, da doença, do sofrimento e da morte faziam parte integrante da vida dos pobres, como bem o exprimiu Fernão Lopes, aquando da pandemia de 1348-1353, em Portugal.

Seja como for, havendo uma interpretação religiosa predominante da doença, emergia identicamente a busca de outras razões, visando encontrar respostas para os porquês da doença. Neste contexto, também não faltava uma estreita relação entre a doença, a saúde e a salvação⁷⁸. Por sua vez, os médicos da época e ainda posteriormente, desconhecendo a etiologia da doença, sem separar a função curativa,

77 As teorias sobre o contágio, apesar de já ser uma questão intuitiva para os médicos de formação arábico-galénica, apenas começaram a ser desenvolvidas pelo médico italiano Fracastor, no século XV (J. N: Biraben, 1976). Mas a medicina oficial a tal se opõe durante muito tempo. Em contrapartida, as populações para quem o termo de contágio é sinónimo de peste, nisso acreditavam, instintivamente.

78 Recorde-se que o radical do latim do verbo *salvere*, se traduz por portar-se bem. Daqui deriva a expressão *salvete*, traduzida por salvação e o adjetivo *salvus*, vindo a designar intacto, e de sobremaneira o substantivo *salus*, isto é, bom estado de conservação que acaba por designar simultaneamente fé, saúde e salvação. No sentido profano e religioso, *salvatio* evoca o ato de salvar, *salvator* o de salvador e os verbos *salvare* e *salvificare*, um e outro significando salvar. Também *salutare*, traduzido por saudar ou saudação, indica o modo de se desejar boa saúde. Outros radicais do latim vão em sentido idêntico: *sanare*, o que torna são, *sanescere* o que trata, e o adjetivo *sanus*, significando são, *sanatio* cura e finalmente *sanitas* que, etimologicamente, está na origem do vocábulo de saúde na maioria das línguas latinas.

que seria a sua, da religiosa, pelo menos alguns, consideravam que o tratamento médico devia começar pela “purificação das almas” (J. N. Biraben, 1967).

Nesses tempos de peste negra e outros flagelos muito mortíferos, como foram similarmente, no século XVI, a lepra e a sífilis, pese embora a dose de passividade que possa ter havido, denota-se identicamente grande investimento na busca da cura, nomeadamente por via do sagrado. Até porque perante o desconhecimento e a ineficácia de outros meios, a fé cristã quase partilhada por todos, afigurava-se uma força capaz de demover as forças transcendentais a virem em seu auxílio. Frise-se, por outro lado, que se havia muito desconhecimento e muito conformismo, até em virtude da grande valorização da vida do além em detrimento da vida terrena, lutar contra a doença e procurar debelá-la é uma conduta de todos os tempos, como o atesta o próprio recurso às divindades, à magia e aos demiurgos, sendo o caso mais paradigmático o de Jesus Cristo. Nos Evangelhos, a grande maioria dos milagres que lhe são solicitados, gravitam à volta da cura das doenças que grassavam na época. Mas, para que o milagre aconteça, Jesus Cristo apela, precisamente, a agir e à participação dos doentes no seu processo de busca da cura, como se poderá observar, por exemplo, na cura do leproso (Mc 1, 40-45) e do cego de nascença (Jo 9, 1-7) (M^a E. Leandro e M. Baumann, 2015).

Importa, ainda, lembrar que se havia uma interpretação corrente da doença como castigo divino - o que, aliás, Jesus Cristo combateu acerrimamente - desde tempos antigos a doença nem sempre é concebida como maldição sagrada. Pense-se, tão só, no caso de Jó relatado no Antigo Testamento (Job, XIX, 20-22 e XXX, 27-30). Considerado um justo, subitamente e para espanto de todos é atingido por uma nefasta doença que o deforma e causa sofrimento atroz. Sem revolta, mas confuso com tudo o que lhe está a acontecer, não deixa de o sentir como uma provação e maldição divina inexorável. Aqueles que o consideravam santo desconfiam dos seus méritos e interrogam-se sobre os males que poderia ter feito, para atrair de Deus tamanha desgraça. Sem nunca perder a fé e a esperança, sente-se, contudo, votado à desconfiança, à segregação e à exclusão social, em virtude de todas as priva-

ções de que é alvo e à sua desfiguração humana e social. Não obstante, inicialmente apreendida do exterior como uma maldição, a doença vai ser transformada em benção, e no âmago desta mesma prova dura e cruel do falhanço, é a experiência da graça que é anunciada.

Está-se já, aqui, perante uma consequência expressiva da mudança de problemática. Mas é possível e desejável ir mais longe na exploração da natureza e alcance de tais atitudes. Nesses séculos de fé e prática religiosa quase unânimes como era a Idade Média e praticamente até ao fim do Antigo Regime, era sobretudo da Igreja que mulheres e homens esperavam uma resposta coerente e tranquilizadora para os problemas surgidos pela doença. Recorde-se que o discurso da igreja tridentina (1545-1565) ou pós-tridentina é marcado por uma extrema coerência sobre o sofrimento e a doença em particular. Basta consultar os catecismos e os manuais publicados posteriormente pelos séculos fora, para nos darmos conta que estão recheados de exortações para as diferentes maleitas. A doença, quer seja uma advertência quer seja uma punição, é sempre um dom de Deus que se deve aceitar da melhor forma. Um cristão atingido pela doença deverá começar por responder a esta advertência divina, mas deverá também esforçar-se por encontrar os meios ao seu alcance para cuidar do seu corpo, sendo a via religiosa o meio mais comum ao seu alcance (F. Lebrun, 1983).

Como se compreenderá, não seria por acaso que até finais do século XIX se tenham implementado recursos sobrenaturais, com destaque para os santos milagrosos. Embora na doutrina da Igreja os santos apenas tenham um poder de mediação junto de Deus, ao nível da piedade popular muitos santos vão muito além destas prerrogativas, ao serem considerados forças transcendentais capazes de intervirem diretamente na vida dos humanos, muito concretamente no atinente à saúde e à doença. Não admira, assim, que estes santos milagrosos adviessem demiurgos, cada um com a sua especialidade, em função desta ou daquela maleita. Tendo sido confrontados com uma doença peculiar causadora de muito sofrimento, quiçá de morte, adquiriram poderes milagrosos perante a mesma (M. E. Leandro, 2001). Já Nossa Senhora, dada a amplitude da sua intercessão e proteção, aparece mais

como “generalista” uma vez que a sua intervenção é solicitada para todas as doenças e outras vezes da vida. Os casos de Nossa Senhora da Nazaré, desde o século XIV, em Portugal, de Nossa Senhora de Lourdes, desde o século XIX, em França, de Nossa Senhora de Fátima, desde o século XX, em Portugal, de Nossa Senhora da Aparecida, no Brasil e outros locais de devoção mariana, são paradigmáticos a este respeito. Basta estar atento aos locais de exposição dos ex-votos ou à leitura de mensagens que, por vezes, são deixadas nestes e outros lugares de devoção mariana ou de outros entes sagrados para nos dar conta desta realidade sagrada e sacral.

Tanto mais que a medicina das épocas medieval e renascentista e mesmo bastante mais tarde não oferecia respostas eficazes para debelar as doenças mais temidas. Já no século XVIII, apontando para outras racionalidades, a questão da saúde e da doença colocava-se ainda sob a égide do religioso e em grande parte na continuidade das interpretações tridentinas. Refira-se, porém, que desde finais do século XIX, havia ensinamentos da Igreja que consideravam este tipo de comportamentos um perigo extremo. Só que há sempre atitudes que, por insegurança e medo do que o desconhecido possa comportar, oferecem muita resistência à mudança, ainda assim não venham a acontecer represálias, podendo trazer consequências funestas, logo que possa haver “transgressões”. A nível das mentalidades há elementos que, estando muito encrustados, levam as pessoas a continuar a agir nesse sentido, até pelo menos poderem contar com explicações e resultados mais fiáveis.

Abona, por exemplo, neste sentido a posição de Hipócrates, no século V. aC., ao avançar com a sua teoria dos humores como causa etiológica da doença. Ao fazê-lo, necessariamente, liberta as forças divinas do opróbrio do castigo da doença que se abate sobre os humanos. Só que os séculos e os milénios passaram, mas esta concepção continuou a vigorar. Praticamente, apenas a partir do século XIX se vai notando uma dessacralização paulatina da doença (F. Lebrun, 1983)⁷⁹.

79 Tal não invalida que não continue a existir um certo “fundo arcaico” nesse sentido.

Registre-se, porém, que na primeira metade do século XIX, a medicina já muito mais científica, não se opõe aos vários saberes populares (J. P. Goubert, 1977). O que se pode dizer com estes e outros dados é que ao longo dos séculos, não estamos numa dependência de sentido único, mas de circulações, e de vai e vem entre saberes médicos e científicos e os que o não são (M^a E. Leandro, 2014).

De qualquer modo, recuando no tempo, os dados existentes permitem afirmar que o espírito metafísico dominava nestas componentes da vida, o que só “... foi superado em parte, pois, durante boa parte do século XIX, as considerações em relação aos doentes apontavam para o fato de estes estarem sendo punidos por algum erro pessoal, fosse em relação às prescrições religiosas ou por uma falta de ordem moral e social” (E. Quevedo, 2016, 67). Não quer dizer que não pudessem ser procurados outros recursos para combater os males que grassavam, sendo a doença o mal por excelência (M. Augé e C. Herzlich, 1984). Só que se revelavam insuficientes e ineficazes. As epidemias que se alastravam, a par da fome, da miséria e das guerras, eram consideradas os grandes flagelos desses tempos e matavam coletivamente. Reveste-se aqui de extremo significado a oração de súplica: *“Da fome, da guerra e da peste, libera nos Domine!* (Erckman-Chatrian, 1962). Por sua vez, as explicações para compreender estes fenômenos e os saberes teóricos a este respeito eram incipientes. Restava, então, uma interpretação comum: este mal que se abate sobre os humanos tem muito a ver com um castigo sobrenatural. Para o contrariar, impõe-se aplacar esta ira divina através da oração, da penitência e do desagravo, merecendo destaque o caso dos flagelantes.

Basta estar atento a expressões como as que são ditas quando algo corre mal na vida: “Que mal teria eu feito a Deus para que isto me aconteça?! Pode-se igualmente recorrer a expressões como as que algumas pessoas nos disseram nesta fase em que somos confrontados com o Covid-19: “Por detrás disto tudo há algum mistério. O mundo tem-se afastado tanto de Deus que agora aconteceu esta calamidade...”; “Muita gente pensa que pode tudo e agora é confrontada com outros desígnios, outras forças...” Até porque se o homem estava disposto a perder o controlo da criação, como se isso o mantivesse deus de si mesmo, agora tem vindo a perder o controlo do seu sobreviver, também em consequência do quão tem criado...

Em termos sanitários, importa reter que até muito tardiamente as medidas antisepsia eram globalmente estranhas à medicina e aos médicos. Só nos séculos XVIII e XIX, os médicos higienistas passaram a preocupar-se grandemente com estas questões. A teoria miasmática das doenças e a teoria da geração espontânea eram então dominantes (L. Graça, 2017). Foi preciso que surgisse a primeira revolução científica e técnica no quadro da medicina para que estas teorias se tornassem obsoletas. Em Portugal, seguindo, aliás, o que se passava em outros países, a partir de certa altura quando se passou também a atribuir as doenças mais temidas aos miasmas, surgem alguns provérbios bem eloquentes a este respeito: *Livra-te dos ares, que eu livrar-te-ei dos males* (idem). Perante esta realidade, recorde-se que os apreciados jardins ingleses construídos no século XVIII, também integravam o objetivo de contrariar o horror de ter de respirar os miasmas da cidade (A. Corbin, 1982). Recorde-se que Hipócrates e os seus discípulos da escola de Cos, no século V e IV aC., já sublinhavam a influência do ar e dos espaços onde se desenvolviam os fetos, se elaboravam os temperamentos, a génese das paixões, as formas de linguagem e o génio das nações (R. Joly, 1964). Identicamente, Priestley e Lavoisier se esforçavam por analisar o “ar comum”, de onde emerge a reivindicação de um direito natural a respirar um ar que não esteja sobrecarregado de substâncias nocivas, sendo que hoje poderá falar-se da poluição e dos aerossóis. No mesmo sentido, os higienistas nos séculos XVIII e XIX e os urbanistas insistiam muito nestas questões ao preconizarem, por um lado, uma nova concepção da cidade com ruas mais amplas favorecendo a livre circulação do ar e, por outro, a implementação de medidas sanitárias que possam prevenir a doença.

Surgimento da peste negra e outras doenças altamente mortíferas

A primeira grande peste da Europa ocidental, a peste negra, surge em Messina, em outubro de 1347, trazida por passageiros de outras proveniências, vindo a espalhar-se por toda a Europa no ano se-

guinte. Aqui, nesses tempos, fez 26 milhões de vítimas, correspondendo a um quarto da população europeia da época (J. N. Biraben, 1976). Não se tratava, contudo, de uma doença nova na história da humanidade, uma vez que a peste atinge a humanidade desde a Antiguidade. O termo pode, mesmo, não designar apenas uma doença concreta, dado que tende a evocar todas as epidemias com elevada mortalidade, sem que se compreendam os seus meandros. A célebre “peste de Atenas”, em 430, narrada por Thucydide, veio depois a verificar-se não ser de peste que se tratava, mas de uma outra epidemia altamente mortífera. A. Camus (1947), para falar da catástrofe mortífera provocada pela Segunda Guerra Mundial, de maneira romaneada, intitula a sua obra de *Peste*. Fala particularmente da afronta entre o Dr. Rieux e o Padre Paneloux, ilustrando perfeitamente esta série de representações. Enquanto para o primeiro a doença é um escândalo contra o qual é preciso lutar até ao fim, mesmo sabendo que se vai sair vencido, para o segundo, a peste que atinge de modo nefasto toda a cidade de Oran, é um justo castigo enviado por Deus para solicitar os humanos a converterem-se. Assim sendo, na última situação, a doença é concebida como falta e maldição, qual vingança gratuita perante uma transgressão coletiva, enquanto no primeiro impera a esperança e a vontade de lutar para vencer a catástrofe.

Para explicitar o alcance desta calamidade, vale a pena referir que na Idade Média esta não era a única epidemia, o que se prolongou até finais do século XVIII: a varíola constitui outro flagelo social, matando sobretudo inúmeras crianças e desfigurando muitas outras. Outro tanto se diga da sífilis que aparece na Europa em finais do século XV, trazida da América pelos marinheiros de Cristovão Colombo. Nesta lista, importa ainda incluir a malária, matando milhares de pessoas em Nápoles, em 1602, a tosse convulsa e o sarampo, doenças altamente mortíferas, mas também a febre tifoide, a tuberculose, a disenteria, a difteria, entre outras. Ademais, a tuberculose, pela sua grandeza devastadora, mormente ao nível da classe operária e de outros grupos mais fragilizados, chega mesmo a ser designada de peste branca do século XIX (C. Herzlich e J. Pierret, 1991).

Repare-se que a difusão das grandes epidemias ou pandemias, como a peste negra, como ademais acontece com várias outras, inclusive na atualidade, começa por estar ligada às grandes deslocções, às viagens em geral, hoje por avião cada vez mais rápido e em grande escala, às guerras. À época, a peste negra entra na Europa por via das viagens e aí permanece durante quatro séculos, com surtos mais intensos do que outros, sendo o último verificado em Portugal na cidade do Porto, em 1899 (D. Pontes, 2012). Sabe-se, também, que durante este longo período, outras pestes, sem grande gravidade, assolaram o mundo, tendo feito poucos mortos (D. Panzac, 1973).

Verifique-se, entretanto, que na primeira metade do século XIX se manifesta com grande intensidade outra doença, vinda da Ásia, lembrando epidemias de outros tempos: a cólera, revelando-se altamente mortífera e contagiosa durante todo este século. Recorde-se que, apesar das grandes descobertas médicas em curso na segunda metade do século XIX, a fundamentação científica da doença só desde então adquire novo fôlego. Inscreve-se nestas descobertas o triunfo da bacteriologia, graças às pesquisas de L. Pasteur na década de 1870 e de R. Koch, na de 1880, a par de outros investigadores, vindo a permitir a expansão e a eficácia das vacinas.

Não obstante, interessa anotar que logo a seguir, no início do século XX, em finais de 1917, surge a gripe pneumónica, adquirindo grande intensidade entre 1918-1919, em plena Primeira Guerra Mundial, vindo a revelar-se altamente mortífera, inclusive entre os militares. Os números retidos, podendo variar, informam que dizimou ainda mais gente do que a peste negra, apontando para pelo menos 50 milhões ou mesmo 100 milhões de pessoas, quiçá muitos mais milhões de vítimas. Com índices de mortalidade tão elevada, ao compararem-se com os de séculos anteriores, importa ter presente a proporcionalidade populacional de uns tempos e de outros. Refira-se que de 1750 a 1850 a população mundial terá passado de 726 milhões para um bilião 325 milhões e para um bilião 663 milhões, em 1990. No total, foram necessários dezesseis séculos da nossa era para que a população mundial duplicasse os seus efetivos (A. d'Houtaud, 1999). A alta natalidade

existente nesses tempos era anulada por uma também elevada mortalidade em consequência da fome, da miséria, das guerras e das epidemias, ainda mais amplas com o desenvolvimento da urbanização.

Na época, incomparavelmente mais do que no presente, como se era incapaz de identificar com clarividência as origens e as principais razões destes males que repentinamente se abatiam sobre as populações, dizimando de sobremaneira os mais fragilizados, também havia relativamente a estes muito menos sensibilidade. O ser fraco atingido por estes males representa a doença, o pestiferado e ainda mais do que qualquer outro, é um reprovado: terrorizado, cada um procura fugir para não ser contagiado. O medo e a insegurança perante um possível contágio, podendo levar à morte, tendem a suscitar não apenas comportamentos de prevenção, mas similarmente de segregação social, que como se tem vindo a verificar não é apenas apanágio de tempos antigos.

Tanto mais que segundo C. Herzlich e J. Pierret (1991), este antigo regime do mal se caracteriza precisamente pela rapidez como a doença se manifesta, a incapacidade de agir perante ela, dada a falta de conhecimentos e de meios para a debelar, a exclusão, pois abandonam-se os infetados e moribundos à mercê da sua sorte, visando proteger-se, e a morte, único desfecho plausível perante factos desta natureza. Por sua vez, a literatura acerca destes infortúnios, no caso da peste, descreve a abundância dos cadáveres, mas não invoca os sofrimentos e os sentimentos dos moribundos. Até porque morrendo-se muito rapidamente e em grande número após a manifestação da doença, não dá para conhecer praticamente nada acerca dos sentimentos vivenciados. Mais tarde, não será assim, sendo a tuberculose um desses casos, uma vez que permite viver algum tempo com a doença antes de poder ser votado à morte. Deste modo, poderá mesmo ser considerada uma doença de transição entre o antigo regime do mal e o novo regime da doença. Neste quadro, um dos trabalhos, em forma de romance, que veio a notabilizar-se foi a *Montanha mágica* de Thomas Mann (1931).

Por outro lado, a análise comparativa que se nos propõe sobre as duas pandemias mais mortíferas da humanidade, na Europa em particular, como foram a peste negra e a pneumónica, leva-nos ainda a dizer que os dados quantitativos sobre a primeira apontam para a morte de cerca de um terço da população europeia entre os séculos XIV-XVI (C. Herzlich et J. Pierret, 1991). À época, entre outros aspetos, dado o grande desconhecimento sobre a etiologia da doença e a rapidez com que tudo acontecia, perante o panorama de muitas outras doenças infectocontagiosas menos conhecidas, também poderiam ser aglutinadas muitas mortes decorrentes de outros fatores etiológicos e de outras doenças, o que seria menos provável nos anos pneumónicos. Por um lado, abrangeu um curto período de tempo, ainda que muito avassalador e, por outro, já se beneficiava de muito mais conhecimentos e de maior desenvolvimento sócio-económico em plena época industrial. Acrescente-se, ainda, que se a peste negra matava indistintamente todos os grupos etários. Podendo embora acontecer o mesmo com a pneumónica, matava de forma gritante pessoas mais jovens, exatamente o contrário do que está a acontecer com o Covid-19.

Ficará, assim, claro que as doenças infectocontagiosas, pese embora os bons propósitos e os avanços da medicina e da biologia, jamais vieram a ser totalmente vencidas. No entanto, com a descoberta dos antibióticos, na década 1940, e a sua eficácia curativa, a medicina considerava, enfim, ter encontrado o remédio certo para debelar este flagelo. O sucesso afigurava-se de tal monta que por volta da década de 1960, sobretudo nos países mais desenvolvidos, a medicina augurava que, doravante, apenas teria mais de se confrontar com as doenças degenerativas e crónicas, mercê do aumento da esperança média de vida das respetivas populações. Só que se tratou de um período de curta duração e algo ilusório. Na década de 1980, sem que nada o fizesse prever, surge o vírus da SIDA/HIV, esse mal misterioso altamente contagioso, e por isso ainda hoje muito temido. Posterior e simultaneamente, têm vindo a manifestar-se várias doenças de cariz infectocontagioso, umas mais mortíferas do que outras, vindo, agora, a desembocar na pandemia do Covid-19.

Um novo *fatum* nas sociedades hodiernas

Comparativamente, se há aspetos que podem aproximar-se de outras pandemias de tempos passados, voltando a peste negra a ser muito evocada, é entre outros, o facto do Covid-19 se manifestar súbita e inesperadamente, ser uma doença altamente contagiosa que se propaga com muita rapidez, não poupando praticamente ninguém que encontre no seu caminho e por isso muito temida, de importação-exportação, atingindo muito rapidamente uma dimensão pandémica, apanhando de surpresa toda a gente. Consequentemente, provoca muitas questões antes imagináveis, fragilidade, insegurança, ansiedade, angustia, dúvida, incerteza perante o desconhecido, medo, incapacidade, imprevisibilidade, desordem social... Incomparavelmente menores do que no passado, são particularmente notórios os efeitos produzidos ao nível da doença e da mortalidade, que de um dia para outro atinge elevado número de pessoas, com destaque para as pessoas idosas. Obriga a novas reorganizações sanitárias e sociais, mormente ao nível dos serviços de saúde, do sistema escolar, da economia, do emprego, das formas de convivência, da segregação social... O outro e o grupo alvo (profissionais de saúde, infetados, idosos...), podem ser portadores da doença e, assim sendo, não são menos suspeitos de transmissores da mesma. Ao invés, também têm vindo a manifestar-se muitas formas de voluntariado e solidariedade social em favor dos mais necessitados.

Há, não obstante, diferenças substanciais com esses tempos distantes dos finais da Idade Média e de alguns séculos seguintes: as sociedades hodiernas são incomparavelmente muito mais racionalizadas, medicamentadas, desenvolvidas e estão equipadas de outras infraestruturas, estando hoje incomensuravelmente muito melhor dotadas de conhecimentos científicos e meios tecnológicos, augurando aos cientistas compreenderem melhor os enredos desta doença. Até porque se no passado era do divino que se esperava clemência e o milagre da cura coletiva, hoje é da ciência que se espera a descoberta do medicamento e/ou da vacina capazes de aniquilarem o vírus. Por outro lado, com a rapidez, a forma inusitada como a doença se manifestou, o

desconhecimento e as incógnitas que coloca, ao nível da medicina ainda se vive muito sob a égide do ensaio, da tentativa do acertar no tratamento mais eficaz e com menores efeitos secundários, aguardando a descoberta rápida da tão almejada panaceia curativa ou imunológica.

Com as proporções que esta pandemia tem vindo a alcançar, a situação afigura-se preocupante perante todas as ameaças que tem vindo a suscitar, as inquietações, as incertezas e algum desespero face à ameaça permanente de morte biológica, mas também de outras formas de morte ou até alguma desordem social. De um momento para o outro toda a vida social foi modificada. Pense-se tão só na vida das nossas cidades entristecidas, vazias e silenciosas, com a grande maioria das atividades económicas, sociais e culturais interrompidas. A pandemia instalando-se obriga ao confinamento, à solidão, quiçá ao isolamento, pelo menos de alguns, levando a interromper muitas atividades e a encerrar muitas casas de comércio, de outros ramos e assim por diante. De algum modo, “sequestra” os doentes nos hospitais e, quando podem ser tratados em casa, com as suas famílias. Outros, quando vivem em grupo com maior ou menor dimensão, como tem vindo a acontecer, por exemplo, em lares de idosos, quando infetados, podem ser segregados para locais diferentes, procurando, deste modo, travar o contágio junto dos colegas com os quais viviam anteriormente. Impõe quarentenas a quem chega de locais suspeitos ou esteve em possível contacto com infetados, obriga a medidas de emergência e de calamidade, visando prevenir a sua disseminação, a criar hospitais de campanha e a preparar locais ou para acolher doentes infetados ou são para serem isolados do seu contacto, como acontece frequentemente com profissionais de saúde, dos lares, etc.

Neste contexto, não estamos assim tão longe da configuração tradicional do mal: a da epidemia, da maldição, do castigo - ainda que não sejam agora atribuídos às forças transcendentais - que se abatem brutalmente sobre a humanidade. A crise económica instalou-se, a desorganização social em vigor é notória, obrigando a uma nova “normalidade”. O dizimar de muitas vidas de forma antecipada interroga. Por outro lado, embora a ameaça paire sobre todos indistintamente e já se tenha reconhecido, tal como em tempos passados, que a luta contra

este flagelo pandémico tem de ser coletiva, como se tem vindo a verificar, são os grupos socialmente mais fragilizados os mais atingidos. Normalmente, ou porque o seu sistema imunitário está mais debilitado ou já sofrem de outras patologias, como tende mais a acontecer com as pessoas idosas, grosso modo, tem-se vindo a constatar que são os mais debilitados, também em consequência das suas condições sociais de existência, os que oferecem menos resistência à doença e à sua letalidade. Basta olhar para a situação dos países onde se tem vindo a proceder à abertura de valas comuns para enterrar a avalanche de mortos que resulta desta pandemia. As estatísticas respetivas indicam serem os mais pobres, quiçá os mais excluídos, porque deixados por sua conta e risco, os mais atingidos por este fenómeno.

Por princípio, esta doença ainda envolvida em mistérios, pese embora os esforços e os investimentos feitos pelos cientistas para identificarem as suas peculiaridades, afigura-se insidiosa, silenciosa e altamente contagiosa. É precisamente a extensão dos contágios que provoca, as mortes que tem causado, como não vinham acontecendo com qualquer outra epidemia desde a gripe pneumónica, sem que ainda se conheçam os efeitos colaterais que pode causar nos infetados que a ela sobrevivem. E porque não se consegue prever o seu *terminus*, torna-se ainda mais tenebrosa.

Tanto mais que a morte, em sociedades do consumo, numa constante busca de mais qualidade de vida e bem-estar, do individualismo, da inflação das aspirações, sobretudo quanto ao ter e ao prazer imediato, da busca do aumento da longevidade com melhor saúde..., vinha sendo escamoteada. A melhoria das condições de vida, mormente nas sociedades ocidentais - pese embora as gritantes desigualdades sociais e os elevados níveis de pobreza – e as grandes descobertas da biologia, da medicina e o alcance da tecnologia, permitindo combater muito mais as doenças, levaram a um progressivo aumento da esperança média de vida de mais de 30 anos durante o século XX e princípio do século XXI. Daí que a morte não só seja cada vez mais inexplicável, como dificilmente aceitável em sociedades que sonham com uma vida sem ocaso (M. Drulhe, 1996; M^a. E. Leandro, 2009), embora a morte

seja inelutável na vida dos seres vivos e até de tudo o que foram criando, construindo e adquirindo (L-V. Thomas, 1988). De resto, a religião católica, mormente nas liturgias fúnebres, lembra que fomos feitos para a vida e não para a morte, concedendo a esta uma sublimação ao permitir a passagem para outra vida no além. Já Jesus Cristo nos evangelhos (Jo. 10-10), sem fazer distinção, afirma: *Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.*

Não se esqueça, contudo, que com a busca do aumento da longevidade com melhor saúde, a morte e esta morte em particular, afigura-se destruir não só os tecidos biológicos, como também os tecidos sociais, a atividade de toda uma vida, tornando-se mais assustadora, porque mais pífida e imprevisível. À semelhança do que já vinha acontecendo, não será por acaso que a intensidade dramática da procura médica, que o mesmo é dizer dos cuidados de saúde, é proporcional à angústia de morte que ameaça todos os dias, ainda mais perante este flagelo. Assim, nada é mais tormentoso do que pensar na sua própria morte em situação pandémica, mais prematura e angustiante do que a morte daqueles para quem nós pensávamos poder continuar a partilhar a nossa vida.

Esta forma de morte, que rápida e inusitadamente se abate sobre os humanos, ainda se afigura mais insensata e desprovida de explicações justificativas, embora possam surgir várias interpretações aqui e ali, podendo algumas ser colocadas em forma de hipóteses. De notar, no entanto, que quando surgem aqui e ali interpretações no sentido de atribuir esta doença misteriosa a uma advertência divina, logo se encontram elucidaciones de altos dignatários da Igreja católica, a começar pelo Papa Francisco, e até de outras Igrejas, a contrariá-las. A ideia de um Deus castigador e punitivo muito presente em tempos do passado como acima verificamos, é hoje substituída pela de um Deus de amor e de misericórdia e que, por conseguinte, não poderá intervir desse modo. Embora nem sempre se tenha consciência disso, a doença, tal como a saúde, desde todos os tempos, faz parte da vida, pelo que importa olhá-las de modo diferente. Não se ignore, por outro lado, que

em todos os tempos, o mal por excelência entre todos os males, é a doença, uma vez que à partida, em tempos normais e ainda mais de pandemia, é o que mais ameaça comumente de morte.

Não podemos, entretanto, deixar de observar que em todo o mundo, estão a reganhar força novos movimentos religiosos de oração e piedade, implorando a intervenção das forças divinas em favor da libertação deste flagelo pandémico e dos males que tem vindo a causar. Recorde-se os apelos do Papa Francisco para que no dia 25 de março, em que se celebra a festa da Anunciação, se fizesse uma corrente de oração, precisamente com a oração do Pai Nosso de alto significado para os cristãos. Também nessa mesma data foi feita em Fátima a consagração de Portugal e de Espanha, a que se juntaram vários outros países de vários continentes, ao Imaculado Coração de Maria, suplicando a sua intercessão terapêutica. Logo a seguir, a 27 de março, surge a imagem e presença de um Papa orante que caminha sozinho debaixo de chuva na Praça de S. Pedro para se dirigir ao mundo numa mensagem de amor e de esperança, apelando ainda ao compromisso de todos numa causa que lhe é comum. São apenas alguns dos casos que coletivamente têm sido implementados, a par de muitos outros de caráter pessoal, familiar, grupal e comunitário pelo mundo fora.

Uma vez que não dispomos, ainda, de dados que nos permitam ir mais além na análise destes fenómenos, não podemos contudo obliterar que circunstâncias há em que a fé, a crença e a confiança nas forças sagradas são fortes baluartes que conferem ânimo para continuar a prosseguir e encontrar novas forças para caminhar, mas sem nunca deixar de fazer tudo o que humana e materialmente está ao alcance dos humanos. Quanto mais misterioso e ameaçador se afigura o mal com que nos confrontamos, mais tendemos a socorrer-nos dos recursos que temos ao alcance, não sendo o religioso o menos paradigmático neste sentido. Até porque a espiritualidade decorrente da religião, apesar do aumento da secularização das sociedades hodiernas, em muitas situações, continua a fazer parte do universo simbólico de muita gente. Ao nível das medicinas não

convencionais, mais ainda enquanto a doença se afigura enigmática, continua a haver muita gente que olha para a religião e a espiritualidade como uma dessas formas de medicina, sem, no entanto, deixar de continuar a recorrer às prescrições da medicina convencional, insistentemente procurada e acreditada.

À laia de conclusão

A importância da problemática da doença e de sobremaneira das doenças epidémicas, altamente contagiosas e mortíferas, vem de tempos de antanho. Contudo, adquire formas e significações diferenciadas segundo as épocas e os contextos sanitários, económicos, sociais e culturais. Ao longo deste trabalho, tendo em conta estes parâmetros, procuramos relevar a dinâmica que envolve estas questões. No Antigo Regime, a doença, e com maioria de razão a que era desencadeada pelas epidemias, qual flagelo ameaçador que sempre se abate coletivamente, era atribuída a fatores exteriores, exigindo reparação, por parte das forças divinas. Daí uma interpretação religiosa da doença como maldição ou advertência.

Com o decorrer do tempo, nas sociedades hodiernas não só a doença é concebida de forma diferente, e as epidemias/pandemias em particular, como é no seu seio, sobretudo através da ciência que se esperam explicações e intervenções adequadas. Apesar desta trajetória sócio-histórica há, porém, certos esquemas que espantam pelas suas similitudes. Com a inusitada enfermidade provocada pelo Covid-19 a ideia de *fatum*, por exemplo, embora cientificamente se procure identificar a origem do mal, parece emergir. O “pecado”, origem da doença, numa visão religiosa, é hoje transferido para a noção de “responsabilidade” individual e coletiva, incumbindo a todos zelar pela não disseminação da doença e investir antes na busca da saúde, advindo aliás um capital social. Em termos conclusivos, o que se nos afigura dizer é que sejam quais forem as explicações avançadas, são sempre solidárias de um sistema de valores de uma sociedade, do saber que desenvolve e das instituições de que se dota para se ocuparem destas questões.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, M., Herzlich, C. (eds) (1984). **Le sens du mal**. Paris: Archives contemporaines.
- BIRABEN, J.N. (1976). **Les hommes et la peste en France et dans les pays européens méditerranéens**. Paris-La Haye: Mouton.
- CAMUS, A. (1980 [1947]). **La peste**. Paris: Galimard.
- DELUMEAU, J. (1978). **La peur en Occident, XIV-XVIII siècles**. Paris: Fayard.
- D'HOUTAUD, A. (1999). **La santé à travers les sciences humaines et sociales**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy.
- DRULHE, M. (1996). **Santé et société. Façonnement sociétal da la santé**. Paris: PUF.
- ERCKMAN-CHATRIAN (1962). **Histoire d'un paysan**. Paris: J.-J. Pauvert éditeur.
- GRAÇA, L. (2017). Ricardo Jorge e a modernização da saúde pública. In Veloso AJ, Mora LD, Leitão H. (eds). **Médicos e sociedade: para uma história da medicina em Portugal no século XX**, Lisboa: By the Book, p. 34-49.
- HERZLICH, C.; PIERRET, J. (1984). **Maladies d'hier, maladies d'aujourd'hui**. Paris: Payot.
- JOLY, R. (1964). **Hippocrate, médecine grecque**. Paris: Gallimard.
- LA BIBLE. Traduction oecuménique (1989). Paris: CERF.
- LEANDRO, M^a E.; BAUMANN, M. (2015): Interconfluências: família, género e saúde nas malhas das mudanças. In: LEANDRO, M^a E.; NOGUEIRA, F. Machado. e J. (eds), **Saúde e seus dilemas. Teorias e práticas familiares de saúde**. Famalicão: Húmus, pp. 21-52.
- LEANDRO, M. E. (2014). Saberes e saúde: teorias e usos sociais. In: Leandro M^a E; Monteiro, R. (eds), **Saúde no prisma da sociologia: Olhares plurais**. Viseu: Psicossoma, pp. 66-111.
- LEANDRO, M. E.; A. S. LEANDRO, S. Oliveira (2009). In: LEANDRO, Nossa, P., RODRIGUES, V. (eds). **Saúde e sociedade. O contributo (in)visível da família**. Viseu: Psicossoma, pp. 25-72.
- LEANDRO, M^a E. (2001). Saúde no prisma dos valores da modernidade, **Trabalhos de Antropologia**. Vol. 41 (3-4), pp. 67-93.
- LEBRUN, F. (1983). **Se soigner autrefois. Médecins, saints et sorciers au XVIIIème et XVIIIème siècle**. Paris: Seuil.
- LÉONARD, J. (1978). **Les Médecines de l'Ouest au XIXème siècle**. Lille: Presses Universitaires de Rennes.
- MANN, T. (1931). **La montagne magique**. Paris: Librairie Arthème Fayard.
- PANZAC, D. (1973). La peste à Smyrne au XVIIIe siècle, **Annales, Economies, Sociétés, Civilisations**. n° 4, pp. 1071-1093.
- PESSOA, F. (2006). **Livro do Desassossego**. Lisboa: Círculo do Leitores.

PONTES, D. (1912). **O cerco da peste no Porto Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899**. Tese de Mestrado, Universidade do Porto.

QUEVEDO, É. (2016). "Uma mão protetora que os desvie do abismo". **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904)**, Unisinos: Editora Unisinos.

SCHMITZ, O. (2006). **Soigner par l'invisible. Enquête sur les guérisseurs d'aujourd'hui**. Paris: Imago.

SHNEIDER, E. (1990). **La santé par des aliments**. Paris: Roger Jollois.

THOMAS, L.-V. (1988). **La mort**. Paris: PUF (coll. "Que sais-je").

VOVELLE, M. (1979). Préface à Dominique Cier, **Scènes de la vie marseillaise pendant la peste de 1720**. Paris: Éditions Actes-Sud.

WEBER, M. (1959). **Le savant et le politique**. Paris: Plon.

15. MEDIDAS PREVENTIVAS PARA COVID-19 EM RECÉM-NASCIDOS

Midiã Ferreira dos Santos
Mônica Aparecida de Jesus
Ivanete Fernandes do Prado
Darlyane Antunes Macedo

RESUMO

A COVID-19 é uma doença com curso clínico ainda pouco conhecido, especialmente na faixa etária neonatal. Seu início deu-se na China, em uma cidade chamada Wuhan, na província de Hubei e teve rápida progressão, sendo declarada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Na tentativa de evitar sua transmissão, várias medidas preventivas foram instituídas e diversos estudos realizados para melhor compreensão desse fenômeno, visto que uma das preocupações dos especialistas em neonatologia refere-se à fragilidade reconhecida do sistema imunológico do recém-nascido. Assim, foi realizada uma busca bibliográfica na Biblioteca Virtual em Saúde, nas bases de dados Lilacs, Scielo, Medline, PubMed, em plataformas de sociedades científicas e sites governamentais, com objetivo de conhecer as produções científicas que discutem sobre as medidas preventivas para COVID-19 em recém-nascidos, disponíveis na literatura até o momento. A partir dos descritores utilizados, foram obtidas 63 referências, sendo selecionados 23 artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Como a COVID-19 se trata de uma nova doença, muitos fatores estão ainda indefinidos e há uma pequena quantidade de publicações relacionadas à temática de prevenção da COVID-19 para recém-nascidos. O risco de infecção pelo vírus em recém-nascidos é real, por isso, é essencial manter cuidados rigorosos com a prevenção, que se inicia desde a sala de parto até a alta hospitalar. Essa revisão de literatura traz os principais cuidados de prevenção e proteção contra a COVID-19 em recém-nascidos, abordando de forma detalhada aspectos importantes, como os cuidados no momento do parto, da amamentação, da extração do leite, no transporte, os cuidados em domicílio; além de trazer características do recém-nascido testado positivo para o vírus. Saber identificar os sintomas permite realizar as intervenções a tempo, prevenindo o agravamento dos sintomas e o contágio da doença, além de aumentar as chances de cura.

Palavras-chave: Recém-nascido. COVID-19. Prevenção.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa de alta transmissibilidade, causada pelo novo coronavírus 2 (SARS-CoV-2). O primeiro caso dessa infecção ocorreu em novembro de 2019, em uma cidade chamada Wuhan, na província de Hubei, na China, após um surto de pneumonia de causa desconhecida que, rapidamente, se espalhou por vários países. Em março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (MIMOUNI et al., 2020; SINGHAL, 2020).

Trata-se de uma emergência de saúde pública de importância internacional, uma vez que já afetou vários países, dentre eles destacamos os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a Itália, a Espanha, a França e o Brasil. Segundo a OMS, o Brasil já registra muitos casos confirmados e óbitos ocasionados pela doença. Esses casos vêm aumentando diariamente em nível mundial (WHO, 2020).

A transmissão da infecção humana provocada pelo SARS-CoV-2 ocorre por inalação ou por contato com gotículas respiratórias de pacientes doentes, tanto pelos sintomáticos, como os assintomáticos. O período de incubação do vírus varia de 2 a 14 dias e os principais sintomas da doença são: febre, tosse, dispneia, mialgia e fadiga; em alguns casos pode ocorrer evolução para pneumonia, síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA) e disfunção de múltiplos órgãos (SINGHAL, 2020).

O primeiro caso de COVID-19 neonatal confirmado ocorreu na cidade de Shenzhen, em 20 de janeiro de 2020. O recém-nascido com idade gestacional de 39 semanas foi internado com sintomas de tosse, chiado no peito e sem febre, após tossir e espirrar leite durante a amamentação. Durante o curso da doença, apresentava-se com sinais vitais estáveis, sem tosse e com débito urinário normal. Ao sétimo dia de hospitalização teve alta, sem vômitos, febre, tosse e dispneia, bom apetite e sem sinais de anormalidade (LINGKONG et.al.,2020). Após três dias da hospitalização, os pais desenvolveram febre e tosse, apresentando resultado positivo para a doença.

Possivelmente, o neonato adquiriu a infecção após contágio dos pais, porém os sintomas foram manifestados precocemente, vis-

to que não há casos de transmissão vertical ou pelo leite materno de SARS-CoV-2. Em seu estudo, LU e SHI (2020) descrevem que três recém-nascidos diagnosticados com coronavírus pertenciam, principalmente, a casos de agrupamento familiar.

Em um estudo realizado com uma amostra de 25 casos pediátricos confirmados de COVID-19 na província de Hubei, Zheng et al. (2020) descreveram que os sintomas mais comuns da doença foram febre e tosse seca, no entanto, em alguns casos, ao invés de febre podem ocorrer sintomas gastrointestinais como náuseas, vômitos ou diarreias. Os sintomas do coronavírus em crianças e recém-nascidos podem variar de acordo com o quadro clínico da infecção, que é classificado em leve, moderado, grave ou crítico (DONG et al. 2020; SBP, 2020).

Na fase leve, a criança ou recém-nascido apresenta infecção do trato respiratório superior ou pneumonia sem complicações, além de febre, tosse, dificuldade respiratória, dor muscular, cefaleia, dor de garganta, náusea, vômito, diarreia e dor abdominal. Na fase moderada, há infecção do trato respiratório inferior, além de febre frequente, dificuldade respiratória e taquipneia. O quadro grave é uma evolução da fase moderada, porém com o agravante da hipoxemia. Os casos graves podem ainda evoluir para o estado crítico, com situações de síndrome do desconforto respiratório agudo, sepses e choque séptico, nesses casos, geralmente há necessidade do uso de ventilação mecânica invasiva, corticosteróides e imunoglobulina (SBP, 2020; ZHENG, 2020).

Há uma grande preocupação da infecção pelo SARS-CoV-2 em recém-nascidos por apresentarem imaturidade do sistema imunológico, sendo assim mais susceptíveis a infecções virais. No entanto, tem se observado que a incidência de recém-nascidos e crianças com COVID-19 até então é baixa, talvez a explicação para este dado seja pelo fato desses apresentarem menor expressão da enzima conversora de angiotensina 2, que é o receptor pulmonar do vírus SARS-CoV -2 (DCC/CP, 2020; BRASIL; 2020a).

O prognóstico da doença em crianças tem se mostrado melhor que em adultos, porém uma pesquisa chinesa relatou que existem taxas mais altas de complicações do coronavírus em crianças

menores de um ano. Esse fato é bastante preocupante, pois ainda não há vacina ou medicamentos específicos com evidência científica comprovada para tratar a COVID-19, sendo que a prevenção é a forma mais prática, segura e eficaz de evitar a contração da doença (SBC,2020; BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020c).

Os estudos realizados até o momento demonstraram ser pouco provável a ocorrência de transmissão vertical da infecção materna para o feto (MIMOUNI, 2020), visto que recém-nascidos de mulheres que desenvolveram pneumonia causada por SARS-CoV-2 no terceiro trimestre de gestação não apresentaram resultados adversos graves, nem infecção fetal (CHENH et al, 2020).

Para tanto, é necessário fazer a prevenção da doença. Prevenção é um conjunto de medidas ou preparação antecipada para evitar que algo indesejável aconteça; ela é organizada de forma cronológica, linear e técnica, visando prevenir eventos mórbidos futuros com ações no presente, baseada no saber médico-científico. Entre suas classificações, se destaca duas formas: a primária, também chamada de direta, cujo o objetivo é a antecipação do risco, evitando que ele aconteça com relação a tomadas de medidas que os eliminem; e a secundária, também chamada de prevenção indireta, cujo objetivo é a identificação dos riscos com vista a sua eliminação ou limitação, o que irá diminuir drasticamente o seu potencial nocivo (TARDELLI, 2019).

A prevenção é de extrema importância, pois com ela diminuímos as chances de contágio e de transmissão do vírus, além de evitar que se eleve a curva de crescimento do número de novos casos de COVID-19. Ao conhecer como o vírus se desenvolve e sua forma de contágio, conseguimos pensar em medidas para evitá-lo (WHO, 2020).

Diante do exposto, objetiva-se, neste estudo, conhecer as produções científicas disponíveis na literatura que discutem sobre as medidas preventivas para COVID-19 em recém-nascidos até o momento.

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de literatura, de cunho descritivo, exploratório, realizada nos meses de abril e maio de 2020, no qual procurou-se responder a seguinte questão norteadora: quais são as medidas preventivas para COVID-19 em recém-nascidos?

Em busca pela resposta dessa questão, realizou-se uma busca bibliográfica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVC), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana em Ciências e Saúde (Lilacs) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), BDEF (Banco de Dados em Enfermagem) e nas plataformas de sociedades científicas e sites governamentais, utilizando os descritores: recém-nascido, prevenção, COVID-19, associados com o operador lógico booleano “and”.

Como critérios de inclusão para a seleção dos estudos foram utilizados normas técnicas oficiais, cartilhas ou artigos disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês ou espanhol, publicados entre o período de 2019 a 2020. Assim, foram excluídos artigos duplicados ou os que não respondiam a problemática do estudo. A partir dos descritores utilizados, obteve-se um total de 63 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, selecionou-se 23, que foram analisados, minuciosamente, para a composição do presente estudo.

A principal limitação do estudo foi o fato de tratar sobre uma doença nova e com pequena quantidade de publicações relacionadas à temática de prevenção da COVID-19 para recém-nascidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COVID-19 é uma doença nova, com curso clínico ainda pouco conhecido, especialmente na faixa neonatal. Apesar do risco potencial de transmissão vertical mãe-conceito, até o momento, os estudos com base em série de casos extremamente limitada não demonstraram a presença do vírus na placenta, no líquido amniótico, no sangue do cordão ou no leite materno. Todos os autores que relataram casos de recém-nascidos que desenvolveram a doença concluem provável aquisição pós-natal (SBP/DCN, 2020).

Dados existentes, até o momento, embora pouco consistentes do ponto de vista científico, sugerem que a principal via de transmissão da COVID-19 para o neonato é por gotículas de cuidadores infectados ou, secundariamente, por contato com material biológico contaminado. Desse

modo, o contato com os mesmos deve ser restrito a mãe assintomática que, caso venha apresentar algum sintoma, devem ser tomadas todas as precauções necessárias, como uso de máscara e higienização das mãos, e aos profissionais de saúde que irão prestar os cuidados ao recém-nascido todo tempo em que estiver na maternidade (CAO et al., 2020).

O profissional de saúde, ao atender a puérpera e recém-nascido, deve seguir as orientações de precaução padrão e gotícula, pois estudos revelam que a principal fonte de disseminação do vírus para os profissionais de saúde é por meio da manipulação de vias aéreas do neonato, sendo indispensável o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante todo o cuidado (SBP, 2020).

É possível, com base na detecção do vírus na urina e nas fezes das pacientes, a exposição perinatal do recém-nascido no momento do parto vaginal. Diante desse cenário, há uma preocupação em evitar a infecção por SAES-CoV-2 após o nascimento, independentemente do tipo de parto. Os recém-nascidos, principalmente os de baixo peso, possuem um sistema imunológico imaturo e, por isso, precisam de maiores cuidados (FIGUEIRA, 2020).

Medidas de prevenção de COVID-19 para recém-nascidos durante o parto.

As recomendações para os cuidados na sala de parto ao recém-nascido de mãe com suspeita ou confirmada para COVID-19 se inicia com a redução do número de profissionais da equipe neonatal e a comunicação da internação do caso suspeito ou confirmado, bem como a paramentação adequada, com uso de todos os equipamentos de proteção individual recomendados para a prevenção de contato, gotícula e aerossol (BRASIL IFF/FIOCRUZ, 2020).

A sala de parto deve ser montada com todos os equipamentos necessários e a utilização de materiais descartáveis, de uso exclusivo, checados e disponíveis para o manuseio. Recomenda-se realizar uma anamnese detalhada, com fins de identificar fatores de risco perinatais associados à possibilidade de o recém-nascido necessitar de auxílio

para fazer a transição respiratória e cardiocirculatória ou de procedimento de reanimação, conforme as diretrizes atuais do programa de reanimação neonatal (BRASIL, 2020a; SBP 2020b).

O clampeamento do cordão umbilical deve ser realizado após a extração completa do feto, conforme estabelecido e de acordo com a idade gestacional, o tônus muscular e a respiração. Em recém-nascidos com idade gestacional igual ou maior que 34 semanas, com respiração adequada e tônus muscular em flexão ao nascimento, recomenda-se clampear o cordão 1 a 3 minutos após sua extração. O recém-nascido pode ser secado com o cordão intacto, não sendo necessário banho logo após o nascimento (BRASIL, 2020b; SPSP, 2020).

Visando a prevenção para não contaminar o recém-nascido, o contato pele a pele e a amamentação devem ser feitos após realizar medidas de higiene da parturiente, como banho no leito, troca de lençol, camisola e máscara. É importante que, quando possível, prestar os primeiros cuidados em sala separada da mãe e manter distância mínima de dois metros entre a mãe e a mesa de reanimação (BRASIL, 2020b; SPSP, 2020).

Cuidados quanto ao Aleitamento Materno

Na ausência de evidências científicas que comprovem a transmissão do SARS-CoV-2 por meio da amamentação, recomenda-se que ela seja mantida, considerando todos os benefícios do aleitamento materno para a saúde da criança e da mulher, desde que a mãe deseje amamentar e esteja em condições clínicas adequadas para fazê-lo (CHENH et al, 2020).

O recém-nascido, filho de mulher positiva para COVID-19, não tem restrições quanto ao aleitamento materno, desde que a mãe venha ter cuidados especiais durante o mesmo (MIMOUNI, 2020). Os cuidados também se aplicam a amamentação, pois mesmo que seja improvável a transmissão vertical do vírus por meio do leite materno, a transmissão horizontal é possível através de gotículas da mãe para o bebê no momento da amamentação, por isso é importante realizar a lavagem cuidadosa das mãos antes de tocar no bebê e o uso da máscara durante a amamentação e todo o cuidado (BRASIL, 2020d).

A ordenha também pode ser uma alternativa, caso a mãe não se sinta confortável em amamentar, ela pode fazer a retirada manual ou através de uma bomba extratora do leite materno, que pode até ser oferecido por um cuidador saudável ao bebê, tomando o cuidado de realizar a higiene correta das mãos e a utilização de máscara (MARIANE NETO, 2020).

Deve-se seguir rigorosamente as recomendações para limpeza das bombas de extração de leite após cada uso. Também, há a possibilidade de solicitar ajuda de alguém que esteja saudável para oferecer o leite materno em copinho ou colher ao bebê, no entanto, é necessário que a pessoa incumbida de oferecer o leite ao bebê aprenda a fazer isso com a ajuda de um profissional de saúde (LIEBERT, 2020).

Orientações relacionadas à unidade neonatal

Sugere-se a realização de triagem diária na entrada do hospital ou da Unidade Neonatal, conforme rotina local, que inclua uma lista de sintomas gerais de infecção, preferencialmente impressa e assinada pelos pais, atestando a veracidade das informações prestadas. A entrada do pai deve ocorrer alternando com a mãe, a fim de diminuir a concentração e circulação de pessoas no ambiente de internação no período, até novas deliberações (CAO et al., 2020).

A restrição da presença do pai nesse momento epidemiológico é justificada por representar o aumento da circulação de pessoas em contato com a comunidade em um mesmo espaço. No caso de autorização do acesso ao pai assintomático, indicar o uso de máscara cirúrgica e medidas de higienização das mãos durante sua permanência (BRASIL, 2020a; ANVISA, 2020).

Orientações sobre o transporte interno do recém-nascido

O transporte do recém-nascido para a Unidade neonatal deverá ser realizado em incubadora de transporte, segundo as normativas vigentes para o transporte neonatal. O recém-nascido de mãe com suspeita ou diagnóstico de infecção por COVID-19, com sintomas res-

piratórios que justifique a internação na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) ou na Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa), deve ser acomodado, preferencialmente, em quarto privativo na unidade neonatal, em precaução de contato e gotículas ou em área de coorte de casos suspeitos, respeitando as distâncias recomendadas entre as diferentes áreas de assistência e a área de paramentação e desparamentação (BRASIL, 2020a).

Orientações sobre cuidados e prevenção de COVID-19 em recém-nascido após alta

Faz-se necessário, no momento da alta, ser reforçada a importância do seguimento puerperal e de puericultura na Atenção Primária à Saúde. A mãe deve ser orientada para os sinais de alerta de adoecimento do recém-nascido e a procurar assistência de acordo com o fluxo estabelecido pelos protocolos assistenciais validados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b; SBP, 2020b).

A puérpera deve ser incentivada a manter a amamentação com os cuidados de higienização e o uso de máscara cirúrgica, além de realizar a higienização das mãos imediatamente após tocar no nariz, boca e antes do cuidado com o recém-nascido. Para a mãe assintomática, é recomendado estimular o contato pele a pele (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b; SBP, 2020b). Para garantir o transporte seguro para o domicílio, é preciso evitar o uso de transporte público. Após alta, caso a puérpera precise circular em áreas comuns da casa, ou quando necessário sair de casa, é recomendado que utilize máscara cirúrgica (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b).

As medidas preventivas como higienizar as mãos, preferencialmente, com água e sabão ou, quando não for possível, utilizar álcool a 70%; manter as superfícies da casa limpas diariamente; lavar ou desinfetar objetos que estão em contato próximo do recém-nascido; manter os ambientes bem ventilados, com as janelas abertas; evitar o contato com as pessoas que apresentem algum dos sintomas; sair de casa somente quando necessário, evitando viajar e ter contato com outras crianças (BRASIL, 2020b; SBP, 2020b).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, as visitas hospitalares em maternidades com alojamento conjunto em instalações ou quartos individuais, assegurando as recomendações de prevenção ou redução de riscos de contágio, podem ser mantidas, porém, visitas a unidades com estrutura física do alojamento conjunto mãe-filho que não garanta afastamento entre leitos de no mínimo 2 metros, deve ser suspensa. Quanto às visitas domiciliares à mãe e ao recém-nascido não são aconselhadas (BRASIL, 2020a; SBP, 2020b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o risco de infecção por COVID-19 em recém-nascidos é real, de modo que os cuidados rigorosos com a prevenção que se inicia desde a sala de parto até a alta hospitalar são fundamentais, com vistas em minimizar essa possibilidade. A assistência com o recém-nascido e a mãe deve ser feita com muito cuidado e atenção, pois a saúde da mãe é o que garante a saúde e a proteção do bebê, pois ela é quem estará mais perto dele nesse momento. Para tanto, o uso da máscara, a higienização constante das mãos, o uso do álcool em gel 70% e o isolamento social são indispensáveis para a prevenção da infecção pelo SARS-CoV-2.

Esta revisão de literatura trouxe os principais cuidados de prevenção e proteção contra a COVID-19 em recém-nascidos, abordando, de forma detalhada, aspectos importantes como os cuidados no momento da amamentação e da extração do leite; os cuidados em domicílio e no transporte, além de trazer características do recém-nascido testado positivo para o vírus. Ressalta-se que saber identificar os sintomas permite realizar as intervenções em tempo, prevenindo o agravamento do quadro clínico e o contágio da doença entre outras pessoas, além de aumentar as chances de cura.

A revisão destaca que não existem evidências acerca da transmissão vertical do coronavírus, contudo, o acompanhamento profissional durante o pré-natal, a internação hospitalar e em domicílio devem ser seguros e bem orientados por equipes treinadas nesse período de

pandemia. Tendo em vista que o estudo também destaca que as informações acerca da COVID-19 são muito dinâmicas, por se tratar de um vírus pouco conhecido, esse acompanhamento é fundamental.

Com vistas às necessidades específicas dessa doença, a atuação da atenção básica no acompanhamento desse binômio no domicílio é fator primordial para a segurança do recém-nascido. No entanto, os trabalhos analisados não fazem referência a essa prática; identificamos, assim, a ausência de orientações dessa natureza como uma limitação da revisão de literatura, que deve e pode ser sanada a partir da construção de trabalhos na área.

Quando se discute a rotina das unidades neonatais, intensivas ou de cuidados intermediários, vale salientar que a necessidade de testagem é fundamental, no entanto, precisa-se saber se é exequível diante da realidade atual no Brasil, que traz um número limitado de testes. Nesse sentido, as coordenações de unidades de saúde devem garantir um quantitativo seguro de testes, bem como trabalhar de modo exaustivo com ações de educação em saúde, de modo que favoreça um comportamento seguro dos pais de prematuros.

Apesar de existirem poucas publicações, por se tratar de uma doença nova, provocada por um vírus que a pouco tempo não se sabia nada, através de pesquisas e observação das evoluções dos pacientes com a doença, descobriu-se que algumas medidas de prevenção faziam efeito na contenção do vírus. Assim, as recomendações acerca das medidas de precauções presentes nesta revisão foram feitas pela OMS e pelo Ministério da Saúde do Brasil, com aplicação em muitos países, com resultados bem efetivos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Nota técnica CVIMS/GGTES/ANVISA N° 04/2020**, atualizada em 21 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. **Nota Técnica nº 10** - Atenção à saúde do recém-nascido no contexto da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Ministério da Saúde: Brasília, 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Primária à Saúde**. Ministério da Saúde: Brasília, p. 1-33, 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada**. Ministério da Saúde: Brasília, 2020c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano. **Recomendação Técnica NO. 01/20.170320**. COVID-19 e Amamentação, 2020d.

CAO, Q. et al. SARS-CoV-2 infection in children: Transmission dynamics and clinical characteristics. **Journal of the Formosan Medical Association**. v.119, n.3, p.670-673, 2020.

CHEN, H et al. Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women: a retrospective review of medical records. **Lancet**. 2020; **Published online February, 2020**.

DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE CARDIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **A CRIANÇA COM CARDIOPATIA NOS TEMPOS DE COVID-19**: Posicionamento oficial conjunto, 2020.

DONG, Y. et al. Epidemiological Characteristics of 2143 Pediatric Patients With 2019 Coronavirus Disease in China. **Pediatrics**, 2020.

FIGUEIRA, F. Atenção ao Recém-nascido em tempos da pandemia de COVID-19: Recomendações para a Sala de Parto. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Ministério da Saúde. **Fundação Oswaldo Cruz**, 2020.

LIEBERT, M. A. Inc. Breastfeeding Medicine. Coronavirus Treatment and Risk to Breastfeeding Women. **Press release online New Rochelle: NY; 2020**.

LINGKONG, Z. et al. The first neonatal coronavirus pneumonia in China. **Chinese Journal of Pediatrics**. v.58, n.4, p.279-280, 2020.

LU Q.; SHI Y. Coronavirus disease (COVID-19) and neonate: What neonatologist need to know. **J Med Virol**, 2020.

MIMOUNI, F. et al. Perinatal aspects on the covid-19 pandemic: a practical resource for perinatal-neonatal specialists. **Journal of Perinatology**. V.40, p. 820 - 826, 2020

NETO, M. Nótula complementar sobre COVID-19 e Aleitamento Materno. **FEBRASGO**, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Grupo Executivo do Programa Nacional de Reanimação Neonatal**. Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na Sala de Parto de Mãe com COVID-19 Suspeita ou Confirmada, 2020.

SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO. **Departamento Científico de Neonatologia**. Recomendações para cuidados e assistência ao recém-nascido com suspeita ou diagnóstico de COVID-19, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **COVID-19 em crianças**: envolvimento respiratório. p. 1-7, 2020a.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Prevenção e Abordagem da Infecção por COVID-19 em mães e Recém-Nascidos, em Hospitais-Maternidades**. p.1-4, 2020b.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Documento Científico Recomendações sobre os cuidados respiratórios do recém-nascido com COVID-19 suspeita ou confirmada.** p. 1-7, 2020c.

TARDELLI, R. O que é prevenção. **Agencia de notificação da AIDES.** São Paulo, 2019.

WHO a. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19):** Situation Report-51. Publicado em 20 de abril de 2020.

WHO. **Folha informativa - COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus), atualizada em 26 de maio de 2020.

WEI, X. et al. Clinical and CT features in pediatric patients with COVID-19 infection: Different points from adults. **Pediatric Pulmonology**, 2020.

ZHENG, F. et al. Clinical Characteristics of Children with Coronavirus Disease 2019 in Hubei, China. **Current Medical Science**, 2020.

16. NEOLIBERALISMO E A CATÁSTROFE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Iago Gabriel Araújo Santos

Rafael Augusto Nunes

Orientadora: Prof. Mestranda Euvânia Máira Silva Moura

RESUMO

Este artigo busca apresentar alguns pontos das recentes políticas neoliberais implementadas no Brasil, referentes ao período de 2016 a 2019. Destacando a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, e como elas afetam a estrutura da sociedade brasileira, principalmente diante da Pandemia causada pelo COVID-19. Além disso, faz algumas considerações acerca dos desmontes no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos anos, culminando, na aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), popularmente conhecida, como a “PEC do Teto de Gastos” congelando, dentre outros setores, os gastos em saúde por vinte anos. Como metodologia, utilizou-se a revisão bibliográfica de autores que pesquisam as reformas neoliberais assim como também, autores que estudam o novo Coronavírus. As ações neoliberais nas políticas do Brasil durante vários anos geraram uma situação de trabalho precarizado e um subfinanciamento do SUS. Em tempos de Pandemia toda essa situação se agrava, por exemplo, na área trabalhista, tem-se o aumento da informalidade e a diminuição dos contratos com carteira assinada, já na área da saúde, presencia-se a falta de leitos, respiradores, entre outros insumos. Nesse sentido, é preciso repensar, no pós-Pandemia, a importância do papel do Estado e das políticas públicas na vida das pessoas, sobretudo, da classe trabalhadora e da população mais vulnerável de um país tão desigual quanto o Brasil.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Reforma da Previdência. COVID-19. Emenda Constitucional 95. Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

This article seeks to present some points of the recent neoliberal policies implemented in Brazil, referring to the period from 2016 to 2019. Highlighting the Labor Reform

and the Pension Reform, and how they affect the structure of Brazilian society, especially in the face of the Pandemic caused by COVID- 19. In addition, it makes some considerations about the dismantling in the financing of the Unified Health System (SUS) in recent years, culminating in the approval of Constitutional Amendment 95 (EC 95), popularly known as the “PEC of the Spending Ceiling” freezing , among other sectors, health spending for twenty years. As a methodology, we used the bibliographic review of authors who research neoliberal reforms as well as authors who study the new Coronavirus. Neoliberal actions in Brazil policies for several years generated a precarious work situation and underfunding of SUS. In times of pandemic, this situation is aggravated, for example, in the labor area, there is an increase in informality and a decrease in formal contracts, in the health area, there is a lack of beds, respirators, among others inputs. In this sense, it is necessary to rethink, in the post-Pandemic, the importance of the role of the State and public policies in the lives of people, above all, the working class and the most vulnerable population of a country as unequal as Brazil.

Keywords: Labor Reform. Social Security Reform. COVID-19. Constitutional amendment 95. Health Unic System.

Introdução

Este artigo busca refletir os impactos provocados pela reforma da previdência realizada em 2016, durante o governo Michel Temer (2016-2018), e a reforma trabalhista de 2019, na atual gestão do presidente Jair Bolsonaro, relacionando os impactos sociais e econômicos na vida da população brasileira, diante da atual conjuntura de pandemia causada pelo COVID-19. A situação da classe trabalhadora no Brasil se apresenta profundamente fragilizada, com cerca de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, e mais de 13 milhões de pessoas desempregadas.

Diante da situação de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a situação dessa população se encontra agravada devido a maior vulnerabilidade social, dada a instabilidade em relação à garantia da renda, ou seja, de sua sobrevivência. Qual o impacto desta situação em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS)? Que desde o ano de 2016, em decorrência da EC 95, decretada durante o governo

de Michel Temer, determinando o corte de investimentos na saúde e na educação por 20 anos e que vem, desde então, apresentando enormes dificuldades orçamentárias. A pesquisa se refere a uma revisão bibliográfica na qual se buscou trabalhar autores como Ricardo Antunes, José Krein, Andreia Galvão, entre outros autores que vem debatendo os impactos das reformas neoliberais no Brasil. Como também, Patrick Walker, Marcia Castro, dentre outros, que pesquisam sobre o COVID-19.

1 Governo Temer e a Reforma Trabalhista

No ano de 2016, diante do aprofundamento da crise política e econômica, é realizado o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), assumindo o cargo, o então vice, Michel Temer (MDB). Apresentando um discurso alinhado ao neoliberalismo econômico, pautando duas principais propostas:

1. Enxugamento dos gastos públicos.
2. Reformas Trabalhistas que permitiriam a ampliação da flexibilização dos contratos de trabalho.

O primeiro ponto, conclui-se com a EC 95, que congela investimentos na saúde e educação por vinte anos. A segunda pauta se estabelece como efetivação da Lei 13.467/2017, que altera fundamentalmente as relações trabalhistas no Brasil.

Com a aprovação da Reforma Trabalhista, alteraram-se os moldes dos contratos de trabalho. Diante destas mudanças, serão apontadas aqui algumas questões relacionadas com:

- A.** Contexto político e econômico da reforma trabalhista.
- B.** Criação dos Contratos Intermitentes.
- C.** Trabalhadores terceirizados.

A. Contexto político e econômico da reforma

A classe trabalhadora passa por mudanças estruturais em seu perfil durante a virada do século XX para o século XXI. O operariado fabril perde espaço dentro da lógica de produção capitalista, surgindo uma nova estrutura de trabalhadores e trabalhadoras. Sobre estes processos de mudanças bem como a fragilização da classe trabalhadora, Antunes e Alves (2004), pontuam algumas reflexões,

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. O sistema e metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subempregado, desempregado, intensificando níveis de exploração para aqueles que trabalham. (p. 335).

Ricardo Antunes (2000) apresenta que, dentro deste processo de reorganização produtiva, a América Latina se “integra” à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Em relação ao Brasil, até a efetivação da Reforma Trabalhista, vigorou uma estrutura de contratação da mão de obra pautada nas garantias existentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criadas durante a Era Vargas, em 1943.

Diante do processo de agravamento da crise econômica de 2008, a situação de contratos de trabalho começa a se modificar. Diante desta situação, Krein et al. (2018, p. 98), apresentam que,

O mercado de trabalho formal brasileiro tem, como vínculos de emprego predominantes, o contrato por tempo indeterminado e o estatutário efetivo. Em 2016, o primeiro representava 79,3% dos vínculos (36,2 milhões) e o segundo 16,72% (7,6 milhões), totalizando 96% dos vínculos naquele ano. Entre 2014 e 2016 houve uma queda muito expressiva de empregos formais (-2,95 milhões), sugerindo que o mercado de trabalho está muito flexível e varia de acordo com o nível de atividade econômica.

A prática de desvincular qualquer responsabilidade por parte de quem contrata, bem como do próprio Estado, coloca os trabalhadores a “própria sorte”, sem nenhuma garantia, seguindo uma lógica de superexploração da mão de obra. É apontado na reportagem do Instituto Humanista UNISINOS que foram gerados no ano de 2018, 26.300 postos intermitentes e 13.320 parciais no período (saldo). Ou seja, 78,4% do saldo de empregos formais gerados desde novembro foi em contratos “atípicos” e precários, que passam a ser reconhecidos pela Reforma Trabalhista.

Esta nova configuração do capitalismo obriga a classe trabalhadora a uma situação de esgotamento, para garantir sua própria sobrevivência, as duplas e triplas jornadas se configuram como algo naturalizado.

A Reforma Trabalhista representa a efetivação de mudanças estruturais na relação entre trabalho x natureza, bem como o processo de maior acumulação de riquezas pelo capital financeiro. Este processo vinha sendo ascendente principalmente no pós-crise de 2008.

Como aponta Antunes (2000, p. 38),

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.

Diante deste processo de degeneração humana, aqueles que já viviam em situação de pobreza ou miséria têm esta realidade agravada, por própria ação do Estado. Dentro de uma sociedade completamente desigual, como comprova os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil os 10% mais ricos receberam mais de 40% da renda total do país em 2015.

B. Contratos Intermitentes

No contrato intermitente, o empregado contratado presta serviço somente quando chamado pela empresa e recebe apenas pelas horas trabalhadas. Pode firmar contrato com mais de uma empresa ao mesmo tempo. É possível que ele trabalhe só por algumas horas da semana ou do mês, por exemplo. O pagamento não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora (R\$ 4,54, em 2019). De forma geral, esse trabalhador tem os mesmos direitos de quem tem um contrato convencional. A exceção é o seguro-desemprego, vetado para quem tem contrato intermitente.

Um exemplo deste processo de intensificação do trabalho intermitente é apresentado em relação aos trabalhadores de aplicativos como no caso do UBER, do Ifood, entre outros, que apresentam uma das artérias do subemprego e das condições precárias de trabalho. Diante deste quadro Krein et al. (2018, p. 108), apresentam que,

O trabalho intermitente resulte em formas pouco mapeáveis, mas eficazes de intensificação e extensão do tempo de trabalho e de rebaixamento do valor da força de trabalho (podendo ser remunerada abaixo do salário mínimo). No contexto da uberização do trabalho, associado aos altos índices de informalidade e a predominância dos empregos de baixa qualificação e rendimento, os trabalhadores intermitentes tendem a ser empurrados para um autogerenciamento e engajamento em diferentes ocupações e atividades, visando garantir uma segurança e previsibilidade dentro da precariedade.

Nesta circunstância, o trabalhador passa a ser empreendedor na lógica do capital, dono de seu próprio trabalho. No entanto, as condições de vulnerabilidade social são mais expostas, e a exploração também. Além do mais, as remunerações por esta via de contratação passam a representar um rendimento menor para os trabalhadores, sendo que não é mais preciso seguir os parâmetros do salário mínimo, já que os trabalhadores passam a ganhar por hora/dia de serviço.

C. Trabalhadores Terceirizados

Outro ponto que se amplia muito dentro da reforma, está voltado para os trabalhadores terceirizados. Esta ampliação se converte pela instabilidade do mercado de trabalho pós-crise de 2008, bem como se intensifica com a reforma trabalhista. A massa de trabalhadores e trabalhadoras nesta condição atingiu 18,9% da população brasileira no ano de 2018, segundo Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua (PNAD). Estes trabalhadores têm condições de trabalhos mais precarizadas e recebem até vinte e cinco por cento a menos que os trabalhadores com carteira assinada, além de apresentarem uma maior rotatividade em relação à permanência nos postos de trabalho. “Em relação à jornada de trabalho, observa-se que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada contratada na faixa de quarenta e uma a quarenta e quatro horas semanais, contra 61,6% nas atividades tipicamente contratantes” (PELATIERI et al., 2018, p.19). Esta relação apresentada demonstra a disparidade, no que se diz respeito à carga horária efetivada pelo trabalhador terceirizado, bem como a relação existente em seu rendimento, se comparada a de um trabalhador contratado formalmente.

Outro ponto importante é a marginalização das contratações efetivadas, no sentido que, a terceirização abarca boa parte dos jovens que ingressam no mercado de trabalho. Observando a distribuição dos vínculos por faixa etária e de remuneração, nota-se que há menos jovens até 24 anos em níveis mais elevados de remuneração nas atividades tipicamente terceirizadas (PELATIERI et al., 2018, p.18). Muitos autores apontam que a classe trabalhadora, estaria chegando ao seu fim, e que, seria consolidada outra modalidade de trabalho, dentro da sociedade capitalista. Mediante a estes argumentos, Antunes (2000, p. 37), apresenta que,

Se constitui num grande equívoco imaginar-se o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias e, com isso, imaginar que estariam criadas as condições para o reino da liberdade é, entretanto, imprescindível enten-

der quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da des-sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfeticização das formas de representação hoje dominantes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea.

Ou seja, o que está ocorrendo são mudanças estruturais, impostas pelas políticas neoliberais que se consolidaram no mundo a partir dos anos de 1970, e se intensificaram pela América Latina, na década seguinte, e no Brasil nos anos de 1990, com processos de privatização e de flexibilização trabalhista. Este processo se efetiva nas eleições presidenciais de 2018, que elegeram Jair Messias Bolsonaro, candidato de extrema direita. Nesse sentido, o Brasil vive intensificados retrocessos em investimentos públicos, bem como em medidas que garantam os direitos para a classe trabalhadora.

2 Governo Bolsonaro e o Ataque a Classe Trabalhadora

As eleições presidenciais ocorridas no ano de 2018 se caracterizaram por uma disputa entre diversas propostas políticas, o aprofundamento da crise econômica e o alto índice de desemprego, atrelados a um discurso midiático de ódio à esquerda, colocaram em destaque o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que já ocupava esse cargo há quase três décadas, configurando-se ainda como militar aposentado.

O ex-capitão da reserva, chamado por seus seguidores de “mito”, canaliza o discurso de ódio à esquerda, bem como é atrelado a falas racistas, homofóbicas e misóginas; ainda consegue vencer as elei-

ções presidenciais no segundo turno, derrotando Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentro deste quadro, o agravamento dos ataques aos setores progressistas se evidencia, o discurso de ódio atrelado a políticas econômicas neoliberais consolidadas pelo ministro Paulo Guedes, um *Chicago Boy*⁸⁰, insere o Brasil numa nova dinâmica política de extrema direita alinhada ao mercado financeiro.

E uma das primeiras iniciativas do governo está no discurso da necessidade da reforma previdenciária. Para Lobato, Costa e Rizzotto (2019, p. 6), a estrutura da Previdência representa;

A previdência social brasileira é a instituição mais sólida e reconhecida no vasto campo dos direitos sociais. A experiência da previdência social e de suas contradições derivou muito do aparato social que temos hoje. O Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios foram, em grande parte, construídos a partir da crítica à experiência de vinculação da assistência médica à previdência social; assim como a assistência social derivou da crítica à experiência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e demais práticas assistencialistas.

Segundo Sonia Fleury, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em reportagem publicada pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, apresenta argumentos relacionados às modificações causadas pela previdência; segundo a pesquisadora, o governo apresentou um impacto líquido de cerca de R\$ 1 trilhão em receitas com a reforma, mas não apresentou a base de cálculo que gerou esse valor, o que suscita desconfiança sobre o ganho real para as contas públicas. (Fleury, 2019). Ou seja, mediante o processo de levantamentos de dados apresentados pelo governo não houve esclarecimento em relação aos custos reais da previdência, assim como também não foi

80 É uma escola de pensamento econômico que defende o mercado livre e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago. Os líderes dessa escola são George Stigler e Milton Friedman. Foi nesta escola que se formaram os pensadores econômicos que ditaram as bases da economia chilena durante a Ditadura de Pinochet (1973-1990).

apresentado que o processo da reforma irá de fato beneficiar a população como um todo. Fleury, ainda apresenta que a reforma será mais penosa para as camadas mais pobres da população, caracterizando desta maneira, uma precarização não só das condições de trabalho, mas também de vida da população. A pesquisadora aponta os seguintes argumentos,

Os novos critérios de tempo de contribuição e de idade mínima são extremamente duros considerando-se as desigualdades regionais de expectativa de vida. O projeto considera a expectativa de vida de 76 anos para os brasileiros, quando se sabe que ela pode ser bem menor em regiões mais pobres e na população com piores condições de vida, seja no meio rural, seja nas periferias das grandes cidades. A exigência de 20 anos de contribuição para a aposentadoria rural, além de 60 anos para homens e mulheres, impede que esses trabalhadores, em especial as mulheres, aposentem-se (FLEURY, 2019).

Um das condições atuais da classe trabalhadora no Brasil são a irregularidade e a informalidade do trabalho, que restringem a aposentadoria. Os impactos do trabalho inseguro, com baixos salários e irregular, vão reduzir as contribuições à previdência, aumentar o adoecimento dos trabalhadores e a demanda por auxílio doença (FLEURY, 2019).

Outro ponto que a reforma trata, está voltado para o sistema de capitalização da previdência. Modelo este utilizado no Chile, durante a ditadura de Pinochet. Levando diversas complicações para a população chilena, “o sistema excluía a metade da população idosa, que não ia ter nenhuma aposentadoria” (UTHOFF, 2019). Em relação ao regime de capitalização, Lobato, Costa e Rizzotto (2019, p. 8), apresentam que,

O regime de capitalização foi adotado primeiramente no Chile pela ditadura de Pinochet, gerando inúmeros problemas. Isso porque as contas são individuais, mantidas apenas pelo próprio trabalhador (sem participação dos empregadores), geridas por instituições privadas. O apo-

sentado recebe proporcionalmente ao que contribuir e pelo tempo que sua conta individual permitir. Sem o mecanismo solidário de contribuições do conjunto da sociedade, com altos custos de administração e a incerteza do valor do benefício, a experiência chilena foi negativa. Os valores das aposentadorias foram drasticamente reduzidos, por vezes, interrompido o benefício, ampliando a pobreza entre os idosos. Para o economista chileno Andras Uthoff, a “capitalização transformou adultos de classe média em idosos pobres”, e não trouxe benefícios para a sociedade, já que cerca de 40% dos recursos do fundo dos trabalhadores está aplicado fora do país. As características de renda, trabalho e emprego no Brasil, além de nossa altíssima desigualdade, não são nada promissoras para um regime como esse.

Retirar destas populações a segurança que a aposentadoria possibilitava, apenas aprofunda os bolsões de pobreza dentro da sociedade, regressando a níveis vivenciados durante os anos 1960-1970. As reformas trabalhistas e da previdência não auxiliam o combate à pobreza muito menos da desigualdade, ela aprofunda esta condição dentro da sociedade. É necessário repensar os rumos das políticas públicas e isso se torna mais evidente mediante a pandemia do COVID-19, que demonstra as fragilidades da sociedade brasileira.

3 O “estrangulamento” do financiamento da saúde

O financiamento do SUS sempre foi um dos seus grandes problemas. Na década de 1990, se contextualiza diversas crises financeiras para conseguir manter os serviços de saúde, por isso em alguns momentos foi necessário recorrer a empréstimos de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) para pagar os serviços prestados tanto pela esfera pública quanto pela privada (VIEIRA; BENEVIDES, 2016). Só em 2000, o SUS conseguiria uma grande vitória no que se refere a investimentos, talvez a única, com a criação da EC 29 que traz determinações para as esferas estaduais, municipais e federal: “A EC 29 prevê que os estados e municípios destinem 12% e 15%, respectivamente, de

suas receitas próprias para a saúde, enquanto a União deveria destinar o gasto realizado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB” (ANDRADE et al, 2017, p. 33), isso garantiu alguns anos de estabilidade para o financiamento do SUS.

Contudo, a Emenda Constitucional 29 é superada pela a EC 86, aprovada em 2015, que vincula a aplicação mínima a um percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), escalonadamente, 13,2% da RCL em 2016; 13,7% em 2017; 14,2% em 2018; 14,7% em 2019 e 15,0% em 2020; se comparar a EC 86 aplicada ao mesmo contexto em que se vigorou a EC 29, constata-se que ela não traria tantos benefícios, muito pelo contrário, segundo Vieira e Benevides (2016), “a perda entre 2003 e 2015 teria sido de R\$ 257 bilhões em comparação com a aplicação realizada no período, cuja regra era dada pela EC 29” (p. 9).

Para coroar essa história de desafios, em 2016, já tendo a presidência da República sob o comando de Michel Temer, entra em debate e aprovação da PEC 241 que passaria no Senado, a se chamar PEC 55 e após ser promulgada, EC 95, popularmente conhecida como PEC do “teto de gastos”, que como já descrito congela em 20 anos o investimento, entre outras coisas, em saúde. Há um apontamento muito “cirúrgico” sobre ela feita por Vieira e Benevides (2016): “Soma-se ao problema da base deprimida o fato de o congelamento não levar em conta as transformações demográficas e epidemiológicas em curso no país” (p. 8). Até 2036, o Brasil terá outra dinâmica tanto demográfica quanto epidemiológica e o orçamento sendo feito dessa forma não dará conta da demanda que se terá daqui a 20 anos, sem contar o fato de que “a redução do financiamento do SUS afetará mais intensamente os grupos sociais mais vulneráveis” (VIEIRA; BENEVIDES, 2016, p.14).

Se há algum ponto positivo na PEC do teto de gastos é o fato dela ter antecipado para o ano de 2017 o percentual da RCL que só seria alcançado em 2020 se a EC 86 estivesse vigente, ou seja, seria adiantado o mínimo previsto de recursos destinados à saúde, de 2020 para 2017, tendo um ganho real de R\$ 10 bilhões comparando-se com a regra da EC 86, e havia uma previsão que esse ganho real só seria revertido a partir de 2023 (ANDRADE et al, 2017), mas há controvérsias.

No site do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, com o título “Emenda Constitucional 95 fere o núcleo do direito à saúde”, publicado no dia 24 de Janeiro de 2019, elaborado por Lanir Santos e Francisco Funcia, informa que existem quase dois milhões de ações judiciais (2018) com o objetivo de garantir o direito a recursos para a saúde, afirmando categoricamente que até 2036 haverá perdas financeiras para a saúde pública brasileira; ainda salientam que a preços de 2017, cálculos comprovam que essa perda será de R\$ 200 bilhões de um sistema que já é subfinanciado. Basicamente, a EC 95 imobilizou o piso da saúde por 20 anos, e corrige um valor fixo, tendo como base os valores do ano de 2017, pela inflação de cada ano, não acrescentando recursos, muito menos repondo-os, pois não é coerente com o cenário dos custos da saúde no Brasil (SANTOS; FUNCIA, 2019).

Para esse estudo, a EC 95, alterou, de maneira implícita, o percentual mínimo de saúde, que em termos matemáticos deixou de ser de 15% sobre a RCL e passou a ser o valor da receita corrente líquida de 2017, com o acréscimo da variação do IPCA anual, incorporada no piso a cada ano (SANTOS; FUNCIA, 2019). Os autores ainda apontam que no ano de 2018, o valor em termos percentuais sobre a RCL foi de 13,9%, tendo uma diminuição em R\$ 4,2 bilhões em seu valor real com relação aos 15% da RCL; se somar ainda a perda de 2018 com a de 2019, resulta no preocupante valor de R\$ 9,7 bilhões retirados da saúde em dois anos, sobre essa condição.

O que eles demonstram é que a EC 95 é inconstitucional e prejudicará em 20 anos o financiamento da saúde gerando por consequências o mal funcionamento do SUS, e a COVID-19 veio para mais cedo desvelar que esse *subfinanciamento* ou *desfinanciamento*, como Santos e Funcia (2019) denominaram, trará inúmeras perdas humanas que poderiam ter sido amenizadas se não houvesse esse constante desmonte; e a onda liberal que pouco se importa com os seres humanos, atuaram, ou melhor, estão atuando como genocidas justamente pelos desmantelos históricos realizados nas políticas públicas; por exemplo, a falta de leitos de UTI e de respiradores já previstas para acontecer (CASTRO *et al*, 2020), poderiam ter sido evitadas ou poster-

gadas caso houvesse maiores investimentos nessa área, como também possibilitaria o atendimento de maior parcela da população e com maior qualidade.

4 Apontamentos: Reflexões em tempos de COVID-19

O contexto mundial de pandemia do COVID-19 é crítico e o Brasil com seu histórico de políticas de saúde pública pode e já está sentindo seus temerosos impactos. O estudo do Imperial College de Londres apresentou um cenário preocupante para o Brasil, no melhor dos casos a epidemia deixaria 44.212 mortes, 250.182 pessoas hospitalizadas e no pico a demanda por leito hospitalar seria de 72.398 pessoas (WALKER et al, 2020), todavia o grande alerta relacionado a esse estudo foi na projeção do pior cenário que aponta para mais de 1 milhão de mortes no país se não houvesse medidas de mitigação, o que não é o caso, pois o Ministério da Saúde tomou medidas para conter a crise (CEEEEx, 2020); mesmo assim, há um alerta que os serviços hospitalares do país começará a enfrentar escassez de leitos hospitalares, de leitos de UTI e de respiradores, sendo os leitos de UTI de urgente necessidade, além disso indicam algumas medidas, como por exemplo, a criação de hospitais de campanha com leitos de UTI e respiradores, bem como a intensificação do isolamento social e o aumento das testagens (CASTRO *et al*, 2020).

Nesse contexto de Coronavírus, especialmente após a sua superação, é preciso que os trabalhadores se unam e defendam o Sistema Único de Saúde e as políticas públicas, é preciso que reflitam quem está levando a morte dos seres humanos a sério e quem está mais “preocupado” com a economia, como também se faz necessário sair desse contexto com mais convicções, dentre elas que é preciso dar mais valor e financiamento a saúde pública, por exemplo, que atende 74,8% da população brasileira (CASTRO *et al*, 2020) e que no entanto desde o ano 2000, o Brasil gastou apenas 3,6% do PIB com ela, enquanto, no setor privado foram injetados 4,4% do PIB (ANDRADE et al, 2017), mostrando que é preciso ter um trabalho contínuo de defesa do SUS,

pois, “A maioria da sociedade vem assistindo a essa peleja com grande distanciamento e indiferença” (CAMPOS, 2007, p.1869). Toda a ação do SUS diante dessa crise no Brasil, fortalece o discurso da importância da ação do Estado na vida das pessoas, sobretudo, dos mais vulneráveis, enfraquecendo o discurso neoliberal que venceu a última eleição, sendo assim, nada de modelo liberal-privatista de saúde, quem realmente “segura a onda” da população como um todo e não só de uma minoria elitista é a saúde pública.

Quanto à questão econômica, é imprescindível apontar alguns fatos, o Banco Mundial projeta que o Brasil terá uma retração de 5% no PIB apenas neste ano de 2020 (WORLD BANK, 2020), no entanto, é primordial desmentir um discurso que paira na sociedade que está alarmada com a situação dessa pandemia, que há uma espécie de disputa em que se tem que escolher entre salvar vidas ou manter a atividade econômica: “O dilema entre salvar vidas ou manter a atividade econômica, que se apresenta nesse momento de crise, é apenas aparente, pois, para preservar vidas, são necessários meios em pessoal, material e instalações, disponíveis no local certo e no momento oportuno” (CEEEx, 2020, p. 12).

Ao invés de estarem preocupados em levantar polêmicas vazias, é melhor que políticos fiquem inquietos diante desse dado de retração econômica, especialmente, que se sintam impelidos em ajudar quem sentirá esses efeitos de maneira mais imediata, por exemplo, os trabalhadores informais que representam hoje 41% da força de trabalho brasileira, como também os pequenos comerciantes. Nesse sentido, o Governo Federal desenvolveu um auxílio emergencial para essa parte da população que mais sentiu os impactos da crise do COVID-19, mas outras ações do Estado também deverão ser realizadas para ajudar os comerciantes, principalmente, os pequenos. Mais uma vez, se faz necessário a presença do Estado para garantir mínima condição de sobrevivência às pessoas; a economia de mercado se vê frágil diante das intempéries que o sistema passa, deixando cada vez mais insustentável seu discurso; diante disso, urge para os trabalhadores que não defendam quem ataca as políticas públicas que nesses momentos é

quem os auxilia: “Do exposto, conclui-se que será o Estado o grande protagonista dos processos de auxílio e de recuperação econômica” (CEEEEx, 2020, p.12).

Portanto, que se vigore e preserve a vida, a constituição, a ciência e a saúde; que se entre em rarefação o discurso neoliberal, a COVID-19 e os desmantelos às políticas públicas. Que esse seja um momento oportuno para grandes reflexões sobre o papel do Estado na vida das pessoas, e que fique evidente que num país tão desigual quanto o Brasil não dá para abrir mão da saúde pública, que seja ela reforçada e que se amplie as políticas sociais de transferência de renda para a população que pode ficar desempregada, passando por condições precárias até de elementos básicos para vida. O médico Dráuzio Varella no programa Roda Viva da TV Cultura disse o seguinte: “O SUS ou a barbárie”, o que ficou mais claro nesses tempos de pandemia, parafraseando-o: “As políticas públicas ou a barbárie”, no Brasil tem que se escolher um dos lados, e dá para garantir, não é o SUS ou as políticas públicas que estão sendo escolhidos.

5 Considerações finais

Diante de um quadro de aumento da informalidade e das baixas nas contratações com carteira assinada, qual o contingente da população brasileira que terá acesso à previdência? Se os trabalhadores não conseguem estabilidade, como irão contribuir? O corte severo que o governo faz na previdência irá atingir as camadas mais pobres da sociedade brasileira, este alinhamento forçado ao neoliberalismo e a perda de direitos da classe trabalhadora em benefício do capital financeiro e das empresas multinacionais. Estes reajustes econômicos que entraram em vigor no Brasil em 2016, irão apenas consolidar a miséria e o retrocesso social, causando diversos impactos geracionais na sociedade. A fragilização dos contratos de trabalhos vem consolidando o abismo já existente entre pobres e ricos. Diante deste quadro, e em especial quando o mundo vive uma pandemia, causada pela COVID-19, este abismo social fica mais evidente, estas fissuras sociais, ficam maio-

res e mais claras. O desemprego e a informalidade, a concentração de renda, o subfinanciamento do sistema de saúde brasileiro, todos estes problemas ficam mais nítidos quando uma pandemia afeta toda a sociedade. Quais caminhos serão traçados para a superação desta crise? Como sairemos dela? Mais solidários? Mais individualistas?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mônica Viegas et al. A PEC dos gastos e o SUS. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 71, n. 1, p. 32-34, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/69954/67499>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ANTUNES, Leda. Sem jornada e salário fixos. Contrato intermitente cresce em dois anos, mas gera menos de nove por cento das vagas esperadas e não reduz informalidade. **UOL economia**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/trabalho-intermitente-reforma-trabalhista-/#tematico-1>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ANTUNES, Ricardo, **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. Editorial. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2000.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004. p. 335-351.

BARDANACHVILI, Eliane Sonia Fleury. Reforma da Previdência é o maior confisco sobre a economia popular e sobre os direitos sociais. **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**. 28 mar. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Sonia-Fleury-Reforma-da-Previdencia-e-o-maior-confisco-sobre-a-economia-popular-e-sobre-os-direitos-sociais>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CASTRO, Marcia C. et al. Demand for hospitalization services for COVID-19 patient in Brazil. **medRxiv**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.03.30.20047662>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CEEEEx. Crise COVID-19, estratégias de transição para a normalidade. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx)**. 2020. Disponível em: <http://www.ceeex.eb.mil.br/index.php/component/content/article?layout=edit&id=600>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GALVÃO, Andreia, TEIXEIRA, Marilene. Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. In: KREIN, José; ABÍLIO, Ludmila, FREITAS, Paula, et al. **Dimensões críticas da Reforma trabalhista no Brasil**. 2017. p. 155-183.

KREIN, José, et. al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores In: KREIN, José; GIMENEZ Denis; SANTOS, Anselmo. **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Ed. Curt Nimuendajú, Campinas, 2018. p. 95-123.

LOBATO, Lenaura; COSTA, Ana; RIZZOTTO, Maria. Reforma da previdência: o gol-

pe fatal na seguridade social brasileira. **Revista SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, v. 43, n. 120, jan-mar 2019. p. 5-14.

PELATIERI, Patrícia, et al. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, André. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA, Brasília, 2018. p. 11-33.

SANTOS, Lenir; FUNCIA, Francisco. Emenda Constitucional 95 fere o núcleo do direito à saúde. **Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz**. 2019. Disponível em: <<http://www.cee.fiocruz.br/?q=Emenda-Constitucional-95-fere-o-nucleo-essencial-do-direito-a-saude>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

VIEIRA F. S; BENEVIDES R. P. S. Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**; 2016. (Nota Técnica, 28). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7270>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WALKER, Patrick et al. The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression. **Imperial College London**. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25561/77735>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WORLD BANK. The Economy in the time of COVID-19. **Semiannual report of the Latin America and Caribbean region**. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/33555>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

A capitalização no Chile deixou metade dos idosos sem aposentadoria, diz economista chileno. Instituto Humanistas Unisinos. São Leopoldo, 14 de set. de 2018. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589720-a-capitalizacao-no-chile-deixou-metade-dos-idosos-sem-aposentadoria-diz-economista-chileno>>. Acesso em: 10 maio 2020.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Sena-do notícias**. Brasília, 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Pesquisa Nacional Por Amostragem em Domicílios Contínua PNAD Contínua. **Mercado de Trabalho Brasileiro 2º Semestre de 2018 16 de agosto de 2018**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Reforma Trabalhista: 78,4% dos postos criados são intermitentes ou parciais. **Instituto Humanistas Unisinos**. São Leopoldo, 14 de set. de 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582745-reforma-trabalhista-78-4-dos-postos-criados-sao-intermitentes-ou-parciais>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

17. O DISTANCIAMENTO SOCIAL EM ÉPOCAS DE PANDEMIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

Arthur Prado-Netto
Beatriz Gavazzi Lopes Prado

RESUMO

O objetivo principal desta revisão é abordar uma das mais antigas práticas de intervenção epidemiológica na saúde pública, o distanciamento social e seus impactos psicológicos em tempo de Covid-19. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma busca nos bancos de dados: EBSCO, SciELO, Google Acadêmico e SCOPUS, entre os meses de março e maio de 2020. Os resultados revelaram que as reações psicossociais mais relevantes em tempos de pandemias são: o medo de infecção, os rumores e estigmas da doença, a preocupação com a duração da quarentena, a angústia do confinamento, a crise econômica, a violência doméstica, e uso excessivo de internet; evidencia-se a relevância da resiliência e das intervenções psicológicas, principalmente em relação aos profissionais da saúde. Conclui-se que o distanciamento social traz consigo uma pergunta que atormenta a relação individual e coletiva com a morte. Diante disto, as intervenções psicológicas, o apoio social, a psicoeducação e certas habilidades -como a resiliência- são de extrema importância e deveriam ser de fácil acesso à população.

Palavras-chave: Isolamento Social. Distanciamento Social. Saúde Mental. Confinamento. Covid-19.

INTRODUÇÃO

As doenças infecciosas causadas sobretudo por bactérias e vírus acompanharam e marcaram os diferentes estágios de desenvolvimento da civilização. A lepra (hanseníase), uma das epidemias mais antigas, foi citada por Moisés no Antigo Testamento (século XIII a.C.). A “peste negra” dizimou cinquenta por cento da população europeia no século XIV (HALIOUA,2012). Em seguida, o mundo foi tocado pelas

epidemias da gripe espanhola em 1918, da SIDA⁸¹ em 1978, da gripe H1N1⁸² (em 2009) e, atualmente, pela Covid-19. É de se notar que, ao longo dos tempos, as reações psicossociais a uma epidemia parecem permanecer as mesmas. A sociedade deve-se adaptar/superar para não desaparecer.

Nesse processo de adaptação/superação, a estratégia de isolamento social, perpetua-se nos dias atuais como confinamento e isolamento obrigatório dos contaminados (HALIOUA, 2012).

A mais nova pandemia, causada pelo coronavírus⁸³, caracteriza-se como uma doença infecciosa respiratória. Inicialmente, foi identificada na cidade Wuhan, na China, no final de 2019, devido a uma grande quantidade de casos de pneumonia de causa desconhecida (WHO, 2020). Desde sua descoberta, o vírus vem-se espalhando pelo mundo de forma exponencial, com um saldo de aproximadamente 14.107.052 casos confirmados, 602.657 mortes, em 216 países com áreas ou territórios afetados (WHO, julho de 2020).

Pandemias⁸⁴ como esta não se perpetuam apenas como um fenômeno da medicina, tornam-se um fenômeno econômico e biopsicossocial, apresentando impactos relevantes na qualidade de vida da população e podendo levar a uma estagnação da economia mundial (BARRO et al, 2020).

O maior risco se apresenta no momento em que a transmissão da doença acontece: de forma muito rápida, mas com uma lenta recuperação dos seus infectados, o que por sua vez, contribui para o aumento do índice de mortalidade. Isso gera uma demanda de atendimento superior a que os hospitais podem prover.

81 A síndrome de Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA) é um conjunto de sinais e sintomas bem definidos que podem surgir em decorrência da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (IVH) (Ministério da Saúde e da Segurança Social, 2013).

82 A H1N1 (Influenza A) é uma doença respiratória, provocada por um vírus transmitido pelo contato direto ou com secreções respiratórias de uma pessoa infectada, com sintomas similares aos da gripe comum (Bruna, 2016).

83 A sigla Covid-19 representa "Corona Virus Disease" (COVID), enquanto o 19 representa o ano de 2019, quando foram divulgados os primeiros casos (Fiocruz, 2020).

84 Epidemias de ampla disseminação. Doenças contagio-infecciosas que se propagam rapidamente à nível mundial. (Dicionário Online de Português).

O surto pandêmico é acompanhado por inúmeros medos e incertezas. Pela escassez de informações que se tem sobre a etiologia e tratamento de uma nova doença, que chegou à escala de pandemia, um estado de profundo medo se espalhou pelo mundo. Incertezas sobre o futuro e as dificuldades que deverão ser enfrentadas são grandes instigadores de ansiedade na população. O pânico e medo de contaminação acabam por gerar um sentimento de grande insegurança (LI et al, 2020), o que leva a população mundial a um estado de conformidade (LI et al, 2020) com aquilo que é imposto na tentativa de prevenir a disseminação do contágio.

Buscando implantar medidas de prevenção da contaminação pelo vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) apresentou algumas diretrizes que devem ser seguidas mundialmente, dentre elas, o distanciamento social dos infectados e o distanciamento social dos demais; de forma que diversos países ao redor do mundo entraram em estado de quarentena.

Este capítulo tem como objetivo relatar uma das mais antigas práticas de intervenção epidemiológicas na saúde pública, o distanciamento social⁸⁵ e as reações psicológicas em tempo de Covid-19. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma busca nos motores de pesquisa da EBSCO, SciELO, Google Acadêmico e SCOPUS entre os meses de março e maio de 2020. Os resultados revelaram que as reações psicossociais mais relevantes em tempos de pandemias são: o medo de infecção, os rumores, os estigmas da doença, a preocupação com a duração da quarentena, a angústia do confinamento, a crise econômica, a violência doméstica, os impactos nos profissionais da saúde, uso excessivo de internet, bem como a importância da resiliência e a das intervenções psicológicas.

85 Estado geral de afastamento entre as pessoas, causado pela pandemia (BROOKS, 2012). O termo distanciamento social envolve isolamento social, quarentena e confinamento, e devido a sua característica genérica, ele será utilizado neste capítulo.

IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL (QUARENTENA, DISTANCIAMENTO E ISOLAMENTO SOCIAL)

Embora a pandemia da Covid-19 seja algo recente, notam-se desde já os seus impactos. Um ponto de grande relevância é a utilização do isolamento social como medida de prevenção ao contágio. Embora esta estratégia apresente certa eficácia enquanto medida de prevenção ao contágio, o isolamento social e a quarentena que são vividos atualmente, apresentam certas consequências psicológicas e sociais que não podem ser ignoradas.

Os termos quarentena, isolamento e distanciamento social, embora muitas vezes utilizados como sinônimos, não o são. O isolamento social se refere à separação de pessoas diagnosticadas com uma doença contagiosa do resto da população, enquanto quarentena se caracteriza pela separação e restrição do movimento de pessoas que podem ter sido expostas à doença, visando-a reduzir o risco de contaminação. O distanciamento social pode ser considerado como um estado geral de afastamento entre as pessoas, causado pela pandemia (BROOKS et al, 2020).

A quarentena tende a ser uma experiência desagradável para aqueles que precisam submeter-se a ela. Restringe não apenas o espaço no qual se pode conviver, mas com quem se pode conviver, se enquadrando como um fator que leva ao desconforto e angústia psicológica (BROOKS et al, 2020). Uma vez que esta medida é exigida, seus efeitos tendem a ser mais agressivos. A quarentena é comumente acompanhada por sentimentos e emoções negativas, como medo (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020), frustração (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020) e raiva (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020); que por sua vez podem levar a situações mais graves, como ansiedade (JEONG et al, 2016; BROOKS et al, 2020, LI et al, 2020; ORRÙ et al, 2020; PETERMAN et al, 2020), depressão (BROOKS et al, 2020; PETERMAN et al, 2020), e em casos mais extremos pode-se chegar ao suicídio (BROOKS et al, 2020; PETERMAN et al, 2020). A sensação de perda de liberdade, o

afastamento de entes queridos, medo do contágio e das incertezas que acompanham a situação, podem acabar tornando-se fatores de estresse e angústia psicológica (BROOKS et al, 2020).

Duração da Quarentena

Para que se possa falar do impacto psicológico da quarentena nos indivíduos submetidos a ela, é necessário discutir alguns dos fatores existentes durante esse período que podem contribuir para o sofrimento psicológico. A duração da quarentena tem uma grande influência na intensidade dos impactos, uma vez que quarentenas mais longas estão associadas a piores resultados em saúde mental (BROOKS et al, 2020). Quarentenas mais extensas tendem a desencadear maior sofrimento psicológico, como sintomas de estresse pós-traumático (BROOKS et al, 2020), raiva (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020) e mudanças comportamentais (BROOKS et al, 2020; LI et al, 2020; ORRÙ et al, 2020) como comportamento de esquiva. Estudos comprovam que quarentenas com duração acima de 10 dias, apresentam maiores e mais intensos sintomas de estresse pós-traumático (BROOKS, 2020) e sintomas de ansiedade, como medo e raiva (JEONG et al, 2016). Dentre os impactos psicológicos do distanciamento social destacam-se: o medo de infecção, rumores e estigmas da doença, angústia do confinamento, a violência doméstica e a ciberdependência⁸⁶.

Medo de infecção, rumores e estigmas da doença

O medo da infecção funciona como fator catalizador do sofrimento psicológico durante o período de quarentena (BROOKS, 2020). O medo de se infectar, ou infectar algum membro de sua família, pode levar a uma maior reatividade a qualquer sintoma que possa refletir-se em uma infecção, o que tende a se perpetuar por algum tempo - mesmo depois que a quarentena já tenha acabado. O receio ao vírus

⁸⁶ Ciberdependência é o termo usado para caracterizar o uso compulsivo da internet. A pessoa que usa a internet por mais de duas horas por dia com a finalidade de buscar distração é considerada um ciberdependente (FONSECA, 2018; GALERON, 2018).

pode desencadear, em alguns indivíduos, certas mudanças comportamentais e/ou compulsões como lavar as mãos de forma compulsiva ou propagação de rumores (BROOKS et al, 2020).

Desde da época de Jesus as epidemias vêm carregadas de rumores. O rumor é um meio de distorcer o espelho em que se olha, de modo a que, acima de tudo, o indivíduo não se reconheça lá. É possível que o medo de contágio traga essa reação na sociedade (CLAIRAY,2020). Segundo Jean-Noel Kapferer (2010), apesar do rumor ser a mídia mais antiga do mundo, o termo aparece como conceito científico somente em 1902, nos estudos de psicologia jurídica do psicólogo alemão William Stern (1871-1938). Doravante, o termo parece ter um futuro brilhante, mesmo nas sociedades aparentemente mais avançadas e racionais. Os novos canais de comunicação, internet, redes sociais, proporcionam uma velocidade que circula por toda parte e cumpre uma função de elo nas relações de sociabilidade entre as pessoas (ALDRIN,2005).

A gripe espanhola foi provocada por sardinhas espanholas, a peste negra um castigo para o povo judeu, a Covid-19 foi criada voluntariamente num laboratório chinês como arma bacteriológica para destruir o Mundo ou o Ocidente - o que colaborou em todo o mundo com a xenofobia com pessoas de origem asiática (CLAIRAY,2020). E mais: Chefes de Estado chegaram a chamar, nas redes de televisão, o coronavírus de vírus chinês, o que colaborou em todo o mundo com a xenofobia com pessoas de origem asiática (CLAIRAY,2020).

O surto de doenças contagiosas geralmente é atribuído aos indivíduos infectados ou a outro grupo social, evocando um comportamento xenofóbico (RAO e GREVE, 2017). E este comportamento consiste em um mecanismo de enfrentamento para a ameaça que se apresenta. A necessidade de se encontrar um culpado pelo desastre surge como um fator de autoproteção (RAO e GREVE, 2017), o que, por sua vez, acaba por gerar um antagonismo entre grupos sociais, enfraquecendo os laços de uma comunidade (RAO e GREVE, 2017). A xenofobia surge com a estigmatização da parcela marginalizada de sociedades com pluralidade étnica, enquanto em sociedades onde há uma homogeneidade étnica, a estigmatização

recai sobre aqueles infectados, que, com a ajuda dos meios de comunicação, acabam por ser marginalizados (RAO e GREVE, 2017).

Além dos pontos que perpassam pelo preconceito e ignorância, essa marginalização se dá pelo “medo do outro”. A partir do entendimento que o outro está contaminado, o medo da contaminação é transferido para o indivíduo afligido pela doença (RAO e GREVE, 2017).

Outro importante fator é a disseminação inadequada de informação. Com o fácil e constante acesso às redes sociais e demais meios de comunicação *online* e *offline*, o recebimento de notícias acerca da situação pandêmica é alarmante; não pela sua quantidade, mas pela falta de veracidade. Popularmente, o termo “Fake News”⁸⁷ representa notícias que são passadas abertamente sem um real embasamento, abastecidas de achismos e incertezas que, por fim, se provam erradas. A falha na comunicação de informações importantes para uma população já bastante alarmada com a crise mundial revela-se como forte fator para o aumento do medo (BROOKS et al, 2020), ansiedade (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020), e raiva (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020). A falta de clareza nas informações passadas em relação à gravidade da situação e orientações do que deve ser feito, causa confusão (BROOKS et al, 2020) e demonstra ser um fator preditivo para sintomas de estresse pós-traumático (BROOKS et al 2020).

Segundo Philippe Clairay (2020), as reações frente às epidemias parecem invariáveis na história da humanidade. O primeiro momento é de descrença (acredita-se que a doença não é grave, é um exagero da população). Em seguida, reações estereotipadas: para os mais ricos o abandono da residência atual com destino a outras regiões mais isoladas (casa de praia ou sítios). Para os menos afortunados, a tendência de estocar alimentos para se isolar. Os estigmas da doença são incontrolláveis, tornando inaudível o discurso das autoridades. O risco, do ponto de vista da população, é o de uma “logocracia”⁸⁸ no estilo chi-

87 O termo “FakeNews” significa “notícias falsas”. Embora não seja formalmente integrado à lista de palavras da língua portuguesa (sendo considerado um estrangeirismo), este termo é utilizado amplamente em contextos virtuais se referindo-se a qualquer informação falsa que seja divulgada como se fosse verdadeira nos meios de comunicação (Dicionário Online de Português).

88 Logocracia é a regra ou governo por palavras. É derivado do grego λόγος (logos)

nês, em que o discurso político público quase nunca cobre a realidade.

A angústia do confinamento

O confinamento, perda de rotina e o distanciamento social geram um sentimento de solidão, expondo vulnerabilidades pessoais e coletivas (VANGERLDER et al, 2020), acompanhado de um sentimento de perda (ORRÙ et al, 2020). Em situações como esta é comum que seja frequente o sentimento de tédio (BROOKS, 2020), frustração (BROOKS et al, 2020; ORRÙ et al, 2020), que usualmente servem como combustível para a angústia (BROOKS et al, 2020), intolerância às incertezas (ORRÙ et al, 2020), e o abuso de substâncias como o álcool (BROOKS et al, 2020; PETERMAN et al, 2020). Este último revela-se prorrogar mesmo após o fim da quarentena, podendo tornar-se uma dependência (PETERMAN et al, 2020).

Estes impactos podem ser potencializados na população infantil (WANG et al, 2020). Devido ao fechamento das escolas e à impossibilidade de sair de casa, as crianças e adolescentes tendem a praticar menos atividades físicas, passando mais tempo em frente a telas, seja do computador, celular ou televisão (WANG et al, 2020), além de estarem mais susceptíveis aos estresses domésticos. Os mesmos medos e incertezas, tédio e solidão que afligem os adultos, afetam as crianças, entretanto suas consequências podem ser prolongadas quando comparadas às da população mais madura. Um estudo de Sprand and Silman (apud WANG et al, 2020) revela que crianças e adolescentes que passaram por uma quarentena, apresentam uma média de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) superior ao dos indivíduos que não viveram o confinamento.

A outra face da pandemia é a crise econômica gerada pelo confinamento. Hoje, fala-se na crise do neoliberalismo com a Covid-19 e a vulnerabilização global (NUNES,2020).

- "palavra" e de κράτος (kratos) - para "governar". O termo pode ser usado de forma positiva, irônica ou negativa (Kirkwood, 1989).

Fator econômico

A pandemia por si só já apresenta grandes impactos econômicos em nível mundial. Entretanto, com a implantação da quarentena obrigatória, estes impactos se amplificam. Uma parte da população começou a trabalhar no modelo *home office*, muitas empresas paradas e diversas tiveram que fechar. Conseqüentemente, o índice de desemprego aumentou. A incapacidade de trabalhar ou de se recolocar no mercado de trabalho, as interrupções das atividades profissionais sem aviso prévio, são repercussões econômicas que, para grande parte da população, levam à privação de meios de subsistência e saúde. A perda financeira causada pela quarentena revela-se como causa de grande sofrimento psíquico e de risco para sintomas de desordem psicológica como estresse agudo (VANGELDER et al, 2020), ansiedade (BROOKS et al, 2020), raiva (BROOKS et al, 2020; VANGELDER et al, 2020), depressão (VANGELDER et al, 2020) e transtorno de estresse pós-traumático (VANGELDER et al, 2020), mesmo meses após o ocorrido. A questão econômica também se apresenta como fator de risco relevante para o aumento de violência doméstica (VANGELDER et al, 2020; PETERMAN et al, 2020).

Violência Doméstica

Em tempos de pandemia e de distanciamento social (quarentena e isolamento), é constante a presença de sentimentos como incerteza sobre o futuro, a preocupação em relação à economia e finanças familiares, raiva, confusão e ansiedade, que se apresentam como fatores de risco para violência doméstica (VAN GELDER et al, 2020; PETERMAN et al, 2020).

Desde o surto da pandemia de COVID-19, alguns países como Austrália, Brasil, China e os Estados Unidos já apresentaram dados que indicam um aumento do índice de violência contra mulheres e crianças, desde março de 2020 (VAN GELDER et al 2020; PETERMAN et al 2020). A violência doméstica se caracteriza como um padrão de comportamento que envolve alguma forma de violência, podendo ela

ser de origem física, psicológica, sexual ou econômica, no contexto doméstico (VAN GELDER et al, 2020).

A violência contra a mulher e crianças em tempos de quarentena e distanciamento social acaba por se intensificar em espaços onde já havia a prática de violência doméstica, (VAN GELDER et al, 2020; PETERMAN et al, 2020); e naqueles espaços onde nunca havia ocorrido, as circunstâncias e fatores estressores podem facilitar que episódios aconteçam (VAN GELDER et al, 2020).

Em ambientes em que a violência já é praticada, algumas medidas impostas pela quarentena se apresentam como aliadas. A necessidade de se confinar a um espaço físico gera uma maior exposição da vítima ao agressor, que, por sua vez, tem maior facilidade em controlar suas atividades diárias (sono, banho, alimentação, etc.) e vigiá-la. Esta vigilância e controle de ações resultam em um sentimento de perda de liberdade e privacidade na vítima (PETERMAN et al, 2020; VAN GELDER et al, 2020), aumentando seu sofrimento psíquico.

A vítima que já está em situação de estresse⁸⁹ psicológico e físico (PETERMAN et al, 2020), não apenas pela pandemia, mas pelo ambiente doméstico no qual vive, se vê isolada física, geográfica e socialmente (PETERMAN et al, 2020; VAN GELDER et al, 2020). Em circunstâncias normais -fora da pandemia-, o distanciamento social (de família e amigos) tende a ser uma prática comum do perpetrador, visando afastar a vítima de sua rede de apoio e confiança. Isso é facilitado imensamente com a ocorrência do distanciamento social, uma vez que os contatos ficam limitados às redes tecnológicas de comunicação.

Outro ponto relevante é em relação aos ambientes nos quais a violência não era praticada, mas que, devido às circunstâncias e fatores estressores, pode passar a ser. Comportamentos que se perpetuam intencionalmente em um relacionamento abusivo são reforçados durante o período de quarentena (VAN GELDER et al, 2020), como o convívio próximo e a baixa privacidade. Os estressores psicológicos e eco-

89 Como estresse pode ser entendida uma reação do organismo causada por alterações psicofisiológicas que ocorrem quando o indivíduo depara com alguma situação adversa, que de algum modo o exalte (LIPP; MALAGRIS, 2001)

nômicos, discutidos anteriormente, associados a um mecanismo de enfrentamento problemático - como o consumo excessivo de álcool, o isolamento e a exposição a conflitos familiares são considerados fatores de risco para o surgimento de comportamentos violentos no seio familiar (VANGELDER et al, 2020). Comportamentos controladores e atos de violência podem surgir como mecanismos de enfrentamentos frente ao sentimento de perda de controle, causado pela pandemia e, conseqüentemente, pela quarentena (PETERMAN et al, 2020).

Nessas circunstâncias, não só a mulher, mas a criança também tende a ser vítima do agressor. Uma vez que as escolas e creches estão fechadas, o contato da criança com o perpetrador é constante. Quando somado com a agitação, medo, estresse e incertezas que podem afetar o comportamento infantil, e os demais fatores de risco relativos ao agressor, o índice de violência tende a aumentar (PETERMAN et al, 2020). Para além da posição de vítima, a criança pode passar a assumir uma posição de testemunha involuntária, uma vez que está contida no mesmo ambiente em que o agressor viola a vítima (VANGELDER et al, 2020). Esta posição de testemunha pode, a longo prazo, causar não apenas um sofrimento psíquico, mas graves problemas comportamentais e emocionais na criança (PETERMAN et al, 2020).

Importância das intervenções psicológicas

Tendo em vista os impactos deste período atípico de isolamento, compreende-se a importância de intervenções psicológicas que possam prover ferramentas adequadas, tanto para as avaliações dos riscos que levam ao sofrimento psíquico, como para a redução desse sofrimento. Essas ferramentas são necessárias para possibilitar o gerenciamento dos sentimentos de medo, ansiedade, pânico, tédio e frustração (ORRÙ et al, 2020).

Devido à pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, ao distanciamento social, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamentou a prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologias da comunicação (CRP-03, 2020). Com isso, os profissionais de psicologia es-

tão autorizados a seguirem com seus atendimentos psicológicos a longa distância, sendo exigidos o cumprimento do código de ética profissional e o cadastro na plataforma do Conselho Regional (CRP-03, 2020).

A psicoeducação é igualmente imprescindível em momentos como este, em que a falta de informação, ou informações não verídicas são espalhadas constantemente. É importante que profissionais da área se disponham a explicar à população os reais riscos, impactos e possíveis maneiras de se prevenir. Uma vez que haja maior compreensão da situação vivenciada, o medo da incerteza, a confusão e a ansiedade podem ser reduzidos, permitindo que a população se adapte melhor à situação de emergência, sentindo maior controle perante a realidade (ORRÚ et al, 2020).

Considerando que nem toda população tem acesso a serviços de assistência psicológica, é necessário ressaltar estratégias e instrumentos que podem ser exercitados de forma individual. A resiliência, por exemplo, é uma habilidade do indivíduo que pode ser constantemente desenvolvida.

A resiliência é conhecida como a capacidade de um indivíduo, grupo ou comunidade, de perseverar e se adaptar frente às situações adversas, sendo capaz de retomar o seu estado natural -inicial- (REIVICH e SHATTÉ, 2003). A resiliência não é algo estático e definitivo, é uma variação individual; assim, diferentes pessoas vivenciam de forma distinta um mesmo estressor (RUTTER, 1987 apud YUNES, 2003).

Há variáveis que contribuem para a resiliência, como o fator biológico (hereditariedade, respostas fisiológicas ao estresse, etc.); autoconsciência⁹⁰; autorregulação⁹¹; agilidade mental⁹²; otimismo⁹³; auto-

90 A autoconsciência consiste no exercício de entender suas demandas interiores - como se sente, como vem reagindo às situações do seu cotidiano, o reconhecimento de suas forças e fraquezas (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

91 Autorregulação é a capacidade do indivíduo de - uma vez que tenha a consciência - apresentar maior controle e poder mudar seus pensamentos e emoções, assim como aspectos fisiológicos (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

92 A agilidade mental traduz a capacidade de reformular as situações, ver as coisas sob diferentes perspectivas e resolução de problemas (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

93 O otimismo - que também pode e deve ser exercitado, revela ser importante que, frente a determinadas situações, seja feita uma separação das variáveis que podem ser controladas daquelas que fogem ao controle. Uma vez que há uma compreensão

eficácia⁹⁴; conexão e instituições positivas⁹⁵ (REIVICH e SHATTÉ, 2003). O fator biológico não entra em questão neste momento, uma vez que não há uma possibilidade de exercitá-lo. Para os demais fatores, é possível o seu exercício, levando a um maior desenvolvimento da resiliência, essencial em momentos de crise como o momento no qual o mundo se encontra atualmente.

O suporte social apresenta-se como um fator relevante frente às situações de isolamento e pandemias, uma vez que gera um sentimento de pertencimento nos indivíduos, assim como apoio afetivo e aceitação. O sentimento de conexão com algo maior do que si, a família e a comunidade, também pode servir como suporte para o maior crescimento do indivíduo (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

Ademais, faz-se necessário avaliar os impactos psicológicos que a pandemia já teve até então, o que pode ser feito através de questionários disseminados em plataformas digitais para que, a partir dos resultados, se possa pensar em intervenções mais apropriadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza humana foi concebida conforme a necessidade. Desde os primórdios da civilização, o homem se adapta ao meio para sobreviver. A experimentação do distanciamento social no Ocidente é mais comum na população idosa. Mas, de acordo com um estudo francês do Credoc (2017), isto vem aumentando nas últimas décadas entre jovens de 15-30 anos. O distanciamento social traz consigo uma pergunta que atormenta a relação individual e coletiva com a morte. A parte inevitável de uma epidemia é a sua propagação e a morte de muitos seres humanos. São momentos em que a sociedade se experimenta individual e coletivamente.

do que pode ser controlado, é necessário o exercício de aceitação daquilo que não o pode (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

94 Autoeficácia está relacionada ao reconhecimento dos próprios pontos fortes e talentos, que, por sua vez, servem como instrumento para alcançar o seu potencial máximo (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

95 Conexão e Instituições positivas apresentam a importância do afeto, relações e espiritualidade (REIVICH e SHATTÉ, 2003).

O distanciamento social também traz um conjunto de pensamentos acerca do âmbito da vulnerabilidade humana, da morte e da família. É um período em que não há o que consumir. O comprar perdeu o sentido em prol da sobrevivência. O desemprego aumentou, empresas - de pequeno, médio e grande porte - ao redor do mundo, faliram. Vale ressaltar que o aumento na quantidade de óbitos não afeta, diretamente, apenas o número de consumidores. A mão de obra disponível também sofre, desestabilizando a economia mundial. O impacto não será assimilado de uma hora para outra.

Se o distanciamento social era algo conhecido pelos idosos, agora torna-se uma realidade mundial. O futuro irá dizer se esta experiência fez a humanidade rever os seus valores: se o trabalho físico será substituído pelo home office, se as escolas poderão seguir pelas videoaulas e os atendimentos na área de saúde, pelo teleatendimento.

Para além disso, em tempos de pandemia, como na qual nos encontramos neste início de 2020, é comum o despertar de muitos medos e anseios. E eles acabam por impactar diretamente a qualidade de vida da população. A saúde mental, tema que vem sendo discutido com certa frequência nos últimos anos, ainda precisará de mais evidências, não só durante este período, mas nos meses - nos anos- que se seguirão ao pós-isolamento. Conforme discutido neste capítulo, os impactos psicológicos - não só do isolamento, mas da falta de informação - geram vários sofrimentos aos que são afligidos. Mesmo os impactos mais brandos podem ser agravados e gerar transtornos graves e complexos.

Diante disso, as intervenções psicológicas, o apoio social, a psicoeducação e certas habilidades -como a resiliência- são de extrema importância. E deveriam ser de fácil acesso à população. Por meio desta experiência, vivenciada mundialmente, veremos se, com o tempo, a resiliência, a saúde mental e a empatia ganharão evidência. E se, diante de tantos desafios, o ser humano exercitará a mais nobre das ferramentas, a sua humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALDRIN, Philippe. Sociologie politique des rumeurs, **Puf**, Paris 2005.
- BROOKS, Samantha et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, fev. 2020.
- BRUNA, Maria Helena Varella. **Gripe H1N1 (gripe suína)**. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/gripe-h1n1-gripe-suina/>. Acesso em: 25 de maio 2020.
- CLAIRAY, Philippe. Épidémies et pandémies : quelles leçons de l'histoire ? **Sciences Humaines**, Inédit Web, le 28 avril 2020. Disponível em: https://www.scienceshumaines.com/epidemies-et-pandemies-queelles-lecons-de-l-histoire_fr_42259.html#profil. Acesso em: 01 de jun. 2020
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - REGIÃO 03. **CFP publica resolução regulamentando atendimento on-line**. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/cfp-publica-resolucao-regulamentando-atendimento-on-line/> Acesso em: 20 de maio 2020
- CREDOC pour la Fondation de France, « **T'as pas d'amis, tu sers à rien** » : être jeune et isolé en 2017, septembre 2017. Disponível em: https://www.fondationdefrance.org/sites/default/files/atoms/files/dp_solitude_des_jeunes_v4.pdf. Acesso em 01 de jun. 2020.
- Dicionário Online de Português. **Fake News**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fake-news/>. Acesso em 24 de maio 2020
- Dicionário Online de Português. **Pandemia**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pandemia/> Acesso em 30 de maio 2020.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de COVID-19?** Portal Fiocruz, Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 24 de maio 2020.
- HALIOUA, Bruno. **Histoire de la médecine**, 3ème édition, Masson, Paris, 2012.
- JEONG, Hyunsuk. et al. Mental health status of people isolated due to Middle East Respiratory Syndrome. **Epidemiology and health**, v.38, , nov. 2016.
- KAPFERER, Jean-Noel. **Rumeurs. Le plus vieux média du monde**, Seuil, Paris, 2010
- KIRKWOOD, Michael. **Language Planning in the Soviet Union**, University of London School of Slavonic and East European Studies, University of London, 1989, p. 88.
- LI, Sijia. et al. The impact of covid-19 epidemic declaration on psychological consequences: A study on active weibo users. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 6, mar. de 2020.
- LIPP, Marilda Novaes; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. O stress emocional e seu tratamento. In RANGÉ, Bernard (Ed.), **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

Ministério da Saúde e da Segurança Social. **SIDA. Perguntas frequentes sobre o VIH/SIDA.** Disponível em: <https://www.minsaude.gov.cv/index.php/sua-saude/sida> Acesso em: 24 de maio 2020.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública** v.36 n.5, maio 2020

ORRÙ, Grazilla et al. Psychological intervention measures during the COVID-19 pandemic. **Clinical Neuropsychiatry**, v. 17, n. 2, 76:79, abr. 2020.

PETERMAN, Amber et al. Pandemics and Violence Against Women and Children. **Center for Global Development Working Paper**, abril de 2020. Disponível em: www.cgdev.org Acesso em: 10 de maio de 2020.

RAO, Hayahreeva; GREVE, Henrich. Disasters and community resilience: Spanish flu and the formation of retail cooperatives in Norway. **Academy of Management Journal**, v. 61, n.1, 5-25, jan. de 2017.

Reivich, Karen; SHATTÉ, Andrew. **The resilience factor: 7 keys to finding your inner strenght and overcoming life's hurdles.** New York: Broadway Books, 2003.

VAN GELDER, Nicole et al. COVID-19: Reducing the risk of infection might increase the risk of intimate partner violence. **E Clinical Medicine**, 21, 100348, abr de 2020.

WANG, Guanghai. et al. Mitigate the effect of home confinement on children during the COVID-19 outbreak. **The Lancet**. V. 395, n. 10228, 945:947, mar. 2020.

World Health Organization. **Coronavirus disease (COVID-19) outbreak situation.** Disponível em <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 18 de julho 2020

World Health Organization. **R&D Blueprint and COVID-19.** Disponível em: <https://www.who.int/teams/blueprint/covid-19>. Acesso em: 04 de maio 2020

YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. spe, p. 75-84, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: mar de 2020

PARTE 03

AFINIDADES E REVERBERAÇÕES

18. O PAPEL DA MEDIAÇÃO NAS ESCOLAS CABO VERDIANAS

Marisa Oliveira Lopes

RESUMO

Esta fase de pandemia faz-nos refletir sobre a importância de valorizar o outro e construirmos uma cultura social de respeito e de práticas cidadãs, de forma a participarmos ativamente no desenvolvimento comunitário e social do lugar onde estamos envolvidos. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 enunciam metas importantes para a construção de sociedades sustentáveis e pacíficas. A partir deste documento, concretamente, tendo em conta o 16º objetivo, **“promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável”**, pretendemos refletir criticamente sobre o papel do mediador para a construção de uma escola ativa e reflexiva sobre as problemáticas sociais, para assim almejarmos uma sociedade com convivências pacíficas. Isto é, debater de que forma um profissional desta área pode promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, comunicacionais e relacionais fundamentais nos diferentes meios e juntos construirmos uma sociedade equitativa, justa, respeitadora e cidadã. A mediação educacional pode e deve atuar em diferentes contextos, quer sociais, escolares, empresariais, educativos, comunitários entre outros, sempre de forma a contribuir para a propensão da paz e da cidadania. Tendo em conta esta temática fizemos uma análise empírica das respostas de trinta alunos das escolas secundárias de Cabo Verde, bem como conversas abertas com professores e outros agentes educativos. A título de exemplo, todos os alunos consideram a mediação um processo fundamental na sociedade Cabo-Verdiana.

Palavras-chave: Mediação, formação, desenvolvimento

Abstract

This pandemic phase makes us reflect on the importance of valuing the other and building a social culture of respect and citizen practices in order to participate actively in the community and social development of the place where we are involved. The 2030 Sustainable Development Goals set out important goals for building sustainable and peaceful societies. In this document, specifically, taking into account the 16th goal, **“to promote peaceful and inclusive societies for sustainable development”**, we

intend to reflect critically on the role of the mediator for the construction of an active and reflective school on social issues so that we can aim for a society with peaceful coexistence. That is, to debate on how a professional in this area can promote the development of fundamental personal, social, communicational and relational skills in different media and together, build an equitable and fair society, respectful of all citizens. Educational mediation can and must act in different contexts, whether social, school, business, educational, community, among others, always in order to contribute to the propensity for peace and citizenship. Taking this topic into account, we have empirically analyzed the responses of thirty students from secondary schools in Cape Verde, as well as open conversations with teachers and other educational agents. As an example, all students consider mediation to be a fundamental process in the Cape-Verdean society.

Keywords: Mediation, training, development

Introdução

Este documento pretende constituir-se como uma ferramenta de reflexão acerca dos contributos da mediação no processo educativo de Cabo Verde, principalmente nesta fase que atravessamos em que a pandemia COVID-19 exige um esforço acrescido entre todos os agentes sociais na concertação de estratégias conjuntas de intervenção ajustadas à nova realidade, na qual os impactos da pandemia se têm vindo a refletir paulatinamente nas diversas esferas da vida dos indivíduos.

O reflexo atual da sociedade permite-nos refletir em torno do presente, mas também, e essencialmente, em relação ao que se perspectiva para o futuro. As análises reflexivas relativamente à mediação têm-se intensificado nos últimos anos, nomeadamente a partir de 1980, quando se assistiu a um fortalecimento deste processo, que segundo BONAFÉ- SCHIMITT (2012, p.192) por esta altura foram realizadas as “(...) primeiras experiências de mediação nos bairros, nas áreas familiar e penal (...)” contribuindo deste modo para a credibilização do conceito, do processo e das suas potencialidades nas intervenções sociais. O mesmo autor refere que ao longo dos anos “(...) a mediação desenvolveu-se em todos os campos sociais com a mediação escolar, intercultural, empresarial” (BONAFÉ- SCHIMITT, 2012, p.193).

Neste momento de reflexões e questionamentos, resultado da Pandemia Covid-19, surge a necessidade de um maior envolvimento

entre os agentes sociais na delineação e concertação de estratégias conjuntas de intervenção, após uma análise reflexiva e crítica sobre as relações sociais, os efeitos da globalização, a diversidade de comportamentos e a necessidade de fomentar o empoderamento social da comunidade, pois a emergência de uma práxis de mediação em contexto social e comunitário apela à implicação de cada profissional no bem-estar dos indivíduos.

Este documento debruça-se sobre a importância da mediação no processo educativo de Cabo Verde e de que forma esta modalidade pode contribuir para a construção de uma sociedade responsável e inclusiva, uma vez que a mediação visa fomentar o desenvolvimento pessoal e social, sendo assim uma ferramenta crucial a ter em conta neste momento de superação.

Face ao exposto, é apresentado neste documento o conceito de mediação, recorrendo a referenciais teóricos relevantes na área, bem como a uma análise empírica ao trabalho que foi desenvolvido em Cabo Verde, no que diz respeito ao processo formativo da mediação.

Conceitualização do conceito: mediação

A reflexão sobre o conceito de “mediação” está em voga há alguns anos, no entanto, ainda há uma complexidade em redor da sua definição. Segundo TORREMOREL (2008, p. 16) “(...) esclarecer o que é ou não é a mediação, originou, até agora, mais controvérsias, do que pontos de acordo.” Contudo, analisando a origem da palavra verifica-se que deriva etimologicamente do latim - *medium*, *medius*, *mediare*, *mediato*- que significa intervenção humana entre as duas frações, dando indicações que há interferência de um terceiro elemento para apoiar as partes envolvidas, ou seja, é um processo de conversação entre as partes, que se concretiza por ser um método de resolução de conflitos em que prevalece a vontade das partes e que tem por objetivo a manutenção posterior de relações de confiança e de diálogo.

Tendo em conta a ampla “aplicabilidade” deste meio de resolução de conflitos, isto transmite à sociedade civil a ideia de uma ‘confu-

ção conceitual' (BONAFÉ - SCHMITT, 2009) do seu conceito e das suas práticas, por consequência. Ainda assim, nos tempos atuais, podemos encontrar definições deste processo, atendendo ao “aperfeiçoamento” das suas intervenções e dos estudos realizados, comprovando a sua aplicabilidade e potencialidade.

Posto isto, podemos ver que a mediação é um meio de “(...) desenvolvimento de competências sociais/relacionais; capacidades e atitudes comunicacionais; capacidades e atitudes emocionais; atitudes de cooperação e negociação e ainda capacidade de autodeterminação e autonomia” (COSTA, p. 160, citado por AGUIAR, 2013, p. 200). O desenvolvimento destas competências fomenta a construção de uma sociedade cívica ativa e o desenvolvimento de relações coesas, assim como possibilita uma convivência mais harmoniosa. A mediação é um conceito amplo e com múltiplas intervenções, igualmente ricas e substanciais, para o fortalecimento de relações interpessoais e para a construção de uma sociedade com valores sociais promotores de uma convivência saudável.

Assim, é importante na ação educadora/mediadora prevenir os conflitos e fomentar um espírito de partilha de opiniões, experiências e de decisões em grupo, uma vez que, a mediação contribui para “(...) desenvolver a capacidade de tomar decisões, de comunicar de forma positiva e eficaz, de gerar empatia, de estabelecer e manter relações interpessoais, de utilizar as emoções de forma adequada, de utilizar o pensamento crítico e criativo na resolução de problemas” (MORGADO & OLIVEIRA, 2009 p. 53).

A mediação assume uma atuação preventiva quando é vista como:

Um meio de criação, recriação ou renovação de laços interpessoais, que se exerce através da prática formal ou informal de gestão, resolução e, especialmente, transformação dos conflitos pelos indivíduos envolvidos, consistindo num processo de comunicação, cooperação, sustentando-se na premissa do desenvolvimento de competências individuais e interpessoais na resolução

dos conflitos. Desta forma, a mediação produz um efeito verdadeiramente capacitador nos indivíduos. E ao apostar na valorização do conflito e na sua (re) apropriação pelos indivíduos, a mediação proporciona o aproveitamento deste como oportunidade de aprendizagem, crescimento e transformação (COSTA, s.d., p.3).

Resumidamente, a mediação atua em três vertentes igualmente ricas – preventiva/ formativa, capacitando os envolvidos de competências comunicacionais, sociais e pessoais, para lidar de forma reflexiva e crítica nas situações adversas que possam surgir, bem como para prevenir conflitos, - a ação resolutiva, no caso de existirem conflitos, capacitando e orientando os envolvidos na resolução do conflito, fortalecendo o diálogo e a relação entre ambos, por fim, temos a ação transformadora da mediação, que consiste na capacitação/ fortalecimento das relações sociais, em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva, reflexiva e cívica.

O papel do mediador

No que à figura do mediador diz respeito, é importante destacar neste ponto o que significa ser mediador, bem como clarificar a sua postura na ação mediativa, isto porque a sua ação influencia as ações das partes envolvidas.

A intervenção do mediador deve proporcionar aos intervenientes, no processo de mediação, estratégias de comunicação, de interação e de intercompreensão, de modo a que se potencie a socialização e o desenvolvimento a nível pessoal e social. Portanto, o mediador é o agente fulcral no processo de mediação. Todavia é essencial reter que a “(...) figura do mediador jamais assegura, por si só, a atividade de mediação, ou ação mediativa, pois esta só se efetua com a participação ativa e voluntária dos diversos protagonistas intervenientes na (s) situação (ões)” (SILVA, 2011, p.263).

Outra das competências exigidas ao mediador é a escuta ativa, que na perspetiva de Torreño (2003, p. 70), trata-se da “(...) competên-

cia mais poderosa, interessante e útil para mediar qualquer conflito (...). A sua aplicabilidade traduz-se em ouvir a mensagem transmitida e compreender os sentimentos envolvidos na mesma, procurando fluir o diálogo de forma reflexiva e aprofundada. Estas funções permitem que o mediador seja alguém flexível, capaz de proporcionar um bom diálogo e a partilha de opiniões e experiências, tendo como objetivo um ambiente de boa convivência entre as partes, para deste modo assegurar a envolvência de todos na criação de sociedades mais justas, pacíficas e coesas.

Tendo em conta as informações já supracitadas, sabemos que a mediação é um processo de comunicação, cujo contexto de diálogo é estabelecido de acordo com a participação e envolvimentos de todos os participantes, cujos temas de “conversação” são do interesse dos próprios. Efetivamente, no processo mediador, as questões que motivam o início do mesmo devem ser decididas, analisadas, refletidas com vista a recuperação e restituição da capacidade de decisão dos sujeitos implicados, sobre as mesmas, procurando restabelecer o diálogo saudável entre as partes. Trata-se, por isso, de um processo complexo e delicado que requer um posicionamento muito especial do mediador na relação com as partes que estão em conflito explícito ou latente. Como nos diz Silva, Carvalho e Oliveira (2016, p.18) “O mediador é um criador de oportunidades de interação: entre indivíduos, entre indivíduos e organizações, entre organizações e entre os indivíduos, as organizações e a comunidade”, um agente educativo que com ações conscientes potencia a concretização do décimo sexto objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O mediador deve então criar espaços de diálogo e reflexão junto das diferentes esferas sociais, elevando o crescimento pessoal, social e relacional entre os diferentes envolvidos e, assim, construirmos uma sociedade que potencia a equidade de oportunidades entre os diferentes cidadãos.

A Mediação em Cabo Verde

Apesar de ainda ser uma prática recente (cerca de duas décadas em Portugal e também em Cabo Verde), a mediação tem-se evidenciado em contextos diversificados e intervindo a vários níveis, quer preventivos, reguladores e transformadores.

A fim de compreender as potencialidades da mediação, foi desenvolvido, no decorrer dos últimos anos, atividades de ação de formação em escolas de Cabo Verde, bem como uma análise documental à legislação do país relativamente ao uso da mediação nas ações jurídicas.

A escola é uma pequena sociedade onde diferentes pessoas convivem diariamente e, por isso, podem surgir momentos de desacordo, designadamente, os conflitos que Torrego (2003, p. 29) considera que

[...] assumem diferentes aspectos, surgem por motivos diferentes e variam de intensidade, fazem parte da vida das pessoas e, de acordo com o modo como são assumidos, tanto podem gerar conflitos, como, pelo contrário, podem abrir vias de destruição e desconhecimento dos direitos e necessidades que, como seres humanos, todos temos.

O papel que assumimos, nas dinâmicas escolares, foi de formação e reflexão, de modo a promover um espaço de diálogo, de reflexão crítica, de desenvolvimento de competências de comunicação, de educação para os valores e de trabalho colaborativo, algo que é fundamental na prevenção de conflito, isto porque “ (...) a mediação formadora constitui um dispositivo importante para a aprendizagem experiencial, no qual é essencial a autonomia, a comunicação e a construção de saberes (...) ” (SILVA, 2008, p. 11).

Tal como afirmam Amado e Freire (2009, p.154)

[...] para além das preocupações que qualquer escola tem com a prevenção da agressividade e da violência

e das medidas de ação, desenvolvendo práticas no seu cotidiano que contribuam para a formação de cidadãos que partilhem os valores da democracia, da paz e da não-violência, torna-se igualmente relevante um investimento em medidas que visem a resolução de conflitos e que envolvam a escola na sua globalidade.

Para complementar esta pesquisa, foi analisada a legislação de Cabo Verde relativamente à mediação. Neste documento, Boletim Oficial de Cabo Verde, vemos a importância que é dada às modalidades de resolução de conflitos. Conforme é referido, apesar dessas modalidades serem “pouco conhecidas entre nós, mas suficientemente experimentadas noutros lugares (...)” (BOLETIM OFICIAL, 2005, p.639), referem que “(...) qualquer entidade privada pode instalar, organizar e desenvolver centros de mediação, sem fins lucrativos, com o objetivo de mediante a composição dos interesses das partes, conseguida pelas próprias partes com o auxílio de um terceiro neutro e imparcial, devidamente habilitado obter a resolução de um conflito existente ou emergente” (BOLETIM OFICIAL, 2005, p. 639).

Relativamente ao mediador, é referido neste mesmo documento que “(...) é escolhido livremente pelas partes, podendo a escolha recair sobre o mediador que tenha realizado a Pré-mediação” e que “as partes podem escolher mais do que um mediador” (BOLETIM OFICIAL, 2005, p. 644). No que diz respeito às competências do mediador no processo da Mediação, há destaque para a imparcialidade e independência do mediador: “(...) mediador deve ser imparcial e independente, assim permanecendo durante todo o processo de Mediação. Este dever se estende ao co-mediador nas hipóteses de Co-Mediação” (BOLETIM OFICIAL, 2005, p. 644). Outro aspeto salientado no documento é o dever da confidencialidade:

O mediador, qualquer das partes ou outra pessoa que atue na Mediação, não deve revelar a terceiros ou ser chamado ou compelido, inclusive em posterior arbitragem ou processo judicial, a revelar fatos, propostas ou quaisquer outras informações obtidas durante a Mediação (BOLETIM OFICIAL, 2005, p. 645).

A ação mediadora em Cabo Verde

Antes de avançar com a análise metodológica detalhada da ação mediadora que foi desenvolvida em Cabo Verde, torna-se relevante explorar o contexto da investigação - intervenção, a metodologia tida em conta neste processo, isto significa, os objetivos, métodos de recolha de informação e amostra/participantes, bem como os resultados alcançados.

Cabo Verde é uma ex-colónia portuguesa e foi encontrada desabitada pelos portugueses em meados dos anos de 1460 e 1462. O país é composto por um arquipélago de ilhas do sotavento (Santiago, Maio, Fogo e Brava) e ilhas do barlavento (Sal, Boa Vista, São Nicolau, Santo Antão, Santa Luzia e São Vicente).

Segundo a UNICEF (2011), Cabo Verde “é um arquipélago com 10 ilhas (sendo uma desabitada) e 13 ilhotas, situado a cerca de 450 quilómetros ao largo da costa da África Ocidental. O país dispõe de 4,033 mil km² de área e 700 mil km² de Zona Económica Exclusiva (ZEE). As ilhas são divididas em dois grupos que não possuem funções administrativas, mas que historicamente apresentam diferenças que acabam por marcar o desenvolvimento social da sua população” (UNICEF, 2011, p. 20). A ilha da nossa intervenção, Santiago, era formada por “três classes: brancos, descendência pura de gente europeia; pretos, de descendência pura das alianças dos escravos da Guiné e mulatos, descendência cruzada dos brancos da Europa com negros da Guiné” (CARREIRA, 1983, p. 296), demonstrando a diversidade presente no país, já na altura da colonização, isto porque o povo cabo-verdiano é o produto da fusão de várias gentes que, ao longo de séculos de coexistência, foram moldando no tempo e no espaço uma forma de ser e de estar, conferindo-lhes a sua identidade – a mestiçagem.

Santiago é a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde. Administrativamente, está dividida em nove concelhos, sendo que a cidade da Praia é ao mesmo tempo a capital do país e a cidade que alberga mais pessoas, bem como é o centro administrativo do país. A intervenção aqui retratada ocorreu na capital e na cidade de Pedra Badejo, no concelho de Santa Cruz, no interior desta ilha.

O dia da comemoração da independência de Cabo Verde festeja-se a 5 de julho de 1975 e mantém até hoje relações coesas com Portugal, a diferentes áreas desde a económica, social, educativa, entre outras, sendo que muita da diáspora cabo-verdiana se encontra em solo português, nomeadamente em Lisboa. As concretizações para um progresso social e económico sustentável, conseguidas por Cabo Verde, representam o trabalho desenvolvido pelas organizações nacionais que trabalham cooperativamente para conseguir este progresso, fortalecendo as relações internacionais, bem como, dotando os recursos humanos de competências empreendedoras e construindo uma nação socialmente justa.

Para compreensão deste fenómeno, nomeadamente, o papel da mediação e os seus efeitos na construção de uma escola/sociedade mais pacífica e coesa, utilizou-se uma modalidade de investigação mista, qualitativa, na medida em que ela permite uma aproximação mais natural à realidade que se estuda, permitindo o conhecimento do fenómeno em todas as suas dimensões e quantitativa para sabermos a resposta de um maior número de participantes. Assim sendo, para recolha de dados/informações, procedeu-se a uma combinação de várias técnicas, de forma a permitir o máximo cruzamento possível das informações recolhidas; para que o resultado seja o mais próximo possível da realidade, utilizou-se conversas informais, observação e o inquérito por questionário. Por outro lado, o público-alvo foi heterogéneo, professores orientadores e alunos.

O objetivo geral desta investigação foi compreender o potencial da mediação nas escolas cabo-verdianas, explorando para o efeito outros objetivos mais específicos, a saber, divulgar a mediação educacional nas escolas de Cabo Verde, sensibilizar a comunidade educativa para a importância deste processo e conhecer a legislação do país sobre esta temática.

As ações de formação/sensibilização realizadas nas escolas de Cabo Verde foram possíveis após um primeiro momento de palestra junto de todos os professores orientadores de todas as escolas secundárias de Cabo Verde. Neste encontro, foi abordada a importância do papel da mediação na orientação educativa. Todos os professores presentes reconheceram a importância desta dinâmica, quer formativa/preventiva,

resolutiva e transformadora, relevante nas dinâmicas escolares, sociais e comunitárias. Referiram que os “alunos com práticas comunicacionais sensatas serão adultos conscientes da importância do diálogo horizontal”.

Após este momento, houve um momento de mediação preventiva/formativa em duas escolas da ilha de Santiago, junto de alunos do 12º ano, especificamente. A investigação empírica realizada nestas escolas, após conversas e dinâmicas socioeducativas, espelhou a relevância que os alunos atribuíram a este processo nas dinâmicas quotidianas da escola e da sociedade cabo-verdiana.

Foi realizado um inquérito por questionário (ver apêndice 1), segundo Quivy e Campenhoudt (1992, p.188), “(...) consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas”. Neste inquérito foi solicitado que os alunos avaliassem três pontos relativos à sessão da mediação, primeiramente sobre a importância da sessão, já o segundo ponto diz respeito à mediação propriamente e, por fim, à prestação da autora.

Analisando os resultados obtidos, após a aplicação de inquéritos por questionário, é visível que globalmente os alunos consideram muito importante a mediação, quer nas escolas como na sociedade cabo-verdiana, cerca de 92% consideram a mediação uma ferramenta importante para resolver conflitos e que é importante para as dinâmicas desta escola, útil para a tua vida pessoal, social e relacional e que é importante para evitar conflitos (ver apêndice1).

Reforçando esta ideia da importância das relações interpessoais saudáveis, Lopes et al. (2006, p.32) afirmam que “as competências de compreensão interpessoal parecem estar relacionadas com a aceitação social, nomeadamente no grupo de pares, sendo de realçar a importância das interações frequentes e bem-sucedidas com os pares, as quais parecem constituir fatores determinantes no desenvolvimento das competências sociocognitivas do indivíduo”. Ainda, Silva et al. (2010, p. 121) referem como aspecto a ter em consideração para uma boa relação entre a escola, a comunidade e a família, a comunicação, ao afirmarem que

(...) as potencialidades da mediação para facilitar a ligação entre a escola, a família e a comunidade centram-se

na valorização da comunicação com vista ao (r)estabelecimento das relações e interações inexistentes ou fragilizadas, à aceitação e assunção das diferenças, trabalhando no sentido do desenvolvimento de competências socio comunicacionais e sinergias mútuas (SILVA et al. 2010, p. 121).

Para a concretização desta investigação foi importante observar os “(...) comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou testemunho” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992, p.197).

Paralelamente à observação realizada, existiram conversas informais. Estas conversas informais são um meio de aproximação ao real mais espontâneo e descontraído, permitindo a desconstrução da realidade do contexto. Permitem ao investigador captar elementos verbais e não-verbais dos intervenientes, trazendo informações enriquecedoras para o diagnóstico de necessidades. A observação e as conversas informais foram aproveitadas ao longo de todos os momentos de intervenção, visto que foi uma forma de receber o feedback sobre as práticas implementadas, o que permitiu uma reflexão acerca das mesmas, com o intuito de as melhorar/aperfeiçoar futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade académica constitui-se como um espaço privilegiado para se promover a mudança/transformação social, atendendo à sua diversidade, realçando-se, neste sentido, a mediação, que se pode afigurar como uma oportunidade em prol dessa mudança.

Tendo em atenção esta iniciativa, junto a duas escolas, é possível referenciar a valorização que os alunos atribuem à mediação para o desenvolvimento de competências sociais, comunicacionais, relacionais e profissionais, tendo em vista o seu empoderamento e o de todos os envolvidos na vida académica. Esta análise permite ao leitor perceber a relevância que os alunos dão à mediação para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e cívica e, por isso, deve ser algo a ser trabalhado num futuro próximo.

Efetivamente, constata-se que a mediação é vista como sendo uma atividade essencialmente educativa, na medida em que o seu principal objetivo é proporcionar, nos mediados, uma sequência de aprendizagem alternativa, que supere o comportamento reativo ou impulsivo, contribuindo, desta forma, para que os participantes adotem uma postura reflexiva (SILVA et al, 2010). Neste sentido, a mediação pode ser encarada como uma cultura de mudança social, promotora da compreensão entre as partes que defendem as diferentes versões da realidade e a livre tomada de decisão, contribuindo, assim, para a participação democrática dos mediados durante todo o processo de mediação (idem). A mediação apresenta duas dimensões essenciais, a dimensão social, que se orienta no sentido da coesão social e a dimensão educativa, que promove a cidadania ativa (BONAFÉ - SCHMITT, 2009).

É de realçar que, estes aspetos conjugados viabilizam o cumprimento dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030, nomeadamente o 16º objetivo: “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável”.

Assim, e constatando os fatos até agora apresentados, é notória a relevância da mediação na construção de uma sociedade pacífica e inclusiva, visto que, e tal como refere Torremorell (2008, p.83) “a mediação possui um valor de fortalecimento e de revalorização das pessoas, não tanto porque lhes permite decidirem, mas porque as torna responsáveis pela implementação e avaliação das próprias ações”. Neste sentido, é necessária uma mediação “favorável à construção do diálogo, da participação dos intervenientes e à construção de soluções conjuntas e mutuamente satisfatórias” (TORREMORELL, 2008, p.41), potenciando a transformação social. Parkinson (2008), aborda o potencial da capacitação e da sensibilização para este efeito, na medida em que a capacitação potencia aos envolvidos competências de “(...) autodeterminação e autonomia, aumentando a capacidade das pessoas de verem com clareza a sua situação e de tomarem decisões por si próprias (PARKINSON, 2008, p. 42). Por outro lado, a sensibilização diz respeito à “(...) capacidade dos participantes reconhecerem os sentimentos e perspectivas recíprocos e serem mais sensíveis às necessidades da outra parte” (IBIDEM, 2008, p. 42).

Relativamente às ações da mediação, seja ela preventiva e formadora, à ação resolutiva e reguladora da sociedade, ou ainda, à ação transformadora da mediação, é notório, dos estudos já realizados e partilhados, que estas três ações, trabalhadas e exploradas conjuntamente, sejam a peça-chave para a construção de uma sociedade mais igualitária e promotora de convivências saudáveis, pois a mediação promove a diversidade de opiniões e o respeito pelas mesmas, aceita os contributos de cada um, responsabiliza os participantes pelas suas ações, promove a construção do grupo e da comunidade com valores sociais marcantes, fortalece as relações, potencia a autonomia e a tomada de decisões, desenvolve as virtualidades das pessoas, estimula a reconciliação através da reconstrução de vínculos, como também procura estabelecer novos laços sociais e comunitários.

A mediação pode-se configurar nesta ótica de desenvolvimento social e comunitário pela criação de redes e sinergias na comunidade e pela participação social, articulada por uma ação que se radica na educação para a emancipação e transformação.

Como agente envolvido neste processo de investigação-ação, prevejo que neste momento atípico que o mundo vivencia, a mediação será uma ferramenta essencial a ter em conta na intervenção socioeducativa, tendo por base uma pedagogia positiva com enfoque num relacionamento afetivo entre os envolvidos, assentes em valores educativos diferenciados, nomeadamente ao:

- Promover a autonomia e o sentido de responsabilidade/liberdade dos envolvidos;
- Promover o desenvolvimento das capacidades de expressão e comunicação, bem como a imaginação criativa;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física;
- Fomentar a cidadania ativa promovendo o respeito pela pluralidade de vivências, promovendo a consciência na criança como membro ativo da sociedade;

- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Inculcar comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, M. (2013). **Figuras da Mediação na Formação de Adultos**: Um estudo multicasos, a partir da experiência em Portugal e em França. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Braga: Universidade do Minho;
- AMADO, J. & FREIRE, I. (2009). **A (s) indisciplina (s) na escola. Compreender para prevenir**. Coimbra: Almedina.
- BOLETIM OFICIAL. (2005). República de Cabo Verde;
- BONAFÉ- SCHIMITT, J. P. (2012). **Os modelos de mediação**: modelos latinos e anglo-saxões de mediação. Belo Horizonte: Meritum. v. 7. n. 2, p. 181-227;
- BONAFÉ-SCHMITT, J. P. (2009). **Mediação, conciliação, arbitragem**: técnicas ou um novo modelo de regulação social. In: Ana Silva e Maria Moreira (Eds.). **Formação e Mediação socioeducativa** (pp. 15-40). Porto: Areal Editores;
- CARREIRA, A. (1983). **Cabo Verde formação e extinção de uma sociedade escravocrata**. Edição Portuguesa: Porto.
- COSTA, E. (S.d). **Intervenção em Mediação de Conflitos em Contexto Escolar**. E-revista ISSN 1645-9180. IMULP. Matosinhos. Disponível em http://www.cfaematosinhos.eu/Ozar_22_PMC.pdf acedido a 02 de maio de 2020;
- LOPES, J. A., RUTHERFORD, R. B., CRUZ, M. C., MATHUR, S. R. & QUINN, M. M. (2006). **Competências sociais, aspectos comportamentais, emocionais e de aprendizagem**. Braga: Psiquilíbrios;
- MORGADO, C. & OLIVEIRA, I., (2009). **Mediação em contexto escolar**: transformar o conflito em oportunidade. Exedra, nº1, pp. 43-56. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf> acedido a 2 de maio de 2020;
- NAÇÕES UNIDAS DE CABO VERDE. **Quadro de assistência das nações unidas para o desenvolvimento em Cabo Verde 2012-2016**. Disponível em: http://www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf acedido a 2 de maio de 2020.
- PARKINSON, L. (2008). **Mediação Familiar**. Lisboa, Ministério da Justiça - Gabinete para Resolução alternativa de Litígios.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1992). **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva.
- SILVA, A. M. C.; CARVALHO, M. L. & OLIVEIRA, L. R. (2016). **Sustentabilidade da Mediação Social**. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga: Universidade do Minho;

SILVA, A. M. C. (2011). **Mediação e (m) educação**: discursos e práticas. Revista *Intersaberes*, Curitiba, ano 6, n° 12, jul/dez 2011, pp. 249-265. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15409> acessado a 4 de maio de 2020;

SILVA, A. M. et al (2010). **Novos actores no trabalho em educação**: os mediadores socioeducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 23 (2), pp. 119-151, CIEd - Universidade do Minho.

SILVA, A. M. C. (2008). **Mediação Formadora e Sujeito Aprendente ao longo da vida**. In ANAIS. (Actas) do IV Colóquio Luso-Brasileiro, VIII Colóquio sobre Questões Curriculares: Currículo, Teorias, Métodos. 2, 3 e 4 de Setembro de 2008. Brasil: Universidade de Santa Catarina - Florianópolis. Textos convidados. ISBN: 978-85-87103-39-0.

TORREGO, J.C. (2003). **Mediação de conflitos em instituições educativas**. Porto: A;

TORREMORELL, M. C. (2008). **Cultura de Mediação e Mudança Social**. Porto: Porto Editora.

Apêndice 1:

Inquérito por questionário aos alunos

Data: __/__/__

Peço-te que preenchas este inquérito, anonimamente e, que sejas o mais sincero possível.

1. Assinala com o X a opção que vai ao encontro da tua opinião.

Relativamente à importância desta sessão	Sim	Não	N / s	S/ r
Foi importante para conheceres os teus colegas	28	1	1	1
Foi importante para conheceres novos temas - A mediação	27	1	2	1
Relativamente à mediação	Sim	Não	N / s	
É importante para as dinâmicas desta escola	29	0	1	1
É útil para a tua vida pessoal, social e relacional	29	1	0	1
É importante para evitar conflitos	29	1	1	0
É importante para a minha formação pessoal	27	1	1	2
É fundamental na interação com os professores, colegas e funcionários	27	3	1	0
É uma ferramenta importante para resolver conflitos	29	1	1	0
É um processo importante na sociedade cabo-verdiana	30	0	0	1
Relativamente à Marisa	Sim	Não	N / s	
Foi clara	27	1	3	0
Esclareceu as tuas dúvidas	23	1	6	1
Respeitou as tuas opiniões	29	1	0	1
Foi acessível	27	2	1	1

Muito obrigado,
Marisa Lopes

19. DISCURSOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO ACERCA DA SUA QUALIDADE DE VIDA: ASPECTOS POSITIVOS DO COTIDIANO

Pablo Luiz Santos Couto

Carle Porcino

Tarcício da Silva Flores

Samantha Souza da Costa Pereira

Alba Benemérita Alves Vilela

Antônio Marcos Tosoli Gomes

Luiz Carlos Moraes França

Luana Costa Ferreira

Resumo

Objetivou-se analisar os discursos de mulheres profissionais do sexo acerca de sua qualidade de vida no cotidiano da profissão, a partir das suas representações sociais. Estudo qualitativo, fundamentado na Teoria das Representações Sociais, realizado no município sede da Região do Alto Sertão Produtivo da Bahia (Brasil), em áreas de vulnerabilidade social, onde são localizados os locais de prostituição. Participaram do estudo 30 mulheres. A Entrevista em Profundidade foi a técnica adotada para a coleta de informações, cujas discursos foram submetidos à Análise de Conteúdo Semântica. Os segmentos dos textos revelam o aprofundamento dos significados do conteúdo semântico elaborado de forma consensual, conformando as representações sociais das trabalhadoras sobre qualidade de vida, nos diversos aspectos conceituados pela Organização Mundial de Saúde. Evidenciou-se que a avaliação da qualidade de vida esteve voltada ao dinheiro, vida saudável e segurança; aspectos relacionais como família e filhos foram aspectos importantes e destacados, contudo remete a algo distante do cotidiano delas. Os resultados possibilitam inferir que profissionais de saúde repensem sobre sua práxis às mulheres que trabalham com o sexo, no que se refere ao planejamento e dispensa de cuidados primando pela melhoria da qualidade de vida desse segmento populacional.

Palavras-chave: Profissionais do sexo; Qualidade de vida; Representações sociais; Saúde da mulher; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

O trabalho sexual ainda é marginalizado pela sociedade e, apesar disso, as profissionais do sexo ainda encaram a prostituição como condição de trabalho, uma maneira de conquistar a independência financeira, a autonomia e a realização pessoal (PAISINI, 2015; BROQUA & DESCHAMPS, 2014; COUTO et al., 2020). O preconceito e discriminação em relação à prática do trabalho sexual existem e estão presente na sociedade (PRADA, 2018).

Tais estigmas são os principais responsáveis por contribuir para que as trabalhadoras sexuais sejam inseridas como um grupo de maior susceptibilidade a condições de vulnerabilidades sociais, por fortalecer o preconceito, potencializar a invisibilidade perante o Estado e a sociedade e mantê-las em uma posição de dificuldade para enfrentar e violência advinda da ação de seus de seus clientes. Outrossim, o estereótipo que carregam dentro da sua determinação como pessoa e instrumento de trabalho, interferem no seu dia-a-dia, nos indicadores sociodemográficos, na prevenção de agravos, no desequilíbrio do processo saúde-doença, certamente na avaliação positiva da qualidade de vida (COUTO et al., 2020; LEAL; SOUZA; RIOS, 2017).

O conceito de qualidade de vida, é amplo e ao mesmo tempo subjetivo, pois extrapola os argumentos reducionistas de associação à saúde e da dinâmica biologicista, ampliando para questões sociais, afetivas, emocionais, psicológicas e tudo interfere na garantia dos direitos humanos. Os diversos indicadores que permeiam este termo se associam à conjuntura de variáveis como educação, cultura, lazer, expectativa de vida, complexo biopsicossocial, e acima de tudo, o contexto de inserção individual neste sistema inter-relacionado (DOMINGUES; OLIVEIRA; MARQUES, 2018).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é fundamental para ancorar estudos que visam o aprofundamento de ideias e significados que grupos sociais, elaboram sobre fenômenos subjetivos, bem como possibilita reflexões sobre assuntos do cotidiano, cujos conceitos são elaborados intragrupais, sendo difundidos e compartilhados entre si.

As representações sociais traduzem a busca pelo conhecimento oriundo do sistema cognitivo, evidenciando o conhecimento construído no subconsciente das pessoas que compartilha alguma semelhança, como é o caso das trabalhadoras sexuais sobre qualidade de vida, quando seu contexto de vida contribui para a formação e difusão dos significados que possuem ou não sobre sua qualidade de vida, e que ultrapassa a barreira do politicamente correto (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2017).

Destarte, objetivou-se analisar os discursos de mulheres profissionais do sexo acerca de sua qualidade de vida no cotidiano da profissão, a partir das suas representações sociais.

Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na TRS, com 30 trabalhadoras sexuais, do município de Guanambi. A teoria foi elaborada para dar sentido ao senso comum e trazer à evidência as ideias, conceitos e significados a instâncias do saber prático, oriundos do sistema de cognição humana e dar compreensão ao que representam da memória social (MOSCOVICI, 2015). Assim, representação significa aquele conhecimento formulado a partir de um senso coletivo, na busca pelos significados, símbolos e ideias que reverberam em práticas e comportamentos construídos e compartilhados dentro de um grupo de pertença (MARKOVÁ, 2017).

As participantes do estudo encontram-se cidade de Guanambi-BA, sede do Alto Sertão Produtivo Baiano e que tem em sua abrangência 19 municípios, com pouco mais de 400.000 habitantes (COUTO et al, 2020), cujo locais onde se encontram, são para moradia e/ou trabalho sexual, e que trabalham no mercado do sexo. A amostra (não probabilística por conveniência), foi composta por mulheres que aceitaram o convite para participação no estudo, com a técnica da Bola de Neve, a partir do auxílio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos bairros em que foram localizadas.

A coleta de informações, foi feita por três pesquisadores responsáveis pelos estudos e, ocorreu individualmente entre o mês de abril de 2017

a junho de 2018, em salas reservadas na Estratégias de Saúde da Família dos bairros em que estão localizados os vários estabelecimentos - bares, restaurantes, pensões e pousadas - em que as mulheres desenvolvem o trabalho sexual. Para aquelas, que não eram da cidade, foi agendada uma visita ao local de trabalho por intermédio do ACS do território.

Utilizou-se um questionário com o objetivo de identificar e caracterizar as participantes, um roteiro composto de uma pergunta que guiou a Entrevista em Profundidade: “Fale-me o que você entende por qualidade de vida e como você percebe ela em seu dia-a-dia”. As entrevistas foram desenvolvidas com 30, cada uma teve duração de cerca de 20 minutos cada, que permitiu aprofundar nos significados emergidos nos discursos que elas possuíam sobre ‘qualidade de vida’. As respostas foram gravadas em um aparelho celular, em seguida transcritas na íntegra no *Software Microsoft Word 2016*.

As falas obtidas com a entrevista foram submetidas à Análise de Conteúdo Semântica proposta Bauer (2002), que possibilita identificar as semelhanças e divergências semânticas nos conteúdos dos discursos interpretados, a partir da leitura flutuante, uma leitura crítica do material selecionado para classificação dos códigos e unidades de texto, decodificação dos elementos com semelhança semântica e, por fim, construção de inferências e interpretações.

O estudo originou de um projeto guarda-chuva, que foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário FG, a partir da plataforma Brasil, sendo aprovado pelo protocolo número 2.007.080/2017.

Resultados

Os elementos que obtiveram maior frequência significados e semelhanças semânticas nos discursos, contribuindo para a formação de representações sociais, identificados conforme os, foram: vida saudável (freq.=63), segurança (freq.=47), saúde mental (freq.=34), amor (freq.=32), proteção (freq.=30), dinheiro (freq.=29), cuidado (freq.=26), amor próprio (freq.=26), família (freq.=25) e conforto (freq.=23).

Os elementos supracitados, com influências significantes e que dão sentido às representações sociais sobre qualidade de vida, apresentam as maiores forças de conexão e convergência com as palavras mais frequentes nos discursos: vida saudável, segurança e saúde mental, bem como o dinheiro. Estas palavras se coadunam com as demais evocações centrais (também com frequência alta nos discursos), conformando uma rede de significação. Os significados dão sentido às representações, as quais são construídas no sistema de cognição das participantes, sendo evidenciados nos trechos dos discursos das participantes abaixo:

“Qualidade de vida é ter felicidade, levar uma vida saudável, o que nem sempre acontece. Ter segurança, mesmo sabendo que isso difícil, porque estamos sujeitas à violência da rua, ao estupro. Qualidade de vida vem de dentro também, vem da vaidade, do amor próprio. A vida saudável quando se tem dinheiro mais fácil, porque compramos alimentos bons, vamos ao serviço de saúde, ao médico, pagamos procedimento para o nosso corpo” (Trabalhadora sexual 01).

“Se eu estiver bem, com um bom peso corporal, com uma boa aparência, com tudo certo na minha vida, uma boa pressão arterial, não ter diabetes, com minha saúde em dia, então eu vou ter qualidade de vida. Mas, também com saúde mental bem, bem na família, bem no trabalho, eu estou saudável. Melhorar a saúde tem a ver com situação econômica, de moradia, relação no trabalho, porque vou te falar, é difícil ter uma boa relação com as meninas, é muita competição, por espaço, cliente e dinheiro.” (Trabalhadora sexual 04).

“(...) eu não consigo pensar em qualidade de vida nessa situação. Às vezes eu fico meio abatida, com a profissão, porque não tem segurança., o medo de apanhar na rua. Sentida, porque realmente eu queria ter mais coragem para enfrentar a rua e ganhar mais dinheiro para cuidar do meu filho.” (Trabalhadora sexual 05).

“Qualidade de vida levar um boa vida, com paz e sossego no espírito. difícil acordar angustiado, estressado da noite anterior, com uns caras escrotos. Também levar uma vida saudável, digna e com conforto, mas não nossa realidade né. Sexo aqui para o sustento dos meus filhos, preciso pagar minhas contas, comprar roupas, comprar remédio para minha mãe, que tem pressão alta e diabete. dinheiro que vai me dar o que preciso, saúde, Qualidade de vida, conforto.” (Trabalhadora sexual 12).

“Qualidade de vida é ter felicidade e eu sou feliz graças a Deus. Eu acho boa a minha vida, pois confio muito em Deus, por maior que seja a atribulação, coloco Deus na frente. O dinheiro que o trabalho como garota de programa eu não iria ganhar em lugar nenhum, em nenhuma casa de madame. Consigo sustentar meu pai e meu filho, que moram em outro estado e dou uma vida confortável para eles.” (Trabalhadora sexual 23).

“Não sei se tenho qualidade de vida, porque com essa vida que levo, não tenho um companheiro, o dinheiro só para cuidar e dar sustento a meus pais e a casa. Eu não cuido de mim direito, tenho vontade de ter relação, eu sinto né, agora não sei se eu vou ter a mesma sensação na hora da relação, porque prazer com homem difícil, minha saúde mental ultimamente está bem abalada. Já fui violentada e foi a pior coisa que vivi e não puder contar com ninguém. Na delegacia iriam dizer que mereci. Mas quero ir no psicólogo um dia para melhorar minha autoestima, ter uma saúde mental, aprender a gozar.” (Trabalhadora sexual 30).

Portanto, os segmentos dos discursos acima revelam os significados das evocações e dá sentido ao conteúdo semântico significado pelas trabalhadoras do sexo, evidenciando o sentido que o elementos presentes na representação social possuem, confirmando que as representações desse grupo são consensuais, no que tange aos aspecto conceitual da qualidade de vida, mesmo que essa aparenta estar distante da vida delas.

Discussão

A noção dos direitos humanos e constitucionais permeiam sobre a troca entre o individual e o intragrupal, mostrando a liberdade que as pessoas possuem de conduzir suas opiniões, crenças, ideias, sentidos, emoções e todo os sistemas de valores, que auxiliam na notoriedade de cada representação, sobre qualquer fenômeno, nesse estudo qualidade de vida. A associação positiva ou negativa deste item importante, para a compreensão das vulnerabilidades, enfrentamentos, do processo saúde-doença e do modo como as pessoas vivem, relaciona-se a subjetividade de cada um (TOBAR; MENDONZA, 2020; TOSTES et al., 2020).

Nesta perspectiva, o condicionamento de cada grupo populacional, como a classe das trabalhadoras sexuais, frente às suas convicções e relevâncias formadas socialmente é o que determinará a percepção positiva ou não da qualidade de vida, bem como da noção do termo em seu cotidiano de trabalho. Logo, ao mesmo tempo que existem pessoas que a associam à um maior acesso aos serviços de saúde, há as que condicionam a um bem-estar, psicossocial, emocional, e outras a obtenção de poder aquisitivo como fator primordial, para a obtenção de bens e acesso a diversos setores da sociedade (PEREIRA-CALDEIRA et al., 2020).

No presente estudo, relativo às representações sociais de prostitutas do alto sertão produtivo baiano, evidencia-se a transversalização entre a obtenção da vida saudável, com segurança, saúde mental, proteção, cuidado, amor e amor próprio na consolidação da sua qualidade de vida. Ter saúde é fator crucial para este grupo de mulheres, e é relacionado intimamente com o seu autocuidado, o respeito com a sua intimidade, e o amor refletido para consigo mesma. Apesar de utilizarem seus corpos no ambiente ocupacional, determinam quais práticas sexuais são consentidas, decidindo a utilização do preservativo na relação sexual (COUTO et al., 2019).

No entanto, a garantia de uma vida saudável e cuidado com seu aspecto físico, emocional e espiritual na sua máxima plenitude se cor-

relaciona a obtenção de recursos financeiros. O dinheiro conquistado com este meio ocupacional subsidia o sustento destas mulheres e de seu núcleo familiar (PAISINI, 2015; BROQUA & DESCHAMPS, 2014). É através deste dinheiro que conseguem acessar o serviço de saúde privado, assegurando um atendimento livre de repulsa e estranhamento, já que os profissionais que estão à frente do Sistema Único de Saúde não as atendem de forma universal, integral e equânime (CRUZ et al., 2016).

Diante disso, o presente estudo confirma tais questões nos discursos destas prostitutas ao associarem a avaliação positiva da qualidade de vida, no alcance da sua renda por meio dos programas realizados. Conquistar o dinheiro e independência financeira as fazem ter uma vida digna, com conforto, subsistência de bens materiais, cuidado com o corpo, aparência física e saúde para si e toda sua família (BROQUA & DESCHAMPS, 2014; BANUTH; SANTOS, 2016; COUTO et al., 2019).

Esta dualidade entre o valor atribuído a prática sexual (romantismo ou dinheiro) reforça o estigma que a sociedade impõe às mulheres e o antagonismo imposto a elas, opondo-as em boas e más, como uma forma de rotulá-las e controlá-las nas sociedades patriarcais e manter o *status quo* do sistema de que há mulheres para ‘casar’ e mulheres para ‘se divertir’ (Prada, 2018).

Na maioria dos casos, o local de trabalho das profissionais do sexo não possui segurança e proteção, estando estas mais expostas às situações de violência, e por isso mais vulneráveis. Diante desta situação as trabalhadoras do sexo entrariam no grupo de populações vulneráveis, devido a exposição por agressões tanto física, psicológica, assim como também na exploração sexual por parte dos cafetões e/ou até mesmo cidadãos, principalmente quando desenvolvem parte do trabalho na rua (LEAL et al. 2017). O medo de serem vítimas de preconceitos por parte dos profissionais de saúde, a falta de políticas de saúde visando o cuidado, segurança e proteção em relação ao trabalho que exercem, falta de legislação trabalhista, assim como o desconforto com olhar julgador e preconceituoso da sociedade são problemas cotidianos (LEITE, MURRAY & LENZ, 2015).

Como tem sido pontuado, a qualidade de vida vai além das questões que envolvem o processo de saúde-doença, pois engloba outros fatores como bem-estar psicossocial, como a saúde mental, autoestima, a autoimagem positiva e uma boa percepção de si e das suas condições de saúde; bem como, sentir-se aceito pela sociedade, além de outras vertentes que complementa o ser humano como um ser complexo e multifacetado, como a sexualidade, que está associada a saúde sexual, a satisfação sexual e as formas de proporcionar e receber prazer (CARTER et al., 2018; JODOUIN, BERGERON, DESJARDINS & JANSSEN, 2019).

Portanto, como qualidade de vida é algo extremamente subjetivo, há a necessidade de compreender e abranger a visão destas prostitutas sobre seu sistema de valores, e o que determinam como importante para si, a partir da sua organização conceitual. Logo, um grupo hegemônico parte do pressuposto de que sua qualidade de vida é positiva, contudo ainda distante e difícil de ser alcançada, mas há um subgrupo delas que apresentam representações negativas da qualidade de vida, possivelmente pelo contextos, experiências e cotidiano (COUTO et al., 2020).

CONCLUSÃO

Conclui-se que os discursos que as profissionais do sexo produziram para explicar a sua qualidade de vida é multifacetado e, ainda que muitas mulheres não tenha a noção teórica do conceito, as representações sociais revelaram nuances vão ao encontro do que a Organização Mundial de Saúde pontua como sinônimo para a o termo. As construções mentais dessas mulheres mostraram que as representações sociais estão fundamentadas na ideia de que ter uma vida saudável é o ponto importante para o cotidiano do trabalho sexual, pois proporcionará desempenhar o serviço adequadamente e, conseqüentemente, a obtenção do dinheiro, algo muito destacado nos discursos para a realização de desejos e vontades, conquista de bens pessoais, sustento da família e acesso a saúde.

Destarte, analisar as representações sociais da qualidade de vida por meio dos discursos de prostitutas, a partir das construções mentais originadas nos campos da memória, em que os discursos são construídos, aponta caminhos que levam ao entendimento de como essas mulheres vivenciam o trabalho por meio do próprio corpo e discorrerem sobre vida saudável, saúde sexual, saúde psíquica e emocional, segurança, proteção, cuidado, relações pessoais e, como resultado avaliação positiva da qualidade de vida, ainda que algo distante da realidade delas.

REFERÊNCIAS

- BANDRÉS, J.; ZUBIETA, E.; LLAVONA, R. Mujeres extraviadas: psicología y prostitución en la España de postguerra. **Universitas Psychologica**, v. 13, n. 5, p. 1667-1679, 2014.
- BANUTH, R.F.; SANTOS, M.A. Vivências de discriminação e resistência de uma prostituta negra. **Psicologia (Cons Fed Psicol)**, v. 36, n. 3, p. 763-776, 2016.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BROQUA, C.; DESCHAMPS, C. Transactions sexuelles et imbrication des rapports de pouvoir. In (Eds.) *L'échange economico-sexuel* (pp. 45-66). Paris: Éditions EHESS, 2014.
- CARTER, A.; GREENE, S.; MONEY, D.; et al. (2018). Supporting the Sexual Rights of Women Living With HIV: A Critical Analysis of Sexual Satisfaction and Pleasure Across Five Relationship Types. *The Journal Of Sex Research*, v. 55, n. 9, p. 1134-1154, 2018.
- COUTO P. L. C., et al. Correlação entre marcadores de vulnerabilidade social frente ao uso do preservativo por trabalhadoras sexuais. **Saúde e Pesquisa**, v. 12, n. 3, p. 591-599, 2019.
- COUTO, P. L. S.; MONTALVÃO, B. P. C.; VIEIRA, A. R. S.; et al. (2020). Social representations of female sex workers about their sexuality. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 38, n. 1, p. e03, 2020.
- CRUZ, N. L.; FERREIRA, C. L.; MARTINS, E.; SOUZA, M. O cuidado com a saúde das mulheres profissionais do sexo: uma revisão narrativa. **Disciplinarum Science**, v. 17, n. 3, p. 339-352, 2016.
- DOMINGUES, J. P.; OLIVEIRA, D, C.; MARQUES, S. C. Representações sociais da qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

GRAÇA, M.; GONÇALVES, M. Conhecimento, prática e ética: Os desafios da investigação ação em contexto de prostituição feminina de rua. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 108, p. 135-156, 2015.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. Tradução, Curitiba: PUC-PRess, 2017.

JODOUIN, J. F.; BERGERON, S.; DESJARDINS, F.; JANSSEN, E. Sexual Behavior Mediates the Relationship Between Sexual Approach Motives and Sexual Outcomes: A Dyadic Daily Diary Study. **Archives of sexual behavior**, n. 48, p. 831-842, 2019.

LEAL, C. B. M.; SOUZA, D. A.; RIOS, M. A. Aspectos de vida e saúde das profissionais do sexo. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 11, n. 11, p. 4483-4491, 2017.

LEITE, G. S.; MURRAY, L.; LENZ, F. O Par e o Ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. Suppl 1, p. 7-25, 2015.

MARKOVÁ, I. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de pesquisa**. v.47, n.163, p. 358-375, 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 11. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PASINI, E. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, v. 14, p. 181-200, 2015

PEREIRA-CALDEIRA, N. M. V. et al. Quality of Life for Women with Human Papillomavirus-induced Lesions. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 42, n. 04, p. 211-217, 2020.

PRADA, M. **Putá Feminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

RODRIGUES, A. S.; OLIVEIRA, J. F.; SUTO, C. S. S., et al. Care for women involved with drugs: social representations of nurses. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 1, p. 71-78, 2017.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A. (2015). Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 6, p. 19-47, 2015.

THNG, C.; BLACKLEDGE, E.; MCLVER, R.; WATCHIRS SMITH, L.; MCNULTY, A. (2018). Private sex workers' engagement with sexual health services: an online survey. **Sexual Health**, v. 15, n. 1, p. 93-95, 2018

TOBAR, N. J. M.; MENDOZA, M. P. R. Quality of life and health of breast cancer woman survivors in Popayan-Colombia. **Revista Ciencia y Cuidado**, v. 17, n. 1, p. 8-17, 2020.

20. A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA ANÁLISE ONTO-CRÍTICA

Daniela Glicea Oliveira da Silva (IFCE)

Aline Nunes Paiva (IFCE)

Maria Das Dores Mendes Segundo (UECE-UFC)

Josefa Jackline Rabelo (UFC)

RESUMO

Os anos 1990 demarcam a supremacia do Banco Mundial na elaboração das diretrizes educacionais no âmbito do Programa de Educação para Todos - EPT, a partir do qual passa a orientar as reformas educativas nos países periféricos, que coadunam-se com os ajustes neoliberais, na conjuntura de uma crise estrutural do capital. No âmbito da EPT, a participação tem sido demasiadamente conclamada. No contexto brasileiro, as reformas no aparelho do Estado, que desembocaram em reformas educacionais, ocorreram em paralelo ao processo de redemocratização do país. Contudo, o ideário da participação é cooptado pelos gestores do capital, passando a enevoar a realidade da desresponsabilização do Estado com o setor educacional e a consequente responsabilização dos sujeitos. De pronto, buscamos desvelar os pressupostos do ideário da gestão participativa, situando-o no contexto da EPT. Para tanto, realizamos um estudo teórico-bibliográfico com primazia no referencial marxiano-lukacsiano, baseando-nos na compreensão de que o ser social é fundado pelo trabalho e que essa categoria possui centralidade ontológica (LUKÁCS *apud* LESSA, 2007). Buscamos nos fundamentar, ainda, em autores que realizam a crítica marxista ao sistema sociometabólico do capital, a exemplo de Mézarós (2011, 2008), Mendes Segundo (2005), Tonet (2014) e Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2015, 2009). Somado a este esforço de revisão bibliográfica, atentamos para a revisita crítica de autores que analisam a questão da gestão democrática no Brasil, especialmente Paro (2007), Adrião e Camargo (2007), Libâneo, Oliveira e Toshi (2012), Drabach e Mousquer (2009) e Saviani (1994, 2000); conjugada às reflexões de Frigotto e Ciavatta (2003), Peroni (2003), Altmann (2002), Oliveira (2000), dentre outros. Asseveramos que, no contexto brasileiro, as decisões educacionais são concentradas na União e

que a proclamada participação da comunidade escolar, assume, predominantemente, uma função estratégica no quadro das ideologias utilizadas para justificar as contradições do sistema capitalista.

Palavras-chave: Gestão participativa. Política de EPT. Reformas educacionais. Ontocrítica.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 no Brasil evidencia um conjunto de reformas nos setores político, econômico e social que refletem o contexto mais geral de mutação que atravessou as relações capitalistas de produção em nível global. Tais reformas produziram rebatimentos em várias esferas da sociedade em que o complexo da educação não ficou isento. Amparando-se no ideário da ineficiência do aparelho estatal, em que segundo estudiosos da área de economia, o Estado encontrava-se sobrecarregado de atividades para além de sua capacidade – tese do inchamento do Estado – empreendeu-se um conjunto de reformas, intituladas de Reformas do Aparelho do Estado, que tiveram como principal proponente Bresser-Pereira⁹⁶, postulando como cerne de tais ajustamentos os processos de descentralização da administração pública, de privatização das esferas estatais e de desregulamentação, visando adequar o país ao regime neoliberal, culminando em um ajuste fiscal amplo.

Na esfera educacional, constatou-se, a partir da década de 1990, uma intensa subordinação da educação aos interesses do mercado, mediante a inserção do país na política de Educação para Todos – EPT em que os países membros, em sua maioria os da periferia do capital, firmam acordos no intuito de cumprir diretrizes e metas impostas pelos organismos internacionais, com primado ao Banco Mundial⁹⁷, além de outros,

96 Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista, orientou as Reformas do Aparelho do Estado na década de 1990 no Brasil, tendo cupado cargos importantes no Governo Federal entre os anos de 1987 e 1995. (MENDES SEGUNDO, 2005)

97 Criado na Conferência de Bretton Woods, em 1945, o Banco Mundial constitui “um fundo de estabilização destinado a manter as taxas de juros em equilíbrio no comércio internacional e propiciar a reconstrução e o desenvolvimento dos mercados dos países afetados pela Segunda Guerra. Posteriormente, o Banco Mundial ampliou seus objetivos e passou a interferir na trajetória política e econômica dos chamados

como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco (MENDES SEGUNDO, 2005). No contexto dessa política, entre as diretrizes por ela recomendadas está a descentralização na oferta da educação básica que conclama a população a contribuir com a educação mediante a participação e a gestão democrática da escola.

A gestão dita democrática ou participativa⁹⁸ da educação é avaliada positivamente por muitos autores, a exemplo de Paro (2007), no sentido de promover a participação dos sujeitos sociais na tomada de decisões quanto aos processos educacionais. Vislumbra-se a partir dessa prática tornar o fazer educativo mais democrático e identitário da comunidade, onde as instituições escolares estão inseridas. Defende-se ainda que a conquista da gestão democrática corresponde à superação dos modelos administrativos educacionais que pautam-se na burocracia e na hierarquia de funções que tem em sua base as teorias da administração de empresas.

Outrossim, a gestão democrática atualmente comparece muito mais como prática, no sentido da responsabilização dos sujeitos sociais, do que como práxis. Frente ao afirmado, cabe destacar que a dialética marxista consiste em romper com essa dicotomia que acaba por colocar em lados opostos: ideia e matéria, teoria e prática, ação e reflexão, sujeito e objeto. Em corolário, há uma realidade material, objetiva, na qual o sujeito pode intervir e se apropriar, de modo que sua subjetividade passa a transformar essa realidade à medida que é por ela transformada num movimento que é sempre prático e teórico, empírico e racional.

Buscamos, destarte, desvelar os pressupostos do ideário da gestão participativa e situá-la no conjunto da política de EPT, que tem

países em desenvolvimento, com o propósito singular de garantir o pagamento das dívidas e servir de instrumento para a definição da hegemonia dos Estados Unidos no capitalismo mundial.”

98 Utilizamos os termos gestão democrática e gestão participativa para nos referirmos a um mesmo processo, considerando que estes comportam um mesmo universo ideológico que embasa práticas democráticas no contexto educacional (Mendes Segundo, 2005, p. 44).

orientado o pacote de reformas realizadas no campo educacional no Brasil a partir da década de 1990. Partimos do pressuposto que, nesse quadro, a categoria da participação no contexto da gestão democrática busca enevoar a realidade envolta em intenso e sistemático processo de reformas educacionais desde os anos 1990.

Para tanto, realizamos um estudo teórico-bibliográfico com primazia no referencial marxiano-lukacsiano, baseando-nos na compreensão de que o ser social é fundado pelo trabalho e que essa categoria possui centralidade ontológica (LUKÁCS *apud* LESSA, 2007). Procuramos nos fundamentar, ainda, em autores que realizam a crítica marxista ao sistema sociometabólico do capital a exemplo de Mézarós (2011, 2008), Mendes Segundo (2005), Tonet (2014) e Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2015, 2009). Somado a este esforço de revisão bibliográfica, atentamos para a revisita crítica de autores que analisam a questão da gestão democrática no Brasil, especialmente Paro (2007), Adrião e Camargo (2007), Libâneo, Oliveira e Toshi (2012), Drabach e Mousquer (2009) e Saviani (1994, 2000), conjugada às reflexões de Frigotto e Ciavatta (2003), Peroni (2003), Altmann (2002), Oliveira (2000), dentre outros, sobre a problemática das reformas no campo da educação no contexto das políticas educacionais brasileiras.

A gestão democrática no contexto das reformas educacionais a partir da década de 1990 no Brasil

Drabach e Mousquer (2009) realizaram um estudo sobre o contexto de transição do modelo de organização escolar no Brasil baseado nos preceitos da administração para o modelo da gestão democrática, tratada na Constituição Federal de 1988 como um princípio a ser aplicado no ensino público.

Conforme as autoras, o princípio da gestão democrática no ensino público situa-se no contexto das lutas sociais empreendidas na década de 1980 com vistas à superação do Regime Militar e reabertura política do país. A gestão democrática é encarada, nesse sentido, como uma conquista dos movimentos sociais na busca da construção de uma

escola mais participativa, autônoma e democrática, superando assim o modelo burocrático, com decisões centralizadas na figura do diretor.

Esse movimento de efervescência nas lutas políticas e sociais nos anos 1980, que reivindicava a democracia no âmbito da organização do próprio Estado e a superação do regime ditatorial-militar (1964-1985), culminou com movimentos grevistas, organizações partidárias, movimento das Diretas Já, movimentos sindicais, manifestações populares e muitas outras lutas caracterizadas pela reivindicação por direitos e maior participação da população nas políticas públicas (ADRIÃO; CAMARGO, 2007, p. 63).

Em decorrência dessa mobilização, ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incorpora muitas dessas reivindicações, sendo chamada, por isso, de constituição cidadã. O ideário dos direitos sociais, dentre eles a educação, se consolida na legislação, não sendo, contudo, um processo linear e consentido sem maiores embates e disputas de interesses. Essa Constituição representa, como demonstrado, a síntese de um processo conturbado de luta política em favor da democracia. A Gestão Democrática na educação, em meio a esse processo, se materializou enquanto Política Educacional na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE), com redação dada pela Lei nº 10.172/01.

Adrião e Camargo (2007, p. 67) apontam para o ineditismo do princípio da Gestão Democrática no ensino, que aparece pela primeira vez na Constituição de 1988, e sua relevância no sentido de ser tomado como preceito base para a elaboração da legislação e das políticas na área da educação. Vemos, nesse sentido, que as décadas de 1980 e 1990 promovem reformas no campo educacional, expressas nas legislações e políticas, no intuito de reorientar a organização do ensino, visando adequá-lo ao princípio democrático.

De pronto, a LDB 9394/96 em seu artigo 14, inciso I, orienta a participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica da escola e no inciso II defende a participação da comunidade escolar em conselhos escolares. Além disso, no artigo 3º, inciso

VIII, reitera como princípio a: “gestão democrática do ensino público” que deverá ser realizada no âmbito dessa lei, bem como da “legislação dos sistemas de ensino”. (BRASIL, 1996).

Autores como Adrião e Camargo (2007) e Paro (2007), que compactuam com o ideário da gestão democrática e da defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, tecem críticas aos aspectos da própria legislação, que julgam influenciar negativamente a efetiva prática da gestão participativa e propõem novos ajustes, sem, contudo, realizar a análise sobre as determinações que produzem o estado atual de coisas. Desta feita, desenvolvem a crítica ao princípio da gestão democrática na Constituição quando esta se restringe ao ensino público. Para os autores, esse fato é justificado diante dos dois projetos de sociedade que se confrontaram no processo da constituinte, quando, de um lado estavam as forças sociais representadas pela entidade intitulada Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, de outro, as forças mais conservadoras da sociedade brasileira que defendiam interesses privatistas da educação.

Paro (2007) compartilha da mesma crítica e acrescenta que a LDB de 1996 é muito vaga quanto à determinação da gestão democrática, deixando a cargo dos sistemas de ensino o estabelecimento das normas no âmbito de suas gestões. Para o autor, esse fato abra muitas brechas, pois, atribuir aos sistemas de ensino a normatização da gestão democrática, possibilitando autonomia para sua realização, não garante a sua efetivação, uma vez que, o âmbito da gestão dos sistemas de ensino pode não se identificar com as relações democráticas e participativas de seus respectivos sistemas.

De outro lado, Sidou (2013) aponta que a gestão democrática do ensino nasce da crítica dos autores de cunho progressistas aos modelos burocráticos e hierárquicos que prevaleciam no âmbito da organização escolar. Esses modelos transplantavam as teorias da administração empresarial para o setor educacional, sem levar em consideração as suas funções sociais tão divergentes.

É inegável, contudo, que do ponto de vista das relações autoritárias que prevaleciam na gestão escolar no contexto da ditadura militar, o ideário democrático participativo representa significativo avanço. Sobre a relação intrínseca entre educação e democracia, Saviani (1996, p. 54) toma nota:

A relação entre a democracia e educação se caracteriza pela dependência e influência recíproca. A democracia depende da educação para o seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para o seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toshi (2012) a gestão participativa é tida como modelo por meio do qual se formam cidadãos críticos e participativos. Os autores louvam este modelo de gestão, na qual a compreendem como o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões.

É por meio da formação para a participação que “pais, professores e alunos vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que os afetam” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 452). Os conselhos escolares aparecem em tais autores como a organização por excelência da participação, donde a gestão democrática é o meio mais viável para o alcance dos objetivos da escola no que concerne à participação. Em relação a finalidade da escola, cabe destacar a atuação do gestor escolar, que, conforme Saviani (2000, p. 208) tem:

[...] o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Nesse sentido, é preciso dizer que o diretor de escola é antes de tudo, um educador; antes de ser um administrador ele é um educador. Mais do que isso: em termos típico-ideais, ele deveria ser o educador por excelência dado que, no âmbito da unidade escolar, lhe compete a responsabilidade máxima em relação à preservação do caráter educativo da instituição escolar. Esta é, em verdade, a condição

precípua para que ele administre a escola mediante formas (atividades-meios) saturadas de conteúdo (atividades-fins).

Vemos, pois, que embora bem-intencionados e buscando saídas para melhoria da educação pública, os autores aqui citados trazem seus anseios democráticos e saem na defesa do que Tonet (2014, p. 11) chamou de emancipação política. Contudo, apreciamos com Marx, que a emancipação política não é o fim último a ser alcançado pelos trabalhadores na busca de sua libertação, ela deve servir de alavanca para a emancipação humana que tem vistas à superação radical da estrutura social vigente, e não apenas alterações democráticas no âmbito da mesma estrutura.

Concordamos com Sidou (2013) quando defende que a gestão democrática tem substituído a crença na revolução social, condição apontada em Marx e Engels (2007) como a única forma possível de superação das relações desumanas de produção capitalistas. Inferimos, todavia, que a democracia não é, nem de longe, o modelo de libertação da classe trabalhadora da exploração, mas um regime em que se abre um importante campo de lutas políticas frente às contradições do sistema capitalista, mas que mantém a essência predatória e desigual do sistema.

Nesse sentido, o ideário da gestão democrática torna-se, no contexto de agudização da exploração do trabalho, proporcionado pelas relações de produção capitalistas, extremamente atraente, dificultando uma análise aprofundada, pois acaba, por outro lado, mascarando o real. Contudo, uma análise fidedigna da realidade e comprometida com sua transformação não deve ficar no plano da aparência, devendo, outrossim, mirar na realidade material objetiva buscando desvelá-la no plano do objeto em sua relação dialética com o sujeito.

O ideário da participação diante do processo de reforma do aparelho do estado no Brasil

Frigotto e Ciavatta (2003) realizaram uma análise contundente da política empreendida no plano educacional nos anos 1990 no Brasil,

pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003), de assumir um projeto político mais amplo que visava adequar o país às nações desenvolvidas no contexto da alardeada globalização. Deste modo, esse período representa o marco de subordinação do Brasil às diretrizes dos organismos internacionais, que ocorreu de “forma ativa, consentida e subordinada” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 93).

Para compreender a supracitada subordinação baseamo-nos na tese de Mészáros (2011) de que a crise que assola o sistema do capital possui caráter estrutural. A partir dos anos 1970, o capitalismo vem enfrentando uma crise sistêmica que evidencia a chegada do capital aos seus limites absolutos. Para o autor, essa crise se gesta nas próprias contradições do sistema capitalista e difere das crises cíclicas, que são inerentes a sua dinâmica, por afetar todas as esferas sociais e acometer todos os países. Além disso, essa crise possui caráter extenso e sua escala é rastejante, sendo que sua superação é condicionada a uma alteração radical no modo de sociabilidade atual.⁹⁹

Conforme Mendes Segundo (2005), essa crise é evidenciada nas suas contradições, que tem levado o capital a realizar como estratégia para sua resolução a produção destrutiva e, por conseguinte, provocando a impossibilidade civilizatória do capital, diante do seu caráter incontrolável, que, para garantir o processo de reprodução ampliada e retomada nas taxas crescentes de lucro, passa a exercer excessivo controle sobre todos os complexos sociais, subterfugiando desses conforme suas demandas. Diante da crise estrutural do capital, os países buscaram realizar as adequações necessárias com vistas a romper com a tendência decrescente nas taxas de lucro e retomar o processo cíclico de acumulação. Assim, empreendeu-se especificamente no Brasil um conjunto de reformas no funcionamento do aparelho estatal, qualificadas como Reforma do Aparelho do Estado.

99 No momento na revisão de nossa escrita, vivemos, neste ano de 2020, a maior crise sanitária do planeta com a pandemia da Covid-19 (coronavírus) que tem revelado números alarmantes de perda de vidas. Nesse contexto, esta crise humanitária atinge com muita mais força e crueldade sobre os trabalhadores de todo o mundo, com a intensificação das desigualdades, do desemprego, da fome, da violência, do adoecimento e da morte. A pandemia exala assim, os efeitos catastróficos da crise estrutural do capital, conforme anunciado por Mészáros (2011).

Conforme Araújo (2013, p. 69) uma série de fatores deram corpo a essa reforma, sob a feição de uma crise fiscal do Estado, demonstrada na sua ineficiência e incapacidade de abarcar as funções a ele atribuídas. Passou-se a questionar o papel do Estado no desempenho de suas funções. Assim, em busca por maior eficiência, intentou-se redefini-lo, em razão dos gastos realizados nos setores sociais em consequência do Estado de Bem-Estar social, pois, este encontrava-se inchado, concentrando atividades e financiando os serviços públicos como saúde e educação para além de sua capacidade. Dito de outro modo, o Estado estava gastando muito com serviços sociais, bem mais do que arrecadava, o que teria provocado a crise fiscal, sendo necessário efetivar mudanças no intuito de enxugar os gastos e tornar o Estado mínimo. De tal modo, idealizou-se para o enfrentamento da crise um Estado mínimo, descentralizado e com pouquíssimos investimentos sociais, conforme previsto no pacote de reformas neoliberais.

Conforme Frigotto e Ciavatta (2003, p. 95), a ideologia neoliberal baseia-se na tese de Friedrich Hayek¹⁰⁰, além de outros intelectuais como Milton Friedman¹⁰¹, “de que as políticas sociais conduzem à escravidão e a liberdade do mercado à prosperidade”. Prosseguem os autores explicando que “O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como *Consenso de Washington*, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 95).

Decerto, a Reforma do Estado no Brasil ganhou corpo no primeiro mandato de FHC (1994-1997), sob o comando do então Ministro de Estado Bresser-Pereira, tendo como pauta a desregulamentação,

100 Friedrich August von Hayek (1899-1992), economista austríaco, considerado um dos fundadores da escola austríaca de pensamento econômico. Na sua obra: *O Caminho da Servidão*, inaugurou as ideias neoliberais, em que defende a ausência da intervenção do Estado na economia, ou seja, que a regulação da economia pelo mercado e o Estado mínimo.

101 Milton Friedman (1912-2006), economista americano e fundador da Escola Monetarista de Chicago. Um dos principais idealizadores do neoliberalismo, defendia a liberdade econômica com mínima participação do Estado. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976.

flexibilização e descentralização das tarefas entre os entes da federação. Como é verificável em Mendes Segundo (2003, p. 06), o processo de descentralização ocorreu no intuito, dentre outros, de possibilitar que: “O que era de jurisdição federal modifica-se para um nível estatal, regional e também municipal”.

Frente a esse cenário, a introdução da política neoliberal por meio da reforma do Estado no Brasil articula-se aos interesses de gerenciamento da crise estrutural. Essa reforma tem como eixo basilar a efetivação de um Estado mínimo, adotando para isso a descentralização em seu âmbito. Não é oneroso aclarar, contudo, que o estado torna-se realmente mínimo, mas para os setores sociais, de outro lado, permanece máximo para o capital (PERONI, 2003, p. 66).

Nessa esteira, verificamos em Bezerra (2012, p. 02) que “as reformas do aparelho do Estado são concentradas nas mudanças institucionais necessárias à viabilização das reformas econômicas”. Destarte, vemos que as reais intenções por trás das reformas realizadas, são, sobremaneira, de promover as adequações necessárias a legitimar o sistema do capital, deslocando as contradições originadas em seu sociometabolismo.

Esses processos desembocaram em reformas nos vários setores sociais, aos quais, damos foco ao educacional. As alterações ocorridas no plano socioeconômico evidenciam a mercantilização da educação e a transplantação do ideário mercadológico que é imbuído nesse setor. A subordinação da educação ao mercado é constatada quando o Banco Mundial passa a ditar as diretrizes educacionais nesse setor, por meio da Política de EPT.

Por conseguinte, esse panorama reformista coincidiu com o processo de redemocratização no Brasil, no qual os ideais democráticos e participativos foram cooptados e reconfigurados pelas classes dominantes com vistas a justificar os processos de descentralização da gestão e do financiamento na educação, que desembocam, outrossim, na responsabilização dos sujeitos sociais em consequência da desresponsabilização do Estado para com o setor educacional. Sobre tais ajustamentos promovidos no campo educacional, Saviani nos alerta

sobre as reais intencionalidades nos discursos obnubilados das reformas democráticas na gestão educacional:

[...]escolarizar todos os homens era condição de converter os servos em cidadãos, era condição de que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é óbvio, mas o papel político da escola estava aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática (SAVIANI, 1994, p. 44).

Depreendemos, pois, que a reforma do Estado tal qual nos é apresentada, como processo que possibilita autonomia e poder de participação da população com vistas à boa governança, não passa de uma das tentativas de mistificar a realidade pelos gestores do capital. Uma vez que, o Estado passa a controlar indiretamente os processos, sob a falsa égide da gestão democrática.

Esse processo é descrito por Oliveira (2000) como de descentralização centralizadora, pois, a gestão educacional de maneira ampla, que é alardeada como democrática, porquanto descentralizada, o é apenas no aspecto da divisão das responsabilidades entre os entes federados. Descentraliza-se, assim, gestão e financiamento e centraliza-se normatização, avaliação e controle.

De pronto, no contexto educacional, refletindo a reforma no aparelho do Estado, a participação ganha corpo de responsabilização da sociedade pelas tarefas que eram incumbidas ao Estado enquanto uma estratégia de isentar o Estado das suas responsabilidades com o setor educacional, enquanto setor social, como previsto na cartilha do ajuste neoliberal que prega um Estado mínimo.

A política de educação para todos e a participação dos sujeitos sociais

Diante da lógica irreformável do sistema sociometabólico do capital, a condição imposta à educação é a de promoção dos ajustes

necessários à manutenção do sistema capitalista, cooperando na adequação das subjetividades humanas à lógica da exploração, condição sem a qual o sistema não pode se efetivar.

Essa promoção de ajustamentos, como tarefa imposta ao setor educacional, tem o Banco Mundial como seu principal proponente, que por meio do Movimento de Educação para Todos – EPT, passa, em conjunto com outros organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a ditar as diretrizes educacionais que os países devedores, mormente aqueles da periferia do capital, devem se subordinar.

Ocorre, pois, que a Política de EPT assume como marco referencial a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990. Na ocasião estiveram reunidos membros de 155 países e 120 organizações não governamentais, onde foram firmados compromissos e metas para educação mundial, para os dez anos seguintes, de 1990 a 2000, através da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e do Esquema de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem - NEBAS (RABELO; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2015, p. 14).

Ainda, conforme Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2015, p 16) as necessidades básicas de aprendizagem variam conforme a necessidade de cada país – diga-se: do nível de desenvolvimento das forças produtivas – sendo diretriz comum a todos os países a universalização do ensino elementar, sob a justificativa de que esse é um nível de ensino necessário e suficiente para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável em cada país. A Conferência de Jomtien (1990) inaugura, portanto, um conjunto de outros eventos como Fóruns Mundiais e Conferências de Educação nos anos seguintes, como a Conferência de Nova Delhi (1993), Índia e o Fórum Mundial de Dakar (2000), Senegal e mais recentemente o Fórum Mundial de Educação de Incheon (2015), na Coreia do Sul e a Reunião Regional de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe (2017), realizada em Buenos

Aires, Argentina, dentre outros. Com relação à Conferência de Jomtien concordamos que ela “representa um marco estratégico do anunciado novo papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal” (RABELO; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2015, p. 14).

Rastreando as declarações assinadas pelos países membros da EPT em Jomtien (1990) e Dakar (2000), percebemos o quanto a perspectiva de gestão democrática já se fazia presente no escopo do movimento desde sua concepção nos anos 1990. Expressões como envolvimento da sociedade em geral e participação são recorrentes nos discursos propalados, vejamos como exemplo: “Experiências que envolvam a participação das famílias, comunidades locais e organizações não-governamentais no incremento da relevância da educação e melhoria de sua qualidade podem ser proveitosamente compartilhadas por diferentes países” (UNESCO, 1990, p. 36). Outrossim, na declaração de Dakar temos o apelo de:

III. assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de estratégias para o desenvolvimento da educação;
IV. desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar resposta e de prestar contas;(UNESCO, 2000, p.9).

A esse respeito, a declaração oriunda do Fórum Mundial de Educação de Incheon (2015), apresenta como anseio do movimento: “Ao longo dos 15 anos até 2030, espera-se que a democratização do processo de tomada de decisões aumente e que as vozes e as prioridades dos cidadãos sejam refletidas no desenvolvimento e na implementação de políticas educacionais em todos os níveis” (UNESCO, 2016, p. 27).

Em outro documento recente no âmbito da EPT, encontramos um discurso coeso, quando no texto elaborado a partir da Reunião Regional de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe (2017), em Buenos Aires, intitulada ‘2030: habilidades para o século XXI’, em que apresenta o compromisso dos países com o que seria o

tripé de sustentação da perspectiva democrática, que é a transparência, a participação e a governabilidade:

[...] fortalecer e modernizar a institucionalidade e governabilidade dos sistemas educacionais dos nossos países, de tal forma que promovam o bom uso dos recursos e a transparência e que fortaleçam a participação de todos os atores envolvidos em todos os níveis do sistema educacional (UNESCO, 2017, p. 13).

O cumprimento de tais metas e compromissos firmados pelas nações, que deve envolver ampla participação e parcerias, inclusive de organizações não-governamentais, é tido pelos gestores do capital como medida indispensável para adequação dos países ao novo mundo globalizado e as economias baseadas no conhecimento. Contudo, chegamos ao ano de 2015 sem que a maioria das metas fossem cumpridas em sua totalidade, sendo estabelecido novo prazo, o ano de 2030, para o cumprimento das metas de EPT, sucessivamente reiteradas.

O discurso pregado nos documentos da EPT é por vezes sedutor. Vislumbrar uma educação redentora dos problemas sociais mais graves na sociedade capitalista como a fome, a violência, a pobreza, a insustentabilidade, é apaziguador. Ocorre, pois, conforme Lima e Jimenez (2011), que a educação cumpre a função de reprodução social, por esse motivo, esperar que na sociedade do capital esta caminhe na inversão do seu processo de reprodução ampliada é, no mínimo, ingênuo e “mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica” (MÉSZARÓS, 2008, p. 26).

Nessa esteira, Altmann (2002) realiza uma análise das influências do Banco Mundial na política macroeconômica brasileira e seus rebatimentos nas políticas educacionais do país no governo de FHC. Para isso, a autora elenca as principais diretrizes orientadas pelo Banco aos países de maneira geral que passaram a nortear as políticas educacionais no Brasil e que se materializam na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (Lei nº. 9394 de 1996), nos Planos Nacionais de Educação (Lei nº 10.172 de 2001 e Lei nº 13.005 de 2014), além dos Estaduais e Municipais, nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, nos fundos de investimento em educação (FUNDEF e FUNDEB)¹⁰², dentre outros.

A autora apresenta em sua análise as diretrizes listadas pelo Banco Mundial com relação as essas ferramentas de gestão democrática, em que damos destaque a “Prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização” e:

[...] instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados. Os governos devem manter centralizadas apenas quatro funções: (1) fixar padrões; (2) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; (3) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; e (4) monitorar o desempenho escolar. e) Convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares (ALTMANN, 2002, p. 80).

No âmbito da EPT, são elaborados anualmente pela UNESCO Relatórios de Monitoramento Globais – RMG com dados do cumprimento das metas pelos países membros. No Brasil, um documento importante para o real entendimento sobre as ações realizadas no âmbito da Política Educacional brasileira em consonância as metas da EPT é o Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015. Analisando o

102 O Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - com redação dada pela Lei nº. 9.424/1996 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB-regulamentado pela Lei nº. 11.494/2007, são dois fundos de natureza contábil que estabelecem um custo mínimo a ser gasto por aluno ao ano. Os fundos resultam na quase totalidade da porcentagem do montante de impostos arrecadados no país. O FUNDEB substituiu o FUNDEF, passando a abranger toda a educação básica e não apenas o ensino fundamental. A modificação na abrangência resulta, justamente, das críticas realizadas por vários teóricos do setor educacional na época da criação do FUNDEF, como Mendes Segundo (2005), por se restringir ao nível fundamental de ensino, deixando os outros níveis descobertos desse investimento. <http://www.fnede.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>, fonte utilizada neste trabalho para essa explanação.

conteúdo do relatório, destacamos o assumido: “Embora a origem do planejamento governamental e escolar seja anterior aos objetivos de Dakar, nos últimos 15 anos essas ações ganharam maior destaque na política educacional brasileira” (UNESCO, 2014, p. 59).

Com relação às medidas adotadas no país para o cumprimento da necessária implantação da gestão escolar democrática, frisamos a seguinte passagem do documento:

O PDE-Escola é um instrumento específico de gestão escolar, mais diretamente voltado para o aperfeiçoamento da gestão democrática e inclusiva. Concebido como mecanismo de apoio técnico e financeiro, é uma ferramenta de planejamento estratégico que visa a auxiliar a escola a identificar seus principais desafios e, a partir de então, desenvolver e implementar ações que melhorem seus resultados (UNESCO, 2014, p. 59).

O PDE Escola é um programa que visa a transferência de recursos do Ministério da Educação – MEC para as instituições escolares, buscando dar suporte aos seus planejamentos estratégicos. Consultando o site Portal do MEC sobre o desenvolvimento do programa, encontramos a seguinte afirmação: “O PDE Escola foi concebido no âmbito do Fundescola, objeto do acordo de empréstimo firmado em 1998 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, cujo objetivo era melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças na escola” (BRASIL, 2020).

Além dessa ferramenta de implantação da alardeada gestão democrática, o Relatório Educação para Todos no Brasil nos apresenta forte estímulo a atuação de conselhos escolares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares que tem como objetivo:

[...] fomentar a implantação e o fortalecimento dessas organizações, com a elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e também para conselheiros escolares, de acordo

com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática (UNESCO, 2014, p. 67).

Cabe assinalar que a reforma educativa orientada pelo Banco aos países membros da Política de EPT prima pela descentralização no sistema de ensino e no âmbito das próprias instituições educacionais, consoante aos ditames da cartilha neoliberal, sob a égide da participação dos sujeitos sociais.

Concordamos com Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015, p. 19) quando defendem que as reais intenções do Banco Mundial em propalar a descentralização e com ela uma maior participação dos sujeitos sociais é transferir as “responsabilidades (inclusive para os gestores de políticas educacionais) à própria comunidade escolar e aos educadores em relação ao financiamento e à manutenção da educação básica”. A Política de EPT conclama, destarte, “a educação como responsabilidade de toda a sociedade, envolvendo igualmente os governos, as famílias, as comunidades e as organizações não-governamentais” (RABELO; MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 16).

Outro instrumento importante da Política Educacional brasileira na tarefa de consolidação da gestão democrática é o Plano Nacional de Educação – PNE, que deve, a partir da política educacional do país, transformar as intenções do poder público, expressas na legislação, em metas e estratégias com prazos definidos, atrelando os recursos necessários, para efeito de seus cumprimentos. O PNE dado pela Lei nº. 10.172 de janeiro de 2001, com duração decenal¹⁰³, foi considerado uma resposta autocrática da pasta do governo a iniciativa da sociedade brasileira, organizada por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reunidos em eventos como fóruns e seminários ha-

103 O PNE é mencionado na LDB de 20 de dezembro de 1996, p. 20, que orienta a sua publicação no prazo de um ano de vigência da lei, a menção se encontra no § 1º. do Art. 87: “A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Título IX - Das Disposições Transitórias. Art. 87).

viam discutido e elaborado uma proposta de PNE que atendia aos interesses progressistas na área da educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 112). Havia, portanto, duas propostas de PNE em disputa, evidenciando a existência de dois projetos sociais antagônicos. O PNE, que prevaleceu da pasta do governo, foi aprovado ainda com vários vetos em relação a proposição do financiamento pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, que para os críticos do documento, retirou o que faria do PNE (2001-2011) um plano (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 113).

O PNE da década seguinte (2014-2024) começou a ser discutido mesmo antes de findado o prazo do anterior, mas foi sancionado apenas em 2014 pela Lei nº 13.005 de junho de 2014, que, a partir da avaliação do anterior, é uma proposta mais enxuta, com vinte metas e estratégias atreladas a elas.

Em uma análise minuciosa do documento e suas metas, no tocante à abrangência das políticas macroeconômicas que reverberam no campo educacional, Paiva (2016) faz a seguinte consideração do plano:

Na esteira das recomendações internacionais do Programa de Educação para Todos, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) foi elaborado para dar continuidade ao projeto burguês de mercantilização da educação, colocado em curso pelos instrumentos da política educacional que lhe antecederam. Diante da análise, em seus contornos mais gerais, das metas do PNE, percebemos que, além de dar continuidade às recomendações da agenda educacional global, o plano aproxima ainda mais a relação entre educação e mercado [...] (PAIVA, 2016, p. 124).

O Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015, esclarece o movimento que permeia a aprovação dos planos nacionais de educação, enfatizando a perspectiva democrática presente nesse movimento:

O debate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) tem no Ministério da Educação um importante protagonista, agregando também atores da sociedade civil orga-

nizada que se mobilizam para fazer valer direitos associados aos interesses da educação pública e de outros sujeitos sociais presentes no debate sobre as questões da educação. A trajetória dos planos nacionais de educação elaborados sob a vigência da Constituição de 1988 tem sido permeada por anseios de participação. Assim, o primeiro plano nacional aprovado no contexto da redemocratização, em 2001, percorreu um longo processo de idas e vindas. Características semelhantes tem tido o mais recente projeto de PNE, cujo projeto do Executivo foi encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, não tendo sua votação ainda sido concluída (UNESCO, 2014, p. 25).

Nessa linha de alcance, o PNE atual estabelece na sua décima nona meta, que no prazo de dois anos de vigência do plano sejam asseguradas as condições para que a gestão democrática se efetive no campo educacional, como podemos conferir no próprio texto do plano:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

Reiteramos, contudo, que a participação defendida no âmbito da gestão democrática e conclamada nos vários documentos da política educacional brasileira, consoante a cartilha imposta pelos organismos internacionais sob a égide da EPT, comparece não como práxis social, no sentido defendido por Vazquez (2011, p. 16) de mediação entre o homem e a natureza e como ato revolucionário, diante da possibilidade de transformação social, mas, como pragmatismo, responsabilizando os sujeitos sociais pelas tarefas do Estado, outrossim, busca-se não a transformação social radical, mas sim, a manutenção e legitimação do sistema sociometabólico do capital, primando pelas adequações necessárias à sua reprodução.

NOTAS CONCLUSIVAS

Os organismos internacionais, mormente o Banco Mundial, têm orientado as reformas no âmbito dos Estados aos países ditos periféricos no sentido de ajustarem-nos a nova ordem mundial, dita sociedade do conhecimento e da informação. Teses que tendem falaciosamente negar a centralidade do trabalho. No campo educacional instaurou-se, no Brasil, a partir da década de 1990 um conjunto de reformas que buscam cumprir as diretrizes do Banco Mundial, seguindo a agenda da Política de EPT. Dentre elas, tem-se a orientação para descentralização na organização educacional. Esse processo coaduna com os preceitos neoliberais no sentido de retomada da acumulação comprometida pela crise estrutural do capital (MÉSZARÓS, 2011).

O processo de descentralização conclamado pelo Banco Mundial é sustentado pela tese da participação dos sujeitos sociais nos processos decisórios, por meio do modelo de gestão democrática da educação, defendido também por autores do campo progressista. Reconhecemos que diante do contexto autoritário estabelecido pelo regime militar, o modelo de gestão democrática representa, de certo, um relevante avanço. Contudo, a tese da gestão democrática secundariza a importância das reivindicações da classe trabalhadora para a transformação social, contentando-se com adequações e ajustes no âmbito do sistema do capital.

Além disso, o modelo de participação defendido nas diretrizes educacionais da Política de EPT trata-se de uma tese que, de fato, não se efetiva no contexto brasileiro, pois, ocorre inversamente um processo de centralização das decisões no âmbito educacional pela União, com especial agravamento no governo de extrema direita, ultra-conservador e ultra-liberal, eleito em 2018. Não é oneroso asseverar que o ideário da participação no âmbito da EPT possui como pressuposto a sua efetivação apenas como prática, no sentido das tarefas que eram de responsabilidade do Estado serem delegadas à sociedade. Nesse caminho apenas de ida, a práxis político-educativa de caráter emancipador resta perdida.

Em suma, asseveramos que a gestão democrática, no contexto brasileiro, passa por decisões educacionais concentradas no âmbito da

União e que a participação da comunidade escolar, assume, predominantemente, uma função estratégica no quadro das ideologias utilizadas para justificar as contradições sociais engendradas pelas relações de produção capitalista. O ideário da gestão democrática enevoa a desresponsabilização do Estado para com a educação, que, a partir de sua reforma, tornou-se mínimo para os setores sociais. Inversamente ocorre a responsabilização dos sujeitos sociais, que passa em tom de discurso, a ser assumida como participação. Outrossim, a gestão democrática e participativa não corresponde às reais demandas de formação humana que deve ter como fim último o reino da liberdade e a plena emancipação humana. Por fim, com base em Mészáros (2008), asseveramos que vislumbrar uma educação para além do capital, demanda o rompimento radical com seu sistema de metabolismo social.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, Financiamento e Direito a Educação: Análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 62-71.
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.77-89, 1 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Reforma do Estado e o novo paradigma gerencial. In: BALDI, Elena Mabel Brutton; PIRES, Gláucia N. da Luz; FERREIRA, Maria Solonilde. **Políticas Educacionais e Práticas Educativas**. 2. ed. Teresina: Edefpi, 2013. p. 69-80.
- BEZERRA, José Eudes Baima. **Da administração à gestão: princípios da subsidiariedade e reforma gerencial no Brasil**. IV FIPED - Parnaíba-PI. Campina Grande-PB, REALIZE Editora, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- Ministério da Educação. Ministério da Educação. **O que é o PDE Escola**. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/34-principal/pagina-inicial/81-breve-historico->. Acesso em: 05 maio 2020.

----- **Plano Nacional de Educação:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. - (Série legislação; n. 125).

DRABACH, NeilaPedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo Sem Fronteiras**, Pelotas, v. 9, n. 2, p.258-285, jul. 2009. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 24, n. 82, p.93-130, abr. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302003000100005>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302003000100005&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijui. 2007.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O complexo da educação em Lukács:** Uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 73- 94, ago. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, José Ernandi. **Ideologia neoliberal, gestão escolar e trabalho docente**. GT: Trabalho e Educação/ nº 9, UFC. 26ª Reunião Anual da ANPed, 2003.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil:** o Fundef no centro do debate. 2005. 230 f. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. Conferência de abertura do II Encontro de São Lázaro, em comemoração aos 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, junho de 2011. Disponível em: <http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf>. Acesso em: 20jan. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 124p.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Reformas educativas no Brasil na década de 90**. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Orgs.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 77-94.

PAIVA, Aline Nunes. **O viés mercadológico do programa de educação para todos:** uma análise onto-crítica das políticas educacionais brasileiras. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2016. Disponível em: <http://www.uece.br/maie/dmdocuments/dissertacao_aline_nunes_paiva.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, Financiamento**

to e Direito a Educação: Análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-81.

PERONI, V. **Política Educacional e Papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. As diretrizes da política de Educação para Todos (EPT): rastreando princípios e concepções. In: RABELO, Jackline;

JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O Movimento de Educação para Todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Cap. 1. p. 13-30.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; BARROSO, Maria Cleide da Silva. Os paradigmas educacionais dominantes na agenda dos organismos internacionais: uma análise à luz da crítica marxista. **Arma da Crítica**, Fortaleza, v. 1, p.78-94, 1 jan. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/jackleide03.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

SANTOS, Deribaldo. COSTA, Frederico. **A crise estrutural do capital:** o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, D.; COSTA, F.; JIMENEZ, S. Ontologia, estética e crise estrutural do capital. Campina Grande: EDUECE/Fortaleza: EdUECE, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 1994.

SIDOU, Adriana Mota de Oliveira. **Gestão democrática:** reflexões teóricas a partir da história. s/d. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/GESTAO%20DEMOCRATICA%20REFLEXOES%20TEORICAS%20A%20PARTIR%20DA%20HISTORIA.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

TONET, Ivo. Atividades Educativas Emancipadoras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p.9-23, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien-1990). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

----- **O Marco de ação de Dakar educação para todos:** atendendo nossos compromissos coletivos. *Dakar:* Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

----- **E2030: habilidades para o século XXI.** Buenos Aires: Reunião Regional de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247286_por>. Acesso em: 19 jan. 2020.

----- **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação**; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por>. Acesso em: 05 fev 2020.

----- **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000 a 2015**. Brasil, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ept_relatorio_06062014.pdf>. Acesso: 18 mar. 2020.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Traduzido por Maria Encarnación Moya. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2011.

21. INTRODUÇÃO DO QUE TALVEZ SEJA UMA LOUVAÇÃO A JORGE AMADO, OU TALVEZ SEJA UM ABC. DE AMADO, DA BAHIA E DO CINEMA. DE BAIANA PARA BAIANO

Maria Angélica Rocha Fernandes

RESUMO: A presente pesquisa resulta primeiro de um sonho, em favor da inserção do cinema no ensino, e de inúmeras experiências em diferentes contextos socio-culturais, as quais demonstram a importância da relação cinema-educação, e mais: de colaborar pedagogicamente na educação das escolas demarcadas aqui, e que figuram nessa pesquisa (em desenvolvimento com duas escolas de Educação Básica Nível Fundamental em Caculé-Ba e uma no Ensino Superior: Rede Pública de Ensino – UNEB - Brumado-Ba) com a potência da literatura amadiana. O estudo comparativo entre filmes adaptados e obras literárias tem se apresentado de forma eficaz quanto à capacidade de envolver e seduzir o leitor, constituindo o ponto inter-relacional para o diálogo entre obras literárias e as adaptações. Penso que também que é importante o exercício de pensar a linguagem literária e a linguagem fílmica, ultrapassando seus domínios, em um imbricamento que também é atualizado pelas práticas sociais e pelas manifestações dos mais diversos âmbitos. Valida a proposta a metodologia da cartografia como método de pesquisa-intervenção, que pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa.

Palavras-chave: Literatura. Cinema. Adaptações. Jorge Amado. Leitura.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa resulta primeiro de um sonho, em favor da inserção do cinema no ensino, e de inúmeras experiências em diferentes contextos socioculturais, as quais demonstram a importância da

relação cinema-educação, e mais: de colaborar pedagogicamente na educação das escolas demarcadas aqui, e que figuram nessa pesquisa (em desenvolvimento com duas escolas de Educação Básica Nível Fundamental em Caculé-Ba e uma no Ensino Superior: Rede Pública de Ensino – UNEB - Brumado-Ba) com a potência da literatura amadiana. Sou amante da literatura, apreciadora do cinema e bairrista com meu estado natal; pretendo como professora fomentar reflexões sobre estudos que colocam em diálogo o cinema com a educação. No Ensino superior, na Universidade do Estado da Bahia, dei aulas de Literatura e Outras Artes e de Literatura Baiana, o que me possibilitou estabelecer essa estreita relação sobre as relações entre a literatura e o cinema.

O estudo comparativo entre filmes adaptados e obras literárias tem se apresentado de forma eficaz quanto à capacidade de envolver e seduzir o leitor, constituindo o ponto inter-relacional para o diálogo entre obras literárias e as adaptações. Penso que também que é importante o exercício de pensar a linguagem literária e a linguagem fílmica, ultrapassando seus domínios, em um imbricamento que também é atualizado pelas práticas sociais e pelas manifestações dos mais diversos âmbitos. Valida a proposta a metodologia da cartografia como método de pesquisa-intervenção, que pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador, que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa (PASSOS & BARROS, 2014, p.17). Segundo os autores, a cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.

Inspirada nos *Abecedários de Deleuze* (1996), Bergala (2012) e Jorge Larrosa (2016) esta pesquisa se propõe a criar um abecedário a partir de palavras propostas pelo processo de pesquisar cinema e a literatura baiana de Jorge Amado; a construção desse abecedário quer reunir apontamentos e indicações do diálogo entre as artes literárias e do cinema, acompanhando o processo de assistir a um filme e ler o livro homônimo.

Tal como proposta por Deleuze, a análise cartográfica configura-se como instrumento para uma história do presente, possibilitando a crítica do nosso tempo e daquilo que somos. Bergala em seu *Abecedário de Cinema*, gravado em 2012, como parte da consultoria realizada ao Projeto CINEAD - Cinema para Aprender e Desaprender, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFRJ, foi a maior inspiração para que eu desejasse escrever a tese em formato de um abecedário, nada convencional, que provoca outros exercícios ou experiências de escrita. Bem como Jorge Larrosa (2001, 2002, 2006, 2009, 2018) está presente ao longo desse processo de escrita, seu *Abecedário de Educação* (2016), foi o quinto produzido pelo Cinead, e conserva a intenção pedagógica de tornar acessível uma série de conceitos próprios de área de saber específica: educação e cinema. Há ainda, abecedários produzidos no Mestrado e Doutorado por integrantes do grupo Cinead, uma dissertação de mestrado que foi escrita em verbetes: a de Daniela D'Andrea Corbo, em 2018: *Um abecedário audiovisual por estudantes de uma escola de cinema*, e a tese de Glauber Resende Domingues, 2016: *Abecedário sobre escutas no cinema: percursos de criação cinematográfica com estudantes de Educação Básica na perspectiva da diferença*.

Há também o *ABC de Jorge Amado*, escrito em literatura de cordel, em 1979, do autor Rodrigo Coelho Cavalcante (a grafia varia entre Cavalcante e Cavalcanti, a depender da fonte da pesquisa), Cavalcante escreve a biografia de Amado em verbetes de A a Z, são poemas estróficos impressos nos folhetos e vendidos nas diversas regiões da Bahia e do Brasil. Deste modo, as letras do alfabeto estruturam uma linguagem poética em que as palavras se materializam num espaço/tempo pré-definido. Sua estética peculiar fundamentada a partir desta arquitetura alfabética mnemônica elabora uma obra biográfica instrutiva e didática que abrange temáticas muito diferentes das que são apresentadas pelos folhetos de cordel e pelos romances. Embora o público baiano tenha tendência a chamar todo folheto de cordel de á-be-cê. Segundo o cordelista popular:

O A.B.C de cordel é muito específico porque preserva a tradição formal dos acrósticos alfabéticos. Além disso, o tema desenvolvido se apresenta como uma lição. A fronteira entre o lírico e o didático não existe. Desta forma, o poeta popular posiciona-se como um mediador cultural e social, mas também como “poetapedagogo” (CAVALCANTE, 1979, p.9)

Portanto, o ABC poético biográfico traz de volta personagens históricos transformando-os em lenda: “é para ficar na memória” diz o poeta popular. Convém ressaltar que no contexto da literatura de cordel dois poetas populares famosos se especializaram neste “gênero”: o alagoense Rodolfo Coelho Cavalcante e o paraibano Paulo Nunes Batista. Também, de forma mais ampla a biografia de cangaceiros transmitida pela tradição oral e pela literatura de cordel inspirou Jorge Amado a fundamentar vários de seus romances em torno da estética do acróstico alfabético: *Jubiabá* (1935), *A.B.C de Castro Alves*, (1941) *Tereza Batista cansada de guerra* (1972). Logo, tomamos de modelo os abecedários de cinema e literários, ambos pertinentes para apresentarmos nas escolas.

A proposta de apresentar o cinema na escola como hipótese de alteridade dá-se por meio das ideias de Bergala (2008), de forma institucional e pedagógica o cinema como ato de criação, elucidando o caráter político do mesmo, que possibilita o desenvolvimento de outras relações no espaço escolar. Alain Bergala defende a presença da arte na educação enfatizando que a escola deve ser um lugar de encontro com o cinema como arte, pois entende o filme como “traços de um gesto de criação” (2008, p. 22). Ele argumenta que os filmes-arte possibilitam um confronto do aluno com uma forma de alteridade à qual este não teria acesso noutro espaço, e a escola deve propor alternativas a isso mostrando o que as leis do mercado tornam cada vez mais difíceis. Nessa perspectiva, sua “hipótese cinema” envolve uma relação entre a abordagem crítica, a “leitura” de filmes e a passagem à ação. Provocativo, Alain Bergala defende que as obras cinematográficas merecem um espaço na Educação tão importante quanto os livros.

Assim são perguntas norte desta pesquisa questões tais como: a- Analisar como os filmes de adaptações literárias baianas promovem práticas leitoras a partir de projeções em sala de aula; b- Como o poder político local pode desenvolver políticas públicas que fomentem o cinema na escola e a escola no cinema?; c- Como viabilizar o cumprimento da lei 13.006/14, que apregoa a obrigatoriedade da exibição de cinema nacional, fortaleça a cultura e fomente habilidades interativas entre o cinema e a escola? Com essa proposta de dialogar com esses estudos na minha tese, reflito sobre como é possível construir alternativas para o trabalho com a literatura baiana e de como os professores podem inserir práticas pedagógicas com o cinema na sala de aula, objetivando que o estudante procure a leitura do livro correlato e seus cruzamentos com a educação, a pedagogia e o cinema. Procurei subsídios para refletir sobre a potência educacional do cinema na escola e penso sobre os efeitos na transposição literária para o cinema, assim como uma revisão de cinema nacional, história, crítica e recepção das adaptações fílmicas baianas; tentando alternativas para o ensino da literatura, a partir do uso estratégico do cinema na sala de aula.

Fresquet (2013, p. 93), reconhece que as

[...] dificuldades que a educação encontra hoje, marchando através de grades curriculares pouco flexíveis, cujos conteúdos fragmentados dificilmente dialogam entre si, em aulas que estão menos voltadas para a aprendizagem do que para o preenchimento dos requisitos das avaliações que os governos propõem, visando a índices de rendimento acadêmico (2012, p. 93).

Segundo a autora, a escola vem tornando-se um “espaço de comunicação e troca de aventuras intelectuais, afetivas e sensíveis” (p. 96). A professora propõe que as escolas públicas incluam escolas de cinema, nas quais professores e alunos realizem filmes visando à incorporação do onírico, do imaginativo e do criativo nas “práticas de emancipação intelectual, ética e estética” (FRESQUET, 2013 p. 112). Baseada em pesquisas de campo, a pesquisadora sintetiza sua proposta como

“fazer *experiências do cinema*” e norteia alguns princípios para a sua realização na escola, como ver cinema e “manter a atividade da Escola de Cinema fora da grade curricular, isto é, como atividade optativa, sem nota, preferencialmente” (p. 112). Ela pensa o cinema como uma força cultural capaz não só de educar, mas também de promover o desaprender, isto é, de provocar uma reação ao se instalar como alteridade nos espaços escolares.

Nesse sentido, suas experiências são devedoras das concepções de Alain Bergala (2008), que se filia ao pensamento de Godard para problematizar a relação entre cultura e arte, na qual a primeira aparece como regra, e a segunda, como exceção. Desse modo, mais do que ensinar arte, a escola possibilitaria o encontro com o cinema, compreendido não como linguagem a ser lida, mas como o gesto de criação a ser apreendido. Sua concepção prevê mais do que a inserção do cinema na escola, uma ruptura às suas práticas tradicionais. Elabora, então, uma “pedagogia do fragmento” pautada no trabalho com trechos de filmes, com análises centradas no plano, para que se capte a “arte de um cineasta e um momento da história do cinema” (2008, p. 125). A diferença para a análise fílmica clássica é que a análise de criação não está preocupada com a decodificação do filme, mas busca olhar para as escolhas que o cineasta fez em sua criação. Desse modo, os filmes são uma vivência cultural escolar, uma iniciação à arte.

Reflexões de Bergala (2008) e Fresquet (2013, 2015a, 2015b) sinalizam a importância de não reduzir o cinema na escola a uma práxis meramente analítica e intelectual, mas sobretudo criativa e sensível. Por isso, também, esse estudo traz à luz a literatura de Jorge Amado, a sensibilidade desse autor baiano que não nos apresenta a realidade fechada em si, mas a proposição de um mundo cuja significação flutua ao sabor das letras e das telas adaptadas das suas histórias. Histórias que colocam em diálogo o mundo com o mundo do leitor/espectador, em uma articulação que lhe ultrapassa o interior de quem o vê, por um viés atento à pluralidade das interpretações e seus intentos de compreender a produção, a circulação e a recepção de sentidos, cinema e literatura enriquecem os debates.

A escolha do livro *Capitães da Areia* (2002) do autor Jorge Amado e dessa adaptação homônima (Direção: Cecília Amado. Produção: Donald Ranvaud, 2011) deu-se após ler vários artigos de Elena Beliakova, professora doutora da Universidade Federal da Cidade de Tcherepovets (Rússia), tradutora das obras de autor para o russo. As considerações da professora Beliakova motivaram-me ainda mais a pesquisar Jorge Amado e a “querê-lo na escola”, adaptado e impresso, uma vez que o autor é uma referência internacional e, sobretudo para o Brasil, pois os textos dele instigam ao debate. A popularidade do escritor baiano nos permite pensar que o jovem gosta de lê-lo, o que nos propicia levá-lo até a escola, amparada legalmente pela lei 13.006/14. Investigar se essa lei está sendo cumprida é outra questão importante para essa proposta e para a pesquisa que aqui apresento.

Em formato de abecedário, a tese se mostra como comunicação pedagógica que permite qualquer pessoa poder acessar os conceitos centrais nos verbetes apresentados. Nesse artigo, trarei apenas o verbete, sintetizado, A de Amado.

A de AMADO, Jorge

Não nasci para famoso nem para ilustre, não me meço com tais medidas, nunca me senti escritor importante, grande homem: apenas escritor e homem. Menino grapiúna, cidadão da cidade pobre da Bahia, onde quer que esteja não passo de simples brasileiro andando na rua, vivendo. Nasci empelicado, a vida foi pródiga para comigo, deu-me mais do que pedi e mereci. Não quero erguer um monumento nem posar para a História cavalgando a glória. Que glória? Puf! Quero apenas contar algumas coisas, umas divertidas, outras melancólicas, iguais à vida. A vida, aí, quão breve navegação de cabotagem! (Jorge Amado, “Navegação de Cabotagem”)

O interesse pela obra de Jorge Amado se deve a alguns fatores, dentre eles, o fato de o escritor ser um grande pioneiro em transpor a linguagem oral e coloquial do povo nas páginas dos seus romances

e pela veia cômica e sensual presente nas suas narrativas. Moreira (2012) afirma que o último ponto é um dos mais buscados pelas recentes adaptações, pois, segundo ele, essas obras procuram extrair “oportunisticamente à ‘luz da Bahia’, para fazer um humor chanchadístico e aproveitador” (MOREIRA, 2012, p. 46), Jorge Amado é caracterizado pela dupla vocação do amor pela política e pelo povo, colocando-se a serviço do cinema porque no ambiente cinematográfico, ele exerceu não só as atividades de crítico, mas também de escrita de argumentos, de roteiros e de diálogos e muitas vezes participou da adaptação de suas próprias obras para o cinema. Segundo Novaes, em seu ensaio “Jorge Amado e outras linguagens”, publicado na Revista *Léngua & meia* (2006, p.256)

Sylvie Debs investia a relação de Jorge Amado com o cinema desde os anos 1930, quando ele recebe três contos de réis pelos direitos de Cacau, passando grande parte da sua vida próxima ao cinema, até suas últimas travessias para as telas. Para ela, a transposição cinematográfica da obra amadiana oferece um cenário surpreendente, porque mesmo distribuída por vários países “ela continua, em sua maioria, inacessível nos dias atuais”. O ensaio de Sylvie Debs é importante por mostrar aos muitos leitores de Jorge Amado a sua faceta cinematográfica, pois apenas os pesquisadores mais experientes percebem certas características fílmicas da sua obra, associadas a outras intenções, como aquelas para as quais a crítica chama a atenção. O livro *Jorge Amado – Leitura e Diálogos em torno de uma obra*, lançado pela Fundação Casa de Jorge Amado, selo Casa de Palavras dignifica o universo plural e popular da obra do escritor baiano com a forma plural dos enfoques e os gestos gratificantes dos estudiosos estrangeiros e brasileiros que permitem aos leitores especialistas ou iniciantes uma familiaridade com os temas e formas da narrativa amadiana.

Escolhi Jorge Amado para levá-lo à escola, de forma impressa ou fílmica, por acreditar na sua potência de contador de boas histórias. A popularidade de Amado nos permite e instiga refutações, por parte

de alguns, da sua qualidade literária, que na escola é oportuno investigar. O cinema nacional tem dado atenção especial à literatura amadiana. De forma geral, esse esforço foi bem-sucedido. Jorge Amado, um autor de tantas obras de sucesso, traduzido em dezenas de outras línguas, teve muitos títulos adaptados tanto para a televisão como para o cinema, e dizia-se resignado com as alterações que os adaptadores de seus textos faziam, e os considerava – os roteiros – como outras obras, que não as suas, mas transposições literárias ou interlocução (como a que se costuma apontar entre *Deus e o Diabo na Terra do Sol*). As traduções no exterior ajudaram a aproximar as imagens de Jorge Amado e do Brasil.

Amado é um rico manancial para esse estudo. A sua entrada em diversos países, especialmente na Rússia, onde o autor foi e continua sendo o escritor brasileiro número um, ele é a própria literatura brasileira. Ele é o próprio Brasil. Eles adoram o nosso querido Jorge, e isso foi amor à primeira vista. As obras desse entraram para o contexto da literatura russo-soviética e tornaram-se parte inseparável da literatura russa. Para Elena Beliakova (2014) o escritor brasileiro é uma certa pedra angular das relações literárias entre a Rússia e o Brasil. Foi ele quem descobriu o Brasil para os leitores russos. Amado começou a ser traduzido para russo porque correspondia às exigências ideológicas mais rígidas daquela época. Sobre o aniversário dos 70 anos de Jorge Amado, proeminente estudiosa soviética de sua arte, Vera Kuteischikova, explicou o fenômeno da popularidade de Jorge Amado: “Como uma tempestade tropical, desceu sobre nós naquele tempo a vida desconhecida de uma terra distante do Novo Mundo, cujas experiências e paixões nos deixaram, literalmente, de respiração cortada (BELIAKOVA, 2014, p.100).

Em 1937, aos 25 anos, mesmo ano em que o Estado Novo queimou seus livros em praça pública, teve dois de seus primeiros romances, *Suor* e *Cacau*, traduzidos para o russo. Em 1984, quando recebeu a Legião de Honra, a maior condecoração francesa, o nome de Jorge Amado já era uma espécie de etiqueta de qualidade das coisas e dos temas brasileiros. Três anos depois, com a criação da Fundação Casa

de Jorge Amado, em Salvador, ele se tornou, em definitivo, uma instituição nacional. Tivemos um momento em que o diálogo entre seus livros e cinema se realizou de modo intenso, no período do Cinema Novo, em transposições literárias.

A influência do cinema sobre a literatura geralmente é discutida considerando o impacto experimentado pelos autores. Em *O Chão da Palavra* (2007), Avellar explora diversas linhas de discussão sobre tema, tal como lembrar que a leitura acompanhada por algum grau de visualidade e imaginação. Talvez, mesmo sem se dar conta disto, as pessoas leem um livro projetando algo parecido com um filme, mas igualmente a questão não está aí. O que um livro contém mesmo são imagens verbais e um filme, imagens visuais, não vamos ao cinema buscar imagens verbais, nem ao livro em busca de imagens visuais. Nosso olhar precisa de uma e outra. Fazer do cinema o seu chão talvez não resulte de uma influência, mas de um diálogo, natural, espontâneo, um diálogo como o que existe entre cinema e outros meios de expressão, em especial (convém repetir: especial, mas não exclusivamente) com a literatura e o possível diálogo com o espectador.

A discussão da relação entre o espectador e a obra, tal como ocorreu na década de 1960 com a obra de Amado encaminha a conversa para um espaço mais amplo, na medida em que insiste no fato de o espectador não se reduzir a um observador passivo. Ele é formado pela obra e simultaneamente ele forma a obra, interpreta, analisa, compõe, completa a obra. Se não esquecermos que tanto o espectador de um filme quanto o leitor de um livro influenciam a obra tanto quanto são influenciados por ela, podemos perceber melhor de que modo o cinema se relaciona com a literatura e vice-versa. Avellar (2007) afirma ainda que a literatura vai ao cinema e os filmes vão às livrarias (e também: filmes e livros vão a exposições e a concertos) porque a obra de arte é mais ampla que seus limites físicos, sai dela, está de fato fora dela, é essencialmente um estímulo à criatividade. Em *O Chão da Palavra* (2007) há uma série de perguntas e provocações interessantes, algumas delas são deixadas em aberto pelo texto, há um prosseguimento dessas linhas de análise e a questão que a literatura inventou o cinema, que

reinventou a literatura, que reinventa o cinema, evidentemente não se esgota nele, e Avellar continua a examinar esta relação entre palavra e imagem nos textos que publica em *Escrever cinema*. O melhor modo de pensar o cinema, e possivelmente também um bom modo de pensar a literatura, é ver a imagem como o “chão da palavra” e vice-versa, a palavra como o céu da imagem, assevera Avellar.

O romance amadiano (re)significa para as adaptações fílmicas, sentimentos, percepções e as próprias impressões contidas, em forma de imagens, levando o espectador a uma pluralidade de interpretações, muitas vezes resultantes da construção da intertextualidade, que se dá a partir da percepção do passado dentro de um texto. Amado deu aos diretores e cineastas, que adaptaram suas obras total liberdade de (re) criação.

Para mim meus romances só existem enquanto os escrevo, ao colocar a palavra fim ao pé da página, o romance que me consumiu o juízo e me comeu as carnes deixa de existir - não é bem isso: continua, mas já não é meu. Passa a pertencer aos outros: editores, críticos, tradutores, leitores, aos leitores sobretudo. Meu, exclusivamente meu, somente durante o tempo dos dedos no teclado da máquina de escrever na busca dos caminhos da narrativa, quando concebo e levanto ambientes e personagens, pouco a pouco os desentranho da cabeça, do coração, dos culhas e os vejo vivos no papel, chorando e rindo - duro, difícil, emocionante ofício o de escritor. Há quem diga que o faço bem, há quem diga que o faço mal, eu o faço o melhor que posso, não busco outra ocupação, pois não sei fazer mais nada (AMADO, 1992. p.39).

Eduardo Assis Duarte (1991) afirma que poucos escritores no Brasil têm tido uma avaliação crítica tão apaixonada, polêmica e heterogênea quanto Amado, porém, poucos foram lidos por uma gama imensa de leitores nacionais e estrangeiros. Segundo Duarte, Amado é o nosso escritor de maior repercussão popular, produtor da única obra da literatura brasileira com ampla penetração internacional, tendo chegado, igualmente, a milhões de leitores nas três Américas, na Europa

e na antiga União Soviética. Fato notório é que a obra de Amado foi traduzida em mais de 49 idiomas, em mais de 50 países, com tiragens que ultrapassam milhões de exemplares. Daí ser ele considerado uma “marca”, uma marca brasileira que ultrapassa, em muito, o domínio da literatura, sendo o seu nome transformado num espelho do Brasil e, principalmente, da Bahia, terra/musa por ele considerada “uma nação, romântica, sensual e mágica [...] cenário e tema de praticamente toda a minha obra de ficção [...]” (DUARTE, p. 63, 1991). Além disso, as obras literárias se ajustam a outras formas de arte: como já citado, adaptação para o teatro e o cinema. Por exemplo, na Rússia, há várias adaptações para o teatro e o cinema de *Capitães da areia*, que mostram o enraizamento desses livros na cultura russa. Por sua vez, há muitas adaptações de Dostoievski no Brasil; e isso significa que seus livros tornaram-se parte da cultura brasileira. Podemos, desse modo, concluir que uma boa obra literária, em sua gênese, pertence à literatura nacional e a uma época histórica determinada, mas, no processo de intercâmbio literário internacional, torna-se um fator efetivo em outras literaturas, apesar de, ao mesmo tempo, passar por uma grande transformação nas traduções que venha a merecer.

Tenho certeza que não fiz obra de repórter e sim de romancista, como tenho a certeza que, se bem os meus romances narrem fatos, sentimentos e paisagens bahianos, teem um largo sentido universal e humano mesmo devido ao character social que possuem, sentido universal e humano sem duvida muitas vezes maior que os desses romances escritos em reação aos dos novos romancistas brasileiros e que se distinguem por não aceitarem nenhum character local nem social nas suas paginas, romances que no fundo não passam de masturbação intelectual, espécie de continuação da masturbação física que praticam diariamente os seus autores (AMADO, 1937, p.14).

A trajetória desse autor confunde-se com a própria história cultural do século XX, como podemos observar nos eventos que envol-

vem a sua obra, além do mais, a importância de Jorge Amado está no seu papel de agenciador cultural, do produtor e de diversos talentos em áreas distintas e complementares, até na política com parte de seu papel à frente dos órgãos culturais do partido comunista.

No lançamento de *Dona Flor e seus dois maridos*, em 1966, são necessários dois dias de sessão de autógrafos em Salvador, devido ao grande público presente. Nos anos de 1967 e 1968 Jorge Amado é candidato ao Prêmio Nobel de Literatura [...]. O escritor também se torna, pela primeira vez dentre muitas que surgiriam, tema de enredo de escola de samba. Também tema de um documentário feito pelo cineasta Glauber Rocha (CONHECIMENTO PRÁTICO LITERATURA, 2010, p. 58.)

Glauber Rocha (1963, p.77), um dos ícones do movimento do cinema novo brasileiro, considerava relevante a literatura que abordasse temáticas políticas, sociais e culturais, como a literatura de Jorge Amado. Especialmente, a literatura da década de 1930, servirá de inspiração para produções fílmicas aos cineastas do Cinema Novo. Assim, pode-se utilizar tanto essa literatura quanto os filmes inspirados nela, como possibilidade interdisciplinar de ensino-aprendizagem no sentido de intensificação da compreensão dos conteúdos disciplinares e do despertar no educando o interesse pelo saber que lhe dará a base para o debate, a discussão, a crítica.

Hoje, parece forçado, mas adaptar Jorge Amado naquela época (1960) beirava o atrevimento. Desde a década de 1960, o escritor baiano apostava em uma prosa que cantava de forma despudorada o gozo da existência, realçava as forças matriciais e religiosas como geradoras de transformação social, deixando para trás o realismo socialista que o fizera reconhecido internacionalmente.

Somente na década de 1970, conforme o sentido de “popular” deixava os emblemas da foice e do martelo para se enriquecer nos terreiros, feiras e prostíbulos, que o universo amadiano foi redimido pelo cinema. Em uma entrevista dada à *Filmecultura* na década de 1980, Leopoldo Serran (julho/2012, p.2) afirmou categoricamente: “Jorge

Amado é um fabulista e por isto muitos intelectuais torcem o nariz para ele. Em suas fábulas, o povo é o herói e elas retratam o amor que ele tem pelo povo. [...] Fico pasmo de horror quando noto que não compreendem estas coisas”. Serran (2012, p.3) destacava no escritor as qualidades dramatúrgicas que lhe foram caras durante toda a vida. Demonstrava seu gosto por uma história bem contada e sua necessidade íntima de aproximação com a mística popular. Nas adaptações realizadas por ele subjaz a busca de uma escritura épica adequada à formação “sociológica” do Brasil, aproximando-o, com isto, das correntes fundadoras da antropofagia – embora seu “modernismo” fosse mais temático do que formal.

Tal temática levou a Amado a receber a nomenclatura, por um crítico literário, ao estudar sua obra, a definição de forma preconceituosa e com menosprezo, de um “escritor de putas e vagabundos”. Para Jorge Amado, essa definição é positiva, pois ele se define como um escritor sempre ligado ao povo e à gente simples, como ele nos diz: “Cada vez eu acredito menos nessa gente, cada vez estou mais perto do povo, do povo mais pobre, do povo mais miserável, explorado e oprimido. Cada vez, eu procuro mais anti-herói...” (AMADO, 2003, p. 54). Os vagabundos, as prostitutas, os bêbados, os excluídos como os Capitães da areia.

A obra de Jorge Amado revela-se para o Brasil e o mundo um vocabulário das classes estigmatizadas pelas elites culturais, descrevendo o modo de viver de uma gente que ansiava por liberdade. Palavras consideradas obscenas foram uma das razões que mais influenciaram para a repercussão das críticas acerca da linguagem amadiana. Eram palavras conhecidas por todos e que apareciam com naturalidade nos textos, reproduzindo o falar das classes menos favorecidas. Jorge Amado deu autenticidade à língua, especialmente na modalidade oral, não vacilando em quebrar os preconceitos. Nos tempos de perseguição e opressão à expressão do pensamento, Jorge Amado, munido de ousadia e consciência política, retratou fielmente os costumes, dando expressão literária ao linguajar do povo, inclusive, quando deputado, foi o autor da emenda que garantiu a liberdade religiosa. Viu o sofri-

mento dos que seguiam os cultos vindos da bela África, no Ceará viu protestantes saqueados por fanáticos com uma cruz à frente, então correu atrás de assinaturas até conseguir a aprovação da sua emenda, e desde então a liberdade religiosa tornou-se lei.

Políticos somos todos nós escritores, a começar por aqueles que exigem seu horror a política, seu nojo à participação. Ao agir assim, que estão fazendo senão assumir uma posição política, sem dúvida a mais desalentadora e triste, a de fuga da vida? Aos demais, cumpre notar um curioso detalhe; só é considerado engagé e comprometido merecer de censura e culpado de manchar a pureza da literatura, quem se compromete com o povo e se engaja nas batalhas da libertação de povos e países nas lutas pela modificação da sociedade atual os que se comprometem e se engajam do outro lado, não sei por que espécie de mistério, jamais são acusados, sua literatura não sofre restrições, continua da maior pureza e jamais contra ela se levanta a acusação de participante e político. São méritos da crítica literária que um modesto romancista baiano não pode perceber (AMADO, Discurso de Posse Academia Brasileira de Letras. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.html>).

Considerações (longe de ser finais)

Segundo Goldstein (2008, p.64), foi também com orgulho que o escritor contou, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1961, que havia frequentado “casas de raparigas” e botecos quando jovem, saído de saveiro com os pescadores e que, antes dos dezoito anos, já recebera seu primeiro título no candomblé. Amado vai gradualmente afinando uma intenção literária, de técnica e de estilo, que a crítica esteve longe de reconhecer, ao transformar os desabafos da miséria e do preconceito nas mulheres e nos malandros em ponto de convergência para a interpretação do conjunto da obra do romancista.

Pode-se talvez justificar, sem concordar com os excessos da crítica, que o espírito Amado na composição dos seus personagens reflete todo aquele ruminar dos preconceitos e desenganos que o autor experimentou e expôs sem mais amargura ao longo dos anos, parece haver uma intenção autoral mais sedimentada na busca de um horizonte maior, entre a história política e a realidade social, como deixa entrever a construção de um herói que investe contra a ordem para afinal confirmá-la.

Não é a literatura frágil cristal inconsistente ou pun-donorosa donzela aflita que não possa misturar-se aos interesses imediatos do homem, aos seus conflitos, a seu tempo, às suas lutas e anseios. Dessa mistura com a vida, com os problemas imediatos, não sai a literatura diminuída e manchada. Mistura-se o cristal com o aço, desabrocha a tímida donzela em mulher fecunda e bela, ganha a literatura uma dimensão maior. O que a história literária nos ensina é que desse misturar-se nascem as obras imortais, as que atravessam os tempos e permanecem lidas. [...] Tenho a alegria de ter conservado jovem o coração, por não ter rompido jamais a unidade entre minha vida e minha obra, e por ter a certeza de que jamais a romperei. (AMADO, Discurso de Posse Academia Brasileira de Letras.1961<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.html>)

Enquanto Jorge Amado viajava para o exterior, o livro *Capitães da Areia* foi publicado e, de volta ao Brasil, o escritor foi preso novamente. Milhares de exemplares de seus livros publicados, tidos como revolucionários, foram queimados em Salvador por ordem militar, foi solto em 1938, quando se mudou para São Paulo, foi preso novamente ao desembarcar em Porto Alegre e, então, foi proibido de sair de Salvador. Em 1946, Jorge Amado passou a envolver-se mais intensamente com a política e candidatou-se a deputado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar de eleito, ele teve o mandato suspenso por alegação de ilegalidade do partido. Nesse período, o escritor conheceu Zélia Gattai, com quem passou a viver. Este foi um perí-

odo muito importante para o escritor na área de cinema: a produtora Atlântida comprou os direitos de *Terras do Sem Fim*; Jorge escreveu os diálogos do filme *O Cavalo Número 13*, de Fernando Barros; e ainda ficou encarregado do argumento e do roteiro do filme “*Estrela da Manhã*”, dirigido por Mário Peixoto.

Por unanimidade, Jorge Amado foi eleito em 1961 para a cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras, que pertencia anteriormente a Otávio Mangabeira. No mesmo ano, estreou na TV Tupi a adaptação de *Gabriela* feita por Antônio Bulhões de Carvalho, com direção de Maurício Sherman. A Metro Goldwin Mayer comprou os direitos de adaptação para o cinema desta história. Com o dinheiro, Jorge Amado comprou um terreno em Rio Vermelho, na periferia de Salvador, para construir a casa que também viria a se tornar famosa. Em 1982, estreou nos palcos “*Capitães de Areia*”, que trazia no elenco Ernesto Picollo e mais 22 atores. Desde essa primeira temporada, a história foi adaptada outras várias vezes para o teatro e para o cinema. Em 1987, é inaugurada em Salvador a Fundação Casa de Jorge Amado, marcando o início de uma grande reforma do Pelourinho. Em 1988, a Escola de Samba Vai-Vai é campeã do Carnaval, em São Paulo, com o enredo *Amado Jorge: A história de uma raça brasileira*.

Em 2001, ele foi internado com crise de hiperglicemia e teve uma fibrilação cardíaca. Jorge voltou para sua casa, mas passou mal novamente e acabou morrendo no dia 6 de agosto de 2001, em Salvador, aos 88 anos de idade. A seu pedido, seu corpo foi cremado e suas cinzas foram espalhadas em torno de uma mangueira em sua casa no Rio Vermelho. Jorge Amado recebeu inúmeros prêmios e títulos literários, nacionais e internacionais. Entre eles destaca-se o Prêmio Camões (1995), pelo conjunto da obra e, em sua última viagem a Paris, em 1998, recebeu o título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Sorbonne. Independente da Academia Brasileira de Letras, ele é sim, um imortal. Sua obra vive!

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1937.

----- **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras** Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.html>. Acesso em 18 junho de 2012.

----- **Navegação de cabotagem - Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: BookLink, 2008.

----- **Abecedário de Cinema**. Disponível em: <http://www.redekino.com.br/abecedario-alan-bergala/> 2012. Último acesso em 06 de novembro de 2019, às 14h10. <https://www.youtube.com/watch?v=jhjVzGOVngw>

BELIAKOVA, Elena. Jorge Amado e a literatura brasileira na Rússia. Disponível em: **Referência eletrônica Elena Beliakova**, «Jorge Amado e a literatura brasileira na Rússia», *Amerika* [Online], 10 | 2014, posto online no dia 22 junho 2014, consultado o 05 novembro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/amerika/4546>; DOI: 10.4000/amerika.4546. Acessado em 1º/11/2018, às 19h45.

----- Jorge Amado como locomotiva das relações literárias russo-brasileiras em italiano e português. **Rivista Cultura e Società** (A. VII, n. 15 de janeiro a outubro de 2018) <http://www.sarapegbe.net/index.php>. Acessado em 04/11/2018. às 23h35.

CAVALCANTI, Rodrigo Coelho. **ABC de Jorge Amado**. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb&pagfis=46482>, acessado em 21 de outubro de 2019, às 20h25m

Conhecimento Prático Literatura. Amado Jorge! Edição n° 33 - novembro de 2010. Editora Escala Educacional. São Paulo. p. 52-59.

DUARTE, Eduardo de Assis. In: Chalhoub, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). **Jorge Amado: um escritor de Putas e vagabundos? A História Contada - Capítulos da História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2. ed., 2009.

----- **O abecedário de Gilles Deleuze**, transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos (1996).

FERNANDES, Maria Angélica. Dissertação de Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural (Conceito CAPES 4). Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFES, Brasil. Título: **A adaptação de dona flor e seus dois maridos na formação de leitores: literatura, cinema e práticas pedagógicas**. Ano de Obtenção: 2014. Orientador: Cláudio Clédson Novaes.

FRESQUET, Adriana Mabel (Org.). Cinema e educação: a lei 13006-14. Filme Cultura, v. 62, GABRIEL, C. T. A identidade (nacional) na berlinda: uma forma possível de entrar no debate em torno da educação intercultural. In: CANDAU, V. M. (org.) **Cul-**

tura(s) e Educação: entre o Crítico e o Pós-Crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 (p. 39-72). 2017. Disponível em: <http://www.relici.org.br/index.php/relici>

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **O Brasil Best Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação.** Tradução André Cechnel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

LARROSA, Jorge. **Abecedários de Cinema e Educação CINEAD/LECAV.** Disponível em: <https://cineadlecavfeufrij.wixsite.com/abecedarios/abecedarios>. Acessado em 21 de abril de 2018.

MASSCHELEIN, Jan & SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

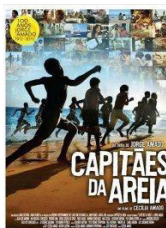
NOVAES, Cláudio Cledson; MARA, Eliana (Org.). **Cinco vezes sertão. Literatura, cinema e outras escrituras.** Salvador: Quarteto, 2011.

Alegre: Sulina.

ROCHA, Glauber. **Revisão Crítica do Cinema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

SERRAN, Leopoldo. Disponível em: <<https://www.cinecachoeira.com.br/2012/07/leopoldo-serran/>>. Acessado em 22 de outubro de 2019.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS



Capitães da Areia. Direção: Cecília Amado. Produção: Donald Ranvaud Distribuidor Brasileiro: Imagem filme. Elenco: Jean Luis Amorim, Ana Graciela, Roberio Lima . Gêneros: Aventura / Drama. Nacionalidade: Brasil. Data de lançamento: 7 de outubro de 2011 (1h36min). 1 DVD. Autor da obra original: Jorge Amado.

22. A CRISE DO CORONAVÍRUS: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO CONTEXTO FEMININO

Mariana Amado Alvarez Coelho
Carla Giselle Pereira Mascarenhas de Alencar
Paulo Cezar Borges Martins

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar enfrentamentos e implicações econômicas e sociais que a crise do coronavírus trouxe para o contexto empreendedor, levando em consideração o gênero feminino. Ao visualizar a crise humanitária enfrentada no ano de 2020 diante da pandemia do coronavírus, realizar-se-á uma discussão acerca de literaturas que vislumbrem desdobramentos e implicações econômicas e sociais. Com o estabelecimento da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, o distanciamento social é estabelecido como alternativa para retardar o aumento de casos de Covid-19. Essa medida reverbera implicações importantes no contexto socioeconômico, principalmente diante de uma sociedade capitalista que se encontra em crise pela queda do consumo mundial, desdobrando em impactos econômicos importantes para mulheres no mercado de trabalho. São analisados dados de pesquisa do Sebrae (2020) respondida 61% por mulheres microempreendedoras individuais (MEI's). Após a discussão proposta é possível inferir que existem grandes desafios para o gênero feminino diante da crise apresentada e ações práticas são apresentadas ao final como alternativas para o enfrentamento do gênero diante do cenário atual.

Palavras-chave: Coronavírus. Economia. Enfrentamento. Mulheres.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva analisar sob a ótica econômica e social o enfrentamento da crise pandêmica do COVID-19 no contexto feminino no Brasil. Para discussão apresentada foi feito um levantamento de literatura, observados artigos do repositório da CAPES¹⁰⁴ dos úl-

¹⁰⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Fundação

timos dez anos, reportagens contextualizadas acerca do tema postadas por universidades públicas e sites oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas Mulheres - entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento de mulheres, também conhecida como ONU Mulheres, Ministérios da Cidadania, Economia, Educação e Saúde, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas).

São analisados os cenários da globalização relacionados ao capitalismo, as implicações socioeconômicas e impactos enfrentados por mulheres que são uma parcela da sociedade que tem conseguido conquistar cada vez mais novas posições no mercado de trabalho, muitas delas enquanto empreendedoras, com relevância considerável na vida econômica brasileira de forma autônoma e independente.

O ano de 2020 enfrenta uma crise humanitária mundial sem precedentes, fenômeno que pode ser considerado uma variável incontrollável que põe em risco a saúde coletiva e seus desdobramentos não respeitam fronteiras, religiões, culturas, povos ou raças. Apesar dos avanços em pesquisa científica à nível internacional de especialistas, médicos das mais diversas áreas inclusive infectologistas, ainda não encontraram soluções concretas e evidentes. Enquanto isso, as nações têm vivenciado uma situação dramática.

Ao observar a questão da quarentena em relação a atividades laborais, e considerando o inevitável cenário de desemprego em massa, observam-se fatores que pressionam as mulheres cada vez mais para o abismo da desigualdade. Diante desse contexto, uma questão é levantada: quais as ações que podem ser propostas para o gênero feminino conseguir enfrentar os desafios da crise, diante da vulnerabilidade provocada e agravada pela pandemia? Este é um questionamento que deseja ser reflexionado.

Diante dessa realidade, o artigo busca analisar a mulher enquanto profissional e empreendedora, considerando o contexto econômico e social da crise atual. Trata-se de um estudo descritivo baseado em

vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

revisão de literatura de abordagem quantitativa e qualitativa. O artigo está subdividido em três sessões, a primeira é uma apresentação da perspectiva socioeconômica brasileira na concepção da COVID-19 por meio de uma análise do relatório do SEBRAE, seguido de uma discussão sobre os desdobramentos econômicos relacionados ao gênero feminino durante a crise do coronavírus e algumas considerações finais.

Perspectiva socioeconômica brasileira na concepção COVID-19: uma análise do relatório do SEBRAE

A transformação político-econômica influenciada pelo capitalismo sinaliza uma modificação no modo de vida. “Se há algo que marca o presente, é o problema da manifestação da crise estrutural do capitalismo, em seu modo de operação da tendência persistente de queda das taxas de lucro e do domínio do capital remunerado” afirma MENDES, p. 69, 2015), em artigo sobre a saúde pública brasileira no contexto da crise estrutural do capitalismo. Percebe-se a necessidade de repensar para além do capitalismo, em direção a uma nova ordem social, mais humana, que se proponha a questionar um sistema dominante neoliberal, amplamente caracterizado pelo capitalismo consumista - marca de culturas dominantes como a europeia e americana, que têm sido postas a prova em face da nova crise pandêmica mundial.

Observa-se que a incapacidade das instituições governamentais em solucionar problemas da sociedade tem fomentado iniciativas da sociedade civil na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado, como por exemplo, a prática do empreendedorismo pelo gênero feminino.

Ao visualizar que a precarização do trabalho como resultado das novas exigências impostas pela expansão do capitalismo não está relacionada apenas à esfera econômica, mas também à deterioração de todo o tecido social, levando a um processo de vulnerabilidade (Franco, Druck, & Seligmann-Silva, 2010), observa-se que a desigualdade é uma das marcas do desenvolvimento capitalista que foi se acirrando nas últimas décadas.

O advento da globalização trouxe mudanças na organização tanto do trabalho quanto da vida econômica, política e social, para Harvey *apud* Araújo & Silva (2012) a fase de acumulação do capital pode ser caracterizada como acumulação flexível. Percebe-se que essa flexibilidade influencia os processos de mudança nos mercados de trabalho (com adoção de regimes de trabalho mais flexíveis, como o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, e até mesmo o *home office* em tempos de pandemia). Há mudanças também nos padrões de consumo com o uso massivo das tecnologias da informação e comunicação. Além do mais, o estilo de vida hiperconsumista do homem pós-moderno, traz um “[...] caráter facilmente descartável das identidades individuais e dos laços inter-humanos que estão representados na cultura contemporânea como a substância da liberdade individual [...]” (BAUMAN, 2011, p. 163).

O autor usa as características do capitalismo flexível amplamente praticadas na atualidade, como as comunicações eletrônicas, a instantaneidade, a instabilidade. Uma modernidade fluida é fortemente conceituada pelo supracitado autor, que analisa os efeitos da globalização e da modificação das relações sociais e políticas após o fim da Segunda Guerra Mundial, conduzindo ao pensamento da chamada modernidade líquida.

Nesse contexto, as relações econômicas ficaram sobrepostas às relações sociais e humanas, e abrem espaço para que cada vez mais haja uma fragilidade de laço entre pessoas e de pessoas com instituições. Assim, a prática do consumo vigora, e as pessoas passam a ser observadas não mais pelo que elas são, e sim, pelo que elas consomem.

Urge, nesse momento de crise pandêmica, a necessidade do homem se reinventar numa sociedade pós-moderna, na era em que os vínculos humanos têm a chance de serem rompidos a qualquer momento pelas relações fluidas e líquidas, e diante da pandemia são obrigados a se fortalecer para vivenciar uma rotina solitária. Valores outrora perdidos, começam a ser ansiados e exaltados, como um abraço, o convívio, o diálogo, um aperto de mão. Na medida em que a pós-modernidade se caracteriza predominantemente pelo instantâneo, pela perda de fronteiras, bem como pela concepção de que o mundo está

cada vez mais tecnológico, se cria um contexto de ebulição social na ânsia de colher avanços científicos diante da pandemia do COVID-19.

Aliado a esse fato, questões econômicas, políticas e sociais vêm à tona, dentro da mentalidade capitalista e seus desdobramentos. O coronavírus tem provocado abalos nos mercados globais e paralisado atividades econômicas no mundo todo, com impactos nas cadeias de suprimentos, no comércio e serviços, com vários países ampliando medidas restritivas e fechando as fronteiras para tentar frear a propagação da pandemia, o que também tem elevado os temores de uma recessão mundial. “A atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional” (DAVIS, 2020, p.6). Os impactos sociais e econômicos da pandemia são inevitáveis e ainda não completamente dimensionados sobre a sociedade. Um exemplo de pandemia que impactou no passado, a gripe espanhola, conhecida como gripe de 1918, uma pandemia do vírus influenza incomumente mortal.

As recomendações das autoridades da época foram semelhantes às atuais, com vistas a evitar aglomerações, visitas desnecessárias e isolamento em caso de suspeita de contágio. O serviço público deixou de funcionar nas grandes cidades, o comércio fechou e as lojas que se mantiveram abertas logo ficaram sem mercadorias. Igrejas cancelaram missas, jornais não circulavam por falta de funcionários, assim como os serviços de transporte coletivo. Havia problemas logísticos de distribuição de comida e instituições beneficentes organizavam a “sopa dos pobres” para alimentar doentes (NEXO JORNAL, 2020).

No contexto contemporâneo, as economias capitalistas são expressivamente impulsionadas pelo consumismo. A confiança e o sentimento dos consumidores tornou-se, nos últimos quarenta anos, a chave para a mobilização de uma demanda efetiva e o capital tornou-se cada vez mais orientado pela procura e pelas necessidades. Nesse âmbito, os impactos da crise Covid-19 já se mostram evidentes, tanto na vida cotidiana de milhões de brasileiros, bem como no contexto dos pequenos negócios.

A pandemia vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também impactos econômicos sem precedentes na história recente das epidemias. David (2020, p. 20) pontua que “as economias capitalistas contemporâneas são 70 ou mesmo 80% impulsionadas pelo consumismo.” O autor relata que a fonte de energia econômica não tem estado sujeita a flutuações bruscas, mas a COVID-19 não fundamenta uma flutuação brusca, e sim uma queda generalizada na forma de consumismo que domina nos países mais ricos. O capitalismo está implodindo em todas as partes do mundo.

As micro e pequenas empresas representam no Brasil 99,1% do total registrado, segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas). São mais de 12 milhões de negócios, dos quais 8,3 milhões são Microempreendedores Individuais (MEI). Os pequenos negócios respondem por 52,2% dos empregos gerados pelas empresas no país. De acordo com o Portal do Sebrae (2020) existem 9,3 milhões de mulheres à frente de uma empresa no Brasil, representando 34% de todos os donos de negócios do país. As análises feitas pelo Sebrae mostram que as mulheres empreendedoras são mais jovens e têm um nível de escolaridade 16% superior ao dos homens.

O relatório Sebrae (referente ao mês de março/2019)¹⁰⁵ afirma que nos últimos dois anos, a proporção de mulheres que são “chefes de domicílio” passou de 38% para 45%. Com o avanço, a atividade empreendedora passou a conferir às donas de negócio a principal posição em casa, superando o percentual de mulheres na condição de cônjuge (situação verificada quando a principal renda familiar provém do marido).

No período de isolamento social estabelecido pelo Ministério da Saúde, o Sebrae realizou uma pesquisa *on line*, intitulada “O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios”, envolvendo MEI’s (Microempreendedores/as individuais)¹⁰⁶.

105 Relatório especial (março/2019) sobre Empreendedorismo Feminino no Brasil.

106 Universo da pesquisa foram pequenos negócios de todos Brasil (17,2 milhões), o número de respondentes: 9.105, o nível de confiança de 95% e erro padrão de 1%

A pesquisa em geral relata que dos 72,9% dos MEI's entrevistados, 91,2% foram afetados em termos de faturamento mensal nos seus negócios pela crise do coronavírus. Os custos com matéria-prima, aluguéis, empréstimos e dívidas representam mais de 40% dos custos que mais pesam. Algumas ações em geral foram tomadas por esses pequenos negócios fase a crise, como 56,5% que disponibilizaram álcool em gel para os colaboradores, 54,2% ampliaram a limpeza do estabelecimento, 50,2% disponibilizaram álcool em gel para clientes e 41,8% fecharam temporariamente a empresa por decreto do governo ou não. Dos negócios pesquisados, 49,3% são do segmento de comércio, 44,2% de serviços, 6% indústria e 0,4% agropecuária. Sendo que 46,5% eram MEI's.

As regiões brasileiras mais afetadas com a crise foram Sul (71,2%), Sudeste (69,6%) e Nordeste (69,1%). No Brasil todo apresentou-se 69,3% de variação percentual do volume de vendas. Surgem alternativas como adoção do teletrabalho ou *home office*, antecipação de férias individuais e concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, ampliação do uso de banco de horas, prorrogação do pagamento do Simples e do recolhimento do FGTS, prorrogação do pagamento de dívidas e acesso a crédito do BNDES (SEBRAE, 2020).

Um recorte feito na pesquisa, relacionado ao setor educacional, o Sebrae mapeou os principais impactos¹⁰⁷, que já representam 67% de queda de volume de vendas e 80% dos respondentes já registram queda no faturamento mensal. Algumas sugestões consideradas importantes na pesquisa se resumem a 4 (quatro) pontos com vistas a minimizar os impactos, são eles: resiliência - para manter o foco no replanejamento e busca por oportunidades, estratégia - para transformar os *insights* e ideias em planos de ação focados na mudança, a rein-

para resultados nacionais. O período da pesquisa foi de 19 a 23 de março de 2020.
107 A referida pesquisa trazida como exemplo foi um recorte do setor de serviços educacionais, o Sebrae entrevistou 282 empresário(a)s de atividades relacionadas à educação formal - ensino infantil, fundamental, médio, superior e educação profissional, e outras atividades de ensino como treinamento profissional, gerencial e ensinos de idioma, artes, esportes, informática, dentre outros.

venção - para mudar a forma de gestão do negócio, dos colaboradores, dos fornecedores e do posicionamento, e ação - o Sebrae possui um canal apenas para o momento Covid-19 lançando conteúdos diários de apoio às empresas.

De acordo com a pesquisa, 41% dos empresários da educação alegam precisar de crédito para manter seus negócios sem gerar demissões. Assim, torna-se imprescindível uma proposta de políticas públicas que visem trazer impactos positivos para os pequenos negócios supracitados, que gerem por exemplo, redução de impostos e taxas e subsídios para pagar salários de trabalhadores(a)s e outros custos fixos.

Desdobramentos econômicos relacionados ao gênero feminino durante a crise do coronavírus

Ficam evidenciadas dificuldades das camadas sociais mais baixas no enfrentamento da pandemia, como a perda de empregos, reduções salariais, e até mesmo privações alimentares. Algumas ações começam a serem tomadas pelo Governo Federal, considerando a “Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde”, portaria nº 351, de 7 de abril de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19). O Ministério da Economia libera o pagamento de um auxílio financeiro emergencial para trabalhadores informais desassistidos, com duração de quatro meses, podendo ser prorrogado (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

O diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde) estabelece afastamento social como principal medida de combate à pandemia da Covid-19: “é a única opção que temos para derrotar esse vírus” (OMS, 2020). Nesse sentido, o Ministério da Saúde estabelece a quarentena com o objetivo de garantir a manutenção dos serviços de saúde e caracteriza a medida com um caráter preventivo, estabelecida pelas secretarias de saúde dos Estados e Municípios. Conforme relatado pelo secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Wanderson de Oliveira, a quarentena, é uma medida obrigatória que restringe o

trânsito de pessoas possivelmente infectadas (sintomáticas ou não), no intuito de minimizar a velocidade de transmissão do novo coronavírus (AGÊNCIA BRASIL¹⁰⁸, 2020).

Essas medidas de saúde pública são consideradas fundamentais para o enfrentamento da pandemia, contudo, não se pode negar o comprometimento da capacidade econômica da sociedade em atender às necessidades básicas de suas famílias, em especial as mais vulneráveis.

Ao analisar a perspectiva econômica de uma sociedade, faz-se necessário observar também os indicadores sociais que sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do país. Nesse sentido, é possível inferir a respeito das condições de vida da população e relacionar a estrutura econômica brasileira, sua evolução com os indicadores sociais e apontar reflexos sobre o mercado de trabalho (IBGE, 2019).

O relatório da “síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira” cita:

A incorporação de mais trabalhadores sem carteira ou por conta própria embora não possa representar uma melhora no perfil do mercado de trabalho, que tende a se tornar mais informal, pode ser positiva para a redução de indivíduos vivendo em situação de pobreza. Pessoas que antes estavam desocupadas ou fora do mercado de trabalho e, portanto, sem rendimento de trabalho, passam a recebê-lo ao encontrar ocupação – questão examinada no capítulo Padrão de vida e distribuição de renda desta publicação. A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro que constitui importante marcador de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como a remuneração pelo salário mínimo, o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas,

108 A Agência Brasil tem como objetivo a produção de notícias em tempo real, sobre os principais assuntos da vida política nacional, produzidas por uma equipe de jornalistas com reconhecida credibilidade.

como para maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde (RELATÓRIO IBGE, p.19, 2019).

Ao considerar o desemprego estrutural (movido pela crise capitalista relacionada à pandemia) associado à análise dos dados relacionados à desigualdade social no Brasil, é possível identificar que o volume de trabalhadores informais aumentou significativamente.

Outro dado interessante que pode ser evidenciado no relatório é a disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, ocupações femininas majoritárias em administração pública, educação, saúde e serviços sociais que representam 5,8 milhões de mulheres para 458 mil homens. “A estrutura produtiva brasileira traz alguns elementos e relações trabalhistas típicas de economias em desenvolvimento” (RELATÓRIO IBGE, p.25, 2019).

O artigo de Monteiro et al. (2015) enfoca as representações de gênero feminino assumindo papéis como empreendedora, prática historicamente masculina. A luta pela igualdade de direitos das mulheres vem sendo alcançada ao longo dos anos, e produzindo resultados em vários espaços. Conforme pesquisa realizada pelo autor, as mulheres têm menor autoconfiança, e assim, não reconhecem o seu potencial para empreender como uma alternativa, o que provavelmente vem de normas impostas culturalmente. Os obstáculos citados surgem a partir de representações sociais criadas pela própria sociedade, quando se comparam homens e mulheres no seu contexto familiar e de trabalho, suas características pessoais, competências, interesses e motivações. Ao homem atribui-se características como força e orientação para os resultados, enquanto às mulheres são atribuídas características emocionais, relacionais e estéticas (MONTEIRO *et al.*, 2015).

Num mundo no qual homens e mulheres vivem em culturas díspares, assimétricas e heterogêneas, aliado à predominância do espírito de competição (acirrado pelo capitalismo exacerbado), percebe-se que mesmo diante de tantas dificuldades, a participação da mulher no mercado de trabalho e na iniciativa do gênero feminino no processo de empreendedorismo é fatídica. Contudo, diante da crise do coronavírus, a mulher precisa se isolar como medida obrigatória, o que leva

muitas trabalhadoras e empreendedoras a terem que ficar em casa, refletindo no sustento de suas famílias.

Um dado interessante divulgado no *Blog Cidadania e Cultura* vinculado à UNICAMP¹⁰⁹ por professores(as) e pesquisadores(as) do Instituto de Economia, intitulado “Coronacrise e Medidas de Enfrentamento”, publicado em 11 de março de 2020, explica uma combinação de crise sanitária, econômica e social sem precedentes na história recente. Segundo os especialistas, devido ao enorme potencial de contágio, o novo coronavírus sobrecarrega os sistemas de saúde e exige medidas restritivas, como o isolamento social e a decretação de quarentenas. Entre os autores, está o professor titular da IE-UNICAMP, Fernando Nogueira da Costa, que comenta sobre consequências das medidas sanitárias: “promovem a paralisação da atividade econômica, levam à perda de empregos e renda da população, e provocam a falência de diversas empresas, em particular as de menor porte e sem capital de giro.” (BLOG CIDADANIA E CULTURA, 2020).

De acordo com os professores Kamakura e Mazzon (2013)¹¹⁰, a renda permanente é a capacidade que uma família tem de manter o padrão de vida por determinado período, mesmo que mude a renda corrente. A renda corrente explicada pelos autores é aquela que a família tem garantida mensalmente. Ou seja, caso uma pessoa deixe o emprego, ela pode continuar com o antigo padrão de vida por um determinado período, mesmo que a renda corrente seja zero – para isso, ela pode usar, por exemplo, recursos de um dinheiro guardado na poupança, crédito etc.

Contudo, é sabido que as classes “D e E”, possivelmente atingidas pela crise do coronavírus, não suportariam esse contexto econômico por um período muito grande de tempo por conta do isolamento social estabelecido. Davis (2020, p. 21) reforça: “isto agrava a divisão social, assim como a questão de quem pode se isolar ou ficar em quarentena (com ou sem remuneração) em caso de contato ou infecção”.

109 Universidade pública do estado de São Paulo - Brasil, considerada uma das melhores universidades do país e da América Latina.

110 Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Na realidade americana, por exemplo, os que possuem bons planos de saúde, ou aqueles que podem trabalhar ou ensinar de casa estão confortavelmente isolados. Contudo, “milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos” (DAVIS, 2020, p.9).

A ONU Mulheres¹¹¹ defende que as decisões e políticas precisam passar pela perspectiva de gênero. A instituição atua na proteção dos direitos humanos relacionados às mulheres, que representam um percentual grande da força de trabalho mundial, e com a pandemia estão sobrecarregadas com os cuidados domésticos.

Assim, o impacto social do novo coronavírus está atingindo fortemente as mulheres. A ONU Mulheres (2020) ressalta que globalmente o gênero feminino continua sendo remunerado 16% menos que os homens, em média, e a disparidade salarial sobe para 35% em alguns países. A entidade afirma estar trabalhando com parcerias para garantir que o impacto de gênero da COVID-19 seja levado em consideração nas estratégias de resposta nos níveis nacional, regional e global”, afirma a diretora de Políticas, Programas e Divisão Intergovernamental da organização, Sarah Hendriks (Organização das Nações Unidas, 2020).

No Brasil, uma parte significativa de mulheres produtivas economicamente são atuantes na economia informal e foram atingidas pela crise como observado pela pesquisa do Sebrae - que apresenta 61% das pesquisadas como sendo do sexo feminino e atuantes como MEI (microempreendedoras individuais), principalmente em setores como educação, saúde e serviços sociais, como apresentado no relatório síntese de indicadores sociais das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2019).

Percebe-se que a realidade econômica enfrentada por mulheres durante a pandemia pode incidir em perda de vínculos empregatícios (trabalho remunerado) no caso de trabalhadoras do mercado formal que sofrerão demissões e de prejuízos na renda de empreendedoras atuantes no mercado informal.

111 A ONU Mulheres apoia os governos na defesa dos direitos de mulheres e meninas, se intensificando em tempos de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 não é apenas um problema de saúde, é um choque profundo para as sociedades e economias, o que alterou drasticamente a vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras.

Esse artigo teve como finalidade discutir aspectos importantes relacionados ao contexto contemporâneo na perspectiva socioeconômica nacional e identificar seus desdobramentos relacionados ao gênero feminino durante a crise do coronavírus. Após a discussão de alguns pontos relacionados aos enfrentamentos econômicos diante da crise imposta à sociedade atual, é possível inferir que existem grandes desafios para o gênero feminino que precisam ser levados em consideração.

Como resultado dessas discussões, percebe-se a necessidade de ações práticas de enfrentamento para as mulheres diante da crise, para que esses impactos não reverberem negativamente na realidade apresentada. Algumas recomendações da ONU Mulheres (2020) reforçam a preocupação em diminuir os impactos sociais junto ao gênero feminino, bastante atingido pela crise pandêmica, principalmente no sentido econômico. Entre elas, destacam-se o compartilhamento dos afazeres domésticos, auxílio em atividades como cozinhar, limpar e cuidar de crianças. Além do compartilhamento do suporte educacional às crianças entre os adultos da família no apoio ao ensino à distância (quando houver a necessidade).

As mulheres que trabalham na economia informal e em empregos com salários mais baixos têm menos meios de se ajustar às dificuldades em suas vidas frente à crise atual. É importante o cuidado com a saúde mental, principalmente em situações de alto estresse. Uma intervenção psicossocial que pode ser feita é conectar-se virtualmente com amigos e familiares. Com a pandemia, a maioria das pessoas estão longe de entes queridos, e é normal mulheres sentirem ansiedade, exclusão ou sobrecarregarem-se com as responsabilidades familiares. Dentre as ações citadas em meio ao distanciamento social, existe uma grande importância em praticar a solidariedade, apoiar as pessoas ao

redor da comunidade, bem como de intervenções que contribuam com o bem-estar do gênero feminino, a fim de que permaneçam fortes nesse momento de crise, como por exemplo ações solidárias em prol da arrecadação de alimentos, socialização de mensagens de positividade, e apoio emocional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-saiba-diferenca-entre-quarentena-e-isolamento>> Acesso em abr. 2020

ANASTACIO, Mari Regina... [et al.]; prefácio de: Mirella Domenich. **Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

ARAÚJO, A. B., & SILVA, M. A. da. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro, 2012.

BAUMANN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOG CIDADANIA E CULTURA, Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2020/03/28/manifesto-de-professoras-e-pesquisadoras-abaixo-assinados-do-ie-unicamp/>> Acesso em 01 abr. 2020

CORONAVÍRUS, Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 02 mai 2020.

CUT, Central única de trabalhadores. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/impacto-social-do-coronavirus-e-maior-sobre-as-mulheres-alerta-onu-2d5b>> Acesso em 04 mai 2020

DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DENIS CASTILHO, « **Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade** », *Espaço e Economia* [Online], 17 | 2020, consultado 05 maio 2020. URL:<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10332>; DOI : <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10332>

EL PAIS, Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-10/ao-vivo-ultimas-noticias-sobre-o-coronavirus-no-brasil-e-no-mundo.html>> Acesso em 02 abr. 2020

EXAME, Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/isolamento-social-precisa-durar-ao-menos-dois-meses/>> Acesso em 02 abr. 2020

Franco, Tania., Druck, Graa., & Seligmann-Silva, Edith. (2010). **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 35(122),229-248. Acessado em: 16 de agosto de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006.

IBGE, Biblioteca. **Estudos e Pesquisas, síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>> Acesso em 30 mar 2020

IPEA, **Ciência e Tecnologia frente à pandemia**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>> Acesso em 30 mar. 2020

JORNAL DA CIÊNCIA, Disponível em:<<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/16-ciencias-sociais-no-enfrentamento-do-coronavirus/>> Acesso em 30 mar. 2020

KAMAKURA, Wagner A. & MAZZON, José Afonso. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2013.

MENDES, Áquilas. **Saúde pública brasileira no contexto de uma crise do Estado ou de uma crise do capitalismo?** Saude soc., São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 66-81, junho de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000500066&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-351-de-7-de-abril-de-2020-251562808>> Acesso em 03 mai 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=87641>> Acesso 02 mai 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Disponível em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>> Acesso em Março 2020.

MONTEIRO, R.; SILVEIRO, C.; DANIEL, F. **Representações sociais do empreendedorismo no feminino e no masculino: investigação com estudantes**. Psicologia em Estudo. Maringá, v.20, n.1 p.107-116, jan./mar. 2015.

MUSSE, Ricardo. **David harvey: para além de uma geografia do capital**. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-69, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752014000100055&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 abr. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-atencao-as-necessidades-femininas-nas-acoes-contra-a-covid-19/>> Acesso em 01 abr. 2020

NEXO JORNAL, Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/A-gripe-espanhola-e-o-desarranjo-social-no-in%C3%ADcio-do-s%C3%A9culo-20>> Acesso em 03 abr. 2020

NEXO JORNAL, Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/18/Por-que-as-periferias-s%C3%A3o-mais-vulner%C3%A1veis-ao-coronav%C3%ADrus>> Acesso em 03 abr. 2020

REDE BRASIL, Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/impacto-coronavirus-maior-mulheres/>> Acesso em 01 abr. 2020

SEBRAE, **O impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios**. Pesquisa Online - de 19 a 23/03/20. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Impacto-do-coronavi%CC%81rus-nas-MPE_por_porte%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Impacto-do-coronavi%CC%81rus-nas-MPE_por_porte%20(5).pdf)> Acesso em abril

2020

THE NEW ENGLAND JOURNAL OF MEDICINE, Disponível em: <<https://www.nejm.org/coronavirus?cid=DM88311&bid=165326853>> Acesso em 03 abr. 2020

OMS, Organização mundial de saúde. *Women and health: today's evidence tomorrow's Agenda* © Organização Mundial da Saúde 2009 ISBN 978 92 4 156385 7.

TAVARES, Silvana Beline. **Gênero e direito como heterodoxia possível para construção de direitos humanos das mulheres.** In: *Direitos Humanos das mulheres: múltiplos olhares.* Org: TAVARES, Silvana Beline; STABILE, Patricia Basilio Teles; CARVALHO, Maria Meire. Goiania. Grafica UFG, 2016.

POSFÁCIO

O olhar e a palavra, em tempo de pandemia

Alfredo Teixeira

(Universidade Católica Portuguesa)

À medida que a vaga pandémica se abateu sobre as sociedades hiper modernas, o espaço público foi conhecendo transformações. Com o alargamento do “mundo em casa”, respondendo a novos imperativos morais e sanitários, os espaços domésticos implicaram-se, numa escala diferente, na construção da cena pública, com uma utilização intensiva dos media sociais. Esse “mundo em casa” é um mundo de circulação de imagens que, de forma caótica, se afirmou como a única paisagem disponível. No deserto do seu confinamento, muitos cidadãos encontraram, no pluriverso dos media, a única janela para o mundo.

Uma parte do que vivemos, neste tempo crítico, será transmitido como imagem. Em movimento, ou fixando o instante, essas imagens operam como técnicas de fixação da memória. A fotografia ou filme, enquanto códigos visuais podem desenvolver a suposição de que estamos perante personagens. Essa ambiguidade, num jogo de aproximação e distanciamento, deixa-nos numa hesitação: trata-se de uma poluição visual, que nos insensibiliza à dor e à injustiça, ou devemos falar de uma ecologia das imagens, que permite dar protagonismo ao lado B da nossa história?

Em 1976, no seu livro *On Photography*, Susan Sontag engrossava o coro daqueles que criticavam a “sociedade do espetáculo” ou a “cultura do simulacro”, segundo as expressões de Guy Debord e de Jean Baudrillard. Na altura, vários intelectuais concluíam que a

crescente difusão de imagens revoltantes minava a nossa capacidade de indignação. Nessa altura, desconfiava-se do sentimentalismo humanista – poderia uma fotografia produzir um conhecimento ético ou político?

No seguimento de Susan Sontag, outros chamaram à atenção para um risco paradoxal: o fluxo linear de imagens do real conduz à sua invisibilidade. Recordo aqui uma personagem de um livro de Gonçalo M. Tavares – *Uma menina está perdida no seu século à procura do pai* (2014). Fried Stamm percorre a Europa a colar cartazes e fotografias de grande formato. No entanto, eram sempre vias secundárias, onde as suas imagens não têm de concorrer com a publicidade, perante o passo apressado dos transeuntes. Escolhe os lugares onde as imagens podem ser inesperadas, onde os que caminham têm o olhar mais disponível para as ver. Fried Stamm sabe que os olhares já não olham, surfam de imagem em imagem e nada veem.

A reflexão sobre a imunidade às imagens é necessária. Mas importa não perder de vista, no entanto, que a nossa cultura de espetadores não neutraliza necessariamente a força moral das imagens. Na história contemporânea, o repositório de imagens do sofrimento é uma parte decisiva da nossa cultura: as gravuras de Goya, retratando as guerras napoleónicas (1810-20), a Guerra da Crimeia (1853-56), a Guerra Civil Espanhola (1936-39), o chamado “Álbum de Auschwitz” (que se encontra no Museu Yad Vashem de Jerusalém), as imagens dos surtos da fome em África e na Ásia (1950-70), até aos cenários de sofrimento e morte associados aos diversos trânsitos de populações deslocadas, já no século XXI. A essas imagens, juntaremos as fotografias de profissionais de saúde com o rosto vincado pelas máscaras hospitalares, armazéns de caixões, onde vítimas mortais da COVID-19 aguardam o seu destino fúnebre, ou a fotografia de um Papa só, na Praça de São Pedro, mas em comunhão íntima com a humanidade.

Talvez a cristalização de um sentimento aconteça de forma mais durável na exposição a uma imagem do que a um discurso. O confronto com uma fotografia pode ser mais impressionante que o impacto causado pelas palavras. Estas ajudam à compreensão, mas não nos perseguem,

como as fotografias – anotava Susan Sontag. Face ao atual arquivo de imagens, ninguém tem o direito de ignorar o sofrimento dos outros, ninguém pode esquecer que o sofrimento do outro existe. As imagens podem, de facto, tornar-se uma forma de evitamento, quotidianizando e banalizando o sofrimento, “servido à hora do jantar”.

As sabedorias religiosas, em diálogo com outras mundividências, podem ser um contributo decisivo para construção de uma ética do olhar, contra o distanciamento, que vá para além de uma estética do sofrimento à distância, na medida em que a experiência religiosa se articula com formas de vinculação – tantas vezes, num registo de proximidade –, no qual o outro é transparente para um horizonte de transcendência.

No quadro desta inédita experiência social, a casa revelou-se para muitos um lugar de novas aprendizagens e um contexto renovado de indagação ética. Os lugares de confinamento têm sido, também contextos de criatividade social, palcos para gestos por um mundo melhor. Ao lado dessa dimensão de destruição, no rasto da perda de vidas, da vulnerabilidade social e da crise económica, encontramos retratos da humanidade no seu melhor. A partir de casa, humoristas, atores, cantores, poetas, bailarinos, investigadores, jornalistas, agentes religiosos e espirituais “empalavraram” o mundo. Esses acontecimentos revelam um paradoxo moderno curioso. Vivemos um tempo que se deposita uma enorme esperança na possibilidade de uma solução técnica e sanitária para crise global que vivemos. Mas essa confiança na ciência é acompanhada pelo reconhecimento dos seus próprios limites. Assim, essa expectativa não preenche todas as demandas de sentido, alargando-se o campo da expressividade humana, na tentativa de compreender o que vivemos. E só a palavra múltipla pode tatear uma resposta.

A crise global que vivemos exige, por isso, a mobilização do pensamento, no olhar e na palavra. Num ensaio recente, *Frente ao contágio* (2020), o físico Paolo Giordano observa que, perante a epidemia, parece que apenas sabemos contar: contamos os infetados, os internados, os curados, os mortos, contamos os desempregados, os milhões de perdas em bolsas, o número de aviões que fica em terra.

O autor sugere, inspirado por uma ética sapiencial, que aprendamos a contar os dias, para darmos valor a cada dia que passa. A experiência de crise sanitária tem exigido tantas vezes uma concentração no essencial, ou uma “lentificação” dos processos, favorecendo um olhar de detalhe sobre o mundo da vida. Foi a partir deste horizonte que li os resultados dos estudos e ensaios recolhidos neste volume. Eles dão conta de uma comunidade de pesquisadores que mobiliza os seus recursos, num contexto de cidadania partilhada, para pensar os limites do que vivemos, analisar as dinâmicas de criatividade social, reconhecer os lugares da mudança urgente, suscitar novas atitudes para uma casa comum.

SOBRE OS AUTORES

Alan da Silva Sampaio

Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (1997), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutor em Filosofia pela UFBA (2015). Professor da Universidade do Estado da Bahia desde 1999. Tem experiência nas áreas de Filosofia Antiga e Contemporânea e de Ética, em especial. Desenvolve pesquisa sobre a compreensão e problematização da violência, com encontros regulares em grupo de estudo e com o Núcleo de Filosofia e Cinema do PIBID-UNEB.

Alba Benemerita Alves Vilela

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, Brasil.

Alex Luz da Paixão

Cursando Pedagogia na Universidade Estadual de Bahia (UNEB) Campus XV; Curso concluído de Língua Inglesa no Centro de Ensino Fisk.

Alexandre Ernesto Silva

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Alfenas (2000), especialização em saúde mental pela UEMG, especialização em Gestão Hospitalar pela FJ/FGV, mestrado em Educação, cultura e organizações sociais - na linha de saúde coletiva (Cuidados paliativos) - UEMG e doutorado em Enfermagem, na linha de Educação e Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais com sanduíche na Universidade Católica Portuguesa - Lisboa/Portugal (Cuidados paliativos).

Angelo Márcio Correia da Conceição

Diretor de Cultura do IECIS – Instituto de Esporte, Cidadania e Inclusão Social, Licenciado e Bacharel em Educação Física pela Faculdade Social da Bahia (FSBA).

Aline Nunes Paiva

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação pelo MAIE - Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/FECLESC). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ

Ana Karine Nery Carneiro

Docente no Centro Universitário UNIHORIZONTES. Psicoterapeuta. Mestre em Administração (Centro Universitário UNIHORIZONTES). Especialista em Psicopedagogia (Faculdade UniBF); Especialista em Adolescência (Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais - FCMMG). Licenciatura, Bacharelado e Habilitação em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Paraíso do Norte - FAPAN). Contato: ananeryka@yahoo.com.br

Antônio Marcos Tosoli Gomes

Doutor em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Doutor em Enfermagem pelo Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação (1996) e mestrado em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professor titular da área de Enfermagem em Doenças Contagiosas do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgico e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Arthur Prado-Netto

Universidade do Estado da Bahia, Campus XII e XVII- Guanambi e Bom Jesus da Lapa-Bahia. E-mail: arthurpradonetto@gmail.com.

César Costa Vitorino

Doutorado em Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Professor Permanente do MPIES da Universidade do Estado da Bahia.

Constância Maria Borges de Souza

Doutorado em Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2009). Professora do Curso de Gramática e Texto - Div da Universidade Salvador.

Beatriz Gavazzi Lopes Prado

Departamento de Psicologia, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salvador-Bahia E-mail: beatrizprado16.1@bahiana.edu.br

Carla Giselle Pereira Mascarenhas de Alencar

Mestranda programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil, cgpmalencar@gmail.com

Carle Porcino

Psicóloga. Mestre em Estudos Interdisciplinares da Universidade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.

César Costa Vitorino

Professor FVC–Fundação Visconde de Cairu. Professor MPIES–Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social / Universidade do Estado da Bahia / Pesquisador do EPODS - Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Pesquisador do NGEALC - Núcleo do Grupo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Culturas.

Damião Conceição de Souza Borges, Pe.

Presbítero da diocese de Ilhéus. Chanceler da Cúria diocesana da diocese de Ilhéus. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Batista - FBB Brasileira. Graduado em Teologia pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e Mestrando em Direito Canônico pela Instituto de Direito Canônico, ligado à Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Daniela Glícea Oliveira da Silva

Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE - da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - FAFIDAM/UECE. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, atuando na área de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação, Políticas Educacionais e Gestão Educacional. Áreas de pesquisa: política educacional; trabalho e educação; ensino profissional, onto-marxismo.

Darlyane Antunes Macedo

Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde - UNICAMP – 2019. Docente do curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Triângulo (2002).

Elisete Santana da Cruz França

Professora FVC–Fundação Visconde de Cairu. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa ENLACE, do Grupo de Pesquisa Formaci e do GEPSS – Grupo de Estudo Pesquisa Sons no Silêncio.

Emerson Nery Carneiro

Mestrando em Energia (Unifacs); Engenheiro de segurança do trabalho (Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia); Engenheiro de Produção Mecânica (Unibahia); Biólogo (Fiar).

Euvânia Máira Silva Moura

Professora Substituta no Colegiado de Geografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus VI, Caetitê – BA. E-mail: emsmoura@uneb.br

Everton Nery Carneiro

Docente da Universidade do Estado da Bahia. Pós-doutor em Educação (UFC); Doutor e Mestre em Teologia (EST); Especialização: Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas (FACIBA); Filosofia Contemporânea (Faculdade São Bento); Ética, Educação e Teologia (EST); Graduação: Geografia (UEFS); Filosofia (FBB); Teologia (STBNe). Membro do GEPERCS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde); Professor Permanente do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social. Coordenador da Linha de Pesquisa 02 – Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Autor dos livros: “Mitologia Grega e Bíblica - Narrativas de transgressão”; “Filosofia, Teologia e Poesia”; “Ética e Hermenêutica”. ecarneiro@uneb.br

Fabiana Santos Céu

Graduanda em Educação Física, pela Universidade Salvador (UNIFACS), estagiária do ICIS- Instituto de Esporte, Cidadania e Inclusão Social.

Iago Gabriel Araújo Santos

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus VI, Caetitê - BA. E-mail: iagoibg@hotmail.com

Ivanete Fernandes do Prado

Doutoranda em Educação Física (UCB), Mestra em Terapia Intensiva (IBRATI), Pós-

Graduada em Neonatologia (UFBA). Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem e Obstetrícia (PUC-MG). Professora Auxiliar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB-XII) Grupo Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). E-mail: ivanete_prado@hotmail.com.

João Batista Vicente do Nascimento

Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Docente do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, Caetité – Ba, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde – GEPERCS (CNPq)/Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões - CEPICR e do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIPE (CNPq) (joabatistahistoriauneb@gmail.com).

Joice Mara Amorim Messias

Aluna regular do Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social (UNEB-XI). Enfermeira (Graduação UNEB) Grupo Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). E-mail: joiceamorim.enfermagem@hotmail.com

José Brissos-Lino

Possui mestrado em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (2007) e doutorado em Psicologia pela Universidade Autónoma de Lisboa (2015). Atualmente é Diretor de Ciclo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Josefa Jackline Rabelo

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1992); mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (janeiro de 2005). Pós-Doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHSS - Paris-França sob a supervisão do Professor Michel Löwy e com bolsa do CNPq (2013-2014) Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal do Ceará, lecionando no Curso de Pedagogia, as disciplinas de Didática e Prática de Ensino, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Curricular; Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

Krzysztof Dworak

Pós-doutorando em Psicologia da Educação (Universidade de Coimbra). Doutor em Ciências da Religião e Mestre em Teologia Sistemática com Especialização em Liturgia

(PUC- SP). Professor visitante do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (Campos DEDC XI - Serrinha); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Pesquisador do Centro de Estudos Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEICR/UNEB). Membro da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER) e da Associação dos Liturgistas do Brasil (ASLI); Professor Convidado do programa das Ciências das Religiões da Universidade Lusófona e Investigador do Instituto do Cristianismo Contemporâneo - CICMER da Universidade Lusófona (Lisboa). Religioso e presbítero polaco da Congregação do Santíssimo Redentor (CSsR).

Lousana de Jesus Santana

Graduada em Pedagogia, Licenciatura Plena, pelo Departamento de Educação do Campus XV da Universidade do Estado da Bahia. Mestranda no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) Linha 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC) do Campus XI - Serrinha-Ba. E-mail: lousanasantana@gmail.com

Luana Costa Ferreira

Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário FG. Guanambi, Brasil.

Luiz Carlos Moraes França

Doutorando e Mestre em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Plínio Leite (2008), pós-graduado em Enfermagem Intensivista pela Universidade Estado do Rio de Janeiro (2009) e pós graduação em Administração em Saúde pela Universidade Cândido Mendes (2014), em curso Docência do Ensino Superior pela Celso Lisboa (2015).

Márcia Lidiane Rodrigues Santana

Licenciada em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa NGEALC-Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Maria Angélica Rocha Fernandes

Doutoranda em Educação pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 2017). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 2014). Especialista em Literatura Brasileira (UESB, 2001). Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (1994). Professora Assistente da UNEB-Campus XX - mariaangelica19@ig.com.br

Maria Das Dores Mendes Segundo

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2005); Pós-Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a supervisão do Professor Dr. José Francisco de Melo Neto (2014-2015). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1998). Graduada em Economia pela UFC. Professora Associado da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da UECE; Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Maria Engrácia Leandro

Prof. Catedrática aposentada da Universidade do Minho.

Mariana Amado Alvarez Coelho

Mestranda programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XI - Serrinha-Bahia-Brasil, marianaacoelho@gmail.com

Marisa Oliveira Lopes

Mestre em Educação – especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação, pela Universidade do Minho. Docente na Universidade de Santiago, ilha de Santiago, Cabo Verde.

Midiã Ferreira dos Santos

Discente do Curso de Enfermagem, UNEB- Universidade do Estado da Bahia E-mail: midiasantos@hotmail.com

Mônica Aparecida de Jesus

Graduanda do curso Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia. Membro do grupo de pesquisa Interdisciplinar em Saúde Coletiva (GPISC).

Pablo Luiz Santos Couto

Enfermeiro. Mestre em Enfermagem. Centro Universitário FG. Guanambi, Brasil.

Paulo Cezar Borges Martins

Doutor em Sociologia- UnB, Mestre em Ciência Política- UnB, docente permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XI- Serrinha-Bahia-Brasil, profpaulocezar@gmail.com

Rafael Augusto Nunes

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus VI, Caetitê - BA. E-mail: ranunes360@gmail.com

Rafael Ribeiro de Almeida

Graduando em filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) - BA, Ilhéus. Áreas de Interesse: Ontologia Fundamental, Filosofia Alemã Contemporânea, História da Metafísica, Fenomenologia Hermenêutica e Filosofia da Existência. Email: estudosrafael@gmail.com

Rodrigo Dias

Graduando em Filosofia, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC. Graduando em Gestão Pública, Universidade Norte do Paraná, UNOPAR. Email: rodrigodias@yahoo.com.br

Romilson da Silva Souza

Doutorado em Educação e Contemporaneidade - UNEB (2013), Mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB (2007); Sanitarista com experiência de mais de 15 anos em consultoria e assessoria no SUS; Bacharelado em Economia - UFBA (1990) Líder do Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq - CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidades, trabalhando com as linhas de pesquisa: Ciência, Educação e Religiosidades; Membro de Conselho Científico de Congressos. Possui graduação em Economia pela UFBA.

Samantha Souza da Costa Pereira

Enfermeira. Mestra em Saúde Coletiva. Centro Universitário FG. Guanambi, Brasil.

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Pós doutora em Educação e Contemporaneidade (UNEB); Doutora e Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO). Professora e Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO). Pós-Graduada em Sociologia (UFMG) e História Econômica. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- XII). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). E-mail: scsilva@uneb.br

Sergio Donha Yarid

Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB-Campus de Jequié. Graduado em Odontologia pela Universidade de Uberaba (1989), Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva pela APCD-Bauru (2005), Mestre em Odontologia em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia de Bauru - Universidade de São Paulo (2007), Doutor em Odontologia Preventiva e Social pela Faculdade de

Odontologia de Araçatuba - UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010).

Simone Borges dos Santos

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica do Salvador (1997). Graduanda em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é trabalha na operacionalização e atendimento de ações pedagógicas da Gerência Regional de Ensino, para Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Tarcício da Silva Flores

Advogado. Especialista em Direito Trabalhista e Previdenciário. Centro Universitário FG. Guanambi, Brasil.

Verbena Mourão Lopes

Mestrado em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - Linha IV- Educação, Currículo e Processos Tecnológicos - Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Especialista em Comunicação, Educação e Tecnologias Digitais com ênfase em Design Instrucional pelo SENAI - CETIND - 2003, é Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia (1990). Licenciada em Educação para o Lar pela Universidade do Estado da Bahia (1984).

Veronica Vieira Nunes

Graduanda do curso de Serviço Social da Fundação Visconde de Cairu (FVC).

Virgínia Paiva Figueiredo Nogueira

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza. Enfermeira com experiência assistencial em clínica cirúrgica e em terapia intensiva. Especialista em Saúde da Família, Universidade Estácio de Sá. Mestre e Doutora em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa saberes, políticas e práticas em saúde coletiva e enfermagem.

Reunimos nessa coletânea 22 artigos de dezenas de pesquisadores e os organizamos por temas em três partes. Os temas variados são amplos e gerais o suficiente para nos dar um panorama da importância da pesquisa social em nossas universidades. Os artigos falam sobre recém-nascidos e da infância sobre seu desejado bem-estar e literatura infantil, sobre a saúde, a assistência social e diversos cuidados hospitalares. Abordam ainda temas filosóficos e a religiosidade popular e o pentecostalismo em tempos de crise, com interesse pela vida da juventude nas residências universitárias e bibliotecas, da resistência de negros e mulheres, além de senhoras na prática de educação física. Não omitindo temas sociais na crise sanitária como a fadiga de profissionais da saúde, do sofrimento e coragem de pacientes de hemodiálise, e sobre as populações de rua e relatos de vida de "profissionais do sexo".

Com ensaios pertinentes de análise dessa crise sanitária e social, a coletânea traz artigos que tratam do neoliberalismo, reformas, trabalhista e da previdência social pública, do elitizado projeto educação para todos e da crítica necessária às diretrizes educacionais do Banco Mundial, novo ministério internacional da educação; revelando políticas elaboradas sobre a ótica anti-social do capital financeiro. Revelam e denunciam uma vez mais o fascismo, o racismo histórico e o conformismo religioso.

